

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VERA LUIZA MORO

A CULTURA FÍSICA NA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: DA GYMNASTICA AOS
PRIMEIROS JOGOS E ESPORTES (1882-1930)

CURITIBA

2022

VERA LUIZA MORO

A CULTURA FÍSICA NA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: DA GYMNASTICA AOS
PRIMEIROS JOGOS E ESPORTES (1882-1930)

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Moraes e Silva

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Moro, Vera Luiza, 1965

A cultura física na Escola Normal do Paraná : da Gymnastica aos primeiros jogos e esportes (1882-1930) / Vera Luiza Moro. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Moraes e Silva.

1. Educação física. 2. Esportes escolares. 3. Professores - Formação. I. Moraes e Silva, Marcelo. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO FÍSICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **VERA LUIZA MORO** intitulada: **"A CULTURA FÍSICA NA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: DA GYMNASTICA AOS PRIMEIROS JOGOS E ESPORTES (1882-1930)"**, sob orientação do Prof. Dr. MARCELO MORAES E SILVA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 25 de Fevereiro de 2022.

Assinatura Eletrônica

25/02/2022 16:47:44.0

MARCELO MORAES E SILVA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

02/03/2022 14:46:32.0

CARMEN LUCIA SOARES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Assinatura Eletrônica

26/02/2022 20:46:43.0

ANDRÉ MENDES CAPRARO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/03/2022 09:48:30.0

GIZELE DE SOUZA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

25/02/2022 16:50:01.0

ANDREA MORENO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

Aos meus dois amores
Luiz Claudio e Luiz Augusto (Guto)

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho quero deixar meus sinceros agradecimentos para as pessoas que de alguma forma fizeram parte deste percurso.

Ao meu orientador Professor Dr. Marcelo Moraes e Silva por sua disposição e disponibilidade para chegar ao fim deste trabalho. Para você, minha gratidão eterna!

Aos professores e professoras que compuseram a banca de qualificação e defesa desta tese e minhas inspirações constantes. Meu sincero agradecimento pela leitura atenta e considerações realizadas ao Prof. Dr. André Capraro, Prof^a. Dra. Andrea Moreno, Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira, Prof^a. Dra. Carmen Lucia Soares, Prof^a. Dra. Gizele de Souza.

À minha mãe, irmãos e sobrinhos sempre presentes em minha vida.

Para minhas amigas de Departamento, Letícia, Marynelma, Rosecler e Cristina, agradeço a presença constante durante este meu percurso, incentivando sempre.

Ao meu amigo Claudio Portilho Marques, pelo bom-humor de sempre.

Aos meus amigos de curso Heitor, Maira, Priscila, Rodrigo, Hanin, Cahuane, Tabea, Leonardo e Letícia.

Um agradecimento especial ao secretário do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR, sempre atencioso e generoso. Obrigada por tudo, Rodrigo Waki!

Ao meu amigo e primeiro orientador na UFMG, Professor Dr. Tarcísio Mauro Vago, gratidão pela amizade.

Por fim, quero deixar expressa minha gratidão ao Dr. Alberto Fernandes de Oliveira Jr. e ao Altieres Edemar Frei, que cuidaram de mim neste percurso. Talvez eles nem saibam o quanto foram preciosos.

Muitos temores nascem do cansaço e da solidão.
(Há tempos - Legião Urbana).

RESUMO

A cultura física foi algo bastante importante durante todo o século XIX e início do XX no contexto europeu, e tratou de uma noção que se refere a um amplo conjunto de discursos sobre o corpo e aos exercícios físicos, mas que foi desaparecendo do uso diário na Europa a partir da década de 1930. A cultura física era uma forma especializada de discurso que estava atrelada à experiência da modernidade e que repercutia em torno dos exercícios físicos, dos divertimentos e dos jogos e esportes. Nesse sentido, a presente tese de doutoramento buscou investigar como ocorreu o processo de incorporação dos elementos da cultura física pela Escola Normal do Paraná, no período compreendido entre os anos de 1882 a 1930. Afinal, no último quartel do século XIX a instrução pública paranaense, através de suas autoridades governamentais, interessou-se por esses artefatos culturais e começaram a pensá-los como uma possibilidade de participar dos projetos educacionais paranaenses. O primeiro elemento utilizado pela instituição em seu programa de ensino foi a *Gymnastica*, para posteriormente começar a inserir os jogos e algumas práticas esportivas. As fontes utilizadas na pesquisa foram os relatórios de Governo, Coleção de Leis, Decretos, Actos e Regulamentos, Propostas de reforma e relatórios de ensino. Um documento denominado “*Bases educativas para a organização da nova Escola Normal Secundária do Paraná*”, também foi bastante importante para a construção da presente tese doutoral. Afinal, tal manuscrito, publicado em 1923, acabou por expressar as ideias reformistas de Lysimaco Ferreira da Costa e, conseqüentemente, o papel que a disciplina de *Gymnastica* teria no interior da instituição destinada à formação de professores no Paraná. Também foram utilizadas as fontes jornalísticas encontradas nos seguintes periódicos paranaenses: *O Dezenove de Dezembro*, *A República*, *o Diário da Tarde*, *O Dia*, *Jornal do Commercio*, *Estado do Paraná*, *A Tribuna*, *Sete de Abril* e *A Escola* (Revista). A título de conclusão, a tese de doutoramento aponta que, nesse processo de incorporação dos elementos da cultura física, a instrução pública paranaense se utilizou de argumentos de uma ginástica racional e higiênica, com forte evidência da vertente sueca, para posteriormente incorporar os jogos e algumas práticas esportivas. Nesse movimento, a área relativa à Educação Física foi se consolidando no Paraná a ponto de se começar a pensar, na década de 30, em alguns aparelhos institucionais mais especializados, como uma Inspetoria de Cultura Física e uma instituição destinada exclusivamente à formação de professores de Educação Física.

Palavras-chave: Instrução Pública; Cultura Física; Educação Física; Escola Normal do Paraná.

ABSTRACT

Physical culture was very important throughout the 19th and early 20th centuries in the European context and dealt with a notion that referred to a broad set of discourses about the body and physical exercises, but which began to disappear from daily use in Europe from the 1930s on. Physical culture was a specialized form of discourse tied to the experience of modernity and resonated around physical exercise, recreation, games, and sports. Hence, this dissertation investigates how the process of incorporating elements of physical culture occurred at the Paraná Normal School between 1882 and 1930. After all, in the last quarter of the 19th century, Paraná's public instruction, through its governmental authorities, became interested in these cultural artifacts and began to think of them as a possibility to participate in Paraná's educational projects. The first element used by the institution in its teaching program was *Gymnastica* and then began inserting games and sports. The sources used in the research were government reports, a compilation of laws, decrees, acts and regulations, reform proposals, and teaching reports. A document called 'Educational bases for the organization of the new Paraná Normal Secondary School' was also vital to this dissertation. After all, a manuscript published in 1923 expresses the reformist ideas of Lysimaco Ferreira da Costa and, consequently, the role that *Gymnastica* would have inside the institution designed for teacher training in Paraná. We also used journalistic sources found in the following Paraná newspapers: *O Dezenove de Dezembro*, *A República*, *Diário da Tarde*, *O Dia*, *Jornal do Commercio*, *Estado do Paraná*, *A Tribuna*, *Sete de Abril*, and *A Escola* (Magazine). In conclusion, the dissertation points out that by incorporating elements of physical culture, the public instruction in Paraná used arguments from rational and hygienic gymnastics, with solid evidence of the Swedish approach to incorporate games and sports later. In this movement, the area related to Physical Education was consolidating in Paraná to the point that in the 1930s, more specialized institutional apparatus began to be thought of, such as a Physical Culture Inspectorate and an institution exclusively for the training of Physical Education teachers.

Keywords: Public Instruction; Physical Culture; Physical Education; Paraná Normal School.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Anúncio de apresentação da Companhia de Ginástica Circense.....	40
FIGURA 2 – Anúncio da Companhia Brasileira Equestre e Gymnastica.....	41
FIGURA 3 – Anúncio de apresentação de Companhia Ginástica.....	42
FIGURA 4 – Fotografia de Ernesto Luiz de Oliveira em 1916.....	60
FIGURA 5 – Ginastas alemães em posição acrobática.....	69
FIGURA 6 – Domingos Nascimento.....	72
FIGURA 7 – Fotografia de Cesar Prieto Martinez na imprensa paranaense em novembro de 1925.....	87
FIGURA 8 – Fotografia de Lysimaco Ferreira da Costa na imprensa paranaense em dezembro de 1919.....	88
FIGURA 9 – Capa do Projeto de Reforma do Ensino da Escola Normal do Paraná, publicado pela Oficinas Graphics do Jornal carioca “A Noite”.....	99
FIGURA 10 – O Triunvirato dos Trabalhos Manuais na Argentina.....	110
FIGURA 11 – SESSÃO DE GINÁSTICA REALIZADA NO CAMPO DO INTERNACIONAL.....	118
FIGURA 12 – Capa do livro do Dr. René Ledent.....	125
FIGURA 13 – Apresentação de Ginástica Sueca na Escola Normal do Paraná...127	
FIGURA 14 – Equipe de basquetebol do Coritiba que enfrentaria a do Athletico na quadra da Escola Normal do Paraná em 1937.....	145

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A GYMNASTICA NA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: OS PRIMEIROS PASSOS DE UM ELEMENTO DA CULTURA FÍSICA EM UMA INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	29
2.1 OS PREÂMBULOS DA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: O INÍCIO DE UMA PREOCUPAÇÃO COM A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	29
2.2 A EMERGÊNCIA DA GYMNASTICA NO PARANÁ PROVINCIAL: EM BUSCA DE UMA PRÁTICA RACIONAL E HIGIÊNICA	38
2.3 OS PRIMEIROS MOMENTOS DA GYMNASTICA NA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: POR UMA <i>EDUCAÇÃO PHYSICA, INTELLECTUAL, MORAL E CIVIL</i> ...	47
3 A GYMNASTICA NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARANAENSES: A CONSOLIDAÇÃO DA VERTENTE SUECA.....	57
3.1 A GYMNASTICA E O ADVENTO DA REPÚBLICA: DIFUNDINDO A TRÍADE SPENCERIANA.....	57
3.2 A ESCOLA NORMAL DO PARANÁ E A BUSCA POR UMA GYMNASTICA RACIONAL	67
3.3 A GINÁSTICA SUECA NA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: A CONSOLIDAÇÃO DE UM ELEMENTO DA CULTURA FÍSICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	75
4 DIÁLOGOS SUL-AMERICANOS: A ESCOLA NORMAL DO PARANÁ E O SISTEMA ARGENTINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	84
4.1 O ESPÍRITO REFORMISTA DA DÉCADA DE 1920 E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ	84
4.2 A REFORMA DA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: OS DIÁLOGOS ESTABELECIDOS POR LYSIMACO FERREIRA DA COSTA	93
4.3 O SISTEMA ARGENTINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM MODELO PARA A ESCOLA NORMAL DO PARANÁ.....	102
5 A CULTURA FÍSICA NA REFORMA DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA NOVA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: DA GYMNASTICA AOS PRIMEIROS JOGOS E ESPORTES	114
5.1 A CULTURA FÍSICA NA REFORMA DA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: EM BUSCA DE UMA GYMNASTICA PARA “CHAMAR DE SUA”	114

5.2 A GYMNASTICA TERAPÊUTICA DE RENÉ LEDENT: REPERCUSSÕES NA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ.....	124
5.3 PARA ALÉM DA GYMNASTICA: A PRESENÇA DOS JOGOS E DOS PRIMEIROS ESPORTES.....	136
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
FONTES.....	157
REFERÊNCIAS.....	163

1 INTRODUÇÃO

A província do Paraná, após sua emancipação política em 1853, desejava afastar-se do seu passado como a longínqua 5ª Comarca da província de São Paulo (PEREIRA, 1996; MARTINS, 1999). A nova unidade imperial intentava entrar nos “trilhos do progresso” e da civilização e se tornar uma localidade de referência dentro do cenário brasileiro, conforme marca o registro de um leitor, que subscreveu com o pseudônimo de *O Curitybano*, no jornal *O Dezenove de Dezembro*, no ano de 1854:

A província do Paraná comparada à comarca de Curityba apresenta uma diferença tão notável, que os mesmos seus filhos a desconhecem; esta foi governada por pessoas indiferentes ao bem publico, e aquella por cidadãos probos e honrados que só almejam leval-a á prosperidade. Ha mais de cinco annos soffreu este povo o mais cruel despotismo; presenciou os faccinoras passearem armados pelas ruas desta cidade, e até banquetear-se com as autoridades, no entanto que hoje os actos de justiça nos marcão uma nova era. As epochas eleitoraes eram tormentosas, e hoje se passam na maior tranquillidade. Os criminosos desaparecerão, porque temem a espada da justiça, levantada por uma autoridade enérgica que sabe cumprir com seus deveres, fazendo respeitar a sociedade. Os dinheiros publicos são aproveitados e bem arrecadados. As autoridades cumprem hoje com seus deveres, porque temem a infalivel responsabilidade. A justiça é administrada com imparcialidade. O recrutamento feito a balas já não existe, e estão extintos os assassinatos juridicos. Os mãos empregados são demittidos, e a segurança individual é garantida pela lei, outr’ora rasgada e escarnecida em fim, os tempos calamitosos estão passados, e a nova província livre de perseguições e injustiças caminha para a felicidade. (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 30/12/1854, p.4).

Por determinação do imperador Dom Pedro II, coube ao Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos¹ organizar a vida da recém-instalada e carente Província do Paraná. Além disso, era necessário produzir-lhe uma identidade que em nada lembrasse sua origem como a distante 5ª Comarca de São Paulo. Afastar a província de seu passado recente e guiá-la em direção à “civilização” era, portanto, a retórica presente no primeiro relatório do seu primeiro presidente, manifestada já em suas linhas iniciais: “(...) era, enfim, chegada a ocasião de transformar-se a antiga e

1 O conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos foi um importante político do período imperial brasileiro, ocupando diversos cargos antes de assumir a Presidência da Província do Paraná, em 1853. Foi presidente de outras unidades imperiais como o Piauí (1845-1847) e Sergipe (1848-1849). Também foi ministro da marinha (1852-1853), ministro dos negócios (1862), ministro da justiça (1864), ministro da fazenda (1866-1868) e primeiro-ministro por três ocasiões, entre os anos de 1862 e 1868. Foi um dos principais defensores da interiorização das capitais provinciais, fato que, segundo seus argumentos, levaria o Brasil a abandonar o passado colonial em direção de uma nação mais moderna (VASCONCELLOS, 1978; MARTINS, 1999).

atrazada Comarca de Curityba na esperançosa província do Paraná” (GÓES E VASCONCELLOS, 1854, p.1).

Mesmo ciente dos inúmeros problemas que haveriam de ser enfrentados, o Conselheiro Zacarias de Góes de Vasconcellos referiu-se à nova unidade imperial de uma forma ardorosa e ufanista, reiterando a todo momento a marcha rumo à “civilização moderna” e ao progresso, conforme pode ser evidenciado na continuação do seu relatório de 1854:

Banhada, de hum lado pelo Oceano (...) de outro pelo magestoso Paranã, cortada de rios consideráveis, no gozo de hum clima reconhecidamente saudável, com terrenos fertilíssimos, que prestão-se aos mais abundantes e variados productos, tinha a 5ª Comarca da provincia de S. Paulo direito e proporções para haver subido à hum elevado grão na escala dos melhoramentos, que caracterisção a civilização moderna. (GÓES E VASCONCELLOS, 1854, p.1).

Curitiba havia sido indicada provisoriamente como capital da recém-emancipada província do Paraná, decisão que deveria ser homologada em Assembleia Provincial, quando enfim essa fosse constituída. No mesmo relatório de 1854, Zacarias de Góes de Vasconcellos indica que tal questão era a que mais agitava a Assembleia Provincial, devido aos interesses ligados a dois grupos que gostariam de resolver esse problema, cada qual em seu favor. Referia-se ele aos integrantes do Partido Conservador, representantes dos comerciantes ligados à exportação da erva-mate e ao grupo dos tropeiros, reunidos em torno do Partido Liberal (GÓES E VASCONCELLOS, 1854; PEREIRA, 1996; MARTINS, 1999; COSTA DE OLIVEIRA, 2001; ALVES, 2014).

O representante imperial passou a alegar sua imparcialidade e com isso começou a fazer uma defesa de Curitiba como sede do novo governo, com o argumento de que um alvará datado de 19 de janeiro de 1812, já determinava e previa tal escolha:

(...) que a Curitivyba fosse cabeça de comarca e residencia dos ouvidores, perdendo Paranaguá essa prerogativa, de que até então gozára, isto he: “ser a Curityba mais central e bastantemente populosa” procedem hoje igualmente, reforçadas por outras, para combater os desígnios, que Paranaguá, ou qualquer municipio do littoral, possa ter de supplantar esta cidade na disputada preferêcia para sede do governo da província. (GÓES E VASCONCELLOS, 1854, p.9).

Uma retórica higienista também esteve presente e foi utilizada no discurso da autoridade imperial, entre suas considerações, em defesa de Curitiba como local de instalação da capital da nova província:

A hygiene publica, consultada sobre a questão, estou que indicará também esta cidade para capital da província, com preferência ás povoações da marinha. Todos reconhecem e confessão a excellencia do seo clima, e o documento mais seguro de sua superioridade fornecem-no os mesmos habitantes do litoral, todas as vezes (e não são poucas) que, por melhorar de seos padecimentos, sobem a serra e vem pedir aos bellos ares de Curityba o restabelecimento de sua saude arruinada. (GÓES E VASCONCELLOS, 1854, p.10).

Cabe destacar que não obstante a eloquência dos discursos que enalteciam a cidade de Curitiba, principalmente aqueles que associavam seu clima ao do continente europeu, esse mesmo ambiente supostamente salutar era apontado - em relatório do vice-presidente da província, Theofilo Ribeiro de Rezende, como o grande causador dos problemas do estado higiênico da localidade:

Nenhuma alteração notável tem experimentado o estado sanitário da província, se bem que o da capital não tenha sido, ao menos este anno, dos mais satisfactorios, o que se attribue á sua collocação e ao prolongado, constantemente humido, rigoroso e insupportavel inverno que ali reina. As pessoas de fora, mesmo robustas e sadias, soffrem em demasia, e os proprios naturaes não são isentos de affecções, que se tornão o gérmen de futuras molestias incuráveis e destruidoras. Sente-se demais com a fama adquirida, porem ao presente mal fundada, falta quasi absoluta de recursos medicinaes, alem dos de hygiene como sabe V. Ex.^a (GÓES E VASCONCELLOS, 1854, p.2-3).

Além dessas questões o vice-presidente provincial buscou enfatizar em seu relatório que muito acanhada, Curitiba ressentia-se de quase tudo, sendo um lugar atrasado e de poucas perspectivas futuras. No mesmo relatório, datado de 1854, a autoridade vai se referir à cidade da seguinte maneira:

Este lugar, nada effectivamente nada promette, esteril e sem cultura, nem sequer tem commercio, excepto o pequeno mercado ora feito com os empregados civis e militares, e com as necessidade publicas, de que alguns tem tirado partido com que nunca havião sonhado. Digo que não ha commercio, propriamente dito, na capital, porque é conhecido que em toda a provincia so há o da herva mate e pouco de animaes: o primeiro verifica-se em Morretes e Paranaguá, e para o de animaes serve a provincia apenas de via intermediaria entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, sendo pontos de transito os municipios de Guarapuava, do Principe, Ponta Grossa e Castro, onde algum negocio se faz de passagem, distante por consequencia de Curityba. (GÓES E VASCONCELLOS, 1854, p.13-14 – grifos nossos).

A instrução pública paranaense não passava ao largo dos problemas relacionados à província e sua capital, os recursos disponíveis para o ensino público eram bastante escassos, o número de prédios escolares era muito reduzido e não só faltavam professores, como a formação desses era bastante deficiente (OLIVEIRA, 1982; WACHOWICZ, 1984, 2002; VECHIA, 2004; GUARNIERI; CASTANHA, 2006; MIGUEL; SAÍZ, 2006; NASCIMENTO, 2008; MIGUEL; KLENK,

2009; SCHAFFRATH; MIGUEL, 2011; ANJOS; BARBOSA, 2013; ANJOS; SOUZA, 2015, 2016; ANJOS, 2017; BARBOSA, 2016, 2017; SANTI; CASTANHA, 2017)².

A situação precária desse serviço público também foi mencionada por Zacarias de Góes de Vasconcellos, em seu primeiro relatório na abertura da Assembleia Legislativa Provincial:

Todas as corporações e funcionarios á quem ouvi acerca do estado da instrucção na provincia, derão-me as mais desfavoráveis informações desse ramo do serviço público, e assim parece ser, avista de documentos que tive presentes. Seja, pois, este hum dos assumptos que mais mereção vossa solicitude e attenção, pois que, por certo, He de maior alcance e influencia para a prosperidade do paiz. Consideremos o ensino publico tanto primario como secundário, á ver o que mais importa na actualidade determinar. (GÓES E VASCONCELLOS, 1854, p.12).

Outro fator significativo para implementação do ensino na nova província foi o recebimento de grandes contingentes de imigrantes europeus a partir da segunda metade do século XIX (Martiniak, 2013; Boçõen; Miguel, 2017). Segundo Oliveira (1982), o governo provincial intensificou a política imigratória a partir de 1860, e a entrada de grupos de imigrantes de origens diversas viria mudar a face, não só da cidade de Curitiba, como também o quadro da instrução pública na província, principalmente a partir de fins da década de 70, com o aumento considerável desse contingente populacional vindo da Europa.

Moraes e Silva (2011) aponta que a presença do imigrante na cidade de Curitiba estava estreitamente relacionada ao processo de urbanização pelo qual a cidade passava, exercendo uma influência não só econômica, mas principalmente pela intensificação de outras formas de comportamento e do processo de educação dos corpos³ dos habitantes da nova capital dos paranaenses. Entre essas exigências para o aprimoramento do urbano estavam as relativas ao processo de

2 Anjos (2017), afirma que existem duas tendências explicativas relativas à instalação da escola primária no Paraná provincial. Uma hegemônica que enfatiza as limitações da institucionalização da escola, dando amplo destaque à precariedade como categoria explicativa e a não hegemônica, que tem procurado relativizar o fator precariedade para destacar as práticas efetivadas naquele momento histórico.

3 A noção de educação do corpo utilizada nesta tese de doutoramento ampara-se nas formulações de Soares (2014). A autora indica que tal conceituação se caracteriza pela progressiva repressão das manifestações corporais naquilo que parece ser incontrolável. Afinal, educar o corpo é torná-lo adequado ao convívio social, inseri-lo em processos de aprendizagens que buscam encobrir e apagar uma natureza rebelde, trazendo à luz uma natureza pacificada. Esse conceito, segundo Soares (2003), permite formular uma história da educação, uma história dos múltiplos constrangimentos, visto que é no corpo que se inscreve um lento, intenso, extenso, meticuloso e obstinado trabalho de constrangimentos. A autora salienta que, para ser exibido, o corpo precisa ser educado.

implementação de escolas, conforme indicam os trabalhos de Maschio (2014) e Renk e Maschio (2020).

Já nos assuntos relativos à sistematização dos estabelecimentos educacionais, o reflexo da política de imigração iria dar-se, sobretudo, pela ampliação da rede escolar e pelo aumento significativo do quadro do magistério (Maschio, 2014; Renk; Maschio, 2020). Ao procurar manter a sua cultura de origem, os grupos de imigrantes criaram suas instituições, tais como associações, escolas e clubes, como meios de preservação e difusão cultural. Fato que, segundo Martiniak (2013), Maschio (2014) e Renk e Maschio (2020), levou o governo provincial a criar escolas em diversas colônias imigrantes, situadas nas proximidades de núcleos urbanos, especialmente aqueles localizados nos entornos de Curitiba e de outras cidades do Paraná como Antonina, Castro, Guarapuava, Lapa, Paranaguá e Ponta Grossa.

Outro elemento importante para a sistematização da escola no Paraná provincial foi a instalação de escolas particulares (Miguel; Saíz, 2006; Oliveira, 2006; Anjos, 2012; Martiniak, 2021). Na imprensa periódica da época, foram encontrados inúmeros anúncios de colégios particulares, que funcionavam como pensionatos, destinados a receber alunos e alunas de localidades que não contavam com tais instituições, para que os seus habitantes pudessem iniciar, prosseguir ou complementar seus estudos. Tais anúncios evidenciavam que somente cidades mais desenvolvidas como Curitiba e outras localidades como Castro, Guarapuava e Paranaguá, ofereciam alguma possibilidade de prolongamento dos estudos ministrados em colégios particulares e/ou no formato de aulas particulares de piano, línguas estrangeiras entre outros artefatos culturais, evidenciando o maior nível que a capital da província vinha alcançando em relação às outras cidades da província do Paraná.

As transformações operadas no espaço urbano de Curitiba eram amplamente divulgadas nos jornais da época, podendo ser detectadas principalmente sob duas formas: a) nas mudanças estruturais pela qual a cidade vinha passando, incluindo aí a abertura de novos espaços estruturais e de sociabilidade para a população; b) na emergência de novos modos de comportamento e gestualidades que evidenciavam uma nova forma de educação do corpo (Pereira, 1996; Moraes E Silva, 2011).

Cabe destacar que nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o termo moderno passou a ser algo recorrente nos discursos políticos republicanos brasileiros (CARVALHO, 1990). O período histórico moderno era sinônimo de civilização e, nesse sentido, a instrução pública seria instrumento de construção do pensamento moderno no Brasil (NAGLE, 1974; AZEVEDO, 1976; SOUZA, 1998; CARVALHO, 1998, 2000; FARIA FILHO, 2000). Nesse contexto, o aparecimento das escolas normais em todo o Brasil esteve associado a esse discurso modernizador. Afinal, era necessário pensar na formação de professores para atuar nas escolas brasileiras (NAGLE, 1974; REIS FILHO, 1981; KULESZA, 1998; FARIA FILHO, 2000; TANURI, 2000; SAVIANI, 2005; CASTANHA, 2006; 2008; VILELA, 2005; 2007; SOUZA; RIBEIRO, 2009; MARTINS, 2009; BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011; RODRÍGUEZ; BRITO, 2020).

No Paraná, essa movimentação modernizadora não foi diferente e iniciou-se ainda no período imperial, conforme observa-se no relatório produzido pelo Inspetor de Ensino Ernesto Francisco de Lima Santos, no ano de 1867, quando expôs, ao presidente da Província do Paraná, suas considerações sobre a implantação de uma Escola Normal na cidade de Curitiba, destinada à formação do professorado paranaense:

Sou o primeiro a reconhecer a necessidade de um estabelecimento de certa ordem, onde os que se destinam à carreira do magistério adquiram uma preparação teórica e prática. Às escolas normais (...) propõem-se a satisfação desta necessidade. Nos países adiantados em civilização, apreciadores da instrução pública, elas vingam, prosperam, e dão excelentes frutos (BURLAMAQUI, 1867, n.p. – grifos nossos).

Nesse período, a cidade de Curitiba iniciava um processo de constituição de mecanismos institucionais para se adaptar às novas formas de vida consideradas mais urbanas e civilizadas (PEREIRA, 1996; DE BONI, 1998; SÊGA, 2001; MORAES E SILVA, 2011). A instalação da Escola Normal no Paraná poderia ser entendida como um dos mecanismos institucionais voltados para a produção dessas novas gestualidades, especialmente aquelas relacionadas aos elementos da cultura física, próprias de uma cidade que se pretendia estabelecer como urbana, civilizada e moderna.

Nesse contexto de modernização do espaço urbano foi que os elementos da cultura física começaram a circular, ainda no século XIX, na capital dos paranaenses (MORAES E SILVA, 2011; MORAES E SILVA; QUITZAU, 2018; MORAES E SILVA; QUITZAU; SOARES, 2018). A noção de cultura física, conforme salienta Kirk (1999)

e Gleyse (2021), foi algo bastante importante durante todo o século XIX e início do XX, no contexto europeu. Kirk (1999) indica que a definição se refere a um amplo conjunto de discursos sobre o corpo e aos exercícios físicos, mas que foi desaparecendo do uso diário na Europa a partir da década de 30. Dutton (1996) e Reggiani e Scharagrodsky (2016) indicam que o conceito foi associado, ainda no século XIX, aos modernos sistemas de ginástica europeus. Porém, Dutton (1996) argumenta que a definição de cultura física sugere um modo de vida mais amplo, um modo de comportar-se associado a variadas e difusas formas de práticas relativas ao corpo.

Kirk (1999) salienta que a cultura física era uma forma especializada de discurso que se preocupava com uma construção de significado centrada nas práticas corporais que se constituíram em três formas: recreação, esporte e os distintos exercícios físicos. Por sua vez, os trabalhos de Furtado, Quitzau e Moraes e Silva (2018), Moraes e Silvam Quitzau e Soares (2018), Medeiros, Quitzau e Moraes e Silva (2020) e Naman, Furtado e Moraes e Silva (2020), sublinham que a cultura física expressava uma série de crenças, valores, saberes e práticas individuais e sociais mais amplas, constatação que, segundos os argumentos arrolados pelos autores, mostram a indissociabilidade que o conceito apresentava com a experiência da modernidade que se instalava no território brasileiro na virada do século XIX para o XX e que se formaram em torno dos exercícios físicos, dos divertimentos e dos esportes.

A utilização dos elementos da cultura física em terras sul-americanas foi um fenômeno marcado por questões bastante particulares e singulares que, de acordo com Quitzau (2019) e Moraes e Silva *et. al.* (2020), compreendeu-se por questões que articulam pontos mais universais, mas que da mesma forma apresentam seus atributos mais locais, que evidenciam toda a sua singularidade histórica. Nesse ínterim do estabelecimento de uma instituição para a formação de professores e a chegada e disseminação dos elementos da cultura física na cidade de Curitiba, reside uma das principais preocupações da presente tese de doutoramento, visto que no último quartel do século XIX a instrução pública paranaense, através de suas autoridades governamentais, interessou-se por esses artefatos culturais e começaram a pensá-los como uma possibilidade de participar dos projetos educacionais paranaenses.

Frente à importância da Escola Normal do Paraná para a formação de professores paranaenses, inúmeros estudos foram desenvolvidos tendo por objeto central esta instituição (IWAYA, 2000; CORREIA, 2013a; MIGUEL, 2018; MELLO; RUCKSTADTER, 2019), ou ainda aqueles que a tangenciaram (ROCHA, 2003a; ROCHA, 2003b; NASCIMENTO, 2009; SCHAFFRATH, 2011; 2015; NASCIMENTO; SOUSA, 2012; VIANA, 2012; CORREIA, 2013b; FRANÇA; PINTO, 2016; RUCKSTADTER, 2017; CAMARA, 2020) a partir de diferentes categorias de análise (MAGALHÃES, 1999) como: espaço, tempo, currículo, modelo pedagógico, professores, manuais escolares, públicos (origem social e destino profissional) e dimensões educativas.

Os estudos acima evidenciados, embora sirvam de base para o entendimento da Escola Normal do Paraná, enquanto instituição carregada de sentidos e significados, também colocam a presente tese de doutoramento diante de uma lacuna nos registros históricos acerca do processo de incorporação dos elementos da cultura física no interior da referida instituição formadora de professores. Entretanto, na historiografia da Educação Física brasileira diferentes autores têm privilegiado a análise desse processo, em investigações que têm inquirido sobre o surgimento dessa disciplina até sua consolidação no programa dessas escolas, compreendendo um largo período histórico que abarca, em sua maioria, o final do império até as três primeiras décadas da república, em diferentes províncias e/ou estados brasileiros (VAGO, 1997; GRUNENVALDT; 1999; GÓIS JÚNIOR; BATISTA, 2010; LYRA; MAZO, 2010; BRUSCHI, 2015; MORAIS; MORENO, 2016; HONORATO; NERY, 2018; LYRA; MAZO; BEGOZZI, 2018; BEGOZZI; MAZO; PEREIRA; SILVEIRA, 2019). Resguardadas as particularidades presentes nesses estudos, tais contribuições apontam que a presença da cultura física, materializada nos programas das Escolas Normais pela *Gymnastica*, foi marcada por inúmeros avanços e recuos, chegando mesmo a sua supressão em determinados tempos e espaços.

A lacuna identificada nos estudos sobre a Escola Normal do Paraná referente à presença dos elementos relacionados à cultura física no interior do estabelecimento educacional e os estudos já produzidos pela historiografia da Educação Física sobre essa temática em outras importantes cidades brasileiras, representam a principal motivação para o desenvolvimento da presente tese de doutoramento. Nesse sentido, a pesquisa pretendeu responder a seguinte

problemática de estudo: Como se deu o processo de incorporação dos elementos da cultura física na Escola Normal do Paraná no período compreendido entre 1882 e 1930? Por sua vez, o objetivo geral foi o de compreender as diversas nuances que permearam o processo de incorporação da cultura física na referida instituição na temporalidade demarcada. Já os objetivos específicos foram os seguintes: a) visualizar as primeiras tentativas de inserção da cultura física no interior da Escola Normal; b) compreender as diversas tensões e disputas em torno desse projeto formativo relacionado à disciplina de *Gymnastica*; c) analisar como esse projeto incorporou outros elementos da cultura física, como os jogos e as primeiras práticas esportivas.

O recorte temporal se justifica em razão do ano de 1882 demarcar a inserção da *Gymnastica* na grade de ensino da Escola Normal do Paraná e o ano de 1930 representar um momento de ruptura com o afastamento de importantes figuras do aparato governamental do Estado do Paraná. Momento no qual também novas lógicas seriam postas à área de Educação Física, que conforme apontam Melo (1996), Parada (2009), Moraes e Silva e Capraro (2011) e Góis Júnior (2017), exigiriam um modelo formativo mais especializado e que encontrariam condições mais propícias para sua implementação durante o período que Getúlio Vargas esteve à frente do comando do país.

Para o entendimento relativo à incorporação dos elementos da cultura física pela Escola Normal do Paraná, buscou-se amparo nas contribuições de Faria Filho (2007) relativas à definição de escolarização. Segundo esse autor, o referido termo pode ser entendido em três acepções, que embora apresentem suas particularidades, estão altamente interrelacionadas. Para esta tese, duas dessas significações foram exploradas.

Em um primeiro sentido:

“(...) a escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à ‘organização’ de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados” (FARIA FILHO, 2007, p.194).

Ou seja, esse primeiro sentido permite entender as Escolas Normais como uma das instituições responsáveis pelo ensino dos elementos da cultura física, representada primeiramente na *Gymnastica* e posteriormente os jogos e as

primeiras práticas esportivas, aos professores que ministrariam tais saberes nos estabelecimentos escolares de todo país.

Na segunda acepção, a escolarização é entendida como “(...) a produção de representações sociais que têm na escola o lócus fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significados” (FARIA FILHO, 2007, p.194). Para o autor ganham relevo aqui, entre outras, as questões relacionadas à emergência da profissão docente no Brasil. Nesse sentido, os vestígios encontrados apontam para a tese central da presente pesquisa de doutoramento, de que a Escola Normal do Paraná se tornou paulatinamente um local onde uma determinada especificidade, a da necessidade social de um futuro professor especializado em Educação Física, começou a ser elaborada e construída.

Esse contexto, muito influenciado por questões circulantes em ambientes não-escolares, passava a exigir docentes e espaços cada vez mais especializados, uma vez que, os benefícios de uma cultura física se encontravam circulantes e vistos como necessários por uma parcela da população curitibana. Acrescenta-se a essa ambiência um refinamento em torno dos debates pedagógicos, científicos e higiênicos, permitindo formular a hipótese de que tal artefato cultural, denominado cultura física, deveria ser incorporado pela instrução pública paranaense e por isso deveriam fazer parte dos conhecimentos presentes nos programas de ensino dos estabelecimentos destinados à formação de professores.

Tal conjectura é embasada pelo fato de que as diversas fontes encontradas apontam que durante a respectiva temporalidade, a Escola Normal do Paraná ganharia a função de dirigir os saberes relacionados aos elementos de uma cultura física presentes nos estabelecimentos de ensino público do Estado do Paraná, além de promover um sistema racional de *educação physica* administrada pelo estado, com a criação de diversos espaços voltados ao cultivo dos elementos da cultura física. Fatores que evidenciam a necessidade da constituição de um espaço próprio para esses discursos, rompendo os muros da escola e caminhando em direção a uma formação especializada em Educação Física.

Feitos os principais preâmbulos da presente tese, o próximo passo desse texto introdutório é detalhar de uma forma um pouco mais pormenorizada o procedimento historiográfico adotado. Nesse contexto, as contribuições do historiador francês Marc Bloch (2002, posição 1349), foram de grande valia para construção da pesquisa que se apresenta:

Reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato, ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda sorte (...) o espetáculo da busca, com seus sucessos e reveses, raramente entedia. É o tudo pronto que espalha o gelo e o tédio.

Como salienta Marc Bloch, o ofício do historiador necessita seguir determinados aspectos para que o procedimento historiográfico seja o mais profícuo possível. Sendo assim, a pesquisa para a construção da presente tese de doutorado foi realizada a partir da consulta ao acervo do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná e da Fundação Biblioteca Nacional a partir da ferramenta da Hemeroteca Digital – BN Digital. O trabalho de busca e catalogação das fontes teve início no Arquivo Público Paranaense, com os relatórios de governo. Esses documentos estão disponibilizados para consulta pública *on-line* e, segundo informações contidas no site do próprio Arquivo Público, apresentam as seguintes características:

Os Relatórios de Governo começaram a ser confeccionados com a emancipação da Província do Paraná, em 1853. Elaborados devido a uma exigência contida em um Aviso Circular Imperial, do ano de 1848, todo ocupante do cargo de presidente da Província e depois de governador do Estado, tinha o dever de no início de um novo ano apresentar à Assembleia provincial/estadual um Relatório, uma mensagem ou uma exposição prestando contas da situação da Província/Estado do período anterior. Em suma, tais documentos elaborados até os atuais dias constituem um retrato da situação do Paraná nos mais diversos períodos. (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2020, s.p.).

Nessa tipologia de fontes, encontrou-se ainda um conjunto de documentos denominados “Diversos”, composto por uma documentação bastante heterogênea como: relatórios, leis, regulamentos e estatutos, produzidos pelos diferentes órgãos que constituíam a esfera administrativa do Paraná. Apesar de bastante diversificada - e tendo sido, a maior parte dela, produzida em um período que extrapolava o recorte temporal estabelecido por esta tese - uma parcela dessa documentação, juntamente aos relatórios de Governo, auxiliaram no entendimento da ambiência em que foi constituída a Escola Normal do Paraná e nos desafios relacionados à formação de professores, impostos pelo próprio governo através da legislação que procurava ordenar esse nível de formação em território paranaense. Tal documentação também foi importante para identificar as disputas em torno de diferentes projetos para formação de professores, advindas das diferentes administrações que marcaram principalmente o fim do período imperial e o início do regime republicano.

Ainda dentro desse escopo de documentos produzidos pela esfera administrativa do Estado do Paraná, foi consultada a legislação relativa ao recorte temporal da tese, através da Coleção de Leis, Decretos, Actos e Regulamentos, também presente no Arquivo Público do Paraná. Para conhecimento da legislação educacional, no período provincial, foi auscultada a segunda edição da Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889, organizada por Miguel e Martin (2004).

Vale ressaltar que o olhar para a legislação foi privilegiado, procurando compreender esse conjunto de fontes como expressão de um “modo de pensar” a escolarização bastante específico (SOUZA, 2004), em especial dos elementos da cultura física, na formação do professorado paranaense, pois, com base nesse *corpus* prescritivo e normativo, o governo do Paraná preceituava, legitimava e difundia determinadas práticas educativas em detrimento de outras.

Cabe ainda destacar que foi através da Coleção Correspondência do Governo que se teve contato com uma documentação bastante diversificada, que proporcionou uma aproximação com o funcionamento mais cotidiano da Escola Normal do Paraná, além de ter permitido o mapeamento de parte dos envolvidos com a cultura física, por meio dos termos de nomeação e dispensa de professores, encontrados no interior da referida Coleção.

Em meio à Coleção de Correspondências do Governo, teve-se ainda contato com um conjunto de fontes bastante importantes para o desenvolvimento da presente tese doutoral: os relatórios produzidos pelos discentes matriculados na Escola Normal do Paraná. Tais escritos encontram-se catalogados⁴, mas ainda não foram exploradas pela historiografia educacional paranaense frente à potencialidade que anunciam, visto que segundo Meurer (2019, p.23) tal tipologia de documento trata-se “(...) de um conjunto de relatórios produzidos por estudantes que cursavam o último ano do curso da Escola Normal, em decorrência da realização da ‘Prática Pedagógica’, obrigatória e condição para a formação de professores normalistas”.

Um documento denominado “*Bases educativas para a organização da nova Escola Normal Secundária do Paraná*”, também foi bastante importante para a

4 Como o trabalho de catalogação foi interrompido em função do fechamento temporário do Arquivo Público Paranaense decorrente da epidemia de COVID-19, os arquivos com essas fontes foram gentilmente cedidos pelo Prof. Dr. Sidmar dos Santos Meurer, docente do Departamento de Teoria e Prática de Ensino (DETPEN) e da linha de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

construção da presente tese doutoral. Afinal tal manuscrito, publicado em 1923, acabou por expressar as ideias reformistas de Lysimaco Ferreira da Costa e, conseqüentemente, o papel que a disciplina de *Gymnastica* teria no interior da instituição destinada à formação de professores no Paraná (COSTA, 1923), tornando-se um importante fator para visualizar os “modos de se pensar” os elementos da cultura física, principalmente a *Gymnastica*, no interior da Escola Normal do Paraná.

Concomitante ao trabalho de catalogação de fontes realizado no Arquivo Público do Paraná, foram realizadas buscas no acervo da Fundação Biblioteca Nacional, por meio de sua Hemeroteca Digital. A pesquisa abarcou os periódicos paranaenses que compõem o mencionado acervo, tendo como termo de pesquisa as seguintes palavras-chave: “Escola Normal”, “*gymnastica*/ginástica”, “*sport*/esporte”, “cultura *physical*/cultura física”, “*educação physical*/educação física” e “jogos”. Os resultados obtidos apontaram para diversos periódicos paranaenses que concentravam o maior número de ocorrências dos buscadores utilizados. Os veículos mais utilizados foram os seguintes: *O Dezenove de Dezembro*, *A República*, o *Diário da Tarde*, *O Dia*, *Jornal do Commercio*, *Estado do Paraná*, *A Tribuna*, *Sete de Abril* e *A Escola* (Revista).

Parte-se da premissa que os periódicos são importantes agências informais educativas, visto que esse tipo de publicação tem muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas e mentalidades de cada época foram pensadas e produzidas. Os jornais e revistas são fontes básicas de pesquisa para aqueles que se propõem a investigar especificamente a esfera educacional, na medida em que possuem uma face oculta que em muitos momentos “(...) dissemina e organiza informações, cria valores, atitudes e ideias sobre uma multiplicidade de temas e, pois, quer queiram ou não, influenciam seus leitores, ouvintes e espectadores” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 145).

A imprensa escrita não só contribui relatando percepções locais e entendimentos sobre a cultura física e os processos de educação do corpo, mas também realizando campanhas educativas a fim de difundir um estilo de vida próprio para um cidadão que almejava ser moderno e civilizado (MORAES E SILVA, 2011; CAPRARO; MORAES E SILVA, 2021). O *modus operandi* da imprensa brasileira, pode ser encarado conforme indica Sevcenko (1983) como uma “missão civilizacional”, um “agente modernizador”, nos termos de PALLARES-BURKE (1998),

ou ainda como um “sacerdócio modernizador”, nos dizeres de VIEIRA (2007). Similar ao que ocorria na Europa na virada do século XIX para o XX, o jornalismo brasileiro assumiu um viés mais cultural do que noticioso, na medida que se queria prioritariamente “modernizar” a sociedade e educar o seu público leitor (PALLARES-BURKE, 1998).

Cabe destacar ainda que a imprensa se legitimava como um espaço de idealização de imagens, contribuindo para a formação de uma “comunidade imaginada”, conforme sugerem as reflexões de Anderson (2008). Consequentemente, esse movimento acabou acionando diversos mecanismos educacionais que afetaram os corpos dos indivíduos, prescrevendo, interditando e principalmente ditando determinados modos de vida. Nesse sentido, pode-se afirmar que a imprensa brasileira, assim como apontam Moraes e Silva (2011) e Capraro e Moraes e Silva (2021), tornou-se também elemento de uma educação do corpo na virada do século XIX para o XX.

Para desenvolver essa narrativa, estruturou-se a presente tese em quatro capítulos, além da sua parte introdutória e conclusiva. O primeiro deles se intitula “*A Gymnastica* na Escola Normal do Paraná: os primeiros passos de um elemento da cultura física em uma instituição de formação de professores”. Nesse capítulo, primeiramente, explorou-se os preâmbulos da constituição da Escola Normal do Paraná e do início de uma preocupação com os processos de formação de professores no contexto paranaense. Procurou-se também investigar como se deu a emergência de uma ginástica no Paraná, que estava em busca de uma prática racional e higiênica que pudesse realizar toda a educação física, intelectual e moral da mocidade paranaense. A análise das fontes indicou um lento processo de especialização da *Gymnastica* no programa de ensino da Escola Normal do Paraná na temporalidade delimitada, processo esse marcado por avanços e recuos e até mesmo pela supressão dessa disciplina em alguns documentos que norteavam o plano de estudos da instituição.

Denominado “*A Gymnastica* no programa de formação de professores paranaenses: a consolidação da vertente sueca”, o segundo capítulo analisou o lugar conquistado pelas práticas ginásticas no interior da Escola Normal do Paraná. Nesse momento da tese, explorou-se a valorização da tríade spenceriana (educação física, intelectual e moral) que o contexto republicano propiciou, onde se caminhou cada vez mais em direção às práticas ginásticas racionais e higiênicas, que

culminariam na valorização de uma Ginástica Sueca e sua posterior inserção no programa de reforma do ensino normal paranaense, realizado por Lysimaco Ferreira da Costa no ano de 1923.

Por sua vez, o terceiro capítulo da presente tese de doutoramento, chamado “Diálogos sul-americanos: a Escola Normal do Paraná e o Sistema Argentino de Educação Física”, explorou os diálogos transnacionais realizados por Lysimaco Ferreira da Costa para encontrar um papel educativo para os elementos da cultura física no interior da Escola Normal do Paraná. O capítulo explorou as condições que o espírito reformista existente em todo Brasil, na década de 20, possibilitou nas ações lideradas pelo educador paranaense. Nesse contexto, os diálogos estabelecidos, sobretudo, com importantes figuras do sistema educacional argentino, como o pedagogo Pablo Antonio Pizzurno e do médico Enrique Romero Brest, foram fundamentais para a proposta de *Gymnastica* presente em sua reforma do ensino normal. No plano da cultura física, a reforma de 1923, consolidou um lugar para a Ginástica Sueca na instituição destinada à formação de professores do Estado do Paraná.

O capítulo ainda destaca que, desde uma divisão de seus tempos e espaços com outros saberes - como o Desenho, a Música, as Prendas Domésticas, que compunham, juntamente à *Gymnastica*, uma espécie de *educação physica* com vistas à formação corporal dos futuros professores, para um programa com prescrições mais claras e detalhadas – a disciplina vai se afirmar na Escola Normal do Paraná como uma assinatura escolar voltada para a formação do professorado paranaense, com vistas à aplicação futura desse saber nas escolas, contudo, sem descuidar da formação do corpo do professor. Alguns indícios apontam ainda para uma possível ampliação das práticas corporais presentes nos espaços da Escola Normal do Paraná, os quais serão objetos de análise do capítulo final da tese de doutoramento.

O último capítulo denominado “A cultura física na reforma do programa de formação de professores da nova Escola Normal do Paraná: da *Gymnastica* aos primeiros jogos e esportes” analisou o lugar da *Gymnastica* na reforma do programa de formação dos professores normalistas, apresentado pelo então diretor da Escola Normal, o professor Lysimaco Ferreira da Costa, expresso no documento intitulado “Bases educativas para a reorganização da nova escola normal secundária do Paraná”, de 1923.

Esse documento constituiu-se em singular fonte de análise, no conjunto compreendido por leis, decretos, atos, regulamentos e relatórios de governo, produzidos no período. O recorte temporal representa o momento em que Lysimaco Ferreira da Costa, esteve à frente das questões educacionais, primeiro como Diretor da Escola Normal e do Ginásio Paranaense (1920-1924) e mais tarde como Inspetor Geral de ensino (1925-1928), durante os dois mandatos de Caetano Munhoz da Rocha à frente do governo do Paraná. A análise das fontes indicou um processo de especialização da *Gymnastica* no currículo de formação da Escola Normal, o qual já vinha ocorrendo desde o código de ensino de 1917, mas que irá ganhar contornos mais específicos a partir da reforma promovida por Lysimaco Ferreira da Costa.

As fontes indicam ainda que é possível situar o início da influência da Pedagogia da Escola Nova na organização de outros tempos e espaços destinados a outros elementos da cultura física, como os jogos e as primeiras práticas esportivas a partir da reforma da Escola Normal do Paraná. Elemento que mostra que os muros da instituição foram permeados com discursos relativos aos novos elementos da cultura física e que encontrariam na década de 1930, pelas mãos do primeiro Inspetor de Cultura Física, Francisco Mateus Albizú, elementos para a constituição de uma área de Educação Física no Paraná que passaria a demandar do governo paranaense uma formação especializada em Educação Física que pudesse dar conta do ensino destes elementos nos estabelecimentos educacionais do Estado do Paraná.

Fato que por si só evidencia uma circularidade dos diversos elementos relacionados ao discurso da cultura física em toda a sociedade curitibana e paranaense do período. Sendo assim, a presente tese de doutoramento sinaliza que os diversos elementos da cultura física foram influenciados por valores circulantes no contexto urbano, bem como apresentaram suas características próprias, produzidas no interior da Escola Normal do Paraná, acabando por extrapolar o espaço físico e os muros da instituição, passando a aclamar por uma formação especializada em Educação Física que, segundo apontam, Moraes e Silva e Capraro (2011), efetivaria-se, em 1942, pelas mãos de Francisco Mateus Albizú, idealizador da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, muito em virtude das condições possibilitadas pelo governo Getúlio Vargas, iniciado ainda no começo da década de 30.

2 A GYMNASTICA NA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: OS PRIMEIROS PASSOS DE UM ELEMENTO DA CULTURA FÍSICA EM UMA INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

2.1 OS PREÂMBULOS DA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: O INÍCIO DE UMA PREOCUPAÇÃO COM A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No Brasil, a preocupação com a formação docente recebeu, conforme apontam os trabalhos de Reis Filho (1981), Kulesza (1998), Faria Filho (2000), Tanuri (2000), Saviani (2005), Castanha (2006; 2008), Villela (2005; 2007), Souza e Ribeiro (2009), Martins (2009), Borges, Aquino e Puentes (2011) e Rodríguez e Brito (2020), uma atenção maior com o surgimento das primeiras Escolas Normais quando, pelo Ato Adicional de 1834, o governo imperial passou para as províncias o encargo de legislar e promover a instrução pública primária e secundária, bem como transferiu a responsabilidade pela formação de seus quadros de docentes. Os autores destacam que era um ambiente de afirmação da instrução pública primária no país e um momento em que foram desenvolvidas diversas iniciativas de implantação do ensino normal, como as empreendidas em Niterói no ano de 1835 (VILLELA, 2005; 2007; 2018), (LOPES; MARTINEZ, 2007), Salvador em 1836 (NUNES, 1998), Cuiabá efetivada em 1842 (XAVIER; SÁ, 2008) e São Paulo no ano de 1846 (DIAS, 2008).

Castanha (2006), Borges, Aquino e Puentes (2011) e Bragança e Moreira (2013) apontam que a preocupação com a formação de professores no Brasil se deu ainda anteriormente ao surgimento das primeiras Escolas Normais, quando, pelo Decreto das Escolas de Primeiras Letras de 1827, propôs-se a criação de estabelecimentos de ensino primários com a adoção do método mútuo de ensino, obrigando o professor que não dominasse tal perspectiva a instruir-se com seus próprios recursos em instituições de ensino localizadas nas capitais das províncias. Segundo Castanha (2006) e Villela (2007), a proposta de formação de professores contida na referida legislação não apresentou desdobramentos práticos e concretos, os quais somente seriam obtidos após a publicação do Ato Adicional no ano de 1834.

Villela (2005; 2007) e Bragança; Moreira (2013) demonstram que, nesse momento, as exigências para o ingresso nas Escolas Normais não eram muitas e

diziam respeito mais à boa conduta do que a uma apropriação de conhecimentos por parte dos candidatos. Outro aspecto indicado pelos autores refere-se à descontinuidade na oferta desses estabelecimentos educacionais no cenário brasileiro do período, marcado por diversas medidas de criação e extinção das referidas instituições.

Essa falta de regularidade, tanto na oferta quanto na manutenção das Escolas Normais no Brasil, também se evidenciou no cenário paranaense da segunda metade do século XIX (IWAYA, 2000; NASCIMENTO, 2008; MIGUEL; KLENK, 2009; CORREIA, 2013a; MIGUEL, 2018; MELLO; RUCKSTADTER, 2019). Diversos vestígios relativos à precariedade da instrução pública foram localizados na nascente imprensa paranaense, tanto que o primeiro jornal da província, o *Dezenove de Dezembro*, que frequentemente publicava as comunicações oficiais do governo local, assim se manifestou, no ano de 1866, sobre o estabelecimento de uma Escola Normal na cidade de Curitiba:

Instrucção Pública:

Pedi-vos autorização para reformar este ramo de serviço (...) Afim de conseguirmos tal melhoramento convém:

Suprimir as escolas não frequentadas.

Reorganizar a inspecção.

Preparar pessoal habilitado.

1º. A multiplicidade de escolas deve ter por limites os recursos financeiros da província, e a insuficiência de seu pessoal Exagera-a é entregar o ensino à ignorância e à inépcia, incumbindo-as de instruir o povo. (...) Parece-me, pois, se deveria estabelecer como regra possuisse cada freguezia uma do sexo masculino e cada município outra do feminino; à excepção da capital e da cidade Paranaguá, que poderão conservar 4, sendo duas para o primário e duas para o segundo (...)

2º. A inspecção do ensino é o governo da instrução, e ou torna-se immediata, constante e diária, traduzindo-se pela vigilância do inspector de parochia, ou mediata, accidental e periódica, resumindo-se as vezes, como acontece atualmente, na atenção única e insuficiente do inspector geral (...) Força é restituir o império às leis da instrucção pública, reorganizando a inspecção de modo que ella venha a ter, se não em todas as localidades, nas comarcas, seus representantes, que estimulem a vigilância dos sub-inspectores, ficando à cargo do inspector geral as visitas das escolas da comarca da capital (...)

3º. Não é bastante, porém, ter uma inspecção activa e vigilante, quando fallece pessoal capaz de derramar a instrucção. **O meio único de o conseguir é formar bons professores, estabelecendo uma escola normal.**

A prova do concurso é falível, e a que resulta da prática de ensino de tão difícil apreciação, que me parece essencial se exija, dos quizerem abraçar o professorado, habilitem-se primeiro, aprendendo à ensinar.

Em um curso de dous annos poderão estudar na escola normal Caligraphia, Grammatica Portugueza, Theoria e Prática de Arithmetica até proporções inclusive, Systema métrico de pesos e medidas, Noções elementares de Geographia, Agrimensura e nivelamento, principio da doutrina da Religião do Estado e Historia do Brasil.

A economia, com a extinção das escolas não frequentadas, supprirá os meios de remunerar os professores da escola normal, e de estipendiar convenientemente os inspectores de comarca. Além de que algumas matérias podem ser ensinadas pelos lentes do lyceu (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 2/03/1866, p.3-4 – grifos nossos).

A fonte evidencia os diversos problemas que a instrução pública paranaense passava no período, como escassez de recursos, dificuldades para a realização de uma inspeção e a ausência de uma instituição destinada à formação de professores. Tais elementos inclusive corroboram com os argumentados levantados por uma ampla historiografia educacional paranaense, que aponta que o cenário local era marcado por uma enorme carência estrutural e material nos assuntos concernentes a instrução pública (GUARNIERI; CASTANHA, 2006; MIGUEL; SAÍZ, 2006; VECHIA, 2006; MIGUEL; KLENK, 2009; ANJOS, 2012; 2015; ANJOS; BARBOSA, 2013; 2018; ANJOS; SOUZA, 2015; BARBOSA, 2016; 2017; FRANÇA; SOUZA, 2017; MIGUEL, 2018; SANTI; CASTANHA, 2019; MARTINIAK, 2021).

A descrição desse quadro de escassez e penúria material também foi encontrada no relatório do presidente da Província do Paraná, Polidoro Cesar Burlamaque, no ano de 1867, que ao fazer referência às Escolas Normais, assim manifestou-se:

Sou o primeiro a reconhecer a necessidade de um estabelecimento de certa ordem, onde os que se destinam a carreira do magistério, adquiram uma preparação theorica e prática. **As escolas normaes, certo, propõem-se à satisfação desta necessidade.** Nos paizes adiantados em civilisação, apreciadores da instrucção publica, ellas vingam, prosperam, e dão excellentes fructos. Mas no Brasil, Srs.,sinto dizel-o, ellas tem sido plantas exóticas: nascem e morrem quase no mesmo dia (BURLAMAQUI 1867, p.30 – grifos nossos)

Apesar do presidente da província indagar, no ano de 1867, sobre a necessidade de criação de uma Escola Normal no Paraná, sua instalação não se concretizou prontamente. Contudo, assim como salientam Anjos e Souza (2015) e Miguel (2018), diversos setores da sociedade paranaense se movimentavam para que uma escola destinada à formação de seus professores fosse estabelecida na cidade de Curitiba. Tanto que em 1870, a imprensa paranaense, através do jornal *Dezenove de Dezembro*, publicou, em suas páginas, documentos oficiais produzidos pelas autoridades provinciais que apontavam a necessidade do estabelecimento de uma Escola Normal na capital dos paranaenses:

O remédio único e comum é o da criação de uma escola normal, que na minha opinião é necessária para o desenvolvimento da instrução e na qual se habilitem as pessoas, que se destinarem ao magistério da instrução publica. Não será grande a despesa – poucas são as cadeiras.

É necessário atacar o mal pela sua causa, extingui-o pelas raízes (...) Os habilitados pela escola normal não carecem de concursos para serem nomeados para as escolas de instrução, salvo se mais de um as pretender, porque nesse caso o concurso versará entre eles (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 12/03/1870, p.3 – grifos nossos).

A fonte demonstra que a fundação de uma instituição de formação de professores seria um remédio eficaz para sanar os males que a instrução pública paranaense passava naquele momento do século XIX. Afinal, os docentes formados por uma instituição dos moldes de Escola Normal poderiam se tornar, assim como indicam Miguel e Klenk (2009), Anjos e Barbosa (2013), França e Souza (2017) e Miguel (2018), o instrumento necessário para o florescimento da instrução pública paranaense. Preocupação semelhante foi emitida pelo então Inspector Geral de Instrução Pública, Bento Fernandes de Barros⁵, em relatório, relativo ao ano de 1870, enviado ao Presidente da Província, Venâncio Jose de Oliveira Lisboa. Texto que inclusive foi reproduzido posteriormente nas páginas do *Dezenove de Dezembro*, em março de 1871:

O melhoramento, pois, da instrução primaria deve ser procurado na elevação do espirito que vivifica o ensino, na formação do professor que deve ter a sciencia como methodos racionaes que trasnmittil-a aos seus discípulos.

Se os professores estivessem geralmente na altura de sua missão, não seriam precisos 5,6 e mais omu aos meninos para percorrer o limitado programma do actual ensino primário, porque esse ensino lhes seria dado com perfeito conhecimento de suas necessidades intellectuaes.

Todas as reformas pedagogicas que se pretende fazer, quer nos objetos, quer nos methodos do ensino, ficarão quase geralmente infructiferas sem as reformas administrativas que omum gê à frente das escolas somente homens capazes de dirigit-as.

Por isso, considerando seriamente a missão que deve cumprir a escola primária para a educação do povo, exponho em outra parte deste trabalho as condições necessárias para a fundação da escola normal, já instituída por lei, afim de preparar os futuros professores (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 18/03/1871, p.3 – grifos nossos).

O inspetor na sequência de seu relatório, publicado alguns dias depois no mesmo *Dezenove de Dezembro*, continuou a desenvolver uma linha argumentativa que advogava sobre os benefícios que a instalação de uma Escola Normal no Paraná proporcionaria aos paranaenses:

5 Segundo aponta Barbosa (2016), Bento Fernandes de Barros, era formado em Direito pela famosa Faculdade de Direito de Recife e foi Inspector Geral de Instrução Pública do Paraná nos anos de 1858 – 1859 – 1860 – 1870 – 1871, desempenhando um papel de maior comunicação com o restante da sociedade paranaense, pois foi o primeiro inspetor geral a publicar integralmente um relatório na imprensa local.

O professor tem a desempenhar uma dupla missão: instruir e educar.

Se a educação não tem outra luz, outro instrumento mais eficaz que a instrução, esta não pode por si só se não dar conhecimentos, mas não o desenvolvimento das faculdades, que é o fim a atingir.

Assim um ensino perfeito jamais separa essas duas cousas que a omum g scientifica distingue, mas que intimamente se ligam em sua essência: a instrução e a educação.

Para o cumprimento dessa alta tarefa o professor deve ter o facho da sciencia que omum o cabos da ignorância originaria, o verbo que o fecunda para a vida da omum gênica; assim como animado por sentimentos próprios a formar cidadãos e dedicados à sua pátria (...) A instituição das escolas normaes, que têm esse alto destino, é uma consequencia necessária dos princípios da instrução pública (...) **As escolas normaes são uma dessas instituições que se assignalam por um caracter de necessidade omum a educação moral de todos os povos** (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/03/1871, p.2-3 – grifos nossos).

Como evidencia o relatório do inspetor, seria a figura do professor, bem como sua adequada formação, que serviriam como ferramenta para que a instrução pública se tornasse um importante fator de desenvolvimento do país e a instituição responsável em realizar tal empreitada no Paraná seria a Escola Normal (MIGUEL; KLENK, 2009; FRANÇA; SOUZA, 2017; MIGUEL, 2018). Ao dar continuidade em seus argumentos, o inspetor de ensino, Bento Fernandes de Barros, utilizou-se do recurso retórico de apontar localidades mais desenvolvidas como forma de enfatizar a busca pelo progresso e pela civilização que o Paraná deveria almejar. Com esse intento, a autoridade provincial desenvolveu mais detalhadamente sua linha de raciocínio sobre o tema:

É nas escolas normaes que existe o único meio seguro de melhorar tal estado de cousas, de satisfazer as necessidades do tempo e o progresso da nossa civilização.

Algumas províncias já iniciaram por esse meio a séria reforma da instrução publica primária, e começaram a experimentar os benéficos efeitos da idea cuja realização prossegue.

A assembleia legislativa dessa província, em sua sessão deste anno, elevou-se ao mesmo pensamento instituindo uma escola normal, nesta cidade, para a preparação de professores de ambos os sexos.

É esse o objeto, da lei sancionada em 19 de abril deste anno (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/03/1871, p.3 – grifos nossos).

O relatório da autoridade provincial demonstra que para colocar o Paraná nos trilhos da civilização, nos assuntos concernentes a instrução pública, sua Assembleia Legislativa já havia sancionado uma lei, em abril de 1870, autorizando a criação de uma Escola Normal na província. Provavelmente o texto estava se referindo, segundo apontam Miguel e Martin (2004) e Miguel (2018), à lei n.º 238, assinada pelo então presidente provincial Antonio Luiz Affonso de Carvalho, em 19

de abril de 1870. Para enfatizar a importância de tal medida o inspetor de ensino se utilizou de um discurso que valorizava um processo formativo por parte daqueles que fossem se dedicar ao ensino:

É de tal importância o estudo da pedagogia que elle por si só bastaria para determinar a criação das escolas normaes, porque é necessário que aquelles que querem ensinar a infância e a adolescência se iniciem, sob a direção de mestres instruídos, na arte tão delicada e profunda de ter acesso nos espíritos e nos corações jovens (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/03/1871, p.3).

Nessa empreitada para acessar os espíritos e os corações dos jovens paranaenses, o inspetor, Bento Fernandes de Barros, emitiu algumas palavras um pouco mais técnicas e especializadas de como deveria ocorrer a formação docente, afirmando que ela deveria articular tanto a parte teórica como a prática:

O curso da pedagogia, para ser profícuo, deve, não só pedir suas luzes aos princípios theoricos da sciencia, como ter um caracter essencialmente prático. **A escola normal deve necessariamente chegar à prática para formar homens capazes de applicar-se à direcção da intelligência e da vontade na obra da educação.**

Esse é o fim pedagógico, como é de todo o ensino normal. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/03/1871, p.3 – grifos nossos).

Na sequência de seu relatório, o inspetor apontou os saberes que deveriam compor o programa de um curso normalista, mencionado diversas disciplinas como a Aritmética, a Caligrafia, as Ciências Físicas Naturais, a Gramática Filosófica, a História e Geografia (especialmente a do Brasil), a Geometria, a Instrução Moral e Religiosa, a Leitura, a Pedagogia, a Psicologia e a Lógica. Torna-se perceptível, nesse primeiro esboço de programa sugerido pelo inspetor provincial, a ausência e/ou qualquer menção sobre alguma disciplina/saber relativa a uma educação do corpo ou a algum outro elemento da cultura física.

Segundo apontam Miguel e Klenk (2009), França e Souza (2017) e Miguel (2018), a instalação de uma Escola Normal no Paraná teve sérios problemas para ser concretizada. A justificativa apresentada era sempre a mesma: a ausência de recursos financeiros. Talvez tenha sido esse um dos motivos do afastamento de Bento Fontana de Barros de suas funções de inspetor geral de ensino, conforme indícios encontrados num relatório produzido pelo então presidente da província Venâncio José de Oliveira Lisboa, no ano de 1871: “A província não pode ainda manter uma escola normal como concebeu e planejou o Dr. Bento Fontana de Barros no seu relatório do anno passado, agora renovado pelo actual inspector geral” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 02/03/1872, p.1).

Miguel (2018), salienta que a busca pela abertura de uma Escola Normal na província do Paraná se intensificou nos anos subsequentes. Movimentação que inclusive foi detectada na imprensa paranaense, tanto que em 1875 o *Dezenove de Dezembro* publicou o relatório do inspetor de ensino João Manoel da Cunha⁶, destinado ao presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, que novamente enfatizava a importância da criação de uma instituição destinada à formação de professores na capital paranaense:

A província por várias vezes tem feito tentativas para fundal-as, mas tem ellas sido em vão. Creio mesmo que essa ideia grandiosa já foi traduzida em lei, que ficou jogado nos archivos públicos desta capital! Será agora o ensejo de ressuscitar a idea dormente na difícil conjectura por que passa a província? (...) Será a capital, que conta tanta illustrações, tão bonitos talentos, que fique marchando na retaguarda? Quem quer pode - *velle est posse* – **É nos queremos, havemos de ter escola normal** (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 31/03/1875, p.3 – grifos nossos).

Uma cidade como Curitiba, capital de uma província que almejava, conforme salienta Pereira (1996), caminhar “rumo ao progresso” e usufruir das benesses da civilização, necessitava ter uma instituição destinada à formação de professores, e esse tornava-se novamente um dos principais objetivos de um inspetor geral de ensino. Contudo, a criação de uma instituição desse tipo, na capital dos paranaenses, ocorreria somente no ano de 1876, com a promulgação da lei nº456, de 12 de abril daquele ano, que autorizou o presidente da província a reformar o regulamento da instrução pública do Paraná e criar a Escola Normal do Paraná anexa ao Instituto Paranaense (depois Ginásio Paranaense) (STRAUBE, 1993; MIGUEL; MARTIN, 2004; SOUZA, 2004; NASCIMENTO, 2008; MIGUEL; KLENK, 2009; CORREIA, 2013a; BARDELOTTO, 2016; MARTINIÁK, 2018; MIGUEL, 2018). Tal fato não passou despercebido pela imprensa paranaense, tanto que o *Dezenove de Dezembro*, em junho de 1876, publicou, em suas páginas, uma pequena nota comentando a questão:

REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA – S. Ex. o Sr. presidente da província reformou por acto de 16 do corrente o regulamento da instrução pública, creando um lyceu e uma escola normal nesta cidade. A reforma fecunda e patriótica que acaba de ser realisada, conscienciosamente praticada, como esperamos que seja, marcará uma data gloriosa nos factos

6 De acordo com Barbosa (2016), João Manoel da Cunha, nasceu em 1821 e faleceu em 1887. Era pai do diplomata brasileiro Brásio Itiberê da Cunha (1846-1913). Foi advogado, músico, deputado provincial, subdelegado de polícia, procurador fiscal da Fazenda, tenente coronel da Guarda Nacional da Capital, professor público de latim e francês, inspetor nos anos de 1874, 1875, 1883, 1884 e 1885 e Diretor Geral da Instrução Pública. A autora lembra que assim como aconteceu com Bento Fernandes de Barros, João Manoel da Cunha utilizou a imprensa como forma de difusão de suas concepções para o restante da sociedade paranaense.

dessa província. A imprensa agradecida dirige seus emboras ao Exm. Sr. Dr. Lamenha Lins, que tão bem compreende e executa sua missão (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 19/06/1976, p.3).

Dias depois da publicação da notícia acima reproduzida foi estampada, no mesmo periódico, uma notícia ainda maior, destacando e enaltecendo a inauguração da instituição destinada à formação de professores. Tratava-se de um ideal que há muito tempo um segmento da sociedade paranaense desejava para inserir de vez a província do Paraná na rota do progresso e da civilização:

INAUGURAÇÃO DA ESCOLA NORMAL E DO INSTITUTO PARANAENSE- S. ex. o Sr. presidente da província designou o dia 29 do corrente, anniversario natalício da Augusta Princesa Imperial, para a inauguração dos dois cursos creados pelo regulamento de 16 de Julho. O glorioso commettimento que se realizará nesse dia, associando o nome da Exelsa Soberana aos progressos intellectuais de uma esperançosa província, exprimirá por sua vez o amor e a fidelidades dos paranaenses ao Throno Imperial, representado por uma ilustre dynastia. O povo curitybano que tantas provas tem dado ao Ex. Sr. Dr. Lamenha Lins, exultará sem dúvida ao realizar-se uma de suas mais vividas e rasoaveis aspirações.

A festa que se anuncia não terá pompa nem desusado brilhantismo; mas não lhe faltarão as flores na gratidão e os perfumes da mais agradável convivência. A imprensa não poderia passar desapercibido esse dia, que será sempre memorável aos annaes desta província.

Os nossos parabéns ao digno administrador, que tão louvável interesse revela pelo progresso desta província (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 26/06/1976, p.3)

A inauguração transcorreu em meio a uma cerimônia bastante concorrida e prestigiada. Momento no qual o então presidente da província, Lamenha Lins, destacou em seu discurso a importância da instrução pública para o desenvolvimento do Império:

Ante o movimento progressivo do paiz, quando as suas forças productivas lhe estão promettendo brilhantismo porvir; no ardor d'essa febre civilizadora que se sente em todos os corações e se manifesta em todos os pontos do império, um grande pensamento, um incessante cuidado preocupa aquelles que tem sobre seus hombros, o pesado encargo do governo: A educação do povo, o derramamento da instrucção por todas as camadas da sociedade.

Compreende-se que é a instrução a grande luz do progresso; que o trabalho, o principal elemento da prosperidade dos povos, seria estéril se não fosse iluminado pela sciencia (...) O governo emprega todos os exforços para a propagação do ensino (...) o Instituto Paranaense é mais uma manifestação d'esse grande pensamento (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 02/08/1876, p.3).

Nesse clima festivo e de celebração é que foi instalada a Escola Normal do Paraná, que em sua primeira prescrição legal indicava a criação de um Instituto de Preparatórios, ao qual seria anexada uma Escola Normal, responsável pela formação de professores somente para o sexo masculino (STRAUBE, 1993;

SOUZA, 2004; NASCIMENTO, 2008; MIGUEL; KLENK, 2009; CORREIA, 2013a; BARDELOTTO, 2016; SBARDELOTTO, 2016; MARTINIAK, 2018; MIGUEL, 2018). O inciso terceiro do artigo 1º da lei nº 456 de 12 de abril de 1876 apontava que o programa do novo estabelecimento educacional se constituiria da seguinte maneira:

(...) ao instituto de preparatórios, será anexada uma Escola Normal onde se doutrinem as seguintes disciplinas: pedagogia e metodologia, gramática nacional, aritmética e geometria, compreendendo desenho linear, geografia e história, principalmente a do Brasil (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 261).

Nota-se que novamente nenhuma menção a disciplinas e/ou saberes relativos a uma educação do corpo e/ou relacionados a algum elemento da cultura física foi realizada. Miguel (2018) aponta que foi cercada por um conjunto limitado de saberes e por uma série de problemas estruturais e materiais que a Escola Normal do Paraná iniciou a formação do professorado paranaense. Cabe destacar que essa instituição permaneceu como única a preparar o professorado paranaense até a década de 1920, quando então foram criadas em 1924 a Escola Normal de Ponta Grossa e a da cidade de Paranaguá no ano de 1927 (NASCIMENTO, 2008; MARTINIAK, 2018; MIGUEL, 2018).

Segundo os estudos de Villela (2005, 2007 e 2018), as Escolas Normais criadas no Brasil no século XIX foram as responsáveis pela constituição de uma cultura profissional docente, quando o modelo profissional estabelecido por essas instituições entrecruzou, após a segunda metade do século XIX, com o saber-fazer artesanal que presidia a formação tradicional dos antigos mestres sendo que, entre os anos de 1860 e 1880, a autora localizaria, na Escola Normal de Niterói, fortes indícios da substituição de um paradigma de formação de professores "artesanal" por um modelo "profissional", o qual passaria então a "(...) obedecer a critérios racionais com um conteúdo definido, local e material apropriados" (VILLELA, 2005, p. 83).

Entre outras transformações decorrentes dessa passagem, os diversos trabalhos de Villela (2005, 2007 e 2018) apontam ainda para um alargamento de conteúdos na formação de professores, calcados na tríade spenceriana centrada numa educação moral, intelectual e física. Esse novo modelo formativo ligava-se aos objetivos de uma sociedade que se urbanizava a passos largos e começava a vislumbrar a possibilidade de um início de industrialização e que, pelo menos no plano discursivo, foi incorporado, segundo as fontes acima arroladas, pelas autoridades provinciais paranaenses.

Foi nesse alargamento de conteúdo presente, não somente nos programas de formação de professores, mas identificado também nos currículos de ensino da escola primária, conforme apontado por Taborda de Oliveira (2006), Putcha (2007) e Moro, Gomes e Moraes e Silva (2020), que se identificou no contexto paranaense a presença de disciplinas relacionadas a uma educação do corpo e aos elementos da cultura física, dentre elas: a *Gymnastica*. Contudo, qual foi o caminho tomado pela cultura física no interior da Escola Normal do Paraná? Tal trajeto é a temática analisada no próximo tópico da presente tese de doutoramento.

2.2 A EMERGÊNCIA DA GYMNASTICA NO PARANÁ PROVINCIAL: EM BUSCA DE UMA PRÁTICA RACIONAL E HIGIÊNICA

Diversos autores na historiografia da Educação Física no Brasil têm inquirido sobre a presença de um conjunto de disciplinas e práticas relacionadas à educação do corpo e aos diversos elementos da cultura física nos programas das distintas escolas normais brasileiras, espalhadas em diferentes províncias e/ou estados brasileiros, compreendendo um amplo período histórico que abarca, em sua maioria, o final do período imperial até as três primeiras décadas da república (VAGO, 1997; GRUNENVALDT, 1999; GÓIS JÚNIOR; BATISTA, 2010; LYRA; MAZO, 2010; BRUSCHI, 2015; MORAIS; MORENO, 2016; HONORATO; NERY, 2018; LYRA; MAZO; BEGOZZI, 2018; BEGOZZI; MAZO; PEREIRA; SILVEIRA, 2019; MORO; GOMES; MORAES E SILVA, 2020; MORO; QUITZAU; MORAES E SILVA, 2022).

Com relação à *Gymnastica*, primeiro elemento da cultura física inserido nos projetos de escolarização, esses estudos apontam para a sua presença nos programas das diversas Escolas Normais brasileiras, entre fins do século XIX e início do século XX. Tal afirmativa coincide com o período identificado nos estudos de Villela (2005, 2007 e 2018), onde existiu um alargamento de conteúdos na formação de professores. Porém, cabe destacar que a presença das práticas de ginásticas no programa desses estabelecimentos educacionais foi marcada por diversos avanços e recuos e por distanciamentos e aproximações, no que se refere tanto às prescrições, quanto aos indivíduos responsáveis pelo seu ensino, ao conteúdo, às metodologias, bem como aos tempos e espaços destinados à referida disciplina nessas instituições de formação de professores.

Cabe destacar que a *Gymnastica* passou a ser uma prática comum em escolas, clubes e centros de cultura física espalhados por todo o Brasil a partir da segunda metade do século XIX (TESCHE, 2001; 2011; QUITZAU, 2013; SOARES, 2017), assim como já era em diversos países europeus, conforme evidenciam os estudos de Vigarello (2005) e Gleyse (2021) sobre o contexto francês. Esses diversos espaços dedicados aos exercícios ginásticos e os diversos indivíduos e ideais ligados à sua prática colaboraram, segundo apontam Soares (2002), Romão e Moreno (2018), Lopes (2019) e Lopes, Ehrenberg e Silva (2021), para a sua disseminação e popularização de uma maneira variada e caracterizada por misturas, disputas e uma série de tensões.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que nos primeiros momentos da província do Paraná já circulavam, nos jornais locais, diferentes percepções sobre a *Gymnastica*, sendo que notadamente a que aparecia de forma mais frequente eram as notícias relacionadas aos espetáculos circenses que ocorriam em Curitiba e nos entornos da capital paranaense. As **Figuras 1, 2 e 3**, abaixo reproduzidas, evidenciam essas apresentações circenses que foram frequentemente noticiadas nos jornais paranaenses durante toda a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX.

FIGURA 1: ANÚNCIO APRESENTAÇÃO DE COMPANHIA GINÁSTICA CIRCENSE

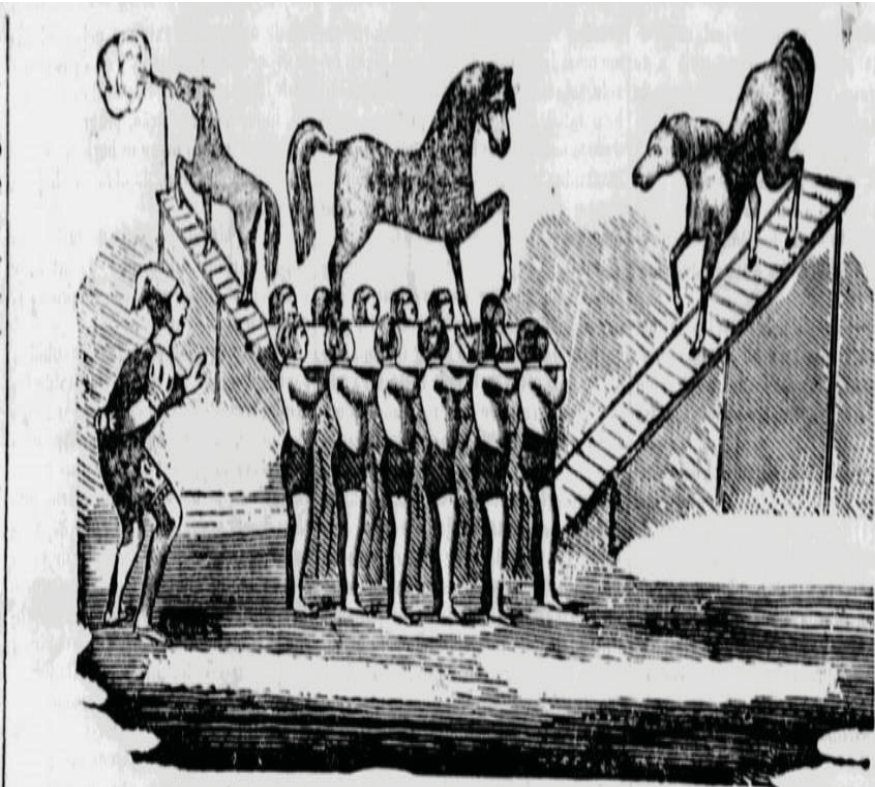
CIRCO OLIMPICO
NA VILLA DE S. JOSE' DOS PINHAES
Quinta-feira 21 do corrente

a companhia gymnastica, dirigida por mr. Paul, dará ao publico um variado e interessante divertimento, dividido em 8 actos; para o qual convida aos habitantes desta cidade. Mr. Paul espera que o respeitavel publico não lhe negará sua coadjvação, afim de levar a effeito tão interessante entretenimento.

Os bilhetes vendem se na entrada do circo.
Principiará ás 8 horas da noite.

FONTE: DEZENOVE DE DEZEMBRO 20 DE FEVEREIRO DE 1856 P.3

FIGURA 2: ANÚNCIO COMPANHIA BRAZILEIRA EQUESTRE E GYMNASTICA



CHEGADA DA
COMPANHIA BRAZILEIRA
EQUESTRE E GYMNASTICA.

Seu director tendo lutado com immensa difficuldade para organizar uma companhia digna da apreciação publica, tem a honra de participar ao illustrado publico Paranaense, que sua companhia acha-se montada com os primeiros artistas brasileiros, que na capital do Imperio bem como em diversas provincias hão recebido immensos applausos; um perfeito cavallinho amestrado, e uma banda de musica composta de professores. A companhia achar-se-ha nesta capital no dia 24 do corrente, e dará logo começo aos seus trabalhos.

Director
Candido Ferraz d'Oliveira

Fonte: Dezenove de Dezembro, 19 de abril 1871, p.4.

FIGURA 3: ANÚNCIO DE APRESENTAÇÃO DE COMPANHIA EQUESTRE GINÁSTICA

GRANDE CIRCO
 Companhia equestre Gymnástica
DIRIGIDA POR
Candido Ferraz & Pedro Glanterio.
Grande e variado espectáculo.
HOJE HOJE HOJE
SABBADO 5 DE MAIO
Exibição de novos exercícios.
 Equestres
 Gymnásticos.
 Acrobáticos.
 Equilibríos.
 Etc. etc. etc.
 No te espectáculo o artista NORBERTO executara o grande
 SALTO DE ARMAS.
Principiará a hora de costume.

 Domingo 6 do corrente haverá nova função.

FONTE: PROVÍNCIA DO PARANÁ, 05 DE MAIO DE 1877 P.4

Ao longo do século XIX e início do XX, as práticas circenses, segundo argumentam Soares (2002), Hauffe e Góis Júnior (2012), Romão e Moreno (2018), Lopes (2019) e Lopes, Ehrenberg e Silva (2021), foram um dos principais espaços de divulgação de imagens e informações sobre os exercícios ginásticos no contexto brasileiro, mesmo que indagado e combatido por parte daqueles que apoiavam uma ideia científica de educação do corpo, relacionada aos intuitos de controle, disciplina e desenvolvimento de hábitos higiênicos.

A preocupação em aproximar a *Gymnastica* do discurso higiênico também se manifestou no Paraná provincial. Na década de 1870, o então inspetor geral de ensino João Manoel da Cunha, no item cinco de seu relatório destinado ao presidente da província Frederico José Cardoso de Araújo, mencionou o papel de fortalecimento do corpo da população que esse elemento da cultura física poderia desempenhar nas escolas paranaenses:

Não basta preservar a saúde do ataque dos agentes externos, cumpre igualmente robustecel-a. Para conseguil o há um só meio que é a gymnastica. A gymnastica é a arte de exercitar o corpo para fortifica-lo. Importante papel desempenhou ella na educação antiga, sobretudo na Grécia, e particularmente em Esparta (...) Teve um tempo de decadência no retrocesso da civilização grega, mas, depois de alguns annos de declínio, reassumio a importância que verdadeiramente merece. Os germes dessa renascença brotaram dos escriptos de Descartes e de J. J. Rousseau cultivada primeiro em Inglaterra, depois na Allemanha e outros paizes em todos os estabelecimentos de educação, e na Suecia posta em prática por hábeis médicos como meio curativo, grangeou a importância devida a uma arte que gosa das preciosas vantagens de desenvolver, em exercícios bem dirigidos o vigor do corpo, a perfeição da estatura, a firmeza da coragem, os lances intrépidos, levados até o heroísmo, a impavidez e o sangue frio, próprios do homem que tem confiança em si.

À vista de tantas vantagens, não seria nunca demais insistir na criação desses exercícios nas escolas primárias, especialmente frequentadas pelos filhos do povo a quem além de útil, será humanitária em ensinar-lhes os meios de augmentarem suas forças por uma aplicação racional delas a todas as industrias, e pelo conhecimento de exercícios que as põe em jogo sem exauril-as. O educador da mocidade deve, pois, conhecer esta arte e as escolas devem ter a capacidade e os instrumentos e meios necessários para que ella seja com esmero ensinada (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 24/03/1875, p.2 – grifos nossos).

O relato do inspetor geral de ensino do Paraná evidencia uma série de importantes dados em relação a esse elemento da cultura física. João Manoel da Cunha acionou discursos que estavam sintonizados com todo o ideário que já circulava com contundência nos principais centros europeus (VIGARELLO, 2005; LJUNGGREN, 2011; KRÜGER; HOFMANN, 2015; GLEYSE, 2021). Para amparar suas premissas, o texto do inspetor de ensino realizou o típico retorno à civilização grega, para posteriormente enfatizar importantes figuras, como os filósofos René Descartes e Jean-Jacques Rousseau, para finalizar, apontou que a Ginástica Sueca era a mais adequada de ser difundida nas escolas primárias, principalmente por seu caráter racional e higiênico. É de fundamental importância mencionar que tal vertente estava sendo amplamente difundida no Brasil nesse período, principalmente pelas suas características médicos regenerativas, conforme

evidenciam os trabalhos de Soares (2012), Moreno (2015), Baia, Bonifácio e Moreno (2019) e Baia e Moreno (2020).

Importante sublinhar que o debate sobre Ginástica Sueca e os melhoramentos na esfera da instrução pública já se realizavam em redes transnacionais mais amplas (VIDAL; RABELO, 2020). Nesse período histórico, já existia um amplo processo de difusão e circulação de modelos e concepções educacionais que haviam sido desenvolvidos na Europa do século XVIII e XIX, e que a cada dia ganhavam mais aceitação em outras regiões do globo, e no caso brasileiro e paranaense não foi diferente.

A tese de doutoramento de Barbosa (2016) aponta que o período no qual João Manoel da Cunha desempenhou funções na instrução pública paranaense foi marcada por algumas redes de relações que a autoridade provincial construiu:

Como vimos, durante a sua vida pública na província paranaense, João Manoel da Cunha, ora esteve atuando diretamente nos assuntos do ensino, ora, envolvido com pessoas ligadas à inspeção e instrução. Podemos acompanhar o homem que circulava em viagens internacionais e nacionais com o objetivo de visitar o filho e também estudar os locais e as ações neles desenvolvidas. Em algumas dessas viagens nacionais participou diretamente de eventos ligados ao ensino, como quando foi nomeado para participar do Congresso da Instrução, na Corte (...) (BARBOSA, 2016, p.96).

A partir das informações indicadas pela autora, cruzadas com o teor das fontes arroladas, é possível sustentar que João Manoel da Cunha teria tido acesso aos debates realizados em países europeus sobre instrução pública, pois além da via dos jornais e revistas, o inspetor realizou várias viagens à Europa, principalmente à Itália, para encontrar seu filho, Brazílio Itiberê, que servia ao governo brasileiro como diplomata⁷.

Nota-se que, apesar da defesa realizada pelo inspetor geral de ensino do Paraná, a presença da *Gymnastica* ainda não era oficial nas escolas paranaenses. Tanto que no capítulo IV do Regulamento da Instrução Pública, promulgado em julho de 1876, que tratava da instrução normal e apresentava o programa da Escola Normal do Paraná dividido em dois anos, nenhuma referência foi feita a esse elemento da cultura física. Contudo, apesar da ausência no plano legal, foi possível encontrar vestígios na imprensa de que as práticas ginásticas poderiam proporcionar benefícios se inseridas nos programas de ensino da instrução pública:

⁷ Barbosa (2016), indica que Brazílio Itiberê residiu em Roma, na Itália entre os anos de 1873 e 1883. Momento no qual seu pai desempenhava funções importantes na instrução pública paranaense. A autora inclusive cita que o presidente da província do Paraná, Adolpho Laménha Lins, concedeu em julho de 1876 uma licença de um ano para que João Manoel da Cunha fosse à Europa.

VANTAGENS DA GYMNASICA – Já não há ninguém que ponha em duvida as vantagens que dos exercícios gymnasticos resultam para a economia humana. A gymnastica é seguramente, com a hydrotherapia, o mais poderoso modificador do organismo do homem. O sr. Burk teve a feliz lembrança de procurar pôr em evidencia, por meio de experiencias directas, os resultados que podem apresentar em alguns mezes os exercícios musculares. A escola normal de gymnastica da *Faisanderie*, em Vincennes, serviu lhe de precioso terreno para essas experiencias. O sr. Burk obteve dos srs. comandantes Grellet e Canonier, que dirigem essa escola, permissão para pesar os discípulos antes e depois dos exercícios, de medir a capacidade pulmonar de cada um, de experimentar no dynamometro os seus esforços musculares, etc. O exame foi feito em mais de mil pessoas, e em poucas linhas podem se resumir os resultados colhidos. Depois de muitos mezes de exercícios gymnasticos, as forças musculares, cresceram n'uma proporção que se eleva facilmente a 23%, e que póde ir até 38%, por outro lado as forças tendem a equilibrar-se das duas metades do corpo. A capacidade pulmonar augmentou pelo menos, uma sexta parte. O peso individual augmentou sensivelmente e o accrescimento vai até 15%. Ao mesmo tempo diminui o volume do corpo, e que é mesmo que dizer que o exercício augmenta a densidade do corpo, isto é, o seu peso com o mesmo volume. Ora a força muscular é, em geral, proporcional à densidade do indivíduo. Os dados experimentaes colhidos pelo sr. Burk, na verdade, animadores ed devemos esperar que contribuirão para fazer dar o devido valor à influência dos exercícios corporaes sobre a saúde em geral (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 14/02/1877, p.3).

A notícia, datada de fevereiro de 1877, enfatiza diversos pontos fundamentais para a constituição histórica da ginástica como a economia de energia, a presença de uma retórica científica de cunho matematizada, descrições anátomo-fisiológicas e principalmente os benefícios que as práticas gímnicas poderiam agregar na saúde dos indivíduos e da população de uma maneira geral (SOARES, 2002; VIGARELLO, 2005; GLEYSE, 2021). Todavia, o mais interessante de se interpretar nas entrelinhas da nota divulgada no *Dezenove de Dezembro*, é que ela foi publicada no mesmo ano da instalação da Escola Normal do Paraná, momento no qual talvez se estivesse pensando num programa a ser oferecido no curso de formação de professores. Tanto que a própria notícia faz menção a uma escola normal francesa, localizada na cidade francesa de Vincennes, evidenciando que centros mais avançados da Europa já estavam inserindo esse elemento da cultura física em seus estabelecimentos de ensino. A mensagem contida na notícia publicada no jornal era clara: Se o Paraná desejava ser um local sintonizado com o ideário do progresso e da civilização deveria seguir nesse mesmo caminho de valorização dos exercícios ginásticos.

Nesse sentido, apesar do intento de alguns setores da sociedade paranaense do período em inserir a *Gymnastica* nos programas de ensino da Escola Normal do Paraná, pode-se compreender os motivos pelos quais sua inserção não

foi imediata. Afinal, conforme dito anteriormente, os primeiros anos de exercício da instituição foram marcados por uma série de problemas em seu funcionamento, que iam desde a falta de alunos até problemas diversos com a sua organização curricular (STRAUBE, 1993; SOUZA, 2004; NASCIMENTO, 2008; MIGUEL; KLENK, 2009; CORREIA, 2013a; BARDELOTTO, 2016; SBARDELOTTO, 2016; MARTINIAK, 2018; MIGUEL, 2018). Tanto que no relatório que o Presidente Dantas Filho apresentou à Assembleia Legislativa do Paraná, no ano de 1880, foram sugeridas algumas modificações na instituição com o objetivo de atender melhor às necessidades do ensino primário e de aumentar a frequência de alunos, problema que persistia, uma vez que no respectivo ano letivo o estabelecimento educacional havia sido frequentado somente por seis alunos, conforme atestado no relatório da autoridade imperial:

A necessidade de semelhante instituição é visível, principalmente n'uma província nova, como esta, onde são muito raros os indivíduos aptos para o magistério. Infelizmente, porém, é lamentável o que ocorre em relação á escola normal da província. No último anno lectivo foi ella frequentada por seis alumnos! (DANTAS FILHO, 1880, p.37).

Entre as mudanças sugeridas para o melhoramento da instituição, encontravam-se a modificação do programa de ensino e a criação de uma Escola Normal para atender à formação de professoras, utilizando-se de argumentos que a associavam a figura feminina “(...) ao lar, à criança e à regeneração de uma sociedade ‘sadia’” (VILLELA, 2007, p.122). Miguel e Saíz (2006), Castanha (2015) e Miguel (2018), indicam que o interesse em criar uma Escola Normal para o sexo feminino recaía ainda sobre a possibilidade de se adotar em larga escala o sistema de escolas promíscuas⁸ no Paraná, cuja docência seria confiada principalmente às mulheres. Esse elemento também pode ser observado com mais detalhes no relatório de 1880 formulado pelo então presidente Dantas Filho:

A escola normal existente foi creada para alumnos do sexo masculino.

Considero que é muito sensível a falta de instituição da mesma espécie para o sexo feminino.

Ocorre-me a consideração feita pelo illustre estadista que teve a honra de ser o primeiro administrador desta esperançosa província:

Com efeito, a instrucção do sexo feminino não só é uma dívida sagrada do Estado para essa parte tão importante da sociedade, mas, e mui

⁸ A palavra *promíscua* indica tratar-se de escolas diferenciadas, não só pelo fato de serem mistas (promiscuidade de sexos), mas pela diferenciação de estágios e/ou níveis de aprendizagem existentes no seu interior por meio do desempenho escolar de meninos e meninas. (CORRÊA, 2004; CASTANHA, 2015).

particularmente, sobresahe como um dos meios mais seguros e efficazes de derramar e generalisar pelo povo o ensino primário e o verdadeiro progresso, visto que a experiência mostra que não há, ou é mui raro, exemplo de mae que saiba ler e escrever, cujos filhos, embora por circumtancias deixem de freqüentar as escolas, não saibam ler e escrever, ensinando-lhes Ella nas suas horas vagas, à custa de todo sacrifício, aquillo que aprendeu; de sorte que póde-se dizer que instruir as meninas é de algum modo crear uma escola em cada família (...) **Accresce que, na hypothese de ser adoptado em larga escala o systema das escolas promiscuas, às professoras deverá ser confiada a direcção dellas** (DANTAS FILHO, 1880, p. 38 – grifos nossos).

Muitas das mudanças sugeridas no relatório do Presidente Dantas Filho foram incorporadas ao novo Regulamento do Instituto Normal e de Preparatórios, de janeiro de 1882, que definia outro programa para a Escola Normal da Província do Paraná (MIGUEL; MARTIN, 2004; CASTANHA, 2008; MIGUEL, 2018; MARTINIAK, 2021), e que entre os saberes a serem utilizados figurava pela primeira vez à *Gymnastica*.

2.3 OS PRIMEIROS MOMENTOS DA GYMNASICA NA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: POR UMA *EDUCAÇÃO PHYSICA, INTELLECTUAL, MORAL E CIVIL*

Foi ainda durante o final do período monárquico, conforme aponta Villela (2005), que um conjunto de saberes considerados mais práticos ganhou uma significativa atenção dos segmentos educacionais, e entre eles estavam aqueles ligados ao universo da cultura física. Souza (2000, p.12), ao analisar tal momento histórico levanta alguns pontos bastante interessantes para o escopo da presente tese de doutoramento:

(...) a introdução de novas disciplinas nos programas de ensino primário, especialmente ciências, desenho e educação física, articulou-se com a linguagem da modernidade, isto é, a justificativa para a inclusão destes conteúdos culturais assinalava as contribuições que eles trariam para a modernização. Dessa forma, a construção dos Estados-nação e a modernização social tornaram-se os pilares sobre os quais se alicerçaram os ideais e as políticas de inovação educacional no final do século XIX e início do século XX. No Brasil não foi diferente. No final do século XIX, a escola popular foi elevada à condição de redentora da nação e de instrumento de modernização por excelência.

Cabe destacar, assim como salientam Souza (2000), Paiva (2004), Herold Júnior (2005), Puchta (2007), Vago (2010) e Soares (2017), que nesse período já estava circulando no país uma retórica relacionada à tríade da educação moral, intelectual e física, muito provavelmente em alusão à matriz spenceriana, que ganhou destaque no cenário brasileiro, principalmente com o famoso parecer de Rui

Barbosa em 1883, sobre a “*Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*”, no tópico destinado à “educação physica”. Sobre o referido parecer de Rui Barbosa as reflexões de Souza (2000, p.13), são bastante interessantes e esclarecedoras:

A esse respeito, Rui segue mais uma vez as idéias pedagógicas predominantes na época, isto é, a ampliação do programa escolar justificada pelo princípio da educação integral: educação física, intelectual e moral. Tal princípio, formulado e difundido a partir da obra de Spencer, *Educação Intellectual, Moral e Physica*, publicada em 1861, coadunava uma concepção de educação com as aspirações e necessidades da sociedade moderna. O apelo de Spencer à correspondência entre a lei da evolução biológica (lei do desenvolvimento orgânico) e o progresso social possibilitou a naturalização da evolução da sociedade e a compreensão da ciência como o conhecimento mais relevante, o conhecimento útil com aplicação no trabalho, na arte e na vida diária.

Os valores *spencerianos* parecem ter influenciado, antes mesmo da publicação do célebre parecer de Rui Barbosa, as justificativas utilizadas para inserir a *Gymnastica* no programa de ensino da Escola Normal do Paraná. Sendo assim, para a formação do professorado, o novo regulamento de 1882 previa, entre outras disciplinas, uma cadeira de Pedagogia, onde um elemento da cultura física apareceria pela primeira vez no rol de saberes a serem utilizados do processo de formação de professores da Escola Normal do Paraná, conforme observa-se nos artigos 3º e 6º do referido regulamento:

Art 3º - Às disciplinas a que se refere o art. anterior serão distribuídas pelas seguintes cadeiras e aulas práticas:

1º - Portuguez e religião (livre).

Aritmetica, álgebra e escripturação mercantil.

Geometria e desenho linear.

Cosmographia, geographia geral e do Brazil.

História universal e do Brazil.

Elementos de sciencias physicas e naturaes, de phisiologia e hygiene.

Principios de lavoura e horticultura.

Philosophia, princípios de direito natural, publico e constitucional.

Principios de economia social e domestica.

Francez.

Italiano.

Latim.

Inglez.

Allemão.

Rhetorica.

Pedagogia: - theoria e pratica applicadas às matérias do curso, e do ensino intuitivo ou lecção de cousas.

2° - Calligraphia.

Musica vocal.

Gymnastica.

Officios manuaes para os alumnos.

Prendas domesticas para as alumnas. (PARANÁ, 1882, p.1-2, grifos nossos).

Já no artigo 6°. a Pedagogia aparece como disciplina presente na 6ª e 7ª séries, com seus respectivos conteúdos de ensino e, entre eles, mencionavam-se elementos relativos à educação do corpo, pois sinalizavam para princípios relativos à tríada spenceriana: *educação physica, intellectual* e moral.

Art.6° - As disciplinas designadas no art.3 ns.1, constituem o objecto das seguintes series:

[...] 6ª SERIE

[...] – Pedagogia: **Princípios de educação physica, intellectual, moral e civil**; methodologia geral; exercícios práticos nas escolas annexas.

7ª SERIE

[...] – Pedagogia: Methodologia especial; exposição dos differentes systemas e modos de ensino e sua applicação, regras do ensino intuitivo ou lecções de cousas; exercícios nas escolas annexas. (PARANÁ, 1882, p.2-3 – grifos nossos)

Com relação à *educação physica*, observa-se no Paraná algo muito próximo do que Vago (1997) e Moreno e Vago (2011) apontaram a mesma época em Minas Gerais. A *educação physica* era um dos conteúdos previstos pela cadeira de Pedagogia, composta pela tríade spenceriana *educação physica, intellectual* e moral. Ao participar dessa tríade, a dimensão física estaria a indicar não uma disciplina escolar propriamente dita, pois o sentido parecia ser bem mais amplo e complexo: “(...) o de uma educação do corpo articulada aos preceitos morais e aos valores intellectuais que se pretendia impor aos futuros professores e professoras das escolas primárias” (VAGO, 1997, p.35).

Quanto à *Gymnastica*, o regulamento paranaense fornecia pouco detalhamento sobre seu conteúdo e funcionamento. Indicava apenas que ela compunha, juntamente à *calligraphia*, música vocal, *offícios manuaes* (para meninos), prendas domésticas (para meninas), um grupo de disciplinas denominadas de aulas práticas, que não faziam parte da seriação prevista para os demais saberes, que compunham o programa de ensino e nas quais os alunos poderiam matricular-se independentemente do estudo prévio de qualquer das séries

(PARANÁ, 1882). A presença dessas disciplinas no programa da Escola Normal do Paraná pode ser entendida e justificada a partir das afirmações que Taborda de Oliveira (2007, p.133) apresenta sobre a utilização desses saberes nos currículos das escolas primárias brasileiras:

De algum modo elas viriam ampliar as finalidades da instrução pública primária quando cumpriam um duplo papel: complementar as possibilidades de desenvolvimento das tradicionais “disciplinas” de Leitura, Escrita e Aritmética, e ampliar o próprio sentido da instrução pública primária, que se desloca de uma dimensão instrucional para outra que pressupõe a formação humana na sua dimensão moral, intelectual e física.

Uma outra prescrição presente no regulamento indicava que o ensino dessas matérias não seria desenvolvido por um professor, e sim ministrado por docentes conforme o sexo dos indivíduos a que se destinasse. Além disso, os professores e professoras lecionariam três vezes por semana, em dias alternados e por espaço de uma hora. O capítulo do regulamento, que tratava dos docentes, deixava claro que as nomeações dos professores seriam feitas somente mediante concurso e que indicações sem tal expediente somente ocorreriam em casos especiais (PARANÁ, 1882). Com isso, o texto da lei deixava claro que aos responsáveis pelas aulas práticas não era permitido a construção de uma carreira de professor no interior dessa instituição, podendo esses serem dispensados e/ou postos à disposição a qualquer momento. Entende-se que tais elementos fornecem alguns indícios sobre o sentido que a *Gymnastica* estava assumindo na formação do professorado paranaense nos primeiros momentos da disciplina no programa de ensino da Escola Normal do Paraná.

Apesar do regulamento prever, para a cadeira de pedagogia, a relação entre teoria e prática aplicadas às matérias do curso e à realização de exercícios práticos nas escolas anexas, é preciso destacar que essa prescrição dizia respeito somente às matérias que compunham a seriação do curso, mas não ao grupo de disciplinas que compunham as denominadas aulas práticas, no qual a *Gymnastica* estava incluída. Assim, parece que o caráter que queria se imprimir no momento não era o de formação do professorado com vistas ao desenvolvimento das práticas ginásticas no interior das escolas paranaenses, sobretudo, as primárias, mas sim o da promoção e preservação da saúde dos alunos e alunas matriculados na Escola Normal do Paraná.

Larroca (2009), Moraes e Silva (2011), Moraes e Silva e Quitzau (2018) e Moraes e Silva, Quitzau e Soares (2018) lembram que nesse período na capital

paranaense o discurso sobre saúde e a higiene foi fortemente avivado pela sociedade local, e que se materializou na constituição estrutural de novos espaços na cidade, onde novas sensibilidades foram desenhadas e, portanto, novos comportamentos passaram a ser valorizados e implementados, e entre eles se encontravam os diversos elementos da cultura física. Os autores ainda lembram que diversos indivíduos e grupos sociais criaram espaços de sociabilidade em que divertimentos se misturavam com práticas educativas e pedagógicas voltadas à saúde e a higiene.

No caso da Escola Normal do Paraná, a valorização dos elementos da cultura física começou também a ser pensada nessa mesma temporalidade, porém, segundo apontam Taborda de Oliveira (2006), Puchta (2007), Puchta e Taborda de Oliveira (2015), ainda não era obrigatória a cadeira da *Gymnastica* em todas as escolas paranaenses. No entanto, evidencia-se que Curitiba já apresentava espaços públicos para divertimentos corporais e que a preocupação com comportamento voltada à manutenção da saúde também pairava pelas ruas curitibanas. Larroca (2009), Moraes e Silva (2011), Moraes e Silva e Quitzau (2018) e Moraes e Silva, Quitzau e Soares (2018) sublinham que, apesar de já existir na cidade um conjunto de outros espaços de sociabilidade e divertimento como teatros, clubes sociais e inúmeras associações formadas por imigrantes, foi o Passeio Público que permitiu relacionar divertimento e utilidade numa área central, ajardinada e pública e os elementos da cultura física foram bastante utilizados nesse local⁹.

Um exemplo da circulação destes discursos que valorizavam os elementos da cultura física, articulando-os com um ideário da saúde, pode-se ser visualizado numa irônica e debochada nota publicada, no jornal *Sete de Março*, em outubro de 1888:

Não há nada melhor q' a gymnastica para a saúde, duplica as forças e alonga a vida.

- Mas homem, nossos paes não faziam gymnastica, sem embargo...

- É verdade; não faziam gymnastica; porém veja vossa mercê como morreram todos (SETE DE ABRIL, 03/10/1888, p.3).

Portanto, entende-se que a cadeira de *Gymnastica* na Escola Normal do Paraná estava incorporando retóricas voltadas à formação do corpo dos indivíduos que já estavam circulando na cidade de Curitiba. Afinal, nota-se que as

⁹ Mais detalhes sobre o Passeio Público consultar Balhs (1998).

transformações dos valores circulantes na instituição também estavam imbricadas nas alterações da sensibilidade urbana que, conforme aponta Moraes e Silva (2011), vinha emergindo na capital paranaense no período em questão. Metamorfoses que contribuíram diretamente para o estabelecimento de novas possibilidades a serem aplicadas no interior da instituição responsável em formar o professorado paranaense.

Além de inserida no rol de saberes do programa de ensino da Escola Normal do Paraná, a *Gymnastica* seria instituída, conforme evidenciam Taborda de Oliveira (2006), Puchta (2007) e Puchta e Taborda de Oliveira (2015), nas escolas públicas primárias do sexo masculino, por Ato assinado pelo Presidente da Província Carlos de Carvalho, em 30 de junho de 1882. O referido dispositivo legal continha o seguinte teor:

O presidente da província, attendendo à conveniência de melhorar a educação physica das creanças do sexo masculino e considerando que a Gymnastica, desenvolvendo a musculatura e as vitalidades geraes tende a estabelecer o equilibrio, como ensinam os hygienistas, entre todas as funcções, entre as aptidões physicas e a capacidade intellectual, resolve:

Art.1º Os professores das escolas públicas primarias do sexo masculino são obrigados a ensinar Gymnastica aos alumnos três vezes por semana e por tempo que não exceda de uma hora.

Art.2º Enquanto a província não fizer distribuir os instrumentos e aparelhos necessários, o ensino da Gymnastica, será feito pelo methodo do professor Schreber, de Leipsig – devendo os professores guiar-se exclusivamente pela

– Gymnastica domestica, medica e hygienica desse professor, traduzida por Julio de Magalhães.

Art.3º A diretoria geral da instrucção publica remetterá a cada professor um exemplar da obra de Schreber e providenciará de modo que o ensino da Gymnastica comece quinze dias depois de ter o professor recebido o alludido exemplar.

§único. Incorrerá nas penas indicadas no Regulamento Geral da instrucção publica o professor que deixar de cumprir o disposto neste acto.

Art.4º A diretoria geral da instrucção publica expedirá as instrucções que entender conveniente. (PARANÁ, 1882b, s.p.).

Pelo que se pode observar, pensando em viabilizar o ensino da ginástica nas escolas, o governo adotou o “compêndio de Gymnastica doméstica, médica e higiênica” do médico alemão Daniel Schreber¹⁰. Ao estudarem o enraizamento da ginástica no ensino público primário paranaense, Taborda de Oliveira (2006), Puchta

10 Puchta e Taborda de Oliveira (2015) indicam que Daniel Gottlieb Moritz Schreber (1808-1861) era membro de uma família de burgueses protestantes alemães. Realizou estudos em medicina, principalmente no ramo da Ortopedia. Como médico se interessou em temáticas educacionais e pedagógicas, em especial na confluência com a educação física, ginástica e higiene.

(2007) e Puchta e Taborda de Oliveira (2015) mostram como foi se dando a presença da *Gymnastica* nas escolas locais, tendo em vista a determinação do Ato de 1882. Puchta (2007) afirma, pela análise que realizou das correspondências trocadas entre os inspetores escolares de algumas cidades e o Diretor Geral da Instrução Pública, que a circulação do compêndio de Daniel Schreber parece ter desempenhado algum papel nas práticas de ginásticas realizadas em estabelecimentos educacionais paranaenses.

Vago (2010) lembra que a adoção de manuais de *Gymnastica* no final do século XIX foi uma prática adotada visando a introdução desse elemento da cultura física nos currículos das escolas primárias brasileiras, bem como de se tornar uma alternativa para a preparação dos professores para o ensino dos exercícios ginásticos. Como exemplo o autor cita o “*Manual Theorico-pratico de Gymnastica Escolar*” de autoria de Pedro Manuel Borges, no Rio de Janeiro, publicado em 1888; e o compêndio prático de “*Gymnastica*” para uso das *Escolas Normaes e Primárias*, de Antonio Martiniano Ferreira, publicado em 1897 em Minas Gerais.

No Paraná, parece que essa foi também a estratégia adotada inicialmente para implementar a *Gymnastica* nas escolas primárias do sexo masculino, conforme apontam os trabalhos de Puchta (2007) e Puchta e Taborda de Oliveira (2015). O manual poderia ser uma solução para os problemas que a Escola Normal do Paraná apresentava, visto que pela baixa frequência de alunos, a instituição não reunia condições de formar professores na dimensão proposta pelo Ato de 1882. Então, ao adotar o compêndio de *Gymnastica* de Daniel Schreber e distribuí-lo aos professores, o governo do Paraná assumia a forma de como deveria se proceder com relação a esse conteúdo no interior das escolas paranaenses.

Ao estudar os compêndios que circularam na Escola Normal do Paraná, no período entre o final do Império e o início da República, Schaffrath e Miguel (2011) identificaram a compra do manual do método Schereber, no ano de 1882, dessa forma pode-se concluir que a referida obra também foi adotada e circulou na Escola Normal do Paraná. Puchta (2007) e Puchta e Taborda de Oliveira (2015) ressaltam que a prescrição prevista no compêndio do médico alemão, assim como as inseridas no Ato de 1882, fundamentava-se em preceitos médicos e higienistas, que visavam o desenvolvimento muscular e o fortalecimento das vitalidades gerais, para um melhor equilíbrio entre todas as funções corporais. Portanto, era uma formação notadamente voltada ao aperfeiçoamento do corpo, tanto dos alunos das escolas

primárias quanto do futuro professorado, e que passava a ser um elemento presente no cenário educacional paranaense.

Com a mudança, as aulas de *Gymnastica* permaneceram no programa de formação do professorado, agora fazendo parte das matérias que compunham a seriação do curso. Embora a disciplina estivesse prevista nos dois anos da formação, sua duração foi reduzida para apenas uma hora semanal. Eram prognosticadas ainda, a ida dos alunos a uma escola pública acompanhados do professor de Pedagogia, com a finalidade de exercerem os exercícios práticos, conforme disposto no Ato n°.153, que tratava da reorganização do estabelecimento educacional:

As matérias mencionadas serão estudadas em dous annos pela maneira seguinte:

1° ANNO

(...) Desenho, calligraphia, musica e **Gymnastica** (1 hora por semana para cada aula) [...]

2° ANNO

(...) Desenho, calligraphia, musica e **Gymnastica** (1 hora por semana para cada aula).

Os alumnos do segundo anno deverão ir à escola publica, que for designa a pela congregação, acompanhados do professor de pedagogia afim de fazerem os exercícios práticos. (PARANÁ, 1883, s.p. – grifos nossos)

A reorganização sofrida pela Escola Normal do Paraná e as transformações ocorridas na disciplina de *Gymnastica*, menos de um ano depois de ser aprovado o ato de instituição da sua utilização nas escolas primárias do sexo masculino, talvez possam indicar o início de uma preocupação com a formação do professorado pela Escola Normal do Paraná, para atender a esse elemento da cultura física. Se antes a ginástica, compondo o núcleo de disciplinas denominadas aulas práticas, estava excluída dos exercícios práticos nas escolas anexas, com o novo programa, a realização dos exercícios práticos em estabelecimentos educacionais públicos seria estendido a todas as disciplinas do programa.

Cabe destacar que o programa da Escola Normal do Paraná previa a disciplina de *Gymnastica* para ambos os sexos nos dois anos do curso, e ainda a realização de exercícios práticos em uma escola pública, acompanhada pelo professor de Pedagogia. Com essa medida, as alunas do curso normal também poderiam estar praticando os exercícios ginásticos, relativizando um pouco a suposta exclusão do público feminino da sua prática nas escolas públicas do sexo feminino no contexto paranaense.

Entretanto, é preciso lembrar que a Escola Normal do Paraná continuava com baixa frequência de alunos, apesar dos incentivos oferecidos pelo governo paranaense aos professores que cursassem a instituição, e essa situação se repercutia na prática da *Gymnastica* no interior das escolas públicas primárias, conforme observa-se no relatório produzido pelo presidente Oliveira Bello, em outubro de 1883:

A Gymnastica escolar, que habilita, pelo avigoramento orgânico, ao esforço intellectual, ao progresso da instrução, falta absolutamente nas praticas do ensino, e as compleições gradualmente mais rachiticas pela hereditariedade e adaptação aos nossos hábitos, vão-se acrescentando, como aggravante mórbido, o esfacelamento mental, que os methods verbalistas e mnemônicos promovem (BELLO, 1883, p.33 – grifos nossos)

Como pode-se verificar, a situação da *Gymnastica* nas escolas permaneceu precária apesar das tentativas de formação, seja aquela realizada pelo compêndio de Daniel Schereber, seja pela posta em curso no interior da Escola Normal do Paraná, dando indícios de que o fato da ginástica existir enquanto disciplina no programa de formação, não era garantia de que essas aulas realmente estivessem sendo ministradas aos futuros professores (MORO, GOMES, MORAES E SILVA, 2020). Mas, apesar das preocupações demonstradas pelo presidente Oliveira Bello com relação ao ensino da ginástica, em janeiro de 1884, foi aprovado pelo mesmo um novo regulamento para a Escola Normal do Paraná, no qual verificou-se uma restrição no elenco de disciplinas e a exclusão da cadeira de *Gymnastica* do programa de ensino da instituição (BELLO, 1884).

Aqui, é interessante destacar que as práticas ginásticas instituída nas escolas públicas primárias do sexo masculino, pelo Ato de 1882, também não iriam mais figurar no elenco de disciplinas que compunham o currículo para o ensino primário, no Regulamento da Instrução Pública de 1890. Segundo Puchta (2007, p.56), “(...) no que diz respeito à *Gymnastica*, exceto o Ato de 1882, é no Regulamento de 1895 que encontramos a primeira menção desta, no rol das disciplinas presentes nos programas de ensino”. Com relação a essa situação, o autor argumenta que esse hiato de pouco mais de dez anos poderia significar tanto o bom desenvolvimento da *Gymnastica* no interior das escolas - a ponto de não ser necessário legislar sobre ela no novo regulamento - quanto o desuso dessa prática no interior dos estabelecimentos de ensino paranaenses.

Já a exclusão da ginástica no programa da Escola Normal do Paraná estava provavelmente ligada ao corte de despesas com a instrução pública, pois em seu relatório, o presidente Oliveira Bello reconheceu que o programa de formação de professores era demasiadamente resumido, mas argumentava que a ampliação do mesmo acarretaria num “(...) aumento do pessoal docente, o que a verba não comportava” (BELO, 1884, p.46).

Assim, apesar da defesa feita pelo presidente provincial, no relatório de 1883, em favor da *Gymnastica*, a disciplina seria excluída do programa um ano mais tarde. A supressão, segundo apontam Puchta (2007) e Moro, Gomes e Moraes e Silva (2020) foi para atender à situação financeira da província, indicando o caráter inferiorizado e pouco formalizado que essa disciplina representava frente aos demais saberes que deveriam compor o programa de ensino de formação do professorado paranaense. Contudo, tal quadro somente seria modificado com o advento do período republicano, onde a *Gymnastica* voltaria a fazer parte dos conteúdos a serem levados em conta pela instrução pública paranaense.

3 A GYMNASTICA NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARANAENSES: A CONSOLIDAÇÃO DA VERTENTE SUECA

3.1 A GYMNASTICA E O ADVENTO DA REPÚBLICA: DIFUNDINDO A TRÍADE SPENCERIANA

Conforme salientam Nagle (1974), Azevedo (1976), Souza (1998), Faria Filho (1999) e Carvalho (2003), com o advento da república o processo de escolarização das massas ganhou um novo fôlego em todo o Brasil. Os autores lembram que foi através dos princípios republicanos que uma reformulação mais significativa começou a ocorrer na esfera educacional em todo o país. Modelos vindos da Europa e dos Estados Unidos eram cada vez mais utilizados como exemplos idealizados do que deveria ser realizado em terras brasileiras (PALLARES-BURKE, 1998). Um desejo de progresso e civilização se tornava mais latente do que aqueles manifestados anteriormente no período imperial, e a instrução pública, conforme evidenciam Vidal e Rabelo (2019; 2020), foi um dos espaços onde tais ideias reverberaram com mais contundência.

Foi nesse contexto republicano que a *Gymnastica* retornou aos programas de ensino da instrução pública paranaense. Por sua vez, a restituição desse saber na Escola Normal do Paraná se daria com a publicação do Decreto n.º 3, de 18 de outubro de 1892, que passava a regulamentar o ensino no *Gymnasio* Paranaense e na Escola Normal do Paraná.

Art.100. O curso da Escola Normal é gratuito, commum, a um e outro sexo e comprehenderá as seguintes disciplinas:

Portuguez

Francez

Mathematicas elementares, arithmetica, álgebra, geometria e trigonometria

Geographia e Cosmographia

Physica

Chimica

Historia natural

Noções de sociologia e moral, noções de direito pátrio e de economia política

História universal

Pedagogia

Gymnastica e evoluções militares (para o sexo masculino)

Musica vocal

Desenho

Prendas domesticas (para o sexo feminino). (PARANÁ, 1892, s.p. – grifos nossos).

Contudo, a presença da *Gymnastica* no referido decreto necessitou ser pensada e refletida, muito em função de um ofício encaminhado pela Diretoria da Instrução Pública, ao Presidente da Província, datado de 04 de abril de 1892, onde foi solicitada a inserção de aula de ginástica no currículo da Escola Normal do Paraná. Nesse ofício, o então Diretor da Instrução Pública, João Pereira Lagos¹¹, realizou a seguinte observação quanto à presença desse conteúdo nos documentos publicados nos anos de 1882 e 1883:

Com os regulamentos de 18 de janeiro de 1882 e 4 de julho de 1883 expedidos pelos ex-presidentes da antiga província do Paraná, Srs. Sancho de Barros Pimentel e Carlos Augusto de Carvalho, foi instituído, como disciplina complementar do curso normal, a aula pratica de *Gymnastica* – não tendo sido dado à execução o primeiro desses regulamentos e sendo revogado o segundo no mesmo anno em que foi expedido, **ficou o curso normal privado de tão útil melhoramento que jamais mereceu ser incluído nos regulamentos ulteriormente publicados.** (LAGOS, 1892, s.p. – grifos nossos).

Como já afirmado anteriormente, a presença da *Gymnastica* nos Regulamentos da Escola Normal do Paraná precisa ser relativizada, pois a existência legal não garantiu que essa disciplina estivesse acontecendo efetivamente no cotidiano da instituição, principalmente tendo-se em vista o grande número de aprovações e supressões da legislação educacional que ocorreram nesse período no Paraná.

Cabe destacar que, para advogar em prol da *Gymnastica*, o então Inspetor da Instrução Pública se utilizou de um discurso ligado à tríade spenceriana da educação física, intelectual e moral, já circulante no contexto brasileiro, conforme aponta SOUZA (2000), PAIVA (2004) E HEROLD JÚNIOR (2005), há mais de uma década. Os valores *spencerianos* parecem também ter influenciado a justificativa apresentada pelo inspetor de ensino sobre o retorno da *Gymnastica* ao programa da Escola Normal do Paraná. Tal questão pode ser evidenciada na seguinte passagem do referido documento:

Como, porém, é manifesta a necessidade de fazer entrar o estudo da *Gymnastica* no programa da Escola Normal que como sabeis, obedece por

11 Barbosa (2016) aponta que João Pereira Lagos Júnior era um advogado que inclusive já tinha desenvolvido o cargo de inspetor geral de ensino no período provincial. Segundo a autora, a autoridade governamental ocupou a função nos anos de 1875, 1876, 1877, 1878 – 1879, 1880, 1883, 1885, 1886 e com o advento da república continuou a exercer um papel protagonista na instrução pública do Paraná.

toda a parte onde existe aos três princípios fins a que se destina a educação contemporânea: **a educação intelectual, a educação moral e a educação physica**, tomo a liberdade de propor-vos a restauração da respectiva aula (LAGOS, 1892, s.p. – grifos nossos).

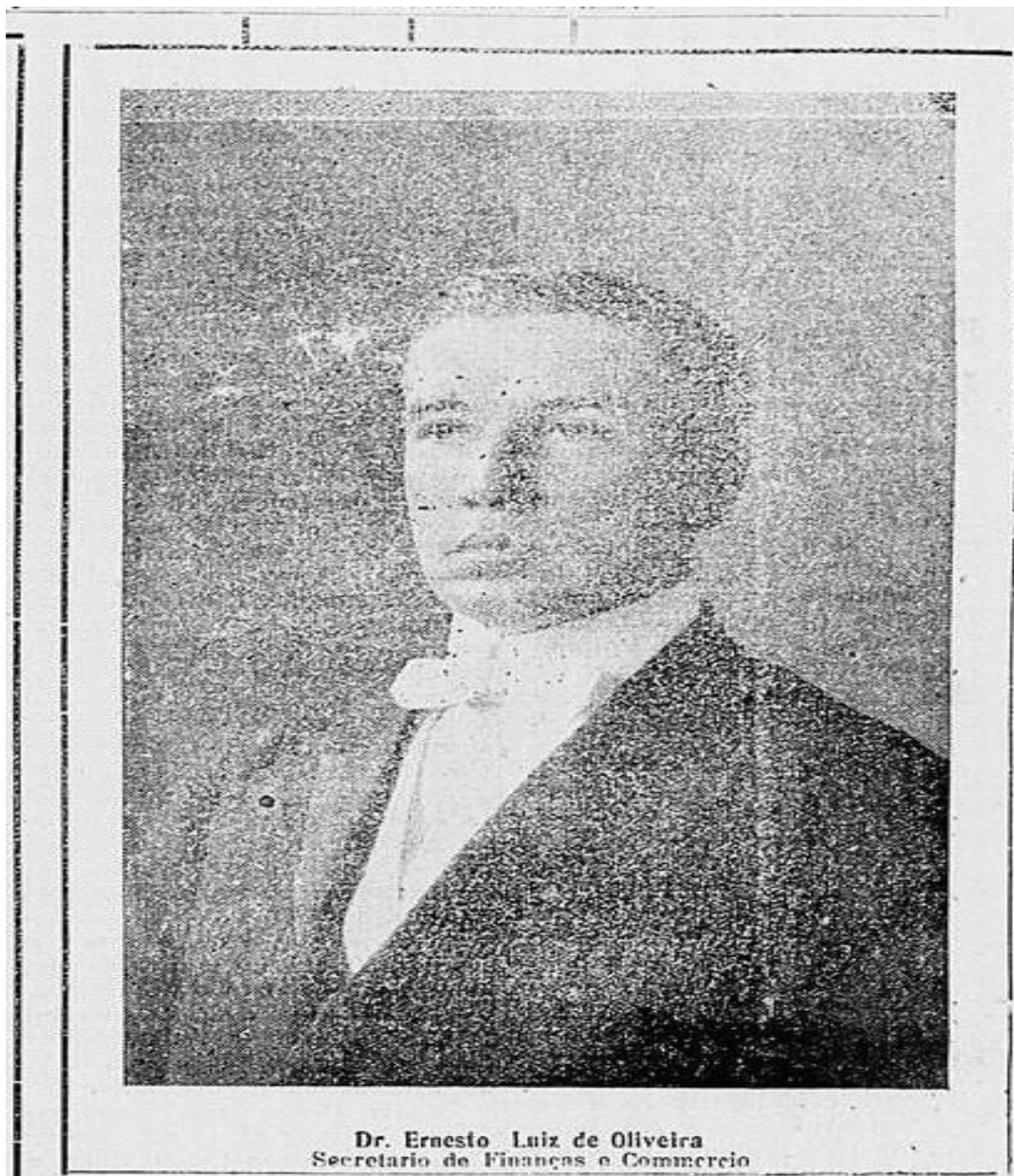
A força do famoso lema spenceriano era considerável nesse período, visto que era comum encontrar nos jornais paranaenses escritos enaltecendo a necessidade de utilização da tríade *educação physica, intellectual e moral* na formação da mocidade paranaense. A seguinte nota publicada no periódico *A Tribuna*, em maio de 1895, é um exemplo da utilização desse tipo de retórica pela imprensa local:

Na escola há que atender-se à três modalidade de educação: à educação physica, que prepara e mantém a saúde; à educação moral, que inculca e invetera os bons hábitos, as maneiras, as normas de boa conducta e toda a espécie de deveres; a educação intellectual, que ministra os conhecimentos necessários ao sucesso completo da vida civilizada (A TRIBUNA, 31/05/1895, p.1 – grifos nossos).

Foi nesse contexto de busca de uma educação mais civilizada que a *Gymnastica* foi se tornando um pouco mais presente nos assuntos concernentes a instrução pública paranaense. Inclusive a própria imprensa local começou a publicar mais notícias envolvendo esse elemento da cultura física, por exemplo, uma que designava Ernesto Luiz de Oliveira¹² (**Figura 4**) para o cargo de professor no Ginásio Paranaense: “Para os devidos fins, communico-vos que (...) os professores de Gymnastica e Musica do Gymnasio Paranaense, Ernesto Luiz de Oliveira e Adolfo Corradi, assumiram seus cargos em data de 12 deste (A REPÚBLICA, 29/01/1893, p.1).

12 Ernesto Luiz de Oliveira nasceu na Lapa, no dia 24 de março de 1874. Foi cognominado, por Ulysses Vieira, como o “O Sábio do Paraná”. Tal destaque no segmento literário o levou a ser membro fundador em 1922 da Academia Paranaense de Letras, ocupando a cadeira de número 23. Era de origem humilde sendo sido cocheiro do médico Victor Ferreira do Amaral, posteriormente seu colega como professor da Universidade do Paraná (ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS, 2016, p.177). Sua origem mais modesta pode ter o levado a cursar a Escola Normal do Paraná, onde, em 1892, forma-se com distinção ao lado de Júlia Wanderley (NASCIMENTO; SOUSA, 2011; ARAÚJO, 2013). Informações esparsas recolhidas na imprensa paranaense fornecem vestígios que o intelectual trabalhou na Biblioteca Pública do Paraná (1891/1892) e foi nomeado professor de ginástica do *Gymnasio* Paranaense em 1893 sendo exonerado em 1894. Posteriormente ocupou o cargo de lente catedrático em geometria no *Gymnasio* de Campinas, localizado na cidade de mesmo nome em São Paulo. Em 1912, já de volta ao Paraná, foi nomeado secretário de Estado da Agricultura no governo de Carlos Cavalcanti e em 1913 assumiu a cadeira de Física Experimental no curso de Engenharia Civil da Universidade do Paraná. Pastor evangélico, tornou-se célebre por seus sermões e polêmicas. Era poliglota e foi tradutor e conferencista, publicando mais de trinta obras literárias e científicas. Defendia a tese do ensino público gratuito e propunha ao governo republicano a criação de escolas de nível superior em todas as capitais brasileiras. Faleceu dia 9 de novembro de 1938, na cidade do Rio de Janeiro (ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS, 2016, p.177).

FIGURA 4: FOTOGRAFIA DE ERNESTO LUIZ DE OLIVEIRA EM 1916.



FONTE: A REPÚBLICA – 26 DE FEVEREIRO DE 1912, P.1

Conforme salientam Nascimento e Sousa (2011) e Araújo (2013), esse intelectual era ex-aluno da Escola Normal do Paraná, onde foi contemporâneo de Julia Wanderley, Verissimo de Souza e Lourenço de Souza na turma formada no

final de 1892¹³. Após ser nomeado como professor de *Gymnastica*, no Ginásio Paranaense, divulgou durante o mês de agosto de 1893, nas páginas do *jornal A República*, uma série de artigos enaltecendo o papel de destaque que esse elemento da cultura física poderia desempenhar na sociedade brasileira. No primeiro deles, assim se pronunciou o egresso da Escola Normal do Paraná, ao defender as práticas gímnicas:

Muito se tem escripto sobre o <<progresso>> da humanidade, porém todos confessam que a geração presente esta depauperando-se physicamente. Harmonizar o progresso industrial com o progresso physico eis o problema de capital importância para a espécie humana (...) As causas do regresso orgânico são fáceis de ser estudadas. A primeira é o progresso industrial (...) o que appellamos de progresso não é mais que a arte de modificar o meio em que vivemos para facilitar as condições de nossa existência e si por uma lado poupamos trabalho pela applicação das machinas, a força que nos sobeja não sendo empregada em outra cousa (...) A segunda causa é a hereditariedade pela qual transmitimos a nossos descendentes todas essas perdas acompanhadas de predisposições para as infinidades de moléstias e de tantos costumes perniciosos que actualmente nos affligem. Assim como transmitimos os defeitos também podemos transmitir os aperfeiçoamentos que fomos adquirindo.

Por um paradeiro a esse regresso orgânico e harmonizar o progresso physico com o industrial, eis o assumpto dos nossos artigos posteriores, tão imperfeitos e incorrectos que irão occupar a benévola attenção dos leitores desse jornal (A REPÚBLICA, 18/08/1893, p.2-3).

Antes de comentar a fonte propriamente dita, é interessante levantar algumas questões relacionadas à temática central da presente tese de doutoramento e que, de certa forma, permeiam as entrelinhas do artigo escrito pelo intelectual paranaense. O autor do texto era um professor recém egresso das fileiras da Escola Normal do Paraná e que estava sendo nomeado para professor do Ginásio Paranaense, cabendo lembrar que as instituições à época eram anexas. Sendo assim, pode-se pensar que, talvez, tenha sido no interior desse estabelecimento destinado à formação de professores que Ernesto Luiz de Oliveira tenha tido um primeiro contato com discursos relativos à *Gymnastica*. Espaço que pode ter levado o intelectual a se interessar por assuntos relativos a esse elemento da cultura física, possibilitando-o a escrever textos nos quais enfatizavam o papel

13 Tais educadores foram figuras de destaque na consolidação da instrução pública paranaense do final do século XIX e início do XX. Mais detalhes sobre Julia Wanderley consultar os trabalhos de Nascimento e Sousa (2011) e Araújo (2013). Sobre Verissimo de Souza e Lourenço de Souza, consultar a tese de doutoramento de Souza (2004).

que o desenvolvimento da dimensão física teria numa sociedade que a cada dia mais se urbanizava e industrializava¹⁴.

No dia seguinte a publicação do primeiro, artigo o jovem professor apresentou nas páginas do mesmo periódico seu segundo texto, momento no qual intentou avançar em suas explicações, explorando alguns elementos fisiológicos presentes na *Gymnastica*:

A gymnastica tem a vantagem de melhorar o sangue e permitir que chegue a todas as partes do corpo, facilitando a absorção de materiaes orgânicos e expulsão dos já servidos e offerecendo por consequencia: 1º. renovação constante do corpo; 2º. a cura natural de todas as moléstias provenientes de vícios orgânicos; 3º. aquisição constante de forças; 4º. desenvolvimento dos membros, tornando-os aptos para qualquer sorte de trabalho; 5º. exercício de coragem e cura da hypocondria e do desanimo (A REPÚBLICA, 19/08/1893, p.2).

A passagem evidencia que o intelectual paranaense seguia uma tendência de relacionar a *Gymnastica* aos fatores médicos e higiênicos. A prática de associar os projetos educacionais a esse ideário de saúde já era algo comum em contextos europeus, conforme ensinam Vigarello (2005) e Ljunggren (2011) e Krüger e Hofmann (2015) e Gleyse (2021), e que também, assim como sublinham Rocha e Gondra (2002), Gondra (2003), Rocha (2003) e Soares (2017) estava se tornando evidentes em território brasileiro, bem como, segundo evidenciaram Pykosz (2007), Larocca (2009) e Bertucci (2014; 2019), também se mostraram presentes no Paraná.

Nesse movimento, explicações fisiológicas sobre a prática ginástica, segundo apontam Paiva (2004), Soares Júnior (2011), Costa e Góis Júnior (2014) e Soares (2017), eram formas encontradas para legitimar a inserção da *Gymnastica* nas escolas brasileiras. Os elementos de cunho higiênico, relacionando esse elemento da cultura física com o discurso médico-científico, tornou-se ainda mais perceptível no terceiro artigo publicado pelo egresso da Escola Normal do Paraná nas páginas do *A República*:

Qualquer que seja a opinião que se adopte a esse respeito, pode-se demonstrar que a gymnastica tem sua acção continuamente útil sobre o organismo (...) Quem trabalha em gymnastica sujeita o corpo a uma condição em que a função da vida é muito mais pezada e difficil porque certos de nossos membros tem de supportar esforços maiores e por consequencia de desempenhar novas funções, adquirindo portanto novas, mais complexas e aperfeiçoados elementos morfológicos. A difficuldade está

14 Vigarello (2005), ao estudar o contexto francês, indica que esse elemento da cultura física, era nesse período uma importante ferramenta para superar os males urbanos que assolavam a saúde das populações que habitavam as principais cidades do mundo ocidental.

em regular o exercício de tal maneira a combater o desenvolvimento excessivo de certos órgãos em prejuízo de outros, assim como excitar o desenvolvimento de maneira a equilibrar todas as funções, todos os temperamentos e continuar a desenvolver todos juntos e harmonicamente; aqui repousa o princípio fundador da cura e das moléstias pelos processos gymnasticos. Vemos, em todos os grandes centros de civilização a multiplicação das sociedades gymnasticas como na França, na Austria e na Allemanha etc, enfim em toda a parte se reconhece a fonte de felicidade e se está explorando com o necessário esmero em todos os paizes do mundo. O exercício demasiado é prejudicial a saúde (...) é necessário que o exercício seja gradual e que vá complicando a medida que as forças se vão desenvolvendo; assim a própria pessoa sente dia a dia augmnetar-se-lhes a força, a coragem e a saúde (...) (A REPÚBLICA, 27/08/1893, p.3).

Apesar do intelectual paranaense valorizar e enaltecer o papel da *Gymnastica* no desenvolvimento da saúde, encontra-se em seu texto uma outra questão muito presente no período: a desconfiança em relação aos exercícios físicos. Moraes e Silva (2011) e Moraes e Silva e Quitzau (2018) salientam que a prática de exercícios ainda era vista pela sociedade brasileira como algo que poderia prejudicar o bom funcionamento do corpo. Cabe destacar que diversos intelectuais do período afirmavam, assim como sinalizam Rocha e Gondra (2002), que era preciso encontrar a medida correta para que sua prática fosse autorizada e utilizada nos estabelecimentos educacionais. Sendo assim, parece que foi nesse movimento de aproximação com os saberes médicos e pedagógicos que Ernesto Luiz de Oliveira advogava uma função para a disciplina no espaço escolar. Enfim a *Gymnastica*, conforme apontam Paiva (2004), Herold Júnior (2005), Soares Júnior (2014) e Soares (2017), necessitava tomar uma forma educativa e foram os saberes médicos e higiênicos que possibilitariam tal questão.

A proposta de dar uma forma mais educativa se tornou o tema principal do quarto e último artigo escrito pelo então professor de *Gymnastica*, que se posicionou da seguinte maneira:

Demonstrei de um modo geral que a causa do regresso orgânico é a diminuição do esforço pelo progresso da indústria, agora vamos entrar em um capítulo bastante interessante é o da gymnastica juvenil.

A poucos dias perguntaram-me se uma graciosa menina de quatro annos estaria já na epocha de começar a fazer exercício; a minha resposta foi affirmativa. Desejo, porém, mostrar pelas presentes linhas que desde o berço a gymnastica é necessária (...) Não necessito accrescentar que as crianças devem ter a roupa inteiramente frouxa attendendo mesmo a circulação do sangue e nunca devem ficar suffocadas de cansaço; o exercício deve ser lento e variado de intervallos, sempre depois que a digestão estiver completamente acabada. Assim si todos os paes tiverem verdadeiro amor a sua descendência não recusarão empregar estes meios tão simples para melhorar o seu futuro e o futuro de toda a espécie humana.

É simplesmente deplorável que as mulheres das cidades hajam aberrado o ideal de beleza physica tratando de atrophiar a cintura daqui a mais uns

séculos: em vez de homens seremos ampuhetas (...) (A REPÚBLICA, 29/08/1893, p.2).

Nota-se na passagem que Ernesto Luiz de Oliveira buscou enfatizar em seu artigo a questão educacional, valorizando principalmente o papel da *Gymnastica* no desenvolvimento do corpo infantil, bem como apresentando como as práticas ginásticas para as crianças deveriam ser realizadas. Salientava também que os familiares deveriam apoiar tal medida, inclusive incentivando a prática entre as meninas, indicando que esse elemento da cultura física também era benéfico e deveria ser praticado pelas mulheres.

A prescrição das práticas de ginásticas para as mulheres realizada por um professor oriundo das fileiras da Escola Normal do Paraná torna-se uma questão interessante de ser analisada. Afinal, apesar de ser frequentemente mencionada nos documentos oficiais paranaenses, pela primeira vez, identificou-se a exclusão das mulheres da prática da ginástica no programa de formação da Escola Normal do Paraná. Nesse ponto, talvez, Ernesto Luiz de Oliveira estivesse realizando uma crítica a exclusão desse saber realizada pelo regulamento da instituição aos membros do sexo feminino.

Aqui, dois aspectos que antes apareciam como importantes para a formação das futuras professoras deixaram de existir. A *Gymnastica* não representava mais uma preocupação com a condição física dessas alunas, nem tampouco se apresenta como um saber e uma prática necessários à formação, com vistas ao exercício futuro da profissão. Contudo, conforme evidenciam Moro, Gomes e Moraes e Silva (2020), uma outra representação também se impunha com a publicação do Decreto. Para as mulheres, a delicadeza dos gestos a serem adquiridos na prática das prendas domésticas. Já para os homens, o desenvolvimento da disciplina, força e robustez através da ginástica e dos exercícios militares. Dessa mesma forma, a *Gymnastica* seria mantida no Programa da Escola Normal do Paraná no regulamento de 1895, situação que seria alterada somente com o novo Regulamento da Instrução Pública do Estado, publicado em 1901, quando a disciplina passou a vigorar novamente no programa da instituição para ambos os sexos nos três anos do curso.

Vago (2002) e Silva (2009) afirmam que foi na ambiência da reforma do ensino público promovida por João Pinheiro em Minas Gerais, no ano de 1906, que novas prescrições teriam sido traçadas para os exercícios físicos nas escolas

mineiras. Também no Paraná, com o regulamento de 1901, a disciplina de *Gymnastica* apresentaria significativas alterações no 1º primário paranaense (TABORDA DE OLIVEIRA, 2006; PUCHTA, 2007; MORO; GOMES; MORAES E SILVA, 2020). Entretanto, é importante ressaltar que no Paraná, diferente do ocorrido em Minas Gerais e em outros estados brasileiros, não houve um projeto de reforma do ensino. A reorganização da instrução pública paranaense teria sido marcada, nesse período e, também, mais tarde, segundo apontam Souza (2004) e Meurer (2019), pela produção de inúmeros documentos, ordenamentos e dispositivos legais, causando confusões quanto às normatizações que permaneciam em vigência ou não.

Essa situação repercutiria nas prescrições destinadas tanto ao ensino da *Gymnastica* nas escolas primárias, quanto na situação da disciplina no programa da Escola Normal do Paraná. Vestígios sobre o referido quadro de precariedade estrutural e material da disciplina foram encontradas em notas publicadas na imprensa curitibana do período:

Os meios que a Pedagogia nos recomenda para o desenvolvimento physico de nossos alumnos não podem ser observados devido a falta de recursos para a boa organização de nossas escolas, que se ressentem até da falta de mobília para o accomodamento conveniente do alumno.

Até esta data ainda não foi possível instalar-se, nem mesmo no Gymnasio Paranaense os aparelhos de gymnastica tão recomendados para desenvolver, por um systema conveniente de exercícios, as forças physicas do alumno.

Os outros exercícios taes, como: correr, saltar, pular, jardinar, exercícios militares etc, são inexequiveis porquanto, até aqui mesmo, na capital, a quase totalidade das escolas funcionam em salas acanhadas, sem ar, sem luz, onde o movimento das diversas classes se torna impossível devido à falta de espaço sufficiente para esse fim.

Como se trata de uma simples disposição regulamentar, julgamos do nosso dever chamar para ella a atenção das dignas autoridades do ensino (A REPÚBLICA, 09/05/1901, p.2 – grifos nossos).

Essa carência material pode ser mais bem compreendida ao realizar uma aproximação com o regulamento de 1901, que havia suprimido o ensino misto que vigorava desde 1895, indicando também que a instrução primária voltava a ser dividida em 1º e 2º graus, com cada um deles composta de duas séries ou anos, sendo que as escolas de 2º grau deveriam existir somente nas cidades. Segundo Puchta (2007), a *Gymnastica* - que pelo regulamento de 1895, deveria ser ensinada em todos os níveis do ensino primário - pelo novo regulamento de 1901 passaria a compor somente o programa dos estabelecimentos de 2º grau, as quais existiam

exclusivamente nas cidades. À época funcionavam na capital apenas as escolas de 2º grau da professora Julia Wanderley Petrich e do professor Francisco de Paula Guimarães, ficando o ensino da *Gymnastica* na capital restrito a esses dois estabelecimentos. Essa situação teria causado uma certa polêmica no cenário local, não tardando a aparecer diversas posições favoráveis à introdução da disciplina nos dois graus do ensino primário, visando maior abrangência da mesma nos currículos das escolas públicas primárias do Paraná.

O novo regulamento previa ainda a construção de um regimento interno para as escolas de instrução pública primária do Paraná, a ser elaborado pela congregação dos professores do Ginásio Paranaense e da Escola Normal do Paraná (OLIVEIRA, 2001; 2005; SOUZA, 2007; MARTINIAK, 2011; 2018). Esse regimento, aprovado em 1903, além de ter possibilitado maiores informações sobre o que o governo vinha determinando em termos da organização escolar, apresentava um programa mais detalhado de como a *Gymnastica* deveria ser ensinada nas escolas paranaenses. Segundo o regimento interno, as aulas de ginástica deveriam ser realizadas “(...) nos intervalos de recreio que deveriam ser aplicados no fim de cada hora de estudo e dentro da sala de aula” (PUCHTA, 2007, p.61), sob a “(...) direção e vigilância dos professores” (PARANÁ, 1903, s.p). Torna-se preciso destacar que o último trecho reproduzido era uma parte do artigo 29 do Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná e deixava claro em seu conteúdo que a responsabilidade do ensino da *Gymnástica* nas escolas continuava a ser dos professores.

Como visto acima, o retorno da disciplina, para ambos os sexos, no programa da Escola Normal do Paraná, deu-se com o Regulamento de 1901. De acordo com essa nova normativa o curso normalista teria a duração de três anos e no elenco de matérias constava a *Gymnastica*, que deveria ser explorada do ponto de vista médico e higiênico, a qual aparecia nos três anos do curso, juntamente às disciplinas de Pedagogia, Desenho e Prendas Domésticas (para o sexo feminino). Essa articulação das práticas ginásticas com os discursos médico e pedagógico, conforme salientam Pickosz (2007) e Larocca (2009), foram frequentes nesse período no Paraná, tornando-se os principais amparos teóricos para justificar a presença desse saber na instrução pública paranaense.

3.2 A ESCOLA NORMAL DO PARANÁ E A BUSCA POR UMA GYMNASTICA RACIONAL

A *Gymnastica* colocada no regulamento de 1901 pretendia ser higiênica e pedagógica. Para tanto, era necessário justificá-la teoricamente e, assim como aponta Soares (2017), uma série de grupos corporativos buscou realizar essa empreita, e entre eles estavam os agrupamentos médicos. A perspectiva higiênica relacionada ao discurso educacional circulava com contundência em todo o país (ROCHA; GONDRA, 2002; GONDRA, 2003; ROCHA, 2003; SANTOS JÚNIOR, 2016) e no Paraná isso também se mostrou muito presente (PICKOSZ, 2007; SOUZA, 2007; LARocca, 2009; BERTUCCI, 2014; 2019). Tanto que era possível encontrar na imprensa local inúmeras publicações relativas a uma *educação physica* de caráter higiênico:

(...) Para muitos a verdadeira educação physica consiste em exercícios violentos: barras paralelas, pelota, esgrima etc; para outros numa partida de bilhar, num fatigante passeio.

Esse modo de interpretar o exercício é contra-producente: assim opinam La Grange, Mosso, Tissié e outros.

A educação physica é trabalho moderado de todo o organismo. Seu segredo reside no exercício de todos os músculos. Ella repugna fazer funcionar certos músculos e deixar outros inactivos e condenados ao enfraquecimento gradual (...) **A barra e as paralellas são o symbolo e a incarnação da gymnastica alleman. Entretanto, na vida succede fazerem-se movimentos como os que se executam nas paralellas. Em lugar algum, em circunstância nenhuma, encontra-se dois pontos de apoio entre as quaes se tenha de sustentar o peso do corpo, braços estendidos ou dobrados, e fazer volteios, deslocações ou torsões.**

Esta gymnastica não leva em conta a necessidade de preparar os músculos para uma longa resistência ao trabalho. Ella procura somente produzir grandes esforços, o máximo esforço possível, mas não proporciona ao indivíduo aptidão para prosseguir no trabalho e resistir a elle de modo contínuo. No decurso de um esforço muscular prolongado, o sangue não circula bem (...) O problema da educação physica não pode ser resolvido pelos militares, nem pelos professores de pedagogia, nem pelos mestres de *gymnastica*.

De qualquer modo que se encare a questão encontrar-se-à sempre que o problema depende da physiologia (A NOTICIA, 29/12/1905, p.1 – grifos nossos).

A passagem levanta interessantes elementos, pois busca amparo em importantes médicos, como os franceses Fernand Lagrange e Philippe Auguste Tissié e o italiano Angelo Mosso. O apoio em referida perspectiva era uma clara tentativa de defender, conforme apontam Costa e Góis Júnior (2014) e Romão e Moreno (2018), uma ginástica racional. Para justificar essa questão o autor do texto

publicado no jornal curitibano critica fortemente os excessos da ginástica alemã, algo com forte apelo político, visto que na cidade de Curitiba, conforme aponta Moraes e Silva (2011), existiam diversas sociedades ginásticas alemãs. A saída apontada pelo teor da nota seria a de afastamento de uma Ginástica Alemã e a busca por uma prática mais racional e menos acrobática, que, segundo apontam Romão e Moreno (2018, p.26) seria “(...) aquela regulada, com movimentos ordenados e metódicos, sem excessos, sem dispêndio de energia; portanto, científica, higiênica, elementar, sistematizada, harmônica, racional, disciplinadora dos hábitos, educativa e obrigatória (...)”.

A **Figura 5**, publicada no jornal *A República*, deixa claro aquilo que deveria ser combatido por uma ginástica pretensamente racional. A imagem mostra ginastas de uma entidade de origem alemã em posição acrobática, demonstrando seu vigor. O teor da notícia, apesar de valorizar o vigor dos adeptos da Ginástica Alemã, evidencia que ela não era sistematizada, deixando em suas entrelinhas que sua prática não deveria ser realizada em ambientes escolares, onde deveriam ser privilegiadas vertentes ginásticas sistematizadas de forma racional e higienicamente corretas.

FIGURA 5: GINASTAS ALEMÃES EM POSIÇÃO ACROBÁTICA



FONTE: A REPÚBLICA, 19 DE MARÇO DE 1910, P.1.

A partir desse momento, encontram-se cada vez mais justificativas defendendo a utilização de uma *Gymnastica* mais racional nas escolas paranaenses. Sendo assim, a vertente que era sempre lembrada como a mais adequada de ser utilizada nos estabelecimentos educacionais paranaenses era a da Ginastica Sueca: “Até mesmo a gymnastica allemã é condemnada e breve será o dia em que ella dessaparecerá completamente. É preferível para os meninos a adoptada nos estabelecimentos suecos” (DIÁRIO DA TARDE, 20/04/1909, p.1). Era

recorrente nos jornais locais notícias enaltecendo o modelo ginástico oriundo do país escandinavo:

Mary Bronson é a autora de um dos artigos mais interessantes e mais uteis que se pode ler (...) Conta-nos primeiro como se trata do desenvolvimento physico na Suécia, que aceitou o princípio da cultura gymnastica, como um dogma de religião.

Crianças e adultos têm todas de fazer estes exercícios (...) Todas as crianças que frequentam as escolas aprendem a nadar e nenhum professor tem licença de ensinar gymnastica senão possuir certificado de competência do Instituto Real. Resulta daqui que no que diz respeito e agilidade, ao equilíbrio, à graça natural, os jovens suecos estão muito mais adiantados que as crianças de outras nações (...) por que é que outras terras não procuram imitar estes bons exemplos? (A NOTÍCIA, 28/05/1908, p.2).

Como dito anteriormente, a Ginástica Sueca era sempre lembrada por suas características médicos regenerativas, onde as sistematizações de Pehr Henrik Ling, difundidas pelo Instituto Real de Ginástica de Estocolmo circularam por diversos países, inclusive se mostraram presentes em território brasileiro desde os meados do século XIX (SOARES, 2012; MORENO, 2015; BAIA; BONIFÁCIO; MORENO, 2019; BAIA; MORENO, 2020; BONIFÁCIO; BAIA, 2021). Torna-se preciso enfatizar que notas como essa, publicadas na imprensa paranaense, evidenciam que determinados setores da sociedade local estavam em busca de implementar um modelo de ginástica mais racional e higiênico nos estabelecimentos de instrução pública do Paraná, e a elegida para tal fim era a vertente proveniente do país escandinavo¹⁵.

Para compreender melhor o quadro de consolidação da *Gymnastica* até se chegar na utilização de uma Ginástica Sueca nas escolas paranaenses, é necessário ter um olhar atento para a legislação do período. Dois regulamentos relacionados à instrução pública seriam ainda aprovados nessa primeira década do século XX, um em 1907 e outro em 1909, ambos com vigência bastante efêmera. Segundo Souza (2004) nesse período evidenciava-se no Paraná um debate em torno da regulamentação da Instrução Pública, com repercussões na imprensa paranaense, a qual posicionava-se de maneira positiva no que se referia aos pontos centrais do projeto de 1909. Entretanto, a autora lembra que quatro meses após sua

15 Góis Júnior e Batista (2010), ao pesquisarem a prática da ginástica na Escola Normal de São Paulo, argumentam que o professor Manoel Baragiola, responsável pela seção masculina da instituição, apresentava posição semelhante a encontrada na imprensa paranaense. O professor do estabelecimento paulista era a favor de uma introdução de um sistema mais racional de ginástica, expressando sua admiração por Johann Heinrich Pestalozzi e Pehr Henrik Ling e realizava uma dura crítica aos pressupostos da ginástica alemã considerada por ele muito acrobática.

aprovação o regulamento foi suspenso de modo abrupto, voltando a vigorar o Regulamento estabelecido em 1901.

Apesar da curta vigência desses regulamentos é importante destacar que a *Gymnastica* não aparecia no quadro das disciplinas que deveriam compor o curso da Escola Normal do Paraná, evidenciando, assim, a relativização desse saber na formação do professorado paranaense. Todavia, nesse interim temporal foi possível encontrar na imprensa local diversas críticas sobre o descaso que esse elemento da cultura física e a *educação physica* como um todo recebia das autoridades governamentais:

Outra falha sensibíllissima da nossa instrucção pública consiste na completa ausência da educação physica. Nos atrophiamos as gerações escolares com exercícos mentaes (...) e tornamos a escola uma prisão pouco seductora. **Os exercícos de gymnastica de salão, tão fáceis e higiênicos, não exigindo outro elemento senão uma ligeira instrucção adequada do professor, sem o menor perigo, sem o exaustamento dos processos acrobatas que, geralmente desenvolvem o corpo com prejuízo das funções cerebraes, só exigem que, na escola-modelo, o professor aprenda methodicamente esta útil disciplina.**

Não queremos formar um povo olympico, que tribute a força e a belleza physica um culto exclusivista: mas desejamos que o Brasil do futuro esteja aparelhado para competir com os outros povos na luta pelo progresso.

Quanto teríamos nós melhorado se poudessemos dizer, não só dos homens, mas das nossas mulheres (...) (DIÁRIO DA TARDE, 04/02/1904, p.1 – grifos nossos).

Como visto na fonte, eram buscados respaldos para aprimorar a *Gymnastica* a ser ofertada nas escolas paranaenses, tanto que a notícia acima reproduzida mostrava toda uma preocupação com a formação dos professores e que a prática não fosse destinada somente aos homens. Esse movimento de valorização dos exercícos ginásticos para as mulheres também foi percebido nos jornais curitibanos dessa primeira década do século XX:

Sei, de observação, própria que a saúde das moças vae sempre melhorando nas escolas em que é adoptada a gymnastica systematica e sufficiente. Os médicos das escolas femininas podem reforçar o meo asserto (...) Nem todos os paes comprehendem o alcance da educação physica. Entretanto, ella deve occupar o logar principal na educação dos filhos (...) A gymnastica feminina devia ser tratada pela mulher, da qual se exigiram os necessários conhecimentos de physiologia, pedagogia e esthetica (DIÁRIO DA TARDE, 30/06/1909, P.1).

Outras preocupações, para além da preocupação com a presença nos programas de ensino e da sua utilização pelas meninas, também se evidenciaram no intuito de aprimorar a utilização da *Gymnastica* nas escolas paranaenses, tanto

que em 1905, o paranaense Domingos Nascimento¹⁶ (**Figura 6**) publicou seu livro intitulado “*O Homem Forte*”, que teve como um dos seus principais objetivos, conforme apontam Puchta (2007) e Puchta e Taborda de Oliveira (2015), ser um manual para ser utilizado na instrução pública do Paraná.

FIGURA 6 – DOMINGOS NASCIMENTO



Fonte: Puchta (2007), p.41.

Segundo informa o *A República*, esse livro “(...) traz no frontespício o retrato do seu ilustre autor e contém 134 gravuras elucidativas, em perto de 300 páginas de texto nitidamente impressas em papel superior” (*A REPÚBLICA*, 26/06/1905, p.1). O

16 De acordo com Puchta (2007, p.40-42), Domingos Virgílio do Nascimento nasceu na paranaense cidade litorânea de Guaraqueçaba, em 31 de maio de 1862, falecendo em 30 de agosto de 1915. Seguiu carreira militar, alcançando a patente de major. Aos 32 anos, elegeu-se deputado, frequentando o congresso estadual durante três mandatos nos biênios 1894-1895, 1896-1897 e 1906-1907. Além da carreira militar e da vida parlamentar, também se dedicou à literatura, destacando-se na poesia. Paranaense de importância reconhecida se relacionou com outros importantes intelectuais, do período como Nestor Vítor e os irmãos Emiliano e Júlio Perneta.

lançamento do manual escrito pelo militar, político e intelectual paranaense foi amplamente divulgado pela imprensa curitibana no ano de 1905:

Sentimos sincero jubilo quando temos que nos referir – e isto infelizmente acontece tão raras vezes! - a livros de autores paranaenses. A nossa literatura, si bem que brilhante é resumida; (...) Hoje temos a grata noticia: foram entregues às conceituadas officinas da Impressora Paranaense os originaes do nosso distincto confrade Domingos Nascimento.

O laureado poeta dos Threnos e Arraidos desta vez, porem, deixou a lyra sonora ao lado e empregou seo bello talento na confecção de um livro de educação physica, consagrada à infancia de sua terra.

Pelo título – Homem forte – percebe-se facilmente o intuito de util composição: tornar vigorosos e robustos os jovens patricios.

A educação physica é uma necessidade, há muito reconhecida entre nós inteiramente descurada; só para o cultivo intellectual têm se voltado todos os cuidados, isto com grande prejuizo da infancia que sem educação physica se anniquila e abastarda.

Optimo serviço vem prestar, portanto, o nosso illustre confrade Domingos Nascimento com a publicação de seu livro que é dividido em quatro partes: gymnastica domestica; natação; esgrima; tiro ao alvo.

O livro que será impresso cuidadosamente, terá cerca de 300 páginas e 100 gravuras, que completarão a clara exposição do texto.

A obra foi mandada imprimir pelo sr. Presidente do Estado, que assim reunio a sua vontade a dos que trabalham pelo futuro da mocidade de nossa terra. (...) (DIÁRIO DA TARDE, 27/01/1905, p.1).

Puchta (2007) e Puchta e Taborda de Oliveira (2015) salientam que as contribuições do intelectual paranaense intentavam apresentar um caráter higiênico e para isso se amparava nas contribuições contidas no já mencionado manual do médico alemão Daniel Schereber. Cabe ainda destacar que a obra de Domingos Nascimento também combatia a ginástica acrobática, que em sua opinião não estava preocupada com os efeitos que tais exercícios proporcionavam no organismo dos praticantes, representando uma ausência de método e por isso deveria ser algo a ser descartado e não deveria, em hipótese alguma, ser utilizado nos estabelecimentos escolares do Paraná.

Como visto, a busca pela inserção de uma ginástica racional, amparada nos princípios higiênicos, foi uma constante nessa primeira década do século XX. Além de Domingos Nascimento, outro intelectual preocupado com o descaso que sofria a *educação physica* na instrução pública do Paraná era, segundo apontam Puchta (2007), Pyhosz (2007) e Souza (2007), o médico e Delegado Fiscal da primeira Circunscrição Escolar, Laurentino de Azambuja, que por diversas vezes se utilizou das páginas dos jornais locais para emitir suas considerações e criticar as questões materiais e estruturais dos estabelecimentos de ensino paranaenses:

Tratando da hygiene escolar já manifestei o pensamento de que as escolas precisam de sala amplas (...) onde as meninas disponham de espaço sufficiente para a collocação de seus aparelhos apropriados ao de prendas domesticas e os alumnos em geral possam executar suas marchas e evoluções de gymnastica racional, tão necessária ao complemento da educação physica (...) Sendo portanto a gymnastica racional um dos elementos principais da educação physica, convem sua introdução nos programmas de ensino e não exclusivamente nos cursos de 2º. grau, conforme verifica-se no regulamento vigente (DIÁRIO DA TARDE, 12/03/1909, p.1)

A passagem sintetiza o incômodo do delegado de ensino sobre a não presença de uma ginástica racional nos programas de ensino da instrução primária do Paraná, pois, segundo o texto, somente ela poderia proporcionar uma verdadeira *educação physica*, ou seja, ela seria o instrumento para que toda uma educação do corpo pautada nos princípios higiênicos contribuísse no desenvolvimento integral dos jovens paranaenses.

Outros desdobramentos em relação à *educação physica* a ser ofertada nas escolas do Paraná, conforme aponta Puchta (2007), dariam-se em 1912. Nesse ano, ocorreu a tentativa de reorganizar a instrução pública primária paranaense em consonância com os princípios de uma “Pedagogia Moderna”, sendo publicada, em 02 de maio de 1912, a Lei número 1236 (SOUZA, 2004). No Capítulo II, da referida lei, que tratava do ensino secundário e normal, o tempo de formação a ser realizado na Escola Normal do Paraná passaria de três para quatro anos e a *Gymnastica* estava assim contemplada:

Art. 63 O curso da Escola Normal será dividido em 4 annos e constará das seguintes matérias:

[...] canto e **Gymnastica**

[...] § único Essas matérias serão distribuídas pelos 4 annos de estudo, de forma que o ensino seja ministrado gradativamente e sem acúmulo. (PARANÁ. Lei 1236, 1912, s.p. – grifos nossos).

Na sequência do referido dispositivo legal, em seu Art. 73, constava ainda um outro trecho que indica que: “Os alumnos da Escola Normal farão exercicios praticos de pedagogia e de agronomia durante o ultimo anno do curso” (PARANÁ, 1912). Embora nenhuma outra prescrição tenha sido encontrada com relação à *Gymnastica*, o Art. 73 fornece indícios de que existia uma preocupação de que os saberes adquiridos na formação fossem aplicados no último ano do curso da Escola Normal, tendo em vista o exercício futuro da profissão, embora não esteja explícito no texto da lei se essa aplicação contemplava todas as disciplinas do referido curso. Contudo, foi nesse contexto que a Ginástica Sueca se tornou a vertente mais

difundida no interior da Escola Normal do Paraná, e é tal consolidação o objeto de análise do próximo tópico do presente capítulo.

3.3 A GINÁSTICA SUECA NA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: A CONSOLIDAÇÃO DE UM ELEMENTO DA CULTURA FÍSICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Apesar da regulamentação não fornecer indícios mais precisos de como a *Gymnastica* era ofertada na Escola Normal do Paraná, a imprensa curitibana forneceu algumas pistas que demonstravam que as práticas ginásticas eram parte do cotidiano da instituição, visto que em 1915 um professor egresso da Escola Normal do Paraná foi nomeado para ficar à frente da cadeira na instituição: “Pela superintendia do Ensino foi proposta a nomeação do professor normalista Newton Guimarães, para, em comissão, de accordo com o regulamento, exercer as funções de professor de Gymnastica da Escola Normal e do Gymnasio” (DIÁRIO DA TARDE, 19/08/1915, p.3). Ou ainda uma outra notícia, publicada, no ano de 1916, no *Diário da Tarde*, que comunicava a saída de um determinado professor do quadro docente da instituição:

Agradecimento – Pelo illustre dr. Sebastião Paraná, Director da Escola Normal, foi endereçado o seguinte officio ao sr. tenente do corpo de bombeiros João Meister: “Coritiba, 16 de agosto de 1916. Ilmo sr. tenente João Meister; **É com a mais intensa sinceridade que vos agradeço os excellentes serviços que, com a maior solitudine e notável competência, prestastes à educação physica de alumnos da Escola Normal no desempenho do cargo de seu instructor de gymnastica.** Cordialmente vos apresento os mais intemerato votos de muita estima e gratidão” (DIÁRIO DA TARDE, 25/08/1916, p.2 – grifos nossos).

Cabe ainda destacar que a legislação educacional também não apontava qual o tipo de *Gymnastica* que deveria ser ofertada na Escola Normal do Paraná, porém essa lacuna pode ser preenchida, em parte, pelas notícias publicadas pela imprensa paranaense, em que foram encontradas inúmeras pistas e vestígios de que as práticas ginásticas utilizadas no curso normalista eram as ligadas a vertente sueca:

Foi deferido pelo dr. presidente do Estado, de accordo com a informação, o requerimento do sr. Luiz da Silva Bastos, professor de gymnastica sueca e exercícios militares do Gymnasio Paranaense e Escola Normal, pedindo abertura de credito para percepção de seus vencimentos” (DIÁRIO DA TARDE 12/09/1916, p.1).

Outras duas notas encontradas no jornal *A República*, publicadas respectivamente em 1917 e 1920, apontam para uma presença da vertente sueca na instituição destinada à formação de professores no Paraná: “Resultado do exame de Gymnastica Sueca do 3º anno, realizado no dia 5.” (A REPÚBLICA, 06/08/1917, p.1); “Na Escola Normal está vago o cargo de professora de gymnastica sueca para alumnas. A Secretaria recebe propostas desse logar para senhoras que comprovem o seu conhecimento no assumpto” (A REPÚBLICA, 10/08/1920, p.3). Ou ainda nessa outra publicação relatando a troca de professores entre as disciplinas que compunham o programa de ensino da Escola Normal do Paraná:

Foi alvo de carinhosa manifestação, por parte dos alumnos da Escola Normal, no despedir-se dos mesmos por ocasião de deixar a cadeira de musica desse estabelecimento para occupar a de gymnastica sueca do Gymnasio e da mesma Escola, o professor sr. Luiz Bastos. Usaram da palavra: em nome do 1º. anno, o alumno sr. Tupy Pinheiro; em nome do 2º. o alumno sr. Julio Moreira e em nome do 3º. a alumna senhorita Myrian de Souza e o alumno sr. João Carmeliano de Miranda, que manifestaram o pesar dos seus collegas pela retirada desse professor da citada cadeira de musica onde por muitos annos trabalhou com amor e dedicação conquistando a estima de todos os alumnos que ali passaram (DIÁRIO DA TARDE, 25/08/1916, p.2).

A utilização da Ginástica Sueca não ficava restrita as dependências da Escola Normal do Paraná, as notícias publicadas pela imprensa fornecem elementos que tais práticas eram realizadas em outros estabelecimentos de ensino de Curitiba, indicando que, em parte, o curso normalista estava cumprindo seu papel de formação de professores nos assuntos concernentes a este elemento da cultura física denominado *Gymnastica*:

Revestiu-se de um encanto e de uma graça verdadeiramente impressionante a solemnidade do encerramento das aulas do “Grupo Escolar Xavier”, secção feminina, sob a criteriosa direção da festejada educadora d. Maria Rosa do Nascimento Bittencourt, que tem como auxiliares as provecas normalistas d. Carolina Moreira Carneiro, Francisca de Paula Duarte de Castro e Anna Marques Guimarães (...). O Grupo Xavier da Silva, hontem, acolheu a fina flor da nossa sociedade. Alli esteve o sr. dr. Affonso Camargo, acompanhado por seu ajudante de ordens, tenente Euclides do Valle. Estiveram o dr. Candido Natividade, inspector escolar, vários académicos, jornalistas, professores e demais pessoas gradas, inclusive senhora e senhoritas da nossa elite social.

Acto continuo, a hora nove, precisamente, teve inicio a execução do programma de festejos organizado com verdadeiro requinte de arte (...) **O número de gymnastica sueca, esse também mereceu calorosas palmas, tal o modo correto como se o desempenhou** (...) O dr. Presidente do Estado ficou maravilhosamente impressionado, tendo tido palavras de francos elogios às esforçadas educadoras que não pouparam sacrifícios para bem desempenharem a sua árdua e enobrecedora missão (...) (DIÁRIO DA TARDE, 18/11/1916, p.1 – grifos nossos).

A fonte narra as festividades relativas ao fechamento do ano letivo de 1916 no importante “Grupo Escolar Xavier da Silva”, localizado na cidade de Curitiba. O evento foi composto de inúmeras atividades que foram divididas em três partes, e nesse terceiro momento que foi realizada a apresentação de Ginástica Sueca, sob o comando da normalista Carolina Moreira Carneiro. A utilização dos elementos da vertente do país escandinavo fornece indícios de que, muito provavelmente, a referida docente tinha tido contato com tal proposta gímnica por ocasião da realização de sua formação na Escola Normal do Paraná, pois a docente havia colado grau na turma formada em 1904.

Contudo, transformações mais significativas no que se refere à disciplina no plano legal seriam somente encontradas no Código do Ensino de 1917. Em seu Art. 192, que tratava do plano de estudos da Escola Normal do Paraná, observa-se que a *Gymnastica* não fazia parte das disciplinas que compunham a seriação do curso, embora o parágrafo único deste artigo informe que: “Haverá para todos os alumnos, exercicios de Gymnastica.” (PARANÁ, 1917, s.p.). A passagem, apesar de enfatizar a presença da disciplina, não deixava claro se esses exercícios ocorreriam ao longo dos quatro anos de formação. Porém, no Art.193, que tratava dos programas de ensino, observa-se a seguinte orientação aos professores:

Art. 193 – Os programmas de ensino serão, sobre cada materia, organizados pelos lentes e professores observadas as regras seguintes:

[...] 15ª No ensino de Gymnastica serão attendidas as condições especiaes de saude e constituição physica de cada alumno, sendo adoptados:

para alumnos e alumnas, exercicios systematicos de Gymnastica sueca;

para os alumnos exercicios militares de esgrima e outros convenientes.

§ único – O professor deve chamar a atenção dos alumnos para os fundamentos scientificos da educação physica.

16ª A Pratica Pedagogica consistirá em exercer o praticante as funções do magisterio, dous mezes, em o grupo escolar modelo e, o resto do anno lectivo, em a escola de pratica pedagógica, annexa á Escola Normal, orientando-se quanto:

á fiel execução do programma de ensino, conforme os preceitos pedagogicos;

[...] e) a de commandar Gymnastica e cânticos escolares. (PARANÁ. Código do Ensino, 1917, s.p.).

Mais à frente, outra prescrição relacionada ao tempo destinado às aulas de disciplina: “Art. 198 – De cada matéria, haverá para cada anno do curso, três aulas por semana, no mínimo; salvo o Desenho que para cada anno, terá duas aulas, bem como os exercícios militares e de Gymnastica, que se realizarão duas vezes por

semana” (PARANÁ. Código do Ensino, 1917, s.p.). Se anteriormente a lei não deixava explícito se a presença da disciplina ocorreria durante os quatro anos, aqui ficava evidente a presença em todos os anos e a ser realizada duas vezes por semana. Quanto aos exames da disciplina, encontra-se no Código de 1917, a seguinte indicação:

Art. 208 – Nos exames finais, em geral haverá provas oral e escrita; nos de Physica, Chimica e Historia Natural haverá também prova prática; no de Pratica Pedagogica não haverá prova escrita; no de Desenho haverá somente prova graphica; nos de Gymnastica, inclusive exercícios militares e de esgrima, haverá somente prova pratica”

[...] Art. 214

§ 6º A prova pratica de Gymnastica, inclusive exercícios militares será feita em commum por todos os alumnos do anno; os exercícios de esgrima serão feitos por grupos. (PARANÁ. Código do Ensino, 1917).

Por sua vez, em relação ao corpo docente, identifica-se a seguinte situação para a disciplina de *Gymnastica*:

Art. 256 [...]

§ único E' creado o cargo de professor de Gymnastica e exercícios militares para os dous estabelecimentos o qual será, de preferêcia, um dos professores formados pela Escola Normal, commissioned. (PARANÁ. Código de Ensino, 1917, s.p)

Cabe destacar, assim como salientam Ranzi e Silva (2004) e Martiniak (2011; 2018), que o corpo docente da Escola Normal do Paraná era composto por lentes catedráticos que eram concursados e por professores contratados independentemente de concurso. Pelo que se pode perceber aqui, ainda permanecia a impossibilidade de construção uma carreira docente no interior da Escola Normal pelos professores de *Gymnastica*, evidenciando, até então, o caráter inferiorizado desse saber frente às demais disciplinas que compunham a grade de formação do professorado paranaense. Afinal, conforme as fontes arroladas na imprensa paranaense, detectou-se que João Meister, Luiz da Silva Bastos e Newton Guimarães passaram pela função em menos de um ano, mostrando de alguma forma o caráter provisório que a disciplina ainda apresentava no interior da Escola Normal do Paraná.

Entretanto, a novidade encontrada no Código de Ensino de 1917 diz respeito a uma prescrição mais clara quanto à prática corporal que seria escolarizada a partir de então, no caso, os exercícios sistemáticos de Ginástica Sueca, que já estavam presentes no interior da instituição, foram oficializados pelo dispositivo legal. Além disso, nota-se outras orientações, como o tempo destinado para esse saber na

formação, sua aplicação nas escolas e critérios para realização de exames, tudo isso são indícios de que esse componente curricular vinha sofrendo alterações no sentido de uma especialização até então não encontrada nas propostas anteriores.

Talvez a transformação mais significativa sofrida pela *Gymnastica*, no sentido de sua crescente especialização no interior da Escola Normal do Paraná, possa ser expressa pelo conjunto dos relatórios produzidos por estudantes que cursavam os últimos anos do curso normalista da instituição¹⁷. Momento no qual era realizado uma ação denominada de Prática Pedagógica. Segundo Meurer (2019, p. 26), o aparecimento desta tipologia de relatório só foi possível em função de algumas inovações em relação à organização do ensino e, entre elas, o autor cita “(...) as mudanças ocorridas no currículo da Escola Normal, com acentuação de uma dimensão prática-experimental”.

Alguns desses relatórios trazem inicialmente informações quanto às finalidades da *Gymnastica*, muito provavelmente tais propósitos eram enunciados pelos professores responsáveis pela disciplina na escola, em que as alunas do curso normal exerciam sua Prática Pedagógica, ou mesmo pelos professores responsáveis pela disciplina de ginástica na Escola Normal do Paraná, uma vez que pelo regulamento “(...) o professor deve chamar a atenção dos alunos para os fundamentos científicos da educação physica” (PARANÁ, 1917, p.57).

Desta forma, as finalidades relacionadas à *Gymnastica* na escola circulavam em torno do desenvolvimento físico e saudável dos alunos, de forma que esses pudessem melhor desenvolver seus estudos, expressando um claro entendimento das suas práticas como um meio para atingir outros fins, conforme expresso no relatório da aluna Alba de França Bittencourt, realizado no ano de 1918, que assim expressou seu entendimento quanto as finalidades desse elemento da cultura física “(...) de grande utilidade é esse ensino, pois coopera em grande parte para o desenvolvimento physico das crianças que (...) entregar-se-hão ao estudo com mais afincio” (BITTENCOURT, 1918, s.p.).

Em um outro relatório de 1918, a aluna Arthemina de Oliveira Cruz descreveu que “(...) o fim da gymnastica é tornar os alunos fortes e sadios” (CRUZ, 1918, s.p.).

17 Esse conjunto de fontes foi gentilmente cedido pelo Professor Dr. Sidmar dos Santos Meurer. Trata-se de relatórios produzidos por estudantes que cursavam o último ano da Escola Normal do Paraná, em cumprimento ao que estava previsto no Artigo 193, do Código de Ensino de 1917, que tratava dos Programas de Ensino e que previa o exercício das funções do magistério no Grupo Escolar Modelo e mais tarde nas escolas de aplicação anexas às Escolas Normais do Estado.

Por sua vez, o relatório do aluno Arthur Macedo Jr., produzido em 1919, reporta-se criticamente a uma dimensão atlética, evidenciando que “(...) o fim da gymnastica não é formar atletas, mas por meio de exercícios regulares e combinados formar indivíduos robustos e sadios” (MACEDO Jr., 1919, s.p.). O trecho do relato estava sintonizado com toda a discordância existente em torno de determinadas atividades consideradas inadequadas para o bom desenvolvimento de um corpo forte e sadio. Aqui, talvez, ainda existisse uma influência da obra de Domingos Nascimento, “O Homem Forte”, publicada em 1905, que tinha uma concepção que defendia uma ginástica mais racional e higiênica.

No que se refere ao desenvolvimento das aulas, alguns dos relatórios encontrados foram bastante específicos e descreviam detalhadamente diversos dos passos metodológicos utilizados na condução de uma aula de *Gymnastica*. Um exemplo dessa tipologia de relatório foi o escrito pela aluna Lilia Cordeiro Viana, no ano de 1918:

Estes exercícios são combinados com a respiração sempre que possível. “Formar” – A esta voz o alumno devera perfilar com os calcanhares unidos e as pontas dos pés para fora cerca de 2,5 cm, com o corpo ereto, apurando-se sobre os quadris, peito saliente, braços caídos ao longo das coxas, palmas das mãos unidas a roupa e olhar dirigido para a frente. 1ª posição – 4 tempos. a) I – Unir as pontas dos pés, mãos aos quadris. II – Affastar as pontas dos pés, mãos ao longo das coxas. III – Idêntico ao 1º. IV – Idêntico ao 2º. b) Direita volver em 4 tempos. c) Mais tres vezes a, b, c. 2ª posição. a) I – levantar os braços distendidos lateralmente. II – até acima da cabeça, verticalmente. III – baixar até a posição horizontal. IV – até firme. 3ª posição. a) I – Levantar o corpo nas pontas dos pés e mãos nos quadris (...) II – Voltar a firma. III – Idêntico ao 1º. IV – Idêntico ao 2º. 4ª posição. a) I – flexão da cabeça para a frente, com o corpo ereto e as mãos aos quadris (...). II – Voltar a firma. III – Flexão da cabeça para a retaguarda. IV – idêntico ao 2º. 5ª posição. a) I – rotação da cabeça para a direita, quadris e corpo imovel. II – Voltar a firme. III – rotação da cabeça para a esquerda. IV – idêntico ao II. 6ª posição. a) I – levantar os braços distendidos lateralmente até ficar em posição horizontal. II – Voltar a palma para cima – torsão. III – voltar-a para baixo. IV – voltar a firme. 7ª posição. a) I – Affastar o pé direito, as mãos nos quadris. II – inclinar o corpo para a direita. III – voltar a I. IV – voltar a firme. b) - . c) II – a esquerda, duas vezes. 8ª posição. a) I – affastar o pé direito, as mãos nos quadris. II – inclinar o corpo para a frente. III) voltar a posição I. IV – voltar a firme. b) – c) II- a retaguarda, duas vezes. 9ª posição. a) I – levantar paralelamente os dois braços até formar recta com o corpo. II – dobrar o corpo para a frente, tronco e pernas formam um ângulo agudo, tocar o solo com os dedos. III – voltar a I. IV – voltar a firme. 10ª posição. a) fechar as mãos e dobrar o ante braço (...) violência, para cima. II) distender para a frente. **III – Não apresenta a posição III.** IV – voltar a firme. 11ª posição. a) I - levantar o pé esquerdo até a coxa formar com o corpo angulo recto, e com a perna angulo agudo, mãos aos quadris. II – estical-a para a frente. III – voltar ao I. IV – voltar a firme. 12ª posição. Repetindo a, b, c, da 11ª posição mas com o pé direito. 13ª posição (para meninos). a) I - Levantar o corpo nas pontas dos pés, calcanhares unidos e mãos aos quadris. II – apoiando-se nas pontas dos pés, dobrar os joelhos

até que as nádegas vão ter aos calcanhares. III – voltar ao I. IV – voltar a firme (VIANA, 1918, s. p.).

A detalhada descrição realizada pela aluna correspondia exatamente ao que estava previsto no Decreto n.º 420 de 19 de junho de 1917, que estabelecia o novo programa para o grupo escolar modelo e similares, demonstrando que a formação na Escola Normal do Paraná atendia ao que estava estabelecido para o ensino da *Gymnastica* na escola e, muito provavelmente, correspondia ao conteúdo praticado na disciplina existente no programa de ensino no curso normalista. Ao observar a série de movimentos prescritos no programa para o grupo escolar modelo e escolares similares, Puchta (2019, p.88) faz o seguinte comentário muito interessante: “(...) podemos perceber bastante similaridade entre esses exercícios e os recomendados por Schereber. Tanto uma quanto a outra apresentam exercícios dos membros e das articulações, sendo alguns deles exatamente iguais”, lembrando que a proposta contida no manual do médico alemão Daniel Schereber era uma Ginástica Alemã e a prevista no Código de Ensino e no programa para o grupo escolar modelo e similares era ligada a vertente sueca, o que nos leva a concordar com os argumentos levantados por Silva (2017, p. 97) quando afirma que:

Uma compreensão generalizada da “ginástica alemã” como uma prática *una*, não deixa ver singularidades que marcaram diferentes ‘maneiras de fazer’ os exercícios físicos naquele país. Dessa maneira, o entendimento sobre o perigo das generalizações implica em um esforço para tentar ler nas fontes vestígios que possam desvendar a pluralidade presente nas práticas culturais.

A pertinência das reflexões contidas na citação é grande, afinal não se pode pensar as diversas vertentes ginásticas como modelos unos e simplistas. Cada modelo ginástico em seu interior tinha em seu interior inúmeras disputas e tensões. Fator que evidencia o caráter plural desses movimentos ginásticos. Parece ser esse o caso da proposta contida no manual do médico alemão Daniel Schereber, que era claramente uma proposta pautada em princípios racionais e higiênicos, e que em diversos momentos fazia duras críticas a elementos clássicos da Ginástica Alemã, por exemplo, as acrobacias. Nesse quesito, aproximava-se muito mais de elementos de uma vertente sueca do que aquele presente na proposta classicamente classificada como oriunda de terras germânicas.

Faz-se importante ressaltar ainda que para esse mesmo período os estudos de Vago (1997) e Fernandes (2013), apontam para significativas e importantes alterações no ensino da *Gymnastica*, principalmente pela introdução dos

denominados *jogos athleticos* e as competições esportivas, no interior da Escola Normal Modelo da Capital, em Belo Horizonte. Afinal, conforme apontam Lucena (2001), Melo (2001), Linhales (2009), Góis Junior (2013), Moraes e Silva (2011), Moraes e Silva e Quitzau (2018) e Medeiros (2020), tais elementos de cunho mais esportivo já eram uma realidade no contexto brasileiro desde o final do século XIX, e os estabelecimentos educacionais não poderiam se eximir de refletir sobre esse elemento da cultura física.

Esse conjunto de práticas já era uma realidade no contexto curitibano da segunda década do século XX, conforme pode-se ver na seguinte passagem publicada no *Diário da Tarde*, em janeiro de 1914:

É por isso com viva satisfação que applaudimos e festejamos o despertar e o florescimento da cultura physica. Della derivarão espontaneamente, sem esforço todas as demais manifestações inerentes às raças fortes. Uma organização vigorosa, inteligente e cuidadosamente desenvolvida, só pode ser fonte dos bons sentimentos do bello character, das luminosas intelligencias.

Avante, pois as várias sociedade que já contamos: o centro hippico, os vários clubs de foot-ballm de lawn-tennins e tantos outros que dispõem de valente e numeroso núcleo de sócios (DIÁRIO DA TARDE, 28/01/1914, p.1).

A nota deixa claro que Curitiba já tinha, conforme aponta Moraes e Silva (2011), todo um dispositivo esportivo que contribuía no processo de educação dos corpos dos habitantes da capital paranaense. Tanto que era bastante comum encontrar notas nos jornais curitibano, enfatizando a importância da utilização dos elementos da cultura física na formação da mocidade, por exemplo o longo e interessante texto publicado no *A República*, em dezembro de 1919, assinado por Raul Damásio:

Pela educação physica

O ESTADO NÃO PODE MAIS ENCARAR INDIFFERENTEMENTE A EDUCAÇÃO PHYSICA DO SEU POVO

Felizmente hoje a cultura physica e os sports entre nós são mais uma questão de moda, uma das muitas faces do 'snobismo' da ocidade argentaria ou de sépticos 'introuvables'. A grande guerra acaba de demonstrar que a educação physica do homem é um serio problema que deve prender a atenção de todos os estadistas de larga visão.

Deante dos exemplos que nos estão dando os paizes mais experimentados do mundo, no seu afan de elevar a cultura physica ao nível que lhe cabe, não podemos ficar tolhidos nessa indiferença desoladora de eternos contemplativos.

A aversão do nosso povo pelos exercícios do corpo é ainda, apesar de todos os progressos sportivos, uma velha idyosinetasia, funesta e fatal (...) Hoje felizmente a questão da educação physica e dos sports vão pouco a pouco prendendo a atenção dos nossos dirigentes e dos nossos educadores.

Mas apesar do incontestável progresso em que vae nosso athletismo e a magnifica situação em que se encontra o nosso mundo esportivo, os nossos governos nada fizeram até hoje de positivo de fortemente official que demonstrasse praticamente que o caso merecia entrar no terreno franco das realizações, mormente tratando-se de uma questão de vida ou de morte para as nacionalidades modernas.

Seria longo enumera num simples artigo de jornal o que se tem feito (...) em todos os paizes civilizados. Bastaria citar o que é a organização official da educação physica e do sport na Inglaterra, na Alemanha, na Suécia, na França, no Japão e nos Estados Unidos da América, para não attentar no que se vae creando com intenso carinho, na Argentina e no Chile.

Não tenho cessado de encarecer a altíssima função que vêm desempenhando entre nós na obra da educação popular as nossas brilhantes sociedades sportivas.

Já não basta o brilho de algumas iniciativas particulares. É preciso que o Estado tome a palavra e dê-nos seu avisado conselho. Elle assume a responsabilidade da instrucção geral, deve fazel-o, com mais razão, nesse caso que lhe toca visceralmente, pois trata-se de preparar gerações, sãs e robustas, para o seu trabalho e para a sua defeza.

Como os mais sérios e variados problemas, que ora se agitam no nosso meio (...) é uma questão que não deve ser addiada, e o Estado que acompanha solicito todos os surtos da vida nacional, não pode ficar indifferente à maneira e aos methods por que se está praticando a preparação physica da sua raça.

Urge sua intervenção e que elle enha indicar-nos, no seu sentido verdadeiramente social, o conceito pedagógico que norteará tão grande assumpto (A REPÚBLICA, 23/12/1919, p.1).

O artigo publicado no importante jornal curitibano sinaliza que os elementos da cultura física, principalmente os esportes, já eram uma realidade no contexto brasileiro do período e que por isso deveriam, assim como acontecia em diversas outras nações, serem levados em conta pelos processos de educação popular brasileiros. Porém, a presença de tais elementos da cultura física somente iriam ser levados em conta no processo de formação de professores realizados no interior da Escola Normal do Paraná no final da década de 1920. Principalmente pelas ações reformistas iniciadas pelo Diretor da Escola Normal do Paraná, Lysimaco Ferreira da Costa e pelo Inspetor Geral do Ensino, Cesar Prieto Martinez, durante a gestão de Caetano Munhoz da Rocha no governo do Estado do Paraná.

4 DIÁLOGOS SUL-AMERICANOS: A ESCOLA NORMAL DO PARANÁ E O SISTEMA ARGENTINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

4.1 O ESPÍRITO REFORMISTA DA DÉCADA DE 1920 E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ

Conforme apontam Nagle (1974), Azevedo (1976), Carvalho (1988; 1998; 2000), Werebe (1994), Souza (1999), Vieira (2001; 2021), Paulilo (2003), Araújo (2009), e Saviani (2011), a década de 1920 no Brasil foi um momento marcado por um amplo debate educacional que mobilizou a imprensa e envolveu políticos, intelectuais e educadores de diferentes estados brasileiros.

Nagle (1974) indica que foi um período de grande “entusiasmo pela educação”, o que gerou uma onda de “otimismo pedagógico” em todo o território nacional. Como corolário dessa intensa efervescência e agitação, ocorreram a promoção de diversas reformas de ensino, por exemplo, as conduzidas por Sampaio Dória em São Paulo (1920), Lourenço Filho no Ceará (1922), Anísio Teixeira na Bahia (1924), Francisco Campos em Minas Gerais (1927), Fernando de Azevedo no Distrito Federal (1928) e Carneiro Leão em Pernambuco (1928). Tal momento histórico, marcado pela intensa euforia pela educação, também se repercutiu nas questões relativas à cultura física, pois nesse momento, segundo sinalizam os estudos de Linhales (2009), Taborda de Oliveira e Linhales (2011) e Silva e Góis Júnior (2019), diversos de seus elementos passaram a ser levados em conta pelos educadores reformistas em seus projetos educacionais.

No Paraná, segundo indicam os trabalhos de Vieira (2001), Moreno (2003; 2007), Souza (2004), Abreu (2007), Nascimento (2008), Martiniak (2011; 2018), Correia (2013a; 2013b), Vieira e Daniel (2015), Miguel (2018), Meurer (2019) e Farias (2021), a reforma do ensino público¹⁸ ficou sob a incumbência de Cesar Prieto Martinez (**Figura 7**)¹⁹, pedagogo paulista que assumia a Inspeção Geral do

18 Existe um amplo debate há historiografia educacional do Paraná sobre se esse período da educação paranaense pode ser considerada um momento reformista (SOUZA, 2004; MIGUEL, 2018; MEURER, 2019). Porém, como o tema não é o escopo de análise da presente tese de doutoramento ele não será abordado nesse momento.

19 Cesar Prieto Martinez nasceu em São Paulo no ano de 1881. Recebeu seu diploma de professor em dezembro de 1900, sendo o mais moço da sua turma. Iniciou sua carreira no magistério lecionando como professor na 4ª Escola Isolada de Jaú, no estado de São Paulo. Dez anos depois foi designado para dirigir o Grupo Escolar Barão de Monte Santo, em Mococa, também no estado de São Paulo. Em 1915 se tornou diretor da Escola Normal de Pirassununga, cidade do

Ensino, enquanto a reforma do ensino normal seria capitaneada por Lysimaco Ferreira da Costa (**Figura 8**)²⁰, nomeado naquela ocasião para o cargo de Diretor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal do Paraná²¹. Esse clima de “entusiasmo” e “otimismo”, em torno da atuação dos dois educadores, pôde ser percebido numa nota publicada no jornal *A República*, em dezembro de 1920:

Há assumptos que por antigos não perdem a sua interessante actualidade. Nesse caso, se classificam as questões sociaes, notadamente a do ensino. Fortalecer o nosso povo, dar-lhe vigor para trabalhar e produzir, instrui-lo de modo que conheça os seus direitos e os possa defender, eis as primeiras necessidades nossas, eis os mais prementes deveres do governo. Não é preciso ser um Argos para chegar à conclusão de que disso depende a vida nacional (...) Felizmente occupa lugar de destaque nas cogitações do actual governo paranaense, a educação official, em combate ao cruel analphabetismo que tanto e tanto deprime a nos brasileiros. No Paraná a instrucção pública evoluciona accentuadamente ao influxo dessas mentalidades dynamicas que são o sr. dr. Lysimaco Costa e o sr. Prieto Martinez, cujas realizações já são um himno ininterrupto de energia (...) A série de medidas que vae adoptando o Inspector Geral do Ensino, moldadas todas, evidentemente, na ideia constante de levantar o nível do professorado primário em tanto abatido pela invasão dos incapazes, de estudar a situação das escolas afim de verificar o que é preciso fazer para provel-as do material necessário, de ater os professores aos preceitos regulamentares, está collimando sallutares effeitos. É verdade que apesar dos esforços dos illustres educadores supracitados, a organização escolar deixa alguma cousa a desejar. Ou antes, para sermos mais francos e mais exactos, neste terreno muito está por fazer. Mas, iniciado sob os melhores

mesmo estado. Em 1920, por convite de Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado do Paraná, assumiu em comissão o cargo de Inspetor Geral do Ensino, posto que ocupou até fevereiro de 1925. Foi nomeado em 26 de abril de 1920 para a cadeira de professor na Escola Normal de Curitiba. No Paraná, também escrevia para os jornais “O Dia” e “O Estado do Paraná”. Voltou a São Paulo onde foi cogitado para ocupar cargos no Estado da Paraíba. Autor de livros como *Sertões do Iguassú* (1925) e *Vida Escolar*, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, foi um dos fundadores do Centro do Professorado Paulista e da Casa do Professor de São Vicente. Faleceu na cidade de Santos em 1934. Em sua homenagem foram criadas escolas no Paraná (Instituto de Educação Cesar Prieto Martinez, em Ponta Grossa e Colégio Estadual Prieto Martinez, em Curitiba) e uma na cidade de São Paulo (Escola Estadual Cesar Martinez, no bairro da Moema) (SOUZA, 2004; SILVA, 2019; FARIAS, 2021).

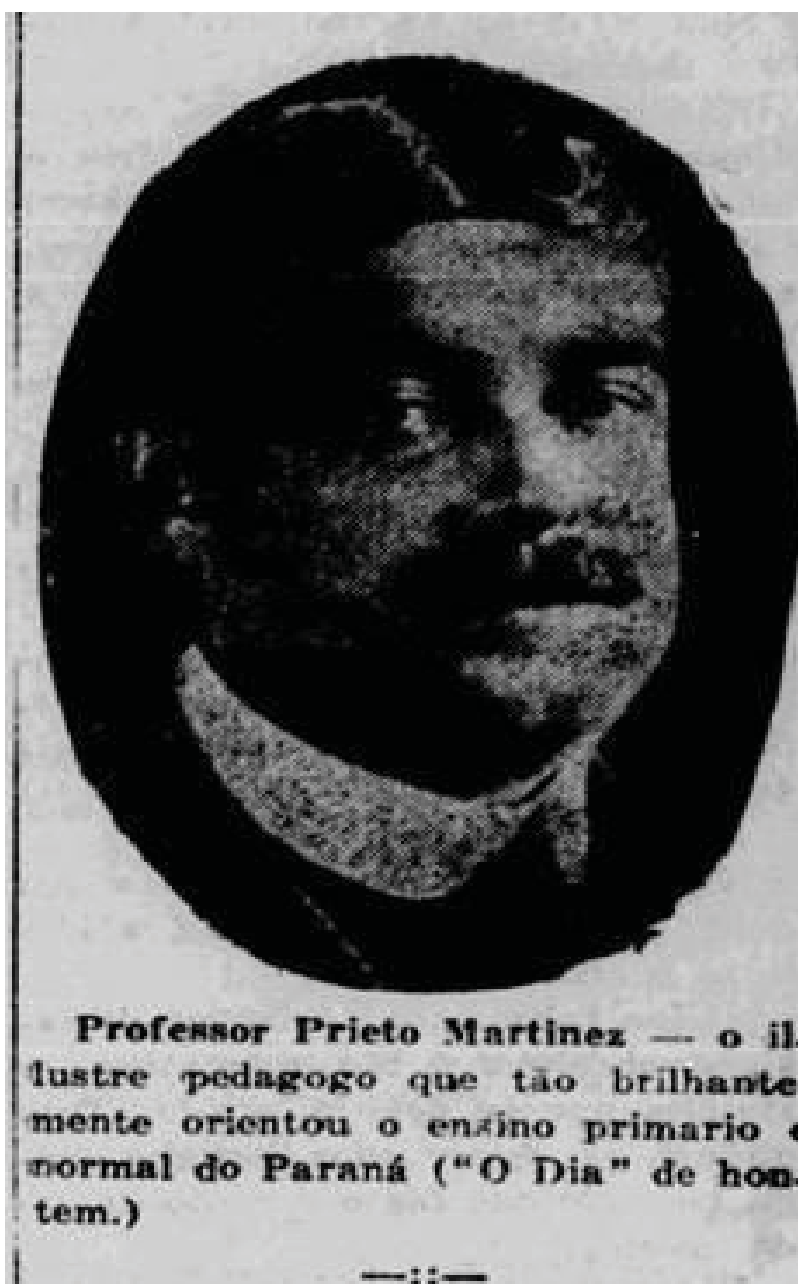
- 20 Lysimaco Ferreira da Costa nasceu em Curitiba em 1883 e faleceu na mesma cidade em 1941. Ele se interessou por questões educacionais ainda na primeira década do século XX. Atenção materializada em uma série de artigos sobre o ensino de Geometria publicado em 1907. No ano de 1912, matriculou-se na primeira turma de Engenharia da recém-criada Universidade do Paraná. Em 1915, tornou-se lente catedrático de Mineralogia e Geologia Agrícolas no Curso de Agronomia anexo à Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná. Por sua vez, em 1916, foi nomeado para reger as cadeiras de Química Analítica e Química Agrícola e em 1917 substituiu o professor de Aritmética e Álgebra no Ginásio Paranaense. No ano de 1920, tornou-se diretor e lente de Pedagogia da Escola Normal do Paraná. Cabe ainda mencionar que, em 1924, Lysimaco Ferreira da Costa foi um dos membros fundadores da Associação Brasileira de Educação (ABE). Ano que inclusive deixou a direção da Escola Normal do Paraná para assumir a Inspeção Geral do Ensino, cargo que ocupou até 1928 para depois se tornar na gestão de Affonso Camargo, a função de Secretário da Fazenda, Indústria e Comércio do Paraná (SOUZA 2004; ABREU 2007; MORENO, 2003; 2007; VIEIRA; DANIEL 2015; MEURER, 2019).
- 21 Cesar Prieto Martinez foi trazido ao Paraná para assumir a recém-criada Inspeção Geral do Ensino, após uma série de negociações e frente a uma intensa polêmica a respeito de se ter um especialista de outro estado à frente da educação paranaense. Para maiores detalhes sobre tal questão consultar as teses de doutoramento de Souza (2004) e Abreu (2007).

auspícios todas as modificações que nella se pretendem introduzir, exigem tempo, reclamam um ambiente de estudo calmo, em que se vão pronunciando as falhas e os defeitos attinentes ao nosso ensino primário. Já se observa que muitos professores públicos se vão dando as mãos num generalizado consortium de simultâneos esforços realizadores. É que as aspirações de um melhor advento para a nossa instrução primária, meio avulsas e desorientadoras, encontram eficientes coordenadores do sr. dr. Lysimaco Costa e no sr. Prieto Martinez (A REPÚBLICA, 01/12/1920, p.2).

A passagem evidencia a existência de um entusiasmo e otimismo educacional no cenário paranaense, principalmente em torno das ações capitaneadas por Cesar Prieto Martinez e Lysimaco Ferreira da Costa. Cabe destacar que o nome do pedagogo paulista, conforme salientam Souza (2004) e Abreu (2007), foi uma articulação que o próprio paranaense fez com outros educadores do Estado de São Paulo, principalmente pelas conversas ocorridas com João Lourenço Rodrigues²² e Oscar Thompson, e que tinham como intuito utilizar o modelo paulista nas reformas a serem realizadas no Paraná. Nesse sentido, pode-se considerar, conforme salientam Souza (2004) e Moraes e Silva e Capraro (2011), que tanto Cesar Prieto Martinez como Lysimaco Ferreira da Costa, eram intelectuais que desejavam mudar hábitos, regenerar costumes e modificar caracteres da população paranaense, ou seja, o intento era o de formar corpos instrumentalizados, higienizados, imbuídos de racionalidade e engajados num ideal de civilidade e progresso.

22 Segundo indicam Souza (2004) e Abreu (2007), Lysimaco Ferreira da Costa foi o responsável por intermediar a contratação de um profissional para o cargo de Inspetor Geral do Ensino, negociação que envolveu os governos paranaense e paulista. Um dos nomes cogitados por Lysimaco Ferreira da Costa foi o do professor paulista João Lourenço Rodrigues, o qual não aceitou o convite, devido a compromissos profissionais e que por isso indicou o nome de seu ex-aluno Cesar Prieto Martinez.

FIGURA 7:FOTOGRAFIA DE CESAR PRIETO MARTINEZ REPRODUZIDA NA IMPRENSA PARANAENSE EM NOVEMBRO DE 1925



FONTE: O DIA 07 DE NOVEMBRO DE 1925 P.1

FIGURA 8:FOTOGRAFIA DE LYSIMACO FERREIRA DA COSTA REPRODUZIDA NA IMPRENSA PARANAENSE EM DEZEMBRO DE 1919



FONTE: A REPÚBLICA 1º DE DEZEMBRO DE 1919 P.1

Ao assumir a presidência do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha promoveu uma ampla reorganização administrativa, centralizando a Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e a dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas em uma só pasta, denominada Secretaria Geral do Estado, a qual foi entregue a Marins Alves de Camargo, que já havia ocupado o cargo de secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 1912, na gestão do

Presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Em abril de 1920, através da Lei n.º 1999 foi criada a Inspetoria Geral do Ensino, anteriormente denominada Diretoria Geral da Instrução Pública, a qual passaria a ser comandada por Cesar Prieto Martinez (MORENO, 2003; 2007; ABREU, 2007; SOUZA, 2004; NASCIMENTO, 2008; SILVA, 2009; VIEIRA; DANIEL, 2015; MARTINIAK, 2018; RUCKSTADTER, 2018; MEURER, 2019; FARIAS, 2021).

Souza (2004) e Abreu (2007) comentam que o contexto de escolha do nome de Cesar Prieto Martinez, um técnico paulista, para a Inspetoria Geral do Ensino, foi marcado por embates e negociações que envolviam outros indivíduos, além do próprio pedagogo paulista. Tal nomeação dividiu as opiniões no seio da sociedade paranaense, tanto que a própria imprensa curitibana, que de modo geral apoiava a proposta de reforma do ensino público, dividia-se entre a crítica e à submissão do Paraná ao modelo apregoado pelos paulistas e aos aplausos com a chegada do novo técnico educacional para dar um renovado impulso na reorganização da instrução pública paranaense.

A despeito do impasse inicial pela escolha do nome que iria ocupar a Inspetoria Geral de Ensino, trabalhos como os de Moreno (2003; 2007), Souza (2004), Abreu (2007), Vieira e Daniel (2015), Meurer (2019) e Farias (2021) apontam que existiu uma campanha quase que permanente contra o nome do pedagogo paulista. Tal quadro de desaprovação e repúdio em torno da figura do novo Inspetor Geral de Ensino pôde ser visualizada na nota publicada no jornal *A República*, em maio do ano de 1920, poucos meses depois de Cesar Prieto Martinez ter sido nomeado para o importante cargo:

Quando noticiamos que o governo do Estado cogitava de dar ao nosso ensino público uma organização eficiente e que para a realização dessa boa medida se tornava indispensável a vinda de um educador paulista da confiança do governo do grande Estado, sabíamos que essa resolução, embora aplaudida pela unanimidade da nossa população e principalmente pelos homens de reconhecido valor intelectual e moral, **encontraria uma repulsa da parte de alguns despeitados, inconscientemente arvorados em peritos sabichões de pedagogia.** E não nos enganamos. (...) **Ante hontem foi distribuído um pamphleto no qual se procurou por a ridículo o professor paulista.** Esse acto digno de quem o praticou e indigno para a sociedade curitibana mereceu franca reprovação (A REPÚBLICA, 18/05/1920, p.1 – grifos nossos).

Foram encontrados na imprensa curitibana diversos ataques à figura do pedagogo paulista. Por exemplo, em outubro de 1921, novamente nas páginas do *A*

República, foi localizada uma ofensiva bastante contundente contra a pessoa do Inspetor Geral do Ensino:

(...) Já dissemos que o sr. Prieto é agente de uma causa paulista e vende e compra para o Estado. Já dissemos que o sr. Prieto é negociante de cachaça, fazendo as suas viagens commerciaes por conta do Estado; **já dissemos que o sr. Martinez não tem a competência para ocupar o elevado posto que desfructa**. Que faltará, pois, dizer, mais do sr. Prieto para que p sr. presidente do Estado adquira a convicção de que o sr. Prieto Martinez não pode mais exercer o cargo que exerce e delle deve ser expulso a bem do serviço público? A situação financeira do Paraná (...) não permite que um negociante de aguardente e um agente commercial, esteja grimpado a um cargo onde sua acção como commerciante, o torno suspeito (...) O sr. Martinez precisa ser expulso, já que não quer pedir demissão, já que tem coragem de affrontar animada accessão dos seus subordinados e nojo do público. Expulse-o Dr. Munhoz da Rocha, expulse esse homem que o está desmoralizando (A REPÚBLICA, 08/10/1921, p.1 – grifos nossos).

Segundo apontam Souza (2004), Abreu (2007) e Meurer (2019), tais episódios começaram a desgastar politicamente o Cesar Prieto Martinez e o deixaram cada vez mais isolado em seus empreendimentos. Souza (2004) e Abreu (2007) lembram que apesar de ter sido Lysimaco Ferreira da Costa o responsável pela intermediação que possibilitou a vinda de Cesar Prieto Martinez para o Paraná, pouco tempo depois de sua chegada às terras paranaenses, os dois se afastaram e começaram a entrar em constantes disputas e confrontos. Tal fato foi tornando o nome do educador paulista e a posição por ele ocupada bastante suscetível e instável.

Segundo Vieira e Daniel (2015), ao nomear Cesar Prieto Martinez como Inspetor Geral do Ensino e Lysimaco Ferreira da Costa como Diretor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal do Paraná, o presidente Caetano Munhoz da Rocha rompeu com uma tradição que era a de a figura do inspetor assumir também o cargo de direção dos dois principais estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná. Vieira e Daniel (2015) ainda lembram que com isso operou-se uma repartição do poder na administração, provocando um tensionamento na condução da política educacional paranaense.

Como visto, uma séria divergência na relação entre o paulista e o paranaense se estabeleceu. Segundo Abreu (2007, p.102), "(...) em cartas trocadas com João Lourenço Rodrigues, fica evidente que Lysimaco Ferreira da Costa se afastara de Martinez, preocupado em preservar sua imagem política, diante de tantas críticas dirigidas à ação daquele professor". A autora ainda lembra que o tensionamento entre os dois ganharia contornos ainda maiores na colação de grau

da turma de formandos do ano de 1923, da Escola Normal do Paraná. Momento no qual Cesar Prieto Martinez em seu discurso de paraninfo realizou duras críticas as reformas que estavam sendo capitaneadas por Lysimaco Ferreira da Costa no ensino normal. Na sequência, o paranaense pediu a palavra para responder com veemência os apontamentos realizados pelo pedagogo paulista. Essa celeuma não passou despercebida pela imprensa local, tanto que o jornal *O Dia* atacou de forma contundente o então Diretor da Escola Normal, Lysimaco Ferreira da Costa:

O incidente da Escola Normal. O sr. Presidente do Estado tem, agora as férias escolares que se iniciam uma esplendida oportunidade para normalizar o incidente que há muito existe entre os srs. Prieto Martinez e Lysimaco Costa, respectivamente Inspector Geral do Ensino e Director da Escola Normal e Gymnasio. Este estado de cousa não pode continuar a bem da moralidade do ensino público e da própria boa direção daquelles departamentos da administração pública. Não queremos tomar o partido do sr. Prieto Martinez, mas o que é bem verdade é que aberra das mais comesinhas normas da delicadeza o procedimento insólito com que o director da Escola Normal permittiu, numa solemnidade publica, refutar o seu colega, paranymphe da turma de normalistas, dando assim um bem-triste exemplo às novas educadoras da nossa mocidade. Esse funcionario genuíno "*Je sais tout*" indígena, com sua mania de açembarcar a direcção e orientação do ensino secundário, e, por outro lado, de apresentar-se como orientador de governo em questões econômicas, não suporta que se possa ter uma ideia ou uma opinião que destoe das que consultam os seus interesses. Com isso, compreenderá o sr. Presidente do Estado, os únicos prejudicados são o seu próprio governo e, o que é mais importante, os créditos do ensino público secundário do Paraná (O DIA, 08/12/1923, p.2).

A referida alteração entre os principais condutores das reformas educacionais paranaense levou o pedagogo paulista a entregar seu pedido de demissão ao Presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, solicitação que foi recusada e noticiada novamente pelo jornal *O Dia* alguns dias depois da ocorrência do confronto entre os dois educadores nas dependências da Escola Normal do Paraná:

Mandou o sr. Presidente do Estado declarar, em nota official, que os srs. Professor Prieto Martinez, Inspector Geral do Ensino e Lysimaco Ferreira da Costa, director da Escola Normal, director do Gymnasio Paranaense, director da Escola Agronomica, lente desses estabelecimentos e da Universidade do Paraná e muitas outras cousas mais, continuam a prestar seus valiosos serviços à causa da instrução pública (...) Foi o meio mais expedito que encontrou o sr. Presidente Munhoz da Rocha para não aceitar o pedido de demissão que lhe fez o sr. Prieto Martinez por se sentir – segundo voz corrente – inteiramente incompatibilizado com o sr. Lysimaco Costa que, publicamente, o desautorizou na cerimônia da collação de grau das normalistas deste anno (...) Calculamos na sua justa medida todo partido que o sr. Lysimaco aliás inutilmente, procura tirar da declaração que continua a merecer inteira confiança do governo... em cousas do ensino, está claro. Basta se ter me mente este perfeito e acabado retrato que dele fez o ilustre advogado Dr. Enéas Marques (...) "o director do Gymnasio Paranaense e Escola Normal não é homem que recue dos seus interesses

só porque a Lei não permita; o seu capricho quando encontra apoio de poderosos, embarca em qualquer sophisma, enfrenta a verdade e esfrangalha a lógica só pelo prazer de vencer, embora victorias ephemeras". Isso quanto ao director da Escola Normal, quanto ao sr. Inspector Geral do Ensino que, justiça lhe faça, limita-se a ser Inspector Geral do Ensino, a sua consciência lhe dirá se lhe satisfaz a declaração, embora provenha ella do presidente do Estado, que o colloca, no exercício das suas funcções burocráticas, em pé de igualdade ao homem cujas desconsideração lhe forçaram a um pedido de demissão. Afinal, o sr. Presidente do Estado, sabe o que está fazendo e o que quer fazer. Permittimo-nos, todavia, accentuar que a nota que s.exa. mandou publicar em nada, absolutamente nada altera a profunda verdade do que vimos affirmando com referência ao director da Escola Normal. Com nota ou sem nota, continuamos no nosso ponto de vista, ao nosso ver, é o único que consulta a moral e aos verdadeiros interesses do Estado: é uma innominavel immoralidade a acumulação de diversos cargos públicos remunerados e nem outra é a situação do sr. Lysimaco Costa (O DIA, 12/12/1923, p.1).

Como visto, se uma fração dos periódicos curitibanos publicavam notas criticando a figura de Cesar Prieto Martinez, de outro lado, o jornal *O Dia* sempre apresentava suas duras divergências em relação à pessoa de Lysimaco Ferreira da Costa. As desaprovações mais constantes ao educador paranaense, publicadas nas páginas do referido periódico, eram relativas ao “cabidário” e inúmeros acúmulos de empregos públicos que o então Diretor da Escola Normal do Paraná possuía:

Mais um emprego para o sr. Lysimaco. Às suas múltiplas e complexas occupaões de recordman de empregos públicos vae, ao que parece, o sr. Lysimaco Costa acumular mais um: a de director de uma estação de monta nos Campos do Bacachery. É, pelo menos, o que se depreheende do trecho da última mensagem presidencial, referente à indústria pastoril, em que é sugerida a criação de tal estação, sob a direção da Escola Agronomica da qual, é sabido, é director aquelle conspícuo cabide de empregos. Desta vez, sim, o governo acertou... (O DIA, 27/02/1924, p.2).

Contudo, não é objetivo da presente tese de doutorado entrar nos pormenores das querelas ocorridas na política local. Porém, conforme apontam Souza (2004), Abreu (2007) e Vieira e Silva (2015), cabe destacar que em 1925 Cesar Prieto Martinez deixa o cargo e retorna a São Paulo, e a Inspetoria Geral do Ensino foi assumida por Lysimaco Ferreira da Costa, posição que ocupou até 1928, quando saiu da função para assumir a Secretaria da Fazenda do governo do novo presidente do Estado do Paraná, Affonso Camargo. Porém, o que se pode extrair das notícias arroladas é a comprovação da grande influência e do destacado capital político que o educador paranaense possuía, bem como deixa nítido que existia uma clara disputa de poder entre os dois educadores designados por Caetano Munhoz da Rocha para capitanear as mudanças na instrução pública paranaense.

Para entender melhor esse contexto de disputa entre eles, Abreu (2007) lembra que a repartição de poder, ocorrida com a separação da Inspetoria Geral do

Ensino da Direção da Escola Normal e do Ginásio Paranaense, pode justificar alguns equívocos interpretativos que remetem ao entendimento de que a reforma do ensino no Paraná foi empreendida por Lysimaco Ferreira da Costa, quando na verdade esse realizou a reestruturação da Escola Normal do Paraná, durante a gestão de Cesar Prieto Martinez como Inspetor Geral do Ensino. Essa situação pode ter se agravado, ainda, pelo fato de que, no Paraná, a reforma da educação teria sido marcada pela ausência de uma lei e/ou regulamento que lhe desse um caráter orgânico (MIGUEL, 1997; SOUZA, 2004; ABREU, 2007; MARTINIAK, 2018; MEURER, 2019; FARIAS, 2021), obscurecendo ainda mais o nome de Cesar Prieto Martinez, o que não aconteceu com a reforma da Escola Normal do Paraná, a qual foi regulamentada e reconhecida oficialmente pelo governo paranaense, ganhando, inclusive, um grande destaque para além das fronteiras do Paraná.

Sendo assim, na sequência da presente tese de doutoramento, o foco de análise se direcionará à figura de Lysimaco Ferreira da Costa e de sua atuação como diretor da Escola Normal do Paraná, muito em função da reforma empreendida na instituição no ano de 1923. Transformação que mudaria os rumos da instituição formadora de professores, assim como teria uma influência nos caminhos que os elementos da cultura física tomariam no cenário educacional paranaense de uma forma mais ampla.

4.2 A REFORMA DA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: OS DIÁLOGOS ESTABELECIDOS POR LYSIMACO FERREIRA DA COSTA

Abreu (2007) salienta que ao ser nomeado Diretor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal do Paraná, em 25 de fevereiro de 1920, Lysimaco Ferreira da Costa dirigiu duras críticas à estrutura do ensino normal prevista pelo Código do Ensino de 1917. Na visão do educador paranaense, evidenciada principalmente no documento intitulado “*Bases educativas para a reorganização da nova Escola Normal secundária do Paraná*”, o curso normalista reproduzia a formação secundária e as disciplinas profissionalizantes eram poucas e estavam dispersas ao longo da formação (COSTA, 1923). Sendo assim, Lysimaco Ferreira da Costa

defendia o desmembramento não somente físico, mas também do corpo docente, entre as duas importantes instituições de ensino do Estado do Paraná²³.

Essa separação já estava prevista na lei n.º 1999, de abril de 1920 (PARANÁ, 1920). Porém, para ocorrer o desmembramento definitivo era necessário a construção de um novo espaço arquitetônico para alojar a Escola Normal do Paraná (IWAYA, 2000; CORREIA, 2013a; 2013b). A divisão do mesmo espaço físico pode ser visualizada na seguinte mensagem do Presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, destinada ao Congresso Legislativo do Estado, datada de fevereiro de 1921:

Entregue esse tradicional e importante estabelecimento de ensino secundário do Estado, à criteriosa e sabia direção do Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, tem elle correspondido de um modo eficaz aos fins a que se destina, inspirando uma sólida confiança em todos aquelles que o procuram para a instrução de seus filhos. Embora separados os cursos do Gymnasio e Escola Normal e com horários distintos, funcionam actualmente no mesmo edificio e sob a mesma competente direção. Apesar disso e da avultada frequencia de ambos os cursos, tem reinado no estabelecimento a mais perfeita ordem e disciplina, concorrendo isso para mais prestigiá-lo na opinião pública (ROCHA, 1921, p. 106).

Foi somente em 1921, conforme salientam Iwaya (2000) e Correia (2013a; 2013b), que se iniciou a construção do prédio que seria denominado “Palácio de Instrução”. O começo das obras não passou despercebido pela imprensa paranaense, conforme mostra a seguinte nota publicada num dos principais jornais de Curitiba do período:

Aos vinte e um dias do Mês de Abril de mil novecentos e vinte e um, as 18 horas, reuniram-se à rua Aquidaban, esquina da rua Voluntários da Pátria, em terreno de propriedade do Estado as pessoas abaixo mencionadas com o fim de assistir ao lançamento da primeira pedra do edificio da Escola Normal, mandado construir pelo actual Governo do Estado, sendo Presidente do Estado o Exmo. Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha e Secretário Geral do Estado o Exmo. Sr. Dr. Marins Alves de Camargo. Estiveram presentes a esta cerimônia os Exmos. Srs. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado; Desembargador Euclides Bevilaquia, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Marins Alves de Camargo Secretário Geral de Estado; Dr. Luiz de Albuquerque Maranhão, Chefe de Polícia; Dr. Clotário Portugal, Procurador Geral de Justiça; Cesar Prieto Martinez, Inspector Geral do Ensino; Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, Director do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal, e muitas outras pessoas gradas, Lentes, Porfessores e Alumnos da Escola Normal, que assignam a presente acta de que se extrahiu cópia para ser encerrada em uma urna de ferro e colocada sob a pedra fundamental do edificio (A REPÚBLICA, 23/04/1919, p.1).

23 Em 1876, o ensino secundário paranaense passaria por uma reforma e, por motivo de economia, o então presidente da província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins, propôs unir os cursos secundário e normal, criando a Escola Normal e o Instituto Paranaense - antigo Liceu e posteriormente Ginásio Paranaense. Com a reforma do Curso Normal, em 1917, os dois cursos passaram a funcionar com aulas separadas e com normas próprias, embora dividissem as instalações e possuissem mesmo o corpo docente (IWAYA, 2000).

A passagem evidencia que o evento para o lançamento da construção do prédio, que seria sede da Escola Normal do Paraná, foi um momento bastante prestigiado e concorrido, onde estiveram presentes uma série de autoridades paranaenses. A própria notícia indica que diversas personalidades curitibanas como Jayme Ballão, Romário Martins e Victor Ferreira do Amaral marcaram presença na cerimônia que simbolizava o início da construção do novo edifício que abrigaria a instituição destinada à formação de professores do Estado do Paraná.

Contudo, a separação definitiva com o Ginásio Paranaense somente aconteceria, de acordo com Iwaya (2000) e Correia (2013a; 2013b), em setembro de 1922, com a inauguração do novo prédio denominado de “Palácio da Instrução”. Terminada a construção do edifício destinado à Escola Normal do Paraná, Lysimaco Ferreira da Costa apresentou a Caetano Munhoz da Rocha um plano de reforma do curso, o qual foi aprovado e regulamentado pelo Decreto n.º 274, de março de 1923, “(...) passando então a Escola Normal a denominar-se 'Escola Normal Secundária', já por comportar o seu plano de estudos à formação de professores secundários, já por sua posição em relação às Escolas Normais Primárias” (COSTA, 1995, p.122). Foi nesse contexto que Lysimaco Ferreira da Costa lançou seu texto intitulado “*Bases Educativas para a Organização da Nova Escola Secundária do Paraná*”, documento que teve repercussão no cenário nacional e que continha suas principais ideias e conceitos sobre a reforma do ensino normalista, assinado pelo educador paranaense, em 23 de janeiro de 1923.

O documento escrito por Lysimaco Ferreira da Costa alcançou ampla repercussão na imprensa, a qual não só deu destaque ao manuscrito do educador paranaense, como também teceu diversos comentários elogiosos ao então Diretor da Escola Normal do Paraná, conforme pode-se observar num artigo publicado, em 1923, no jornal *Diário da Tarde*:

Sentimo-nos felizes quando se nos apresenta ocasião propícia de registrar a satisfação e o orgulho, que nos enchem a alma, pela afirmação brilhante dum talento que eleva o nível intelectual do Estado e o faz admirado lá fora, como no caso magnífico desse modesto paranaense, Lysimaco Ferreira da Costa, que, pela inteligência, superiormente cultivada, é um ponto de irradiação no seio das verdadeiras competências da atualidade (...). A sua última obra “*Bases Educativas para a organização da Nova Escola Normal Secundária do Paraná*”, transpõe os limites do Estado para ecoar nos grandes centros do país, como trabalho profundo e novo, abordando, magistralmente, o assunto vasto e complexo. É um estudo de organização completo, vasado nos moldes da moderna Pedagogia e nas observações da

moderna Pedagogia e nas observações de Psicologia feitas pelo autor durante o seu apostolado de mestre (DIÁRIO DA TARDE, 04/04/1923, p.1).

Costa (1995) salienta que, além da imprensa, amigos e personalidades do âmbito político e da esfera educacional de diversos outros estados brasileiros manifestaram-se através de cartas e telegramas, enviando felicitações, solicitações e comentários sobre o referido documento, que contava com importantes nomes da educação nacional do período, entre eles pode-se destacar as seguintes personalidades: João Lourenço Rodrigues, Diretor da Instrução Pública do Estado de São Paulo e Diretor da Escola Profissional de São Paulo; Henrique Fontes, Secretário da Educação do Estado de Santa Catarina; Renato Jardim, Diretor da Escola Normal de São Paulo; Euclides Bandeira, amigo pessoal e fundador do Centro de Letras do Paraná.

Entretanto, é preciso ressaltar que muito dessa repercussão para além das terras paranaenses se deu em resposta ao envio de exemplares da sua obra não só à imprensa, mas também para diversas instituições educativas de todo o país, denotando em alguma medida um certo investimento pessoal de Lysimaco Ferreira da Costa na busca por uma projeção do seu nome na cena educacional brasileira. Cabe destacar, que de certa forma, o destaque simbólico de sua figura no cenário nacional já vinha sendo construído antes mesmo da divulgação do seu manuscrito sobre a Reforma da Escola Normal do Paraná. Tais questões podem ser visualizadas e comprovadas na seguinte notícia publicada num importante jornal da capital federal, em junho de 1924:

O Dr. Lysimaco é um professor de mérito real bem comprovado no Congresso de Ensino e Superior que se reuniu aqui no Rio por ocasião do Centenário, e posto um maior relevo ainda pelas reformas do ensino normal e secundário que propoz no Paraná, reformas que foram levadas a bom termo, graças ao apoio firme que lhe tem dispensado o presidente desse Estado sulino Sr. Dr. Munhoz da Rocha. A reorganização da Escola Normal de Curitiba é uma reforma digna de atenção de todos os que se dedicam à causa do ensino, já por seu aspecto arrojado do ponto de vista pedagógico, já por envolver a formação do professor primário de um ambiente educativo do mais elevado fundo moral e plenamente concordante com o espírito religioso dos brasileiros. O quanto pudemos concluir do excelente folheto <<Bases Educativas da E. Normal>> e sob o primeiro aspecto a que nos referimos o curso normal do Paraná prevê a preparação do professor theorica e praticamente, de uma forma completa; temos a impressão de que nenhum outro curso normal realizal-a-ia de maneira tão simples e eficaz (GAZETA DE NOTÍCIAS, 06/07/1924, p.2).

Essa atenção que Lysimaco Ferreira da Costa ganhou da imprensa da capital federal talvez tenha sido fruto das ações para além da fronteira do Paraná que o educador já havia realizado anteriormente. Por exemplo, nos meses de

setembro e outubro do ano de 1922, o então diretor da Escola Normal do Paraná havia participado do Congresso de Instrução Secundária e Superior, evento realizado na cidade do Rio de Janeiro e que fez parte das comemorações do Centenário da Independência. No congresso, estiveram presentes intelectuais, políticos e educadores de vários estados brasileiros, sendo que Lysimaco Ferreira da Costa representou o Paraná nas Comissões do Ensino Secundário e do Ensino de Engenharia. Segundo indica Abreu (2008), a participação do Diretor da Escola Normal do Paraná, no referido congresso realizado na então capital federal, o teria firmado perante outros grandes nomes da educação brasileira uma vez que:

(...) foi a partir desse evento que Lysimaco ampliou sua inserção num determinado circuito fora do ambiente paranaense, ganhando visibilidade em âmbito nacional. A partir da atuação nesse Congresso, Lysimaco Ferreira da Costa ampliou sua rede de sociabilidade, inserindo-se numa rede de relações mais ampla, da qual faziam parte, por exemplo: Everardo Adolfo Backeuser, Fernando Raja Gabaglia, José Piragibe, Edgard Sussekind de Mendonça, Venâncio Filho, Heitor Lyra Filho, entre outros (ABREU, 2008, p.172).

Uma primeira aproximação importante realizada por Lysimaco Ferreira da Costa a partir do referido congresso foi a feita, conforme sinaliza Abreu (2007), com o educador carioca de tendências católicas, José Piragibe, fundador e Presidente da Liga Pedagógica do Ensino Secundário, que em carta datada de 01 de novembro de 1922, dirigida ao educador paranaense, assim se expressou em relação ao evento realizado na cidade do Rio de Janeiro:

As sessões do Congresso foram para mim, realmente, uma tortura, mas graças a Deus há sempre compensações: conheci o Dr. Lysimaco, consegui fazê-lo meu amigo. Creia que me esqueço de todos aqueles aborrecimentos, quando me lembro de sua amizade. E, agora, para a frente. Para minha quase nula ação no Rio conto com o seu apoio, não só aqui, como também no Paraná (COSTA, 1995, p.97).

Na sequência de sua carta, José Piragibe relatou a Lysimaco Ferreira da Costa que já havia escrito para educadores de outros países sul-americanos, em acordo com uma possível ideia anteriormente trocada entre eles, evidenciando os diálogos que o paranaense vinha estabelecendo com educadores, para além das divisas nacionais.

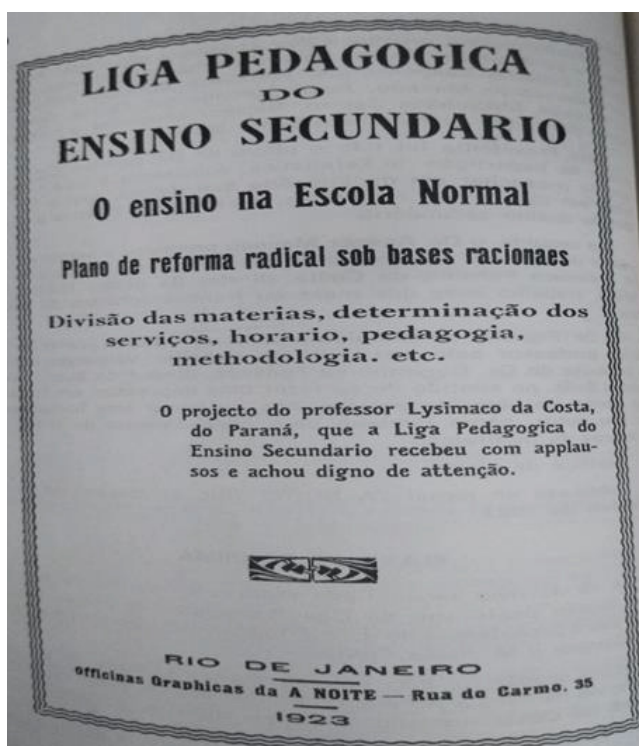
Escrevi em data de hoje ao José Augusto, transmitindo a sua ideia magnífica. Já escrevi aos grandes vultos da Instrução Nacional da Argentina, no Uruguai e no Chile – Jorge Boero, Carlos Fernandes Peña e Dr. Aguirre y Gonzalez. Espero que o Dr. me indique outros nomes de professores ilustres. Segunda-feira passada, 30 de outubro, o Heitor Lyra realizou, na Liga, uma conferência sobre a conveniência e a oportunidade

da adoção do manual training nos cursos secundários²⁴ (COSTA, 1995, p.97).

Por fim, em sua carta, José Piragibe comunicou a Lysimaco Ferreira da Costa que o seu nome havia sido “(...) aceito, por unanimidade de votos, sócio correspondente da Liga” (COSTA, 1995, p.98). A relação com José Piragibe e sua participação, como sócio correspondente da Liga Pedagógica do Ensino Secundário, rendeu um convite posterior para que o educador paranaense apresentasse seu projeto de Reforma da Escola Normal Secundária de Curitiba (**Figura 9**), na primeira sessão da Liga em janeiro de 1923.

24 Ao que tudo indica, Lysimaco Ferreira da Costa já teria discutido com José Piragibe a respeito da adoção do treinamento manual nos cursos secundários, motivo pelo qual Piragibe teria informado sobre a conferência proferida por Heitor Lyra Filho. Sobre essa questão é importante pontuar que no ano de 1889, o argentino Pablo Antonio Pizzurno criou, juntamente a Juan Tufró, o Instituto Nacional de Caballito e instaurou a cadeira de Trabalho Manual, sob a responsabilidade inicial do professor sueco: J. Gerardo Victorín. Enríque Romero Brest, em início de carreira como médico, teria sucedido Victorín na função, tornando-se dez anos depois, Diretor da Oficina de Trabalho Manual Educativo, formando com Victorín e Pizzurno, o grupo que ficou conhecido como “Triunvirato do Trabalho Manual”. Foi nessa época que Pablo Pizzurno instou Enrique Romero Brest a abandonar a medicina e dedicar-se à Educação Física (PEREYRA; PEREYRA, 2019). Segundo Pineau (2013), Pablo Pizzurno representou a Argentina na Exposição Internacional de Paris, em 1889 e em sua viagem aproveitou para visitar diversos estabelecimentos educativos, especialmente a Escola Normal de Trabalhos Manuais de Naas (Suécia), cujas práticas buscou implementar no sistema educacional argentino. Esses fragmentos nos dão indícios importantes dos diálogos que Lysimaco Ferreira da Costa vinha estabelecendo com educadores para além das divisas nacionais, especialmente com Pablo Pizzurno, na Argentina. A relação do educador paranaense com o contexto argentino foi analisada de forma mais pormenorizada próximo tópico do presente capítulo.

FIGURA 9 – CAPA DO PROJETO DE REFORMA DO ENSINO DA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ, PUBLICADO PELA OFFICINAS GRAPHICAS DO JORNAL CARIOCA “A NOITE”.



FONTE: COSTA (1995, P.100).

A palestra do educador paranaense, na Liga Pedagógica do Ensino Secundário, não passou despercebida dos olhares da imprensa da então capital federal, sendo publicada uma notícia no jornal carioca *A Noite*, em fevereiro do ano de 1923:

Em seguida, o Dr. Agenor Macedo procedeu à leitura de um projeto de reforma de ensino na Escola Normal, de autoria do Dr. Lysimaco da Costa, diretor da Escola Normal do Paraná, trabalho esse que mereceu francos aplausos da assistência. O Dr. Figueira de Almeida propôs um voto de louvor ao referido professor pelo seu brilhante trabalho, vencendo, porém, a proposta do Dr. Coryntho da Fonseca, diretor da Escola Wenceslau Brás, no sentido de se fazer uma impressão, em folheto, por conta da Liga, do projeto, não só como uma homenagem ao seu autor, como também para conhecimento de todos os membros da instituição (*A NOITE*, 19/02/1923, p.2 – grifos nossos).

A exposição de Lysimaco Ferreira da Costa, realizada na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, repercutiu na imprensa curitibana, tanto que, no dia 02 de março, o *Commercio do Paraná* divulgou em sua primeira página uma nota sobre a participação do paranaense no referido evento:

A referida gazeta carioca, em edição de 24 do alludido mês, começou a publicar, na integra, o projeto do dr. Lysimaco, producção scientifica, que impressionou magnificamente o espírito da douda assistência. “A Noite”

transcreveu o trabalho do nosso ilustrado conterrâneo, começando com as seguintes palavras: “Noticiamos, ha dias, que, na 1ª sessão deste anno da Liga Pedagógica do Ensino Secundário, foi lido um trabalho do professor dr. Lysimaco da Costa, diretor da Escola Normal do Paraná, encerrando um plano de reforma radical no ensino da Escola Normal desta cidade. O projeto do referido professor paranaense, que é membro correspondente da mesma Liga, foi muito louvado e servirá como base de um estudo com idêntico fim, em que se aproveita muitas, senão todas, das sugestões contidas no plano apresentado, considerado esplendido em suas linhas geraes”. Attenta à alta e reconhecida idoneidade do dr. Lysimaco não admira que o seu plano de reforma do ensino na Escola Normal do Districto Federal causasse sucesso naquela egregia corporação de didactas eminentes. (COMMERCIO DO PARANÁ, 02/03/1923, p.1).

Com a apresentação do projeto de reforma da Escola Normal Secundária do Paraná, na Liga Pedagógica do Ensino Secundário, o nome de Lysimaco Ferreira da Costa ganhou maior visibilidade, aproximando ainda mais o intelectual paranaense, de nomes de relevo nacional, por exemplo, Heitor Lyra da Silva, com o qual o paranaense e outros educadores reuniram-se, no Rio de Janeiro, em 1924, para tratar, em uma conversa inicial, da fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE)²⁵ (CARVALHO, 1988; ABREU, 2007; 2008). A respeito da atuação e circulação de Lysimaco Ferreira da Costa no interior da referida associação, Abreu (2007, p.150-151) emite as seguintes considerações:

A participação de Lysimaco Ferreira da Costa no projeto de criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) é pouco referida nos trabalhos de História da Educação. Os dados sugerem que por divergências políticas entre os fundadores da ABE e Lysimaco Ferreira da Costa o projeto inicial da Associação foi reformulado e a participação de Lysimaco limitou-se a “sócio correspondente” e organizador da *Primeira Conferência Nacional de Educação*.

Porém, Lysimaco Ferreira da Costa já apresentava evidências de sua aproximação com a Argentina na relação com alguns membros da própria Associação Brasileira de Educação (ABE), conforme evidenciada na fala de Francisco Venâncio Filho, que afirma ter conhecido o livro de Omer Buyse – *“Métodos Americanos de Educação”* por meio da divulgação feita pelo paranaense no Congresso do Ensino Secundário, em 1922. Em correspondência com o educador católico Everardo Adolpho Backheuser, o intelectual agradeceu a oferta do livro de Duclout, com o qual Lysimaco Ferreira da Costa havia sido presenteado pela Diretoria da Escola Normal número 6 de Buenos Aires. Segundo Abreu (2007), a forma de acesso a um material bibliográfico pouco conhecido no país teria ocorrido

25 Por não se tratar do tema da presente tese, a relação de Lysimaco Ferreira da Costa com a Associação Brasileira de Educação (ABE) não será analisada no presente texto. Mais detalhes sobre a participação do educador paranaense na associação consultar os trabalhos de Abreu (2007;2008).

pelo amplo contato que o paranaense já vinha realizando com a vizinha nação sul-americana desde o começo da década de 1920.

Segundo Abreu (2007), Vieira e Daniel (2015) e Meurer (2019), para além de suas atividades como professor e administrador público, Lysimaco Ferreira da Costa manteve ainda relação profissional com a fortíssima indústria ervateira paranaense, o que o conduziu muitas vezes por razões comerciais a algumas nações sul-americanas, com destaque especial à Argentina, país que, conforme indica Tizzot Filho (2013), apresentava grande prestígio na esfera educacional do período e que, assim como colocam Ascolani (2001) e Rodrigues e Peititi (2021), já possuía um trabalho consolidado em torno das Escolas Normais. O contato do paranaense com as nações sul-americanas não passou despercebido pela imprensa da cidade do Rio de Janeiro, que assim se reportou a figura do intelectual paranaense:

O Dr. Lysimaco da Costa, que conhece de modo directo a organização do ensino na República Argentina no Uruguay, no Chile e na Bolívia, poudes com proficiência discorrer sobre a utilidade immensa de um curso normal (...) O Dr. Lysimaco acaba de ser eleito pela Liga Pedagógica do Ensino Secundário desta capital seu representante no Congresso Pedagógico Americano, a reunir-se no Chile, no próximo anno (GAZETA DE NOTÍCIAS, 04/07/1924, p.2).

Para Vieira e Daniel (2015), esse intercâmbio sul-americano, representado principalmente com sua aproximação com a realidade argentina, contribuiu em muito com a forma que Lysimaco Ferreira da Costa pensava a educação. Souza (2004), Abreu (2007; 2008), Vieira e Daniel (2015), Meurer (2019) e Moro, Quitau e Moraes e Silva (2022) lembram que foi nesse processo de diálogo e troca com o contexto argentino que o educador paranaense manteve uma profícua interlocução com Pablo Antonio Pizzurno, reformador argentino e escritor de muitas obras relativas à pedagogia e educação.

Interessante destacar aqui que enquanto diversos intelectuais da esfera educacional brasileira haviam voltados seus olhares, principalmente para o hemisfério norte, buscando exemplo nas experiências de formação docente com nações como a Alemanha, Estados Unidos, França e Inglaterra (ALCÂNTARA, 2017; VIDAL; REBELO, 2020), Lysimaco Ferreira da Costa voltou parte de sua atenção para o hemisfério sul, particularmente para a vizinha Argentina. Tal aproximação contribuiu consideravelmente na construção de sua proposta de reforma da Escola Normal do Paraná e que materializou de forma contundente, conforme indicam Moro, Quitau e Moraes e Silva (2022) na maneira de tratar os elementos da cultura

física, sobretudo a *Gymnastica*, no interior da instituição destinada à formação de professores do Estado do Paraná. O próximo tópico do presente capítulo busca analisar a influência do Sistema Argentino de Educação Física para a reforma empreendida pelo educador paranaense no interior da Escola Normal do Paraná.

4.3 O SISTEMA ARGENTINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM MODELO PARA A ESCOLA NORMAL DO PARANÁ

Segundo apontam Abreu (2007) e Miguel (2018), a reforma promovida por Lysimaco Ferreira da Costa, na Escola Normal do Paraná, foi marcada pelas observações que o educador paranaense colheu em algumas visitas às escolas da República da Argentina. Fato esse que pode ser constatado na revista *O Ensino*, de setembro de 1922, em que foi publicado um texto assinado pelo próprio Lysimaco Ferreira da Costa relativo às suas impressões sobre o sistema de ensino da vizinha nação sul-americana:

O ensino primário na República Argentina está relativamente perfeito. Penso mesmo que poucas são as nações cultas que poderão formar o maestro ou professor primário tão completo como neste grande paiz. Tendo observado, em um curto contacto, seis Escolas Normas, uma Escola Normal de educação physica, alguns grupos escolares e escolas primárias, gymnasios, e etc. (O ENSINO, 1922, p.278-279).

Sobre essa aproximação do educador paranaense com o contexto educacional argentino, Souza (2004) e Miguel (2018) apontam ainda para a proximidade de Lysimaco Ferreira da Costa com as ideias e conceitos de dois pedagogos oriundos da nação vizinha: Juan Patrascoiu²⁶ e o já mencionado Pablo Antonio Pizzurno, principalmente sobre a compreensão que os dois tinham da leitura da obra do pedagogo alemão Johann Friedrich Herbart²⁷. Vieira e Daniel (2015, p.65-66) reforçam a aproximação com a vertente herbartiana, enfatizando que a reforma da Escola Normal do Paraná “(...) tinha como base teórica a pedagogia do filósofo e pedagogo alemão Herbart e assumia como objetivo principal a

26 Juan Patrascoiu influenciou diversos professores da Escola Normal Secundária do Paraná, como Lysimaco Ferreira da Costa e Oswaldo Pilotto, (CAMARA et. al., 2018).

27 Johann Friedrich Herbart nasceu em 1776 e faleceu em 1841. Foi um pedagogo alemão considerado o fundador da pedagogia como uma disciplina acadêmica e um dos precursores da psicologia experimental aplicada à pedagogia. Este intelectual via a educação como uma ciência, inserindo na esfera da pedagogia o caráter de objetividade, racionalidade, rigor e sistematização do método (DALBOSCO, 2018).

profissionalização dos professores, a partir de um programa que valorizasse os conhecimentos aplicados e metodologicamente sustentados”.

Na publicação da revista *O Ensino*, Lysimaco Ferreira da Costa indicou a realização de uma visita a uma Escola Normal de *Educación Physica* e, em uma correspondência pessoal trocada com o educador paranaense, Pablo Pizzurno, atestou ter conhecido o então Diretor da Escola Normal do Paraná, em uma de suas visitas ao Instituto Dr. Romero Brest:

Senhor Lysimaco Ferreira da Costa. Extremado Senhor meu: Recordará você que tive o gosto de conhecer-lhe durante as visitas ao Instituto do Dr. Romero Brest, em companhia de nosso comum amigo o Sr. Cometto. (COSTA, 1995, p.226).

Muito provavelmente as duas últimas fontes reproduzidas estavam fazendo referência ao *Instituto Nacional Superior de Educación Física* (INEF), dirigido pelo médico e considerado “pai da Educação Física” na Argentina Enrique Romero Brest (SCHARAGRODSKY, 2004). Apesar de ter ocorrido uma aproximação mais contundente do educador paranaense com Pablo Pizzurno, essa ligação de Lysimaco Ferreira da Costa com o “pai da Educação Física” argentina, não pode ser negligenciada e deve ser explorada numa perspectiva historiográfica de maneira transnacional. Afinal, conforme aponta Moro, Quitzau e Moraes e Silva (2002), essa proximidade do contexto paranaense com a realidade argentina, nos assuntos concernentes à cultura física, é algo que apresenta indícios significativos de sua ocorrência. Tanto que foi algo possível localizar, na imprensa curitibana no ano de 1920, uma notícia que evidenciava que a nação vizinha já estava sendo vista como modelo a ser seguido nos assuntos concernentes a utilização dos elementos da cultura física na esfera educacional:

A “educación physica” dos jovens.OS ARGENTINOS DÃO-NOS O EXEMPLO; SIGAMOL-O.Educar a criança de forma a tornal-a o homem physicamente robusto de amanhã, é um dos grandes problemas do momento (...) O Conselho Nacional de Educação de Buenos Ayres encarou o assumpto com decisão e energia, e resolveu aprovar um projecto que institue recintos especiaes onde alumnos das escolas publicas da capital argentina se entreguem aos exercícios physicos necessários. O mais interessante no caso é o caracter de obrigatoriedade que o projecto imprime a esses exercícios, Não se trata de um sport, a que cada qual possa ou não entrega-se por gosto ou desafio. O fim que usa é robustecer a infância para tornal-a mocidade sadia e forte... Daí, a obrigatoriedade dos exercícios. Serão instaladas às “praxea” de exercícios physicos, convenientemente localizadas de forma que possam concorrer a ella todos os alumnos das escolas públicas; e estabelecer obrigatoriamente a assistência de alumnos das escolas situadas num raio de um kilometro de “praça de exercícios físicos” mais próxima. O decreto dispõe sobre os professores de educação physica que serão nomeados e a cada um caberá um certo número de

alumnos ou educandos; dispõe sobre o traje que deverão usar nos exercícios os meninos e as meninas, que nelles todos tomarão parte. Dispõe mais o projecto que uma comissão formada pelo Inspector tecnico geral da capital, o diretor do corpo medico e o director geral de architettura projecte a construcção de vestuários e salas de banho apropriados e econômicos; essa construção será feita em prazo previamente fixado. A Intendencia Municipal de Buenos Ayres fará cessão de parque e praças actuaes para que aquelle fim nos dias uteis, ficando sob a dependência da Municipalidade os domingos e dias feriados (A REPÚBLICA, 26/04/1920, p.1).

A passagem evidencia que a Argentina já havia se tornado um exemplo para os paranaenses. A nota deixa marcada em suas entrelinhas que a nação vizinha poderia contribuir nos aspectos concernentes aos elementos da cultura física nas reformas educacionais que o Estado do Paraná almejava realizar nos movimentados anos da década de 1920. O trecho sinalizou também para os esforços realizados pelo governo argentino no estabelecimento das praças e parques destinados à realização de exercícios físicos²⁸. Contudo, o que se tira de mais importante da fonte acima reproduzida é a referência feita ao Conselho Nacional de Educação da Argentina que tinha na figura de Pablo Antonio Pizzurno, um dos seus principais idealizadores e artífices.

Esse direcionamento ao contexto argentino não foi algo restrito ao Paraná. Souza (2000), Tizzot Filho (2013) e Dalben *et. al.* (2019) indicam que Mario Cardim²⁹, um intelectual paulista que ocupou o cargo de inspetor de ensino do Estado de São Paulo, também já havia lançado seu olhar para a realidade argentina, como um exemplo interessante de se pensar a cultura física em terras paulistas. A pesquisa de Tizzot Filho (2013) inclusive salienta que a Argentina já era tida como modelo para a formação normalista de São Paulo antes mesmo da década de 1920, onde o próprio Mário Cardim desempenhou um papel de destaque na difusão das ações realizadas pelos argentinos, principalmente nos aspectos relativos à cultura física. Questão que pode ser comprovada na seguinte passagem de um relatório produzido pelo intelectual paulista no ano de 1918:

A grande ânsia de progresso e aperfeiçoamento social que, nos homens de responsabilidade pública e em toda a massa de povo, domina todas as paixões nesse país, colocando o interesse superior da nação argentina acima de qualquer outro, fez com que este país fosse dos primeiros no

28 Tal ação também se implementaria no Paraná na década de 1930, porém somente com o estabelecimento, em 1934, da Inspetoria de Cultura Física. Porém, o referido tema não será explorado na presente tese de doutorado.

29 Segundo apontam Dalben *et. al.* (2019), Mario Cardim formou-se em direito, educação e educação física. Foi um dos principais cronistas esportivos do jornal *O Estado de São Paulo* e grande incentivador do futebol e do escotismo em terras paulistas.

mundo a dotar uma orientação modelar em matéria de educação physica. Foi sob a consideração de que a <<educação physica é a base da educação completa>>, que o governo argentino, ao renovar as suas instituições pedagógicas, partiu, em 1904, de uma reforma dos métodos de educação physica, estabelecendo o que então ficou sendo denominado O MÉTODO ARGENTINO DE EDUCAÇÃO PHYSICA (CARDIM, 1918, p.194).

Mario Cardim destacava todo um sistema que a Argentina havia construído em torno dos elementos da cultura física. Na sequência do seu relatório, o intelectual paulista passou a valorizar o papel que o médico Enrique Romero Brest estava desempenhando em terras argentinas nesse processo de consolidação. Sendo assim, na continuidade de sua argumentação, o intelectual paulista, detalhou um pouco mais as ações postas em curso na nação sul-americana:

O Sr. Romero Brest chegou, além disso, a assinalar o excesso de trabalhos intelectuais, com evidente depauperamento physico, considerando ainda que um melhor cuidado pelo physico da juventude seria um meio de vir estabelecer um desequilíbrio psicológico. Nessas condições, propôs: redução dos programas, aumento de exercícios físicos; prolongamento dos recreios; implantação obrigatória do sistema de caligrafia em posição dorso-vertical; leitura e canto ao ar livre; excursões escolares; criação de praças públicas de educação physica; organização de cursos normais de exercícios physicos para professores; organização de concursos de educação physica, com bases fisiológicas e educativas, diferentes dos antigos concursos atléticos; supressão da gymnastica aparatosa e exhibicionista; criação de um gabinete de medidas antropométricas; estabelecimento de uma sanção para a educação physica (CARDIM, 1918, p.194).

O trecho deixa evidente todo um esforço realizado para a constituição de um amplo conjunto de estruturas institucionais que comporiam o Sistema Argentino de Educação Física, tanto que no prosseguimento de seu relato, Mario Cardim realçou o papel fundamental que o governo argentino estava realizando na implementação de todo esse aparato relativo à cultura física no país sul-americano:

Pelo que se vê do exposto, os progressos realizados pela República Argentina em matéria de educação physica, tanto nas escolas, como no seio do povo, foram o produto da iniciativa e do esforço dos poderes públicos, no sentido de se estabelecer uma orientação firme para a formação da raça argentina, tornando-se o Estado o guia e o orientador de todos os esforços e o elemento estimulante das iniciativas particulares, que ele apóia material e moralmente com o maior carinho (CARDIM, 1918, p.203).

Cabe destacar que não foi por acaso que o próprio intelectual paulista sugeriu que a proposta posta em prática pelos argentinos fosse vista como uma alternativa interessante para ser implementado no Estado de São Paulo. Tanto que o relato da sua viagem à Argentina e ao Uruguai, segundo aponta Tizzot Filho (2013), foi inserido, por intermedio de Oscar Thompson, Diretor Geral da Instrução Pública, no *Anuário* de 1918. Cabe apontar que tal dirigente inclusive já havia evidenciado,

ainda na primeira década do século XX, certo interesse de que os elementos da cultura física avançassem no Estado de São Paulo, principalmente através de sua difusão no interior da Escola Normal de São Paulo³⁰. Nesse contexto, o que fica mais evidente na proposta de Mario Cardim seria o modelo de formação de professores de Educação Física especializados aplicados pelos argentinos. Temática que inclusive foi explorada em um dos principais jornais da cidade de São Paulo, no ano de 1919, como forma de pressionar o poder público na implementação de ações semelhantes no cenário educacional paulista:

A Cultura Physica em S.Paulo. (...) é notória a indiferença dos nossos poderes públicos pela educação physica do povo paulista (...) Muita gente, quasi todos (...) ficarão admirados de saber que desde os primeiros mezes do anno passado os nossos dirigentes estão de posse de um estudo detalhado e completo sobre o que é a educação physica na Argentina e no Uruguay, e sobre o que ella poderia ser em São Paulo. Esse estudo foi desinteressadamente feito pelo Dr. Mario Cardim, quando da sua última viagem às repúblicas platinas. Nelle vêm claramente indicados as condições em que se achava a cultura physica geral na Argentina e no Uruguay antes dos respectivos governos tomarem por ella o interesse que, em poucos annos, produziu os assombrosos e magníficos resultados que bem conhecemos. E vem esboçado, também, um plano de efficiente officialização de cultura physica paulista, plano facilmente realisavel dadas as circunstâncias de que é muito mais fácil adoptar um methodo educativo num Estado que num paiz. Fala de Cardim: “O confronto entre o adiamento desses dois paizes que visitamos agora e de outros que já conhecemos com o nosso, indica a necessidade de realisarmos uma reforma no sentido de melhorar o que temos pela educação physica. Essa reforma poderia ser assim feita: Reforma pedagógica e scientifica comprehendendo a criação de cursos periódicos para professores de educação physica, cursos mais tardes fundidos numa Escola Normal Superior de Educação Physica (ideia argentina). Reforma prática e administrativa comprehendendo a criação de uma Inspectoria Estadual de Educação Physica (ideia uruguaya). Os institutos creados poderiam em conjunto ou isoladamente tratar de: Estabelecimento de um methodo scientifico e racional de educação physica, de character nacional, obrigatório e gratuito, gradativamente distribuído pelas escolas públicas primarias, secundárias e superiores. Creação, por lei, de um registro especial obrigatório, para todas as associações sportivas, gymnasticas, etc, de todo o Estado. Creação dos banhos e jardim públicos de cultura physica” (CORREIO PAULISTANO, 06/02/1919, p.6 – grifos nossos).

Os apontamentos de Dalben *et. al.* (2019) indicam que Mario Cardim foi provavelmente um dos primeiros a propor a criação de uma estrutura burocrática destinada à cultura física no Estado de São Paulo, desenhando inclusive uma possível estrutura tendo a Argentina e o Uruguai como exemplos a serem seguidos. Cabe destacar que vários dos aparatos institucionais sinalizados por Mario Cardim seriam posteriormente implementados no cenário paulista, como a criação

30 Segundo aponta Tizzot Filho (2013), o próprio Oscar Thompson escreveu um texto em 1905, na *Revista de Ensino*, elogiando a implementação das praças de jogos ocorrida na cidade de Buenos Aires.

de um Departamento de Educação Física no ano de 1931 (MASTROROSA, 2003; DALBEN, et. al. 2019); o estabelecimento em 1934 de uma Escola Superior de Educação Física, destinada à formação de professores especializados (MASTROROSA, 2003; GÓIS JÚNIOR, 2017; DALBEN et. al. 2019) e o incremento na década de 1930 de diversas atividades escolares ao ar livre (DALBEN, 2009; DALBEN; DANAILOF, 2009; DALBEN et. al. 2019).

Acredita-se que todas essas movimentações e aproximações com o contexto argentino, tanto realizadas por intelectuais paranaenses quanto paulistas, podem fornecer pistas importantes para ampliar os olhares transnacionais sobre o lugar da cultura física na reforma da Escola Normal do Paraná e na formação de seus professores, uma vez que Pablo Antonio Pizzurno e Enrique Romero Brest, conforme apontam Aisenstein (1999), Scharagrodsky (2004; 2021), Scharagrodsky; Gleyse (2013), Levoratti; Scharagrodsky (2018), Galak (2019), Aisenstein, Feiguin e Melano (2020) e Cornelis (2021), contribuíram significativamente na construção da área da Educação Física na Argentina e, como mencionado anteriormente, interagiram de alguma maneira com Lysimaco Ferreira da Costa em momentos anteriores a própria reforma do ensino normal realizada pelo paranaense.

De acordo com Pineau (2013), Pablo Antonio Pizzurno foi uma das figuras mais proeminentes do sistema educacional argentino. Era filho de imigrantes genoveses, nasceu em Buenos Aires no ano de 1865 e faleceu na mesma cidade em 1940. Ingressou como estudante na Escola Normal para Rapazes, onde se formou como professor normalista em 1882. Iniciou sua atuação no ensino argentino durante a formação do sistema nacional de educação, quando instituiu-se no ano de 1884 o ensino fundamental obrigatório e gratuito. Ocupou também o cargo de diretor de diversas escolas públicas e privadas, Inspetor Geral do Ensino Médio, professor de escolas normais, reitor da Escola Normal de Professores e Membro do Conselho Nacional de Educação. Fundou, dirigiu e colaborou em diversas publicações educativas e pedagógicas, atuou como tradutor de obras estrangeiras e escreveu uma série de livros de leitura para a escola primária de seu país. Em 1889, como delegado do Conselho Nacional de Educação, representou a Argentina na Exposição Internacional de Paris.

A respeito da utilização dos elementos da cultura física, em especial da *Gymnastica* nas escolas normais da Argentina, Scharagrodsky (2021), aponta que, antes das ações de Pablo Pizzurno, um outro educador, José Maria Torres (1823-

1895), teria contribuído para estabilização e fixação de um lugar específico para a disciplina nas grades curriculares das referidas escolas. Contudo, Scharagrodsky (2021) salienta que foi através de Pablo Pizzurno que se iniciou um processo mais amplo de consolidação da *Gymnastica* no contexto educacional argentino. O autor aponta que o educador buscou introduzir uma argumentação mais científica, amparada principalmente no saber médico, para justificar a inserção da cultura física nas escolas argentinas.

Nas primeiras décadas do século XX, Pablo Pizzurno ajudaria a transformar a história da Educação Física na Argentina, principalmente pela profunda relação pessoal e profissional estabelecida com Enrique Romero Brest, intelectual que acabaria ganhando o papel de protagonista no estabelecimento de um Sistema Argentino de Educação Física (AISENSTEIN, 1999; SCHARAGRODSKY, 2004; 2021; SCHARAGRODSKY; GLEYSE, 2013; LEVORATTI; SCHARAGRODSKY, 2018; GALAK, 2019; TORANZO, 2020; AISENSTEIN; FEIGUIN; MELANO, 2021; CORNELIS, 2021).

Enrique Romero Brest, por sua vez, nasceu na cidade argentina de Goya em 1873 e faleceu em Buenos Aires em 1953. Segundo indica Scharagrodsky (2004), iniciou sua carreira como docente em 1898, enquanto cursava medicina na Universidade de Buenos Aires, onde formaria-se em 1900. Trabalhou como professor de Educação Física em Colégios e em Escolas Normais, foi Inspetor de Educação Física das escolas primárias argentinas, no período entre 1904 à 1909, e lecionou no *Instituto Nacional de Caballito*, local que era dirigido por Pablo Pizzurno e que possibilitou ao médico que efetivasse, segundo sinalizam Pereyra e Pereyra (2019) e Toranzo (2020), uma forte amizade com o então diretor da instituição (**Figura 10**). Laço revelado nas correspondências trocadas entre os dois, as quais testemunham o afeto, a admiração e principalmente a proteção de Pablo Pizzurno, ao jovem intelectual e futuro “pai” da Educação Física na Argentina³¹:

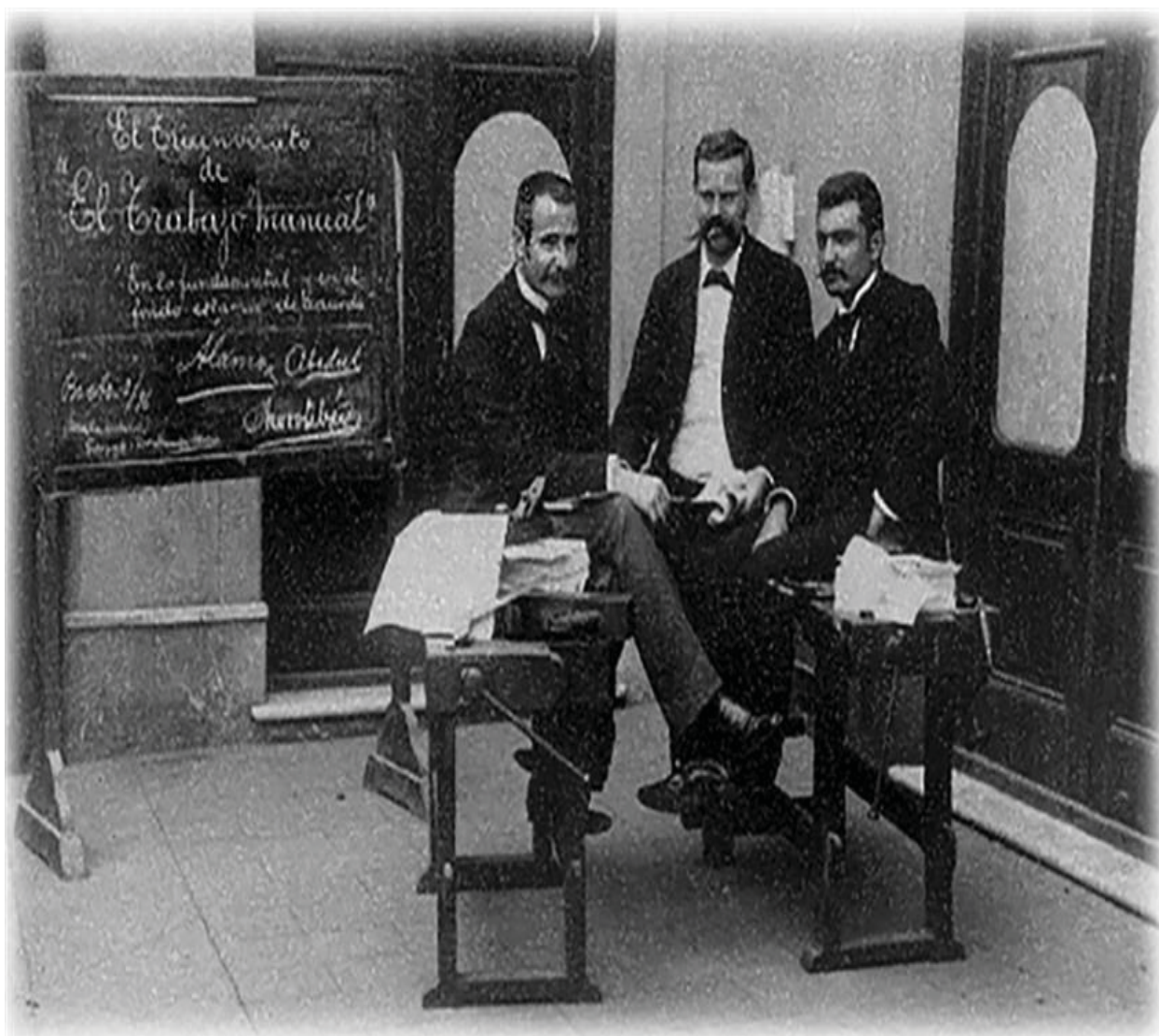
Meu querido Romero: (...) então eu tenho que ser breve, limitando-me, por enquanto, pois escreverei a você mais extensamente quando voltar, para dizer-lhe que nesta casa a ausência do "primogênito" é muito perceptível e que mais de uma vez abri minha boca para gritar: "ROMERO!" No entanto,

31 Correspondência Pablo A. Pizzurno - Enrique Romero Brest 1895-1911 [primeira parte]. Esta primeira parte corresponde às cartas compreendidas no período 1895-1911 que foram digitalizadas em 2019, por Martín Pereyra, no Museu e Centro de Documentação Histórica de Educação Física e Desportos "Gilda Lamarque de Romero Brest" pertencente ao ISEF N ° 1, "Dr. Enrique Romero Brest", da Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina. O início do documento, inclui transcrições e revisões dessas cartas, feitas por Ricardo Rodríguez Pereyra.

já estou ansioso para conversar com você e discutir e ouvir o seu “Olha, Don Pablo, você não deveria ser tão franco ... etc”. Suponho que já contaste aos teus pais que aqui tem também a tua família e que Adela, eu e os meus filhos constituímos isso - que agora és um amigo necessário para nós, porque te fizeste muito amado realmente, como queremos a um parente próximo e bom. Estou escrevendo para você para que fique registrado e para que sua mãe leia especialmente, o que, suponho, será agradável para ela, embora ela não nos conheça, mas ela não nos considerará maus. Que você não precisa de alguém que cuide de você ou de alguém que o aconselhe em Buenos Aires, mas que possa precisar de alguém que o queira já que está longe de seus pais e irmãos, e que então estaremos todos lá para te amar, começando com Teté e La Potota, e Adelita, que se Deus permitir que ela viva, ela saberá mais tarde o quanto deve ser grata pelo trabalho que seu “irmão mais velho” toma por ela (PEREYRA; PEREYRA, 2019, p.9-10 – tradução livre).

Para além do vínculo afetivo demonstrado na correspondência, onde Enrique Romero Brest é tomado como o “filho primogênito”, evidencia-se que os dois tratavam de assuntos distintos aos familiares e que o jovem médico aconselhava maior prudência a Pablo Pizzurno. Muito provavelmente a sugestão de precaução era relativa às questões educacionais argentinas, em que ambos estavam profundamente envolvidos, particularizando o vínculo não só afetivo, mas também profissional entre os dois intelectuais argentinos, confirmado nas ações que empreenderiam conjuntamente nos assuntos concernentes à sistematização de um Sistema Argentino de Educação Física.

FIGURA 10: O TRIUNVIRATO DOS TRABALHOS MANUAIS NA ARGENTINA. DA ESQUERDA PARA A DIREITA: PABLO ANTONIO PIZZURNO, GERARDO VICTORÍN E ENRIQUE R. BREST



FONTE: TORANZO (2020, P.36). RETIRADO POR SUA VEZ DO CENTRO DE DOCUMENTACIÓN HISTÓRICA SOBRE EDUCACIÓN FÍSICA Y DEPORTES GILDA LAMARQUE DE ROMERO BREST (CDH).

Segundo apontam Scharagrodsky (2004) e Galak (2019), foi em abril de 1898 que o Ministro da Instrução Pública, seguindo os conselhos do então Inspetor Geral, Pablo Pizzurno, promoveu por decreto, a reorganização completa da Educação Física secundária na Argentina, suprimindo os exercícios militares e substituindo-os por um programa de exercícios físicos racionais com tendências científicas modernas. Scharagrodsky (2004) lembra que foi Enrique Romero Brest o encarregado de dar forma ao decreto e justificar conceitualmente a nova proposta,

cujos efeitos se ampliariam, posteriormente, para todos os estabelecimentos escolares primários argentinos.

Estavam assim lançadas as bases daquilo que se tornaria o Sistema Argentino de Educação Física, o qual foi se consolidando durante a primeira década do século XX, com a criação dos primeiros cursos temporários de exercícios físicos realizados durante as férias, os quais tornar-se-iam permanentes a partir de 1903, dando origem ao Curso Normal de Educação Física, no ano de 1905. À essa época e pelas mãos de Enrique Romero Brest, que já atuava como Inspetor de Educação Física das escolas primárias argentinas, o Curso Normal de Educação Física foi elevado à Escola Normal de Educação Física, a qual foi transformada, no ano de 1912, no famoso *Instituto Nacional Superior de Educación Física* (INEF), comandado pela emblemática figura de Enrique Romero Brest (SCHARAGRODSKY, 2004; LEVORATTI; SCHARAGRODSKY, 2018; GALAK, 2019).

Segundo Scharagrodsky, Moreno e Varea (2021) em fins do século XIX, a formação de professores na Argentina já incluía a Ginástica Sueca entre outras propostas de transmissão e ensino dos elementos da cultura física, mas foi por meio dos cursos temporários de exercícios físicos, idealizados e protagonizados por Enrique Romero Brest que ela começou a propagar-se mais sistematicamente por todo o sistema educacional argentino. Embora o médico argentino questionasse alguns aspectos do método sueco, considerando-o insuficiente em sua parte psicológica, os fundamentos teóricos, bem como a proposta prática do Sistema Argentino de Educação Física foram retirados, segundo indicam Scharagrodsky (2004) e Scharagrodsky e Gleyse (2013), da vertente sueca, combinando-o também com outros elementos da cultura física como os jogos e algumas práticas esportivas, mostrando que o intelectual argentino estava em sintonia com as discussões do que estava ocorrendo na Europa, sobretudo, no que andava sendo intensamente debatido no contexto francês.

Porém, cabe ainda destacar, assim como assinalam Scharagrodsky (2004), Scharagrodsky e Gleyse (2013), Cornelis (2021) e Scharagrodsky, Moreno e Varea (2021), que a partir do começo da década de 1920, um grupo de professores, vinculados ao *Instituto Nacional Superior de Educación Física* (INEF) e a *Asociación de Profesores de Educación Física* (APEF), iniciaram uma oposição mais contundente e sistemática à figura de Enrique Romero Brest, questionando as concepções hegemônicas do INEF e que eram difundidas nos estabelecimentos

educacionais argentinos. A voz mais representativa desta crítica foi a de Pedro Franco, diretor da Revista *Fortitudo*, publicação da APEF.

Tal periódico circulou durante os anos de 1921 e 1922, como forma de enfrentamento a hegemonia do pensamento de Enrique Romero Brest. Para o grupo opositor, o Sistema Argentino de Educação Física, fundamentado na teoria e na prática do método sueco, além de ser entediante não cumpria com os princípios científicos e higiênicos mínimos ostentados pela referida proposta (AISENSTEIN; FEIGUIN; MELANO, 2021; CORNELIS, 2021; SCHARAGRODSKY; MORENO; VAREA, 2021) e defendiam que o método de ginástica natural preconizado pelo militar francês Georges Hébert³², seria o mais indicado, pois baseado em movimentos e exercícios naturais (marchar, correr, escalar, salvar e lançar), bem como com a presença de alguns jogos e esportes, atuavam sobre os principais órgãos do corpo (SCHARAGRODSKY; GLEYSE, 2013).

Ao representar a Argentina no Congresso Internacional de Educação Física, realizado em Paris, no ano de 1913, Enrique Romero Brest, segundo apontam Scharagrodsky e Gleyse (2013), presenciou as tensões que envolveram as vertentes sueca e as prescrições de Georges Hébert, bem como, o reconhecimento expressivo da proposta do francês ocorrida ao final do evento. Entretanto, em relatório encaminhado ao Ministério de Instrução Pública da Argentina, o médico expôs o conflito ocorrido no congresso com a intenção de defender sua posição, que era a de reconhecer a impossibilidade de adotar um único método que pudesse ser transferido para qualquer país, de forma que cada nação deveria ter sua própria proposta, legitimando dessa forma a permanência do que ele havia prescrito para a Educação Física argentina.

O conflito ocorrido com o grupo de professores do *Instituto Nacional Superior de Educación Física* (INEF) e a *Asociación de Profesores de Educación Física* (APEF) não foi o único ocorrido durante a década de 1920. Segundo sinalizam Scharagrodsky, Moreno e Varea (2021), outras disputas seriam enfrentadas por Enrique Romero Brest até sua saída definitiva do INEF no ano de 1931. Foi dialogando com todo esse contexto argentino que Lysimaco Ferreira da Costa

32 George Hebert foi um militar francês, nascido em 1875 e falecido em 1957, que desenvolveu o denominado método natural de Educação Física. Teve forte influência em diversos países. Sobre sua repercussão na Argentina conferir o trabalho de Gleyse e Scharagrodsky (2013). Já em relação a sua inserção no contexto brasileiro consultar as produções de Gleyse, Soares e Dalben (2014) e Jubé (2017).

encontrou bases mais seguras para sistematizar uma proposta relativa aos elementos da cultura física em seu plano de reforma da Escola Normal do Paraná.

Assim, o próximo capítulo da presente tese de doutorado visa explorar como os elementos da cultura física se manifestaram no interior da instituição destinada à formação de professores no Estado do Paraná.

5 A CULTURA FÍSICA NA REFORMA DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA NOVA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: DA GYMNASTICA AOS PRIMEIROS JOGOS E ESPORTES

5.1 A CULTURA FÍSICA NA REFORMA DA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ: EM BUSCA DE UMA GYMNASTICA PARA “CHAMAR DE SUA”

Conforme mencionado no capítulo anterior, ao assumir a direção da Escola Normal, Lysimaco Ferreira da Costa teceu duras críticas ao programa de ensino que vigorava na instituição, o qual, em sua opinião, “(...) ressentia-se de graves erros que afectam desfavoravelmente o ambiente educativo do estabelecimento e que conduzem a resultados medíocres quanto ao preparo dos professores” (COSTA, 1923, p.12). O educador paranaense salientava que as disciplinas relativas à formação do professor reduziam-se somente à três: Pedagogia, parte geral e especial, no segundo e terceiro anos do curso e prática, no quarto ano - as quais encontravam-se dispersas ao longo de uma formação muito generalizada. Tal crítica foi reproduzida quando Lysimaco Ferreira da Costa participou da Liga Pedagógica do Ensino Secundário, em 1923, no Rio de Janeiro, pois para o Diretor da Escola Normal do Paraná tal problema era semelhante “(...) ao das demais escolas normais dos outros departamentos da República” (COSTA, 1923, p.12).

Lysimaco Ferreira da Costa, na reforma empreendida na Escola Normal do Paraná, procurou apresentar um desdobramento do ensino normal em um curso geral, destinado a formar a cultura geral do professor, e um curso especial, cujo fim era reservado ao fazer profissional (COSTA, 1923). O desmembramento do Curso Normal em uma fase geral e outra especial, conforme sugerida pelo educador paranaense, podia ser observado, de forma semelhante, já nos primeiros currículos para as escolas normais argentinas, conforme indicado pela investigação de Aisenstein, Feiguin e Melano (2021, p.6 – tradução livre):

A formação pedagógica e prática nos primeiros planos de estudos para as escolas normais foi ministrada através de dois grupos de disciplinas: a teórico-pedagógica com as denominações: “Pedagogia”, “Pedagogia teórica”, “Pedagogia crítica e prática”; “Pedagogia e prática docente”; “Filosofia”, “Psicologia”, “Noções de Fisiologia e Higiene”; “Anatomia”, “Fisiologia e Higiene”. E as práticas, com nomes como “Exercícios pedagógicos e aulas objetivas”; “Observação de alunos da Escola de Aplicação”, “Observação de ensino na Escola de Aplicação”, “Prática do Aluno na Escola de Aplicação”; “Prática de Ensino na Escola de Aplicação”; “Exercícios de crítica pedagógica. O currículo normalista foi completado com

as disciplinas do grupo de formação geral que continha todos os ramos contemplados nos programas para o ensino fundamental, e, também, para o ensino médio³³.

Pela passagem, pode-se observar que nas escolas normais argentinas, além da divisão apresentada na proposta de Lysimaco Ferreira da Costa, encontrava-se ainda uma segmentação clara entre as disciplinas que compunham a parte da formação pedagógica em teórico-pedagógicas e as denominadas práticas. Com relação à presença dos elementos da cultura física nas escolas normais argentinas, Scharagrodsky (2021) aponta que a *Gymnastica* foi incluída em seus currículos em fins do século XIX. O autor salienta que com presença nos três anos da grade curricular, a disciplina apresentava uma carga horária semanal maior do que diversas outras assinaturas curriculares.

Embora fique aqui acentuado o caráter de preocupação com a formação corporal do professor, parece que a dupla finalidade de formar o professor para atender a essa demanda escolar e à formação corporal dos futuros professores também se fazia presente na realidade argentina, de forma muito semelhante ao que aconteceu na Escola Normal do Paraná, quando a *Gymnastica*, conforme indicam Moro, Gomes e Moraes e Silva (2020), passou a figurar na grade curricular da instituição paranaense, também em fins do século XIX.

Nesse contexto, conforme sinaliza Puchta (2007) as concepções de Cesar Prieto Martinez, então Inspetor Geral do Ensino, também contribuíram na consolidação de um ideário em torno da cultura física na instrução pública paranaense dos anos 1920 e que de alguma maneira repercutiu no interior da Escola Normal do Paraná. O educador paulista, ao assumir o cargo no Estado do Paraná, parece ter trazido em sua bagagem alguns discursos relativos à importância de uma *educação physica*, que de acordo com Tizzot Filho (2013) e Honorato e Nery (2018), já estavam circulando na instrução pública paulista pelas mãos de intelectuais como Oscar Thompson e Mario Cardim. Em seu relatório de 1921, assim se pronunciou Cesar Prieto Martinez, em relação ao papel que a *educação physica* poderia desempenhar nas escolas primárias paranaenses:

A educação physica, entre nós, infelizmente, ainda está por se fazer, não escapando a esta dura regra geral nenhum Estado da Confederação. O que existe nem se pode classificar como um ensaio, pois faltando a base principal de um systema de educação physica, que é o preparo de

33 A afirmação corresponde a uma sistematização dos currículos para as Escolas Normais argentinas relativas aos anos de 1870, 1876, 1877, 1880, 1886, 1887, 1905 e 1914 (AISENSTEIN; FEIGUIN; MELANO, 2021, p. 21).

profissionais competentes, não se pode tomar a sério o que actualmente baptisamos com o pomposo título de exercícios e jogos gymnasticos. A educação physica considerada como base da educação moral e intellectual, deve merecer os mesmos cuidados da educação do espírito, isto é, desenvolver harmonica e progressivamente a robustez e a destreza do corpo, de accôrdo com as condições anatômicas e physiologicas do educando. Si há uma Sciencia da Educação, ella abrange a aptidão physica e estabelece leis tão rigorosas, postulados os mais exigentes, para que essa aptidão realize verdadeira obra de aperfeiçoamento (MARTINEZ, 1921, p. 57-58).

Para justificar mais ainda a sua retórica em prol da *educação physica*, o inspetor em seu relatório se utilizou de argumentos levantados por Herbert Spencer e Jean-Jacques Rousseau, advogando em prol de uma cultura física representada nos programas escolares, sobretudo, pela utilização de exercícios físicos. A partir disso, conforme salienta Puchta (2007), Cesar Prieto Martinez começou a organizar uma nova proposta curricular para as escolas primárias do Paraná, que no começo dos anos 1920, contava com onze grupos escolares em Curitiba e mais quinze espalhados pelo interior do estado, e em tal programa de ensino se encontra referenciado os denominados *jogos gymnasticos*.

De acordo com Puchta (2007), essa denominação de *jogos gymnastico* utilizada por Cesar Prieto Martinez evidencia uma maior utilização de outros elementos da cultura física para além da própria *Gymnastica*, referenciando-se mais especificamente os jogos e esportes. Fato que evidencia que o Inspetor Geral do Ensino estava extrapolando de certa forma o Código do Ensino de 1917 que prescrevia somente a Ginástica Sueca como forma de cultura física a ser ofertada na instrução pública do Estado do Paraná.

Contudo, Puchta (2007) indica que o Inspetor Geral do Ensino considerava que o professorado paranaense era despreparado tecnicamente para transmitir adequadamente os diversos elementos da cultura física aos alunos nas escolas primárias do Paraná. Ponto que enfatizou com detalhes na sequência do seu relatório relativo ao ano de 1921:

Ora, é sabido que os nossos professores normalistas não podem alargar o âmbito de sua acção educadora, pois encarregados da delicadíssima empresa de formar homens de intelligencia e de character, são forçados a consumir preciosas energias nesse mister. Exigir, portanto, deles aulas de gymnastica é querer o impossível. Falta-lhes habilitação e tempo. Nas últimas horas de aula, com o espírito cansado, quando o corpo também pede repouso, como poderão elles lecionar matéria nova que os obriga ao gasto de novas energias (MARTINEZ, 1921, p.58).

O trecho deixa claro que, na posição de Cesar Prieto Martinez, o problema da não existência de uma educação corporal adequada nos estabelecimentos

escolares era devido a uma falta de competência técnica dos professores egressos das fileiras da Escola Normal para a função. Sendo assim, o educador vindo de São Paulo pregava uma utilização mais racional dos elementos da cultura física no espaço escolar e para isso recomendava a necessidade da existência de um professor destinado somente a esse fim:

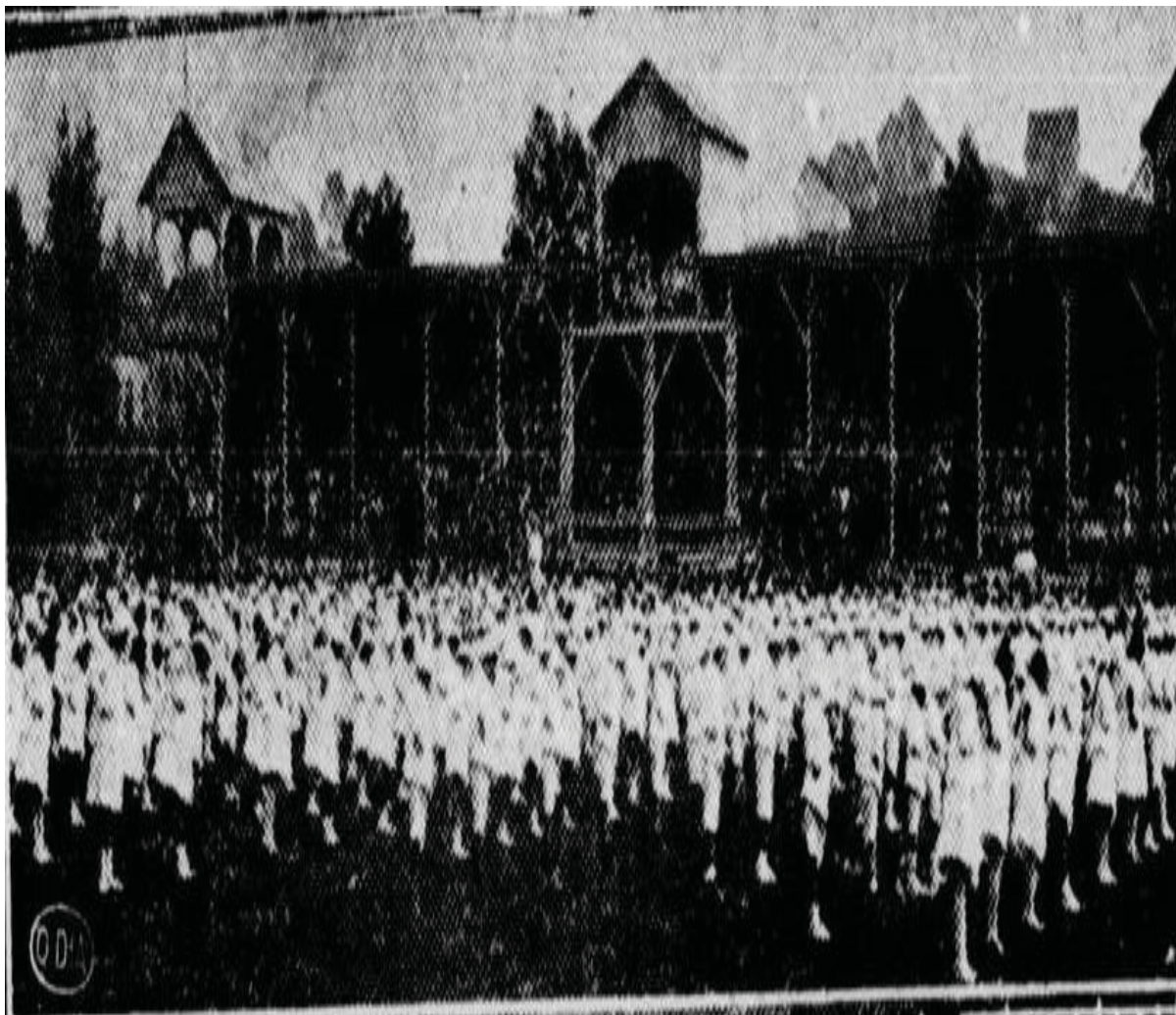
(...) entregar essa parte importantíssima da educação a quem disso apenas cuide. Nas cidades onde haja mais de um grupo escolar, devem ser nomeados instructores que se revelem capazes. Na nossa capital a empreza não é difficil, pois dispõe o Estado de magnificos elementos na sua briosa e disciplinada Força Militar, capazes de darem ao ensino da gymnastica uma organização magnifica (MARTINEZ, 1921, p. 59).

Para sanar tal quadro, assim como enfatizou em seu relatório, o inspetor sugeriu o aproveitamento de elementos das forças militares existentes no Estado do Paraná. Nesse ponto, Cesar Prieto Martinez pareceu se distanciar do que estava circulando tanto no contexto paulista quanto no cenário argentino, pois em ambas as realidades, conforme apontado no capítulo anterior, existia uma clara intenção de desmilitarizar o universo relativo à *educação physica*. Porém, o Inspetor Geral do Ensino seguiu com seus intentos e inclusive em sua gestão, conforme aponta Puchta (2007), nomeou para a função de professor de *Gymnastica*, no ano de 1922, um militar, o tenente Aristóteles Xavier:

Dentre muitos, podemos apontar o Tenente Aristoteles Xavier, cuja vocação manifesta pelo esporte e pelo escotismo constitue garantia de pleno exito. A seu cargo podem ficar os 11 grupos existentes, distribuindo-se as aulas pela manhã e á tarde e ampliando-as em exercicios collectivos nos domingos e dias feriados, nas nossas grandes praças, em horas matutinas (MARTINEZ, 1921, p.59).

O tenente Aristóteles Xavier realmente assumiu, por indicação de Cesar Prieto Martinez, no ano de 1922, a direção das aulas de *Gymnastica*, atuando como professor da disciplina em todos os onze grupos escolares existentes na capital dos paranaenses. A **Figura 11**, reproduzida nas páginas do jornal *O Dia*, mostra uma sessão de ginástica, comandada pelo militar, realizada no campo de futebol do *International Foot-Ball Club*, que ocorreu por ocasião das comemorações do Sete de Setembro, dia da independência do Brasil.

FIGURA 11: SESSÃO DE GINÁSTICA REALIZADA NO CAMPO DO INTERNACIONAL



FONTE: O DIA, 13/09/1923, P.1.

Já no exercício de sua função, no ano de 1922, Aristóteles Xavier produziu um relatório destinado ao Inspetor Geral do Ensino. Nele, o militar sinalizava para uma série de limitações relativas a uma adequada implementação dos elementos da cultura física nas escolas primárias paranaenses. Todavia, os pontos que chamaram mais atenção nos argumentos do responsável pelas sessões de *Gymnastica* se referem a ausência no oferecimento de uma formação docente adequada para a função no interior da Escola Normal do Paraná:

A repetição das lições dadas pelo instructor durante a semana, é indispensável. **Mas é quase impossível se obter resultados apreciáveis com o professorado, em geral composto de Senhoras inhabeis para os misteres da educação physica, falha oriunda talvez do ensino dessa disciplina na Escola Normal, quando a cursaram** (MARTINEZ, 1922, p.73 – grifos nossos).

As menções sobre a formação deficitária, nas questões concernentes a *Gymnastica*, de que a Escola Normal do Paraná estaria oferecendo ao futuro professorado paranaense, talvez possam ter sido mais um fator de desentendimento e altercação entre Cesar Prieto Martinez e Lysimaco Ferreira da Costa. Apesar do Diretor da Escola Normal do Paraná concordar com a necessidade da preparação técnica dos professores, ele acreditava que tal formação poderia ocorrer no interior dos cursos normalistas. Afinal, conforme ocorria na Argentina de Pablo Antonio Pizzurno e Enrique Romero Brest, tal preparação deveria ser desmilitarizada, realizada pelas mãos civis e, sobretudo, guiadas por um espírito pedagógico de forte cunho científico³⁴.

Pelo que as fontes apresentadas no capítulo anterior demonstraram, Lysimaco Ferreira da Costa teria sido apresentado à Pablo Pizzurno, em 1922, durante sua visita ao *Instituto Nacional Superior de Educación Física* (INEF), comandado pelo médico Enrique Romero Brest. O fato de o educador paranaense estar conhecendo tal estabelecimento não deve ser menosprezado e negligenciado, uma vez que se tratava de uma instituição específica para formação de professores de Educação Física, indicando talvez um interesse bastante particular do então diretor da Escola Normal do Paraná em relação a essa formação específica, visto que poderia também estar buscando, em terras argentinas, elementos de uma *Gymnastica* para “chamar de sua”. Da mesma maneira, poderia ser uma forma de se diferenciar das ações que o Inspetor Geral do Ensino, Cesar Prieto Martinez, vinha realizando em torno dos elementos da cultura física.

Conforme mencionado anteriormente, na reforma empreendida por Lysimaco Ferreira da Costa em 1923, o curso da Escola Normal do Paraná passou a ser dividido em uma etapa fundamental ou geral, com três anos de duração e uma parte profissional ou especial, com extensão de um ano e meio. Ao se referir às duas etapas do novo Plano de Estudos da Escola Normal do Paraná, Lysimaco Ferreira da Costa assim se expressou: "No primeiro o aluno educa-se, no segundo, aprende

34 A presença da *Gymnastica* na formação dos normalistas na Argentina, parece ter servido ainda como um importante tecido sobre o qual, a partir do início do século XX e sob forte tutela do Estado, fossem criadas instituições específicas, voltadas para a formação de professores civis de Educação Física para o âmbito escolar argentino (LEVORATTI; SCHARAGRODSKY, 2018; GALAK, 2019; SCHARAGRODSKY, 2021), circunstância esta que só vai ser possível no Brasil, conforme aponta Melo (1996), a partir da década de 1930 com o estabelecimento do denominado período Vargas.

a educar" (COSTA, 1923, p.15). Nesse sentido, na etapa geral objetivava ofertar o seguinte tipo de formação ao professorado paranaense:

Ministrar aos normalistas, os conhecimentos que devem transmittir mais tarde aos seus discípulos e preparar a cultura geral do futuro professor. A cultura geral quanto mais completa fôr, tanto mais erudito será o professor primário, e mais apto se tornará para enfrentar o curso profissional e para exercer as suas funcções quando se encontrar à frente da sua escola. Deve ser sempre muito superior ao total dos conhecimentos a transmittir, determinado pelos programmas dos grupos escolares e escolas intermediarias (COSTA, 1923, p.15).

Por sua vez, a etapa profissional segundo aponta o próprio Lysimaco Ferreira da Costa tinha como finalidade os seguintes pontos:

Dar ao futuro educador uma boa technica methodologica, apoiada nos princípios geraes e regras da Pedagogia e nas noções fundamentaes da psychologia da educação, para que possa eficazmente e o mais rapidamente possível transmittir aos seus escolares os conhecimentos hauridos no curso geral e determinados pelos programmas de ensino (COSTA, 1923, p.19).

Os trechos relativos à etapa geral e profissional reproduzidos acima são excertos do documento "*Bases educativas para a reorganização da nova Escola Normal secundária do Paraná*", publicado por Lysiamaco Ferreira da Costa em 1923 (COSTA, 1923). Convém lembrar que o referido manuscrito estava em sintonia, assim como colocam Vieira e Daniel (2015) e Miguel (2018), com a pedagogia hebartiana, pois evidenciava uma forte relação com a psicologia da educação que buscava uma forma de ensino mais objetiva, racional, eficiente e, sobretudo, de forte cunho científico. Esse novo modelo de estudos da Escola Normal Secundária do Paraná, conforme exposto no documento de 1923, ficou delineado da maneira que se evidencia de forma clara no quadro abaixo:

QUADRO 1 - Plano de Estudos da Etapa Fundamental ou Geral – 1922

1ºANO	2ºANO	3ºANO
Português (3 aulas/semana)	Português (3 aulas/semana)	Português (4 aulas/semana)
Geografia Geral e Corografia do Brasil (3 aulas/semana)	Geometria Plana (3 aulas/semana)	História do Brasil (3 aulas/semana)
Aritmética e Álgebra (6aulas/semana)	Física e Química (4 aulas/semana)	História Natural (3 aulas/semana)
	História Geral e Civilização	Geometria no Espaço

Desenho (2 aulas/semana)	(3 aulas/semana)	(3 aulas/semana)
Música (2 aulas/semana)	Desenho (2 aulas/semana)	Desenho (2 aulas/semana)
Trabalhos de Agulha e Economia Doméstica - para o sexo feminino (2 aulas/semana)	Música (2 aulas/semana)	Música (2 aulas/semana)
Trabalhos Manuais (2 aulas/semana)	Trabalhos de Agulha e -Economia Doméstica - para o sexo feminino (2 aulas/semana)	Trabalhos de Agulha e -Economia Doméstica - para o sexo feminino (2 aulas/semana)
Ginástica (2 aulas/semana).	Trabalhos Manuais (2 aulas/semana)	Trabalhos Manuais (2 aulas/semana)
	Ginástica (2 aulas/semana).	Ginástica (2 aulas/semana).

QUADRO 2 - Plano de Estudos da Etapa Especial ou Profissional – 1922

4ºANO - 1º SEMESTRE	4ºANO - 2º SEMESTRE	5ºANO - 1º SEMESTRE
Psicologia (6 aulas/semana)	Moral e Educação Cívica: sua metodologia, Noções de Direito	Puericultura (1 aula/semana)
Metodologia Geral (2 aulas/semana)	Pátrio e Legislação Escolar (3 aulas/semana)	Metodologia da História (3 aulas/semana)
Metodologia da Leitura e Escrita (3 aulas/semana)	Metodologia do Idioma Vernáculo (3 aulas/semana)	Metodologia da Geometria (2 aulas/semana)
Metodologia do Desenho (2 aulas/semana)	Metodologia da Aritmética (3 aulas/semana)	Metodologia da Música (2 aulas/semana)
Higiene e Agronomia (2 aulas/Semana)	Metodologia do Ensino Intuitivo (3 aulas/semana)	Metodologia dos Exercícios Físicos (2 aulas/semana)
	Metodologia das Ciências Naturais (2 aulas/semana)	O Ensino dos Trabalhos Manuais (2 aulas/semana)
	Metodologia da Geografia (3 aulas/semana)	Prática e Crítica Pedagógicas (4 aulas/semana)

FONTE: BASES EDUCATIVAS PARA A ORGANIZAÇÃO DA NOVA ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA DO PARANÁ (COSTA, 1923 – GRIFOS NOSSOS).

Ao lançar um olhar mais atento ao novo Plano de Estudos da Escola Normal do Paraná, evidenciado no **Quadro 1**, observa-se de imediato a divisão da formação normalista em duas etapas, separando a parte geral da profissional. Esse novo

formato tinha como objetivo sanar o principal questionamento que Lysimaco Ferreira da Costa dirigia à estrutura anterior de formação docente, presente no Código do Ensino de 1917, que em seu ponto de vista tinha poucas disciplinas profissionalizantes e que estavam muito dispersas ao longo da formação do professorado.

No que diz respeito à cultura física, nota-se que o documento de 1923 sinalizava para a sua presença nas duas etapas do curso, sem, contudo, encontrar qualquer prescrição mais específica relativa aos elementos a serem utilizados. Se no Código do Ensino de 1917, ficava claro que compreendiam os exercícios sistemáticos de Ginástica Sueca e que na Prática Pedagógica os normalistas deveriam aplicar esse conteúdo, no documento de 1923 isso não fica explícito, impondo assim várias dúvidas sobre o lugar ocupado pelos elementos da cultura física na proposta de reforma da Escola Normal do Paraná.

Por outro lado, se a análise for direcionada para as finalidades estabelecidas para cada etapa da nova formação da Escola Normal do Paraná, fica evidenciado que os conhecimentos que deveriam ser ensinados na etapa geral, deveriam ser aqueles que seriam aplicados pelos normalistas no interior dos estabelecimentos de ensino e aprendidos a ensinar na etapa profissional, os quais seriam delimitados pelos programas das escolas primárias, conforme estavam sendo propostos por Cesar Prieto Martinez. Essa lógica já havia sido estabelecida pelo próprio Lysimaco Ferreira da Costa, em suas “*Bases educativas para a reorganização da nova Escola Normal secundária do Paraná*”, pois quando tratou da psicologia, na etapa profissional o educador paranaense apontou os seguintes elementos: “(...) para não ser prolixo no presente memorial vou tratar sómente do programma de Psychologia, porquanto, os das principaes disciplinas deste curso estão delimitados pelos programmas das escolas primarias” (COSTA, 1923, p.24).

Entretanto, em outros momentos de sua proposta, contidas no mesmo documento, foram estabelecidas distinções no tratamento entre a *Gymnastica* e as outras disciplinas presentes no programa de ensino da instituição:

Os professores de Desenho, Musica e Trabalhos ensinarão no Curso Geral estas disciplinas para educação dos normalistas; no Curso Especial, ensinarão os normalistas a ensinar taes disciplinas aos alumnos das escolas primárias na escola de Applicaçãõ executando ou fazendo executar os programmas primarios respectivos. A Gymnastica usada no Curso Geral é a que convem á educação physica dos futuros professores; no Curso Especial a professora de Gymnastica ensinará a Methodologia dos Exercícios Physicos (COSTA, 1923, p.24).

Como pode ser observado, a *Gymnastica* não estava incluída junto a outras disciplinas, sendo dada a ela um tratamento diferenciado, que pode ser um indício de que ela teria um conteúdo a ser ensinado na etapa geral diferente daquele presente na fase profissional. Até o nome das disciplinas nas partes geral e profissional mudam quando se referem a este conteúdo, pois identifica-se, conforme apontam Moro, Quitzau e Moraes e Silva (2022), que a cada matéria do Curso Geral, corresponde a uma metodologia com o mesmo nome - Desenho (etapa geral), Metodologia do Desenho (etapa profissional); História (etapa geral), Metodologia da História (etapa profissional) - entretanto a *Gymnastica* não seguiu esse padrão, quando apareceu com a denominação de *Gymnastica* (etapa geral) e Metodologia dos Exercícios Físicos (etapa profissional), denotando aparentemente alguma diferença entre o conhecimento a ser aprendido daquele a ser ensinado.

Por sua vez, aqui também pode-se destacar um caráter reformador e inovador na proposta de Lysimaco Ferreira da Costa, visto que a sua proposta não ficava restrita apenas à Ginástica Sueca, como prescrito pelo Código do Ensino de 1917. A proposta de reforma de 1923 extrapolava os conteúdos para outros elementos da cultura física, principalmente os jogos, evidenciando uma maior aproximação com aquilo que estava sendo defendido por Enrique Romero Brest na Argentina, bem como se sintonizava com a denominação de *jogos gymnasticos*, utilizada por Cesar Prieto Martinez nos programas das escolas primárias paranaenses.

Tal distinção fica ainda mais evidente em 1923, quando Lysimaco Ferreira da Costa apresentou na Liga Pedagógica do Ensino Secundário, no Rio de Janeiro, o trabalho intitulado “*O Ensino na Escola Normal: plano de reforma radical sob bases racionais*”. Segundo aponta Abreu (2007), o documento apresentado na Liga, tratava de uma proposta de reforma para a Escola Normal do Rio de Janeiro. Contudo, ao se referir à *Gymnastica* o educador paranaense assim se manifestou:

Especial referência merece o ensino de Ginástica. A ginástica ministrada no Curso Geral é a que convém às condições psicológicas dos alunos da Escola Normal e o professor, ou professora para as moças, deverá zelar pela educação física dos normalistas; tal é a sua orientação. No Curso Especial, porém, é completamente diversa, não podendo a professora prescindir da cooperação do médico-inspetor, que dirá sobre as condições fisiológicas das crianças, podendo até a ginástica sair fora do alcance do professor, por precisar a criança antes da ginástica terapêutica, que da educativa normal. (COSTA, 1995, p. 107).

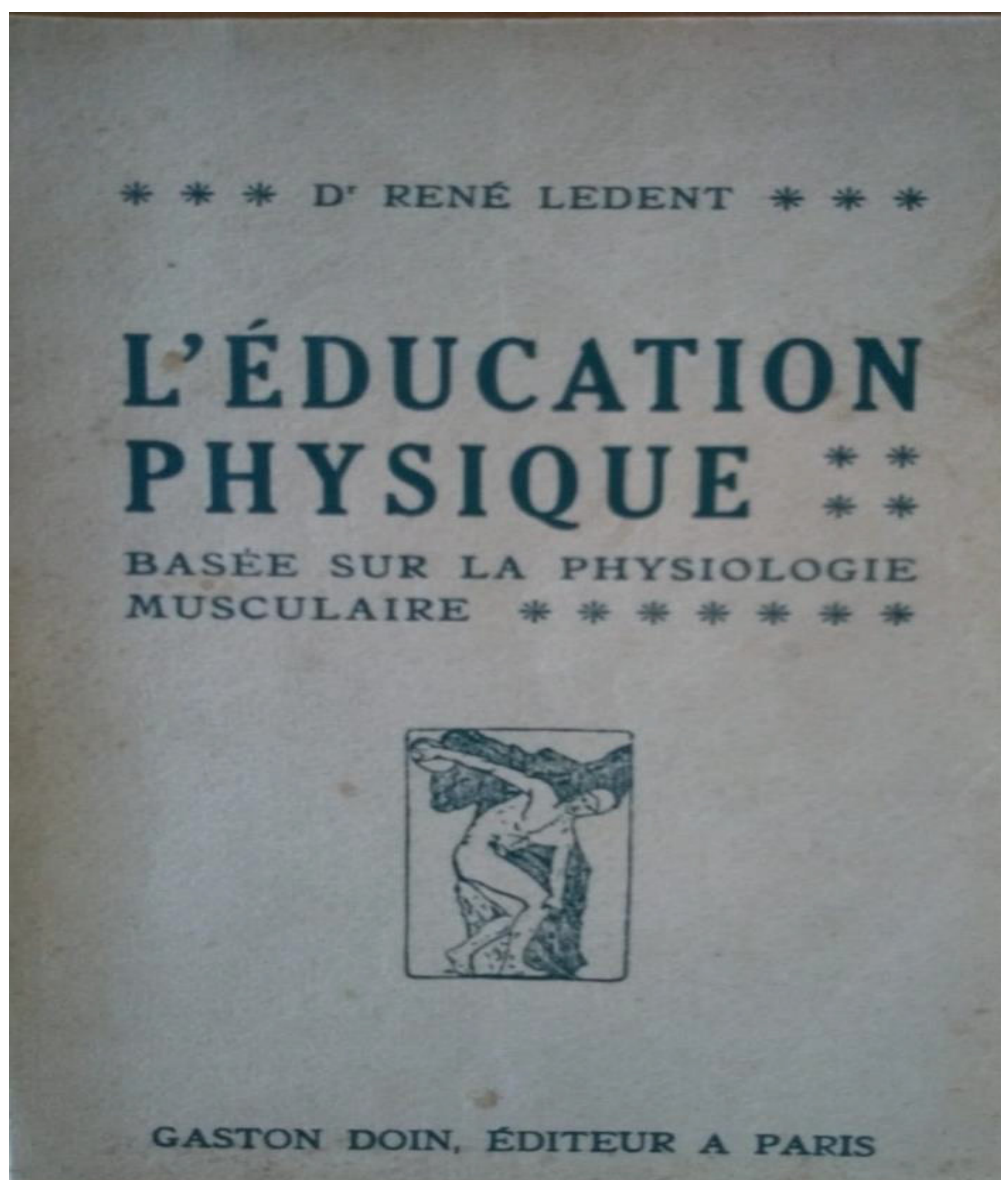
Ao se referir ao Curso Geral, Lysimaco Ferreira da Costa expressou o seu entendimento de que nessa etapa, o docente, deveria zelar pela *educação physica*, ou seja, pela educação do corpo dos normalistas, evidenciando mais uma vez a diferenciação que fazia, no que se refere à *Gymnastica*, entre o conhecimento a ser aprendido e aquele a ser ensinado. Nesse momento de reformulação, o educador paranaense se amparou teoricamente e conceitualmente nas contribuições de uma outra referência estrangeira: o médico belga René Ledent.

5.2 A GYMNASTICA TERAPÊUTICA DE RENÉ LEDENT: REPERCUSSÕES NA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ

A ideia defendida por Lysimaco Ferreira da Costa, de uma ginástica mais terapêutica na parte especial do currículo de formação da Escola Normal do Paraná, tem suas referências assentadas principalmente na obra "*L'Éducation Physique: basée sur la physiologie musculaire*" (**Figura 12**), conforme atestou o próprio educador paranaense quando, referindo-se a este assunto, afirmou que: "(...) excelentes normas estabelece com muito critério o Dr. René Ledent³⁵, em seu livro *L'Education Physique*" (COSTA, 1923, p.107).

35 Membro da Comissão Médica Provincial, Diretor do Curso Normal de Educação Física e Professor da Escola de Antropologia de Liège, Bélgica. O Dr. Ledent escreveu outras obras referentes à ginástica e à educação física como: « *Un problème d'éducation physique: la gymnastique suédoise* », em co-autoria com Dr. De Munter, 1911-1912 ; « *Éducation Physique Rationnelle* », 1916 e « *Conférences d'éducation physique* », do ano de 1917. (LEDENT, 1923)

FIGURA 12 - CAPA DO LIVRO DO DR. RENÉ LEDENT



FONTE: ACERVO PESSOAL

O belga René Ledent era um defensor de uma organização racional, médica e fisioterápica dos exercícios físicos, realizava duras e severas críticas aos excessos contidos nas práticas esportivas e que, em certo sentido, aproximava-se bastante das concepções de ginástica sueca (LEDENT, 1930). Essa valorização da vertente sueca e de crítica contundente às práticas esportivas, conforme apontam Vigarello (2005) e Gleyse (2021), era algo bastante comum em diversos manuais europeus, sobretudo, franceses, destinados à cultura física no referido período histórico e que de alguma forma já estava cristalizada no interior da Escola Normal do Paraná desde o último quartel do século XIX. A presença desses valores na instrução

pública paranaense pode ser vista no seguinte artigo publicado no jornal *Diário da Tarde*, no qual Lenira Beltrão, aluna do segundo ano da Escola Intermediária, assim se manifestou em relação a *Gymnastica*³⁶:

(...) **De todos os methods de gymnastica o melhor é sem dúvida o sueco, estabelecido por Henrique Ling em 1813 em Stokolmo.** É de execução simples. Os movimentos de execução simples não são reservados às pessoas fracas mas a todos cuja execução methodica é muito efficaz para corrigir flasas attitudes, para a harmonia do corpo principalmente do peito e das espaldas e para o bom desempenho das funções respiratórias facilitando muito o phenomeno da hematose. É muito útil para o bom funccionamento da digestão e da circulação (...) a gymnastica é o melhor meio de modificar constituições defeituosas e débeis de crear aos anêmicos um temperamento athletico e musculoso e de evitar a maior parte das doenças dando ao corpo saúde que conserva a mocidade por longos annos. A gymnastica é o meio mais efficaz para a reconstituição das raças (DIÁRIO DA TARDE, 17/08/1922, p.2 – grifos nossos).

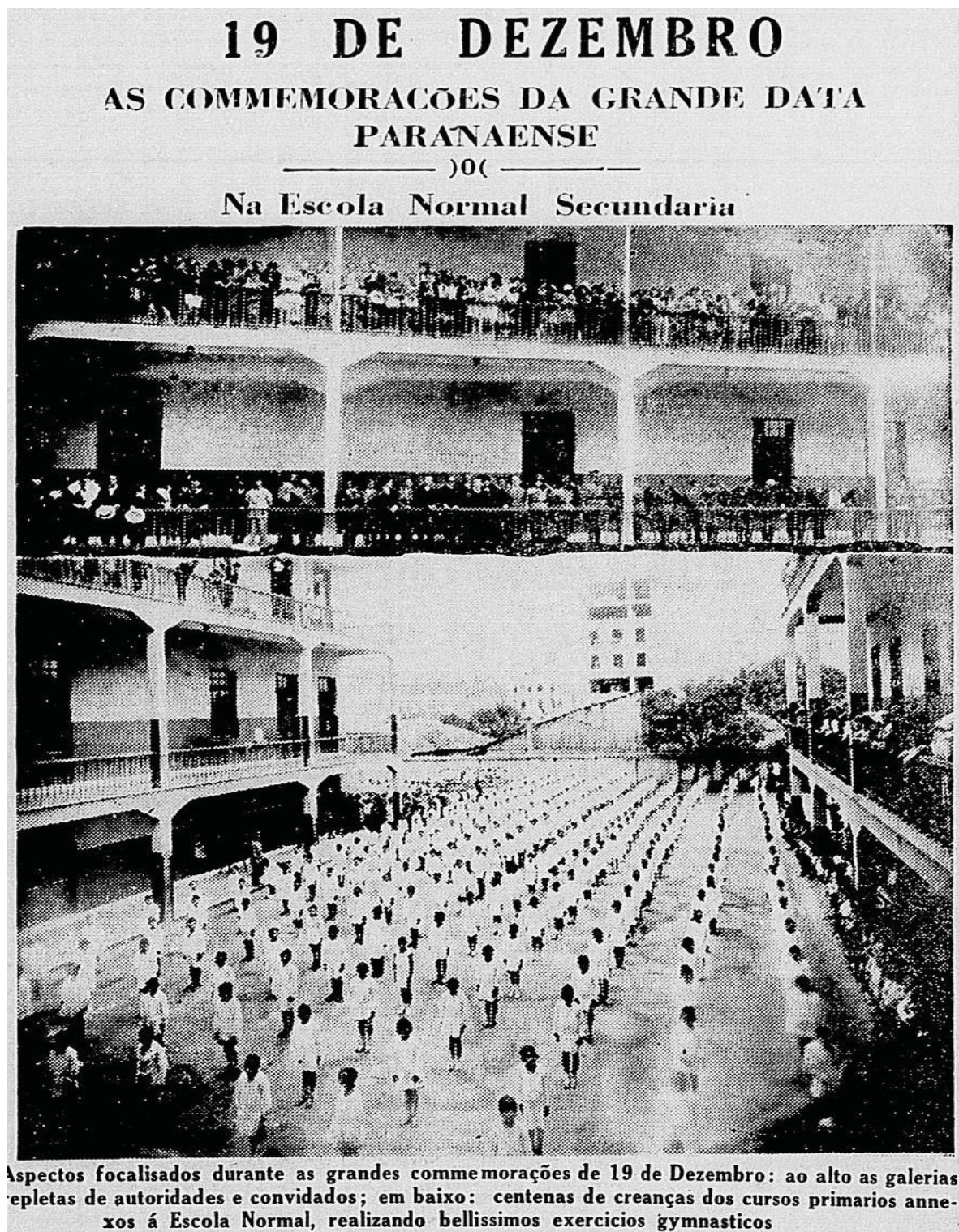
O texto de autoria de uma aluna da Escola Intermediária revela que valores racionais, higiênicos e terapêuticos estavam presentes no cenário educacional paranaense do período. Assim, pode-se afirmar que a proposta de René Ledent, acionada por Lysimaco Ferreira da Costa, pode ter fornecido bases para o aperfeiçoamento dos elementos relativos à Ginástica Sueca, que já estavam estabelecidos na instituição desde a implementação da disciplina de *Gymnastica* e que continuaram a circular na Escola Normal do Paraná, mesmo após o afastamento de Lysimaco Ferreira da Costa da Inspeção Geral do Ensino em 1928³⁷.

A utilização de tais elementos podem ser visualizadas na **Figura 12**, que mostra uma sessão de Ginástica Sueca ocorrida no interior da Escola Normal do Paraná no ano de 1929.

36 Segundo indicam Miguel (1997) e Puchta (2007), a Escola Intermediária foi instituída pelo Código de Ensino de 1917 e tinha a duração de dois anos e se destinava aos alunos do curso primário e/ou a aqueles que tivessem sido aprovados nas matérias de tal nível de ensino, como forma de preparo para a posterior entrada no Ginásio Paranaense ou na Escola Normal do Paraná.

37 Cabe lembrar, conforme sinalizam Souza (2004), Abreu (2007) e Meurer (2019) que na virada de 1924 para 1925, Cesar Prieto Martinez se afastou da Inspeção Geral do Ensino do Paraná e que a função seria ocupada pelo próprio Lysimaco Ferreira da Costa. O educador paranaense permaneceu na função até 1928 quando deixa a inspeção e assume a Secretária da Fazenda do governo de Affonso Camargo.

FIGURA 13: APRESENTAÇÃO DE GINÁSTICA SUECA NA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ



FONTE: A REPÚBLICA, 21/12/1929, P.3.

Em virtude dessa permanência de práticas na Escola Normal do Paraná, torna-se importante retornar aos argumentos da obra publicada, em 1923, pelo

médico belga René Ledent e que foi prefaciada pelo importante médico francês Jean-Paul Langlois³⁸. O referido livro foi dividido em duas partes: na primeira, o médico belga realizou uma abordagem didática da temática proposta, procurando fornecer aos leitores, sejam eles professores, alunos e/ou esportistas, diversos elementos para um trabalho pessoal indispensável a todos que pesquisam a educação física a partir de fontes científicas; A segunda parte do livro foi considerada, pelo próprio autor, como de aplicação imediata, sob a forma de dissertações, assentadas nas noções fisiológicas tratadas na primeira parte, totalizando quatro capítulos de aplicação.

No prefácio, Jean-Paul Langlois apresentou uma breve crítica ao título da obra sugerindo que ela deveria apresentar-se somente como fundamentos da fisiologia, uma vez que, no seu entendimento, aos problemas da educação física interessam todas as funções orgânicas, não limitando-se somente à função muscular, apontando assim para a necessidade de que o médico belga, assim como outros pesquisadores, ampliasse as relações entre a educação física e as outras grandes funções orgânicas. Entretanto, mais adiante o médico francês, responsável pela epígrafe do livro, chamou a atenção para a importância da discussão apresentada no capítulo que se refere a qualidade do trabalho ginástico e que tratava do estudo da influência da amplitude do movimento, conforme demonstrado cientificamente por Auguste Chauveau³⁹ e Samuel Auguste David Tissot⁴⁰, concordando com as conclusões apresentadas no capítulo pelo autor da obra, quando afirmava categoricamente que os movimentos lentos, amplos e analíticos deveriam ser a base de um método de ginástica educativo a ser ofertado aos indivíduos.

Todavia, foi no capítulo XI, quando o autor tratou das aplicações da fisiologia muscular à *educação physica* da infância, que talvez se possa aproximar de forma mais contundente o livro do médico belga com as formulações defendidas por Lysimaco Ferreira da Costa a respeito das ginásticas terapêutica e educativas, presentes na reforma da Escola Normal do Paraná de 1923, e que, como dito

38 Jean-Paul Langlois era um professor de medicina e em 1919 participou como membro da comissão de colaboradores na elaboração do Regulamento Geral de Educação Física, denominado nacionalmente como Método Francês, ao lado de representantes da área médica, da Educação e dos Esportes da França (BRUSCHI, et. al., 2020).

39 Soares (2005) salienta que Auguste Chauveau, com Etienne Jules Marey, estudou a atividade cardíaca, lei de Marey, lei da variação periódica da excitabilidade cardíaca e lei da uniformidade do trabalho do coração.

40 Samuel Auguste David Tissot, médico suíço do século XVIII

anteriormente, já estavam circulando com relativa frequência no cenário educacional paranaense desde o final do século XIX.

René Ledent iniciou esse capítulo tratando das leis fisiológicas relativas à infância. Nesse momento, o médico belga apresentou uma das leis que resumia quase todo seu trabalho, enunciando que o crescimento é ósseo antes da puberdade, e, sobretudo, muscular após ela. Assim, o autor aponta se for objetivado um crescimento ósseo muscular normal, o exercício precisaria ser garantido de alguma forma às crianças, motivo pelo qual não se devia impedir aos indivíduos na fase infantil de andar, de correr, de jogar, de saltar, de colocar em ação a sua musculatura, não sendo indicado para a infância os exercícios de força. Nesse contexto, o médico belga informava que, sob o ponto de vista educativo, deveria se insistir basicamente sobre a correção dos movimentos, sobre seus aumentos planejados e sobre os atrativos que as lições deveriam comportar, tendo como referências dados da neurologia e da pedagogia.

Na sequência de seu livro, René Ledent abordou o que, segundo ele, não se deveria fazer no corpo das crianças. Sendo assim, o autor realizou uma crítica aos erros que eram cometidos diariamente nas escolas, principalmente ao se impor exercícios de força às crianças. Para o médico belga, até mesmo o mundo do trabalho e a legislação a este respeito já teriam reconhecido os desastres ocasionados pelo trabalho das crianças.

Como dito anteriormente, a posição que defendia uma ginástica terapêutica, assim como preconizava René Ledent e utilizada por Lysimaco Ferreira da Costa para a realização da reforma da Escola Normal do Paraná, já circulava no segmento educacional paranaense. Um artigo de Carmen Guimarães, aluna da Escola Intermediária, que foi publicado no jornal *Diário da Tarde*, em 1922, evidenciava essa valoração da ginástica terapêutica e dos cuidados a serem tomados em relação à utilização de determinados exercícios, principalmente aqueles que pudessem exigir demais dos corpos infantis:

Existe a gymnastica racional que concorre para o bem da nossa vida. Esta gymnastica conserva por muitos annos a mocidade, dá-nos força, porte elegante e dota-nos de energia; evita o medo, que é muito commum em quasi todas as pessoas; previne a neurasthenia e doenças nervosas e pulmonares que nos causa tanto horror e também repelle a idéa do suicídio. É assim a gymnastica racional vae fortalecendo todos os nossos órgãos como acontece com a gymnastica sueca. Esta gymnastica tem por fim estabelecer a harmonia entre as diferentes partes do corpo.

A gymnastica athletica não é boa e por isso deve ser banida das escolas, porque em vez de corrigir os defeitos deforma o organismo das crianças (...) Emfim devemos considerar a gymnastica como sendo uma das cousas mais uteis à nossa vida (DIÁRIO DA TARDE, 19/09/1922, p.2 – grifos nossos).

O trecho da estudante paranaense evidencia uma defesa de uma ginástica racional, preferencialmente amparada numa vertente sueca, que evitasse os excessos de algumas atividades atléticas. Na esteira do posicionamento da aluna da Escola Intermediária, pode-se retornar ao pensamento do médico belga, que salientava que os avanços da higiene industrial não teriam sido transpostos para as salas de ginástica e de esportes, onde jovens continuariam exercitando-se em barras paralelas, em conformidade com o que se havia proclamado no Congresso de Antuérpia, 1882, de que os exercícios no solo não significavam nada e que a criança não se desenvolveria jamais, sem o uso do trapézio, mantendo-se assim um lugar de honra aos aparelhos de Francisco Amorós y Ondeano (1770-1848), Phokion Heinrich Clias (1782-1854) e Friedrich Ludwig Jahn (1778-1952) nos ginásios, sem qualquer medida de orientação na utilização dos mesmos. No rastro desta crítica, René Ledent incluiu o próprio Georges Hébert (1875-1957) e outras práticas ao ar livre como o campismo e o escotismo e principalmente o abuso da prática esportiva pelas crianças. Fato que em sua opinião prejudicaria o desenvolvimento físico da mocidade.

Nesse ponto, o médico belga alertava aos pais, professores primários e educadores para o fato de que muitas crianças cresciam mal e apresentavam insuficiências esqueléticas, cardíacas, respiratórias, entre outras, não sendo, portanto, conveniente uma regulação uniforme de educação física. Salientava ainda que dado o grande número de patologias registradas pelas estatísticas da inspeção médico-escolar, prescreveu que na maior parte do tempo, seria necessário um médico dedicado às questões da *educação physica*, como um guia necessário para o educador, a apontar as contraindicações de determinados exercícios e dispensar da lição coletiva de *Gymnastica* as crianças portadoras de enfermidades do pulmão, do coração, ou que se apresentassem em estado geral de doenças, além dos convalescentes, sendo aplicável nestes casos os procedimentos de uma ginástica médica e terapêutica.

Em suas bases pedagógicas, René Ledent partia do princípio que o ensino do exercício físico deveria levar em conta as características psíquicas da criança, e

considerava que o movimento era um instinto que falava ao corpo da criança, o que conferiria a esses jovens um verdadeiro regozijo em se agitar e se mover. Nesse quesito, um educador precisaria levar em conta que o prazer era o maior estimulante dos exercícios físicos e, que, portanto, eles deveriam ser sempre apresentados sob uma forma atraente e chamativa. Sob este ponto de vista, o médico belga considerava que a brincadeira livre não seria suficiente, decorrendo a necessidade indispensável de impor às crianças certos exercícios físicos, tendo por objetivo colocar em ação os músculos que não trabalhavam suficientemente e corrigir e/ou combater as atitudes ou tendências viciosas, resultantes do tipo de vida artificial a que estariam submetidos os alunos. Mas, por não compreender a utilidade de tais exercícios físicos era que se fazia necessário apresentá-los para as crianças de forma atraente, para que as entediadas lições de *Gymnastica* fossem substituídas por uma lição viva, animada, alegre e cheia de entusiasmo.

Nesse momento da obra foi que René Ledent evocou um outro elemento da cultura física: O jogo, que se tornava algo a ser levado em conta como uma possibilidade educativa. “O jogo é para todas as crianças a base da educação física” (LEDENT, 1923, p.246 – tradução livre), com essa afirmação o autor iniciava a apresentação das bases psicológicas de sua proposta para uma *educação physica* infantil. Entretanto, o médico belga considerava que o jogo, apesar de seus inúmeros pontos positivos, não poderia realizar um método completo de educação física:

O desenvolvimento integral e completo dos músculos e dos órgãos internos não poderá ser assegurado; a correção das atitudes não é objeto de nenhum tratamento; os mesmos gestos limitados se repetem muito frequentemente; a alegria do jogo provoca também abusos, fonte excesso de trabalho em muitas crianças. O princípio de economia das forças é desconhecido aqui. O jogo dá rédea solta ao desejo de brilhar, de ultrapassar os outros (LEDENT, 1923, p.246-247 – tradução livre).

Nesse sentido, René Ledent defendia a necessidade de uma organização médico-pedagógica do jogo a fim de evitar os excessos de trabalho muscular e/ou nervoso. Assim, o médico belga indicava que não se deveria impor, nesta idade, nem estações prolongadas, nem repetições sempre dos mesmos exercícios, nem os intensificar a ponto de causar um grande excesso de trabalho local e/ou visceral. Na sequência das suas reflexões, o autor vai apresentar um programa de aplicação da educação física destinado à mocidade:

Os exercícios educativos compreenderão a cabeça, os membros superiores e os membros inferiores separadamente ou conjuntamente; eles serão compostos por suspensões, equilíbrios, exercícios musculares dorsais e abdominais, exercícios respiratórios. As caminhadas, os pequenos jogos, as rondas farão parte deste programa. Para as crianças de dez a doze anos, o programa anterior, revisto de tempos em tempos, dará lugar aos exercícios de aplicação elementar: corridas, saltos, carregar, lançar. O aluno utiliza as faculdades adquiridas. Disso resulta uma primeira fase de preparação esportiva da qual o adolescente fará, mais tarde, grande proveito na vida. A preparação militar terá melhores bases. Os exercícios têm uma grande vantagem de se realizar em um tempo favorável, ao ar livre. A puberdade se apresenta nas garotas dos doze aos quatorze anos e nos garotos dos treze aos quinze anos. Uma supervisão severa torna-se necessária nesta idade difícil e o médico será constantemente solicitado a intervir. Deve-se evitar aos tecidos frágeis exercícios violentos, de resistência, de força para os quais o entusiasmo juvenil não sabe conservar a justa medida. Deve-se identificar a fadiga rápida acentuada pelo excesso de trabalho intelectual. Limitar-se-á completar a ginástica educativa com exercícios naturais de aplicação, completando o desenvolvimento torácico e o desenvolvimento cardíaco. O aluno, conhecendo os elementos da prática do movimento, deverá aprender a utilizá-los utilmente: corrida, lançamentos, saltos, escaladas, natação que lhe permitirão utilizar as faculdades adquiridas e se encaminhar à fase esportiva que geralmente começa pela idade de dezoito anos. (LEDENT, 1923, p.248-249 – tradução livre).

Por fim, René Ledent defendia que um programa baseado na fisiologia muscular (leis do crescimento da fisiologia muscular) deveria se resumir em seis pontos principais: 1º A necessidade do jogo organizado; 2º O caráter corretivo dos exercícios (posições, amplitude, lentidão); 3º O caráter atrativo das lições baseadas na fisiologia e nas relações entre educação dos movimentos e educação do sistema nervoso; 4º A necessidade da ginástica respiratória; 5º O caráter metódico e progressivo das lições que ascenderão da análise à síntese; 6º A supervisão especial da puberdade.

Para a organização, René Ledent sugeria que se deveria dispor de locais úteis, e de planícies para jogos, que orientariam os educadores competentes. Perceber-se-á com a leitura deste livro que os conhecimentos indispensáveis eram vastos quando se pretendia desenvolver uma *educação physica* entre a mocidade. Nesse contexto, a aula deixaria de ser apenas de *Gymnastica* e passaria a incorporar outros elementos da cultura física como os jogos, desde que tais práticas passassem por um rigoroso olhar médico e pedagógico. Desta forma, a sessão de ginástica passaria a ser uma aula de *educação physica* organizada para a escola primária que seria frequentada por todos, reconhecidos aptos pelo médico inspetor da escola onde se frequentavam as lições coletivas. Quanto aos frágeis, os anêmicos, aos pré-tuberculosos, aos insuficientes respiratórios, aos desviados da

coluna, o diagnóstico os classificará de acordo com as categorias que faziam parte da denominada ginástica médica (LEDENT, 1923).

Essa era em síntese a base sob a qual um programa de educação física para a infância deveria estar assentado e que foi de alguma maneira incorporada por Lysimaco Ferreira da Costa e inserido nas rotinas educacionais da Escola Normal do Paraná, a partir da reforma empreendida por ele em 1923. Porém, as propostas do médico belga corroboravam com elementos que o Inspetor Geral do Ensino, Cesar Prieto Martinez sublinhou em seu relatório de 1921 e que pretendia pôr em curso na instrução pública paranaense:

Si é certo que para se formar a intelligencia e a vontade é mister escolher bons preceptores, também para adestrar o physico é exigível o concurso de competentes professores que saibam ministrar lições em doses perfeitamente assimilaveis e rigorosamente adequadas para cada caso. O exame médico, portanto, é a base de todo programma de gymnastica individual, pois bem se comprehende que tratando-se da vida de um ser cujo organismo se desenvolve edades, se possa por de lado a hygiene e a medicina (...) a creança em virtude da tendencia natural pelo esporte, consequência da intensidade da vida que circula em todo o systema artérial e nervoso, póde ainda dar uma hora de esforço suave para os exercícios. O professor, porém, é que não póde sobrecarregar-se (...) Todos os alumnos de idade superior a 9 annos poderão matricular-se nesse curso, depois do indispensável exame médico. Cada um terá a sua folha individual registrada em livro competente e na qual constarão todos os dados relativos à sua saúde, agudeza sensorial, pezo, estatura índice de respiração, força, dynamometrica, estado dos pés das mãos, índice de robustez, etc. Em outra página serão registrados os dados relativos ao seu desenvolvimento, força muscular, de traccão, impulsão, suspensão, corridas, saltos, etc. Semestralmente a folha será substituída por outra, na qual constam as diferenças para mais ou para menos resultantes dos exercicios (MARTINEZ, 1921, p.58-59).

O relato de Cesar Prieto Martinez enfatizava claramente que as práticas ginásticas deveriam necessariamente estar ligadas a um rigoroso exame médico, para isso o inspetor de ensino solicitou ao governo do Estado do Paraná, conforme indicam os trabalhos de Puchta (2007), Pykosz (2007), Larocca (2009), Larroca e Marques (2010), Marques e Farias (2010), Renk (2018), Bencostta (2021) e Farias (2021), a instalação do serviço de inspeção médico-escolar. O referido requerimento consta no relatório relativo ao ano de 1920 feito pelo então Inspetor Geral do Ensino do Estado do Paraná:

DA INSPECÇÃO MÉDICO ESCOLAR. Considerando que a inspecção médico-escolar presta inestimaveis serviços à saúde dos alumnos e professores proponho a V. Ex. que seja creado esse serviço. Caberá à Inspeção médico-escolar, que funcçionará subordinada à Inspectoria Geral, a visita às escolas e grupos, examinando a meúdo seus alumnos e professores. Todos os países da Europa, quase todos os da America e com vantagem o Japão que nos de 1910 contava 2.000 médicos inspectores,

cuidam desse problema de capital importância. É patente a influência que a vida escolar exerce sobre a saúde das crianças, já porque no número dos alumnos haja alguém portador de doenças, já porque o próprio professor, contaminado, é um excellent meio de propagação. Sendo a escola um centro de reunião diária, claro está que se converte em foco contaminador e dos peiores, razão porque devemos por em prática medidas tendentes a evitar esse mal. Além disso, cuidaremos, com esse serviço de proteger a infância em relação ao seu desenvolvimento physico (MARTINEZ, 1920, p.24);

A referida solicitação foi aprovada e instituída pelo governo paranaense em 31 de março de 1921, através da Lei n.º 2095, que estabeleceu a criação do serviço de inspeção médica nas escolas, funcionando de forma anexa à Inspetoria Geral do Ensino, no qual foi nomeado como médico chefe o Dr. Mário Gomes (PYKOSZ, 2007; LORROCA, 2009; LORROCA; MARQUES, 2010; MARQUES; FARIAS, 2010; BENCOSTTA, 2021; FARIAS, 2021). O referido aparelho burocrático tinha como intento desenvolver através da escola hábitos higiênicos, conforme atestou o relatório de Cesar Prieto Martinez:

Dois problemas capitaes exigem prompta solução no momento: a hygiene e a escola primária; delles depende o brilhante futuro do Brasil. Todo esforço feito no sentido de resolvel-o será, pois, abençoado. A victoria dessas duas causas constituirá a grande victoria que nos collocará na dianteira dos povos cultos. Ambos os problemas não podem ser separados; um depende do outro, do mesmo modo que a intelligência depende do cérebro. A hygiene é condição de saúde e não pode haver escola productiva sem o vigor physico dos que a frequentam. A escola é a officina onde se forma a intelligência e se propagam as boas idéas. A hygiene, sendo um ideal que só pode ser comprehendido pelos não ignorantes perecerá ante a barreira da ignorância. Na escola, pois encontrará ella o vehiculo capaz de a disseminar por toda a parte. Destas duas verdades não há que duvidar. Nunca pudemos comprehender a Hygiene separada da escola. Um povo ignorante não pode avaliar a gravidade dos males que o affligem, nem como eles se originam, nem como se evitam, nem como se combatem (MARTINEZ, 1923, p.17).

A passagem do relatório produzido pelo Inspetor Geral do Ensino enfatizava que a escola seria um dos principais locais de difusão de hábitos higiênicos. Os elementos da cultura física poderiam ser importantes incentivadores desse ideário no espaço escolar, ainda mais se fossem utilizados de uma maneira racional e higiênica. Nesse ponto, a medida colocada pelo Inspetor Geral do Ensino ia ao encontro das reformas empreendidas por Lysimaco Ferreira da Costa no interior da Escola Normal do Paraná e que, de alguma forma, encontravam um amparo teórico e conceitual nas contribuições do argentino Enrique Romero Brest e na obra do médico belga René Ledent, e que parecem ter se estabelecido de algum modo nas rotinas os estabelecimentos escolares paranaenses.

Nesse período histórico, a instrução pública do Paraná como um todo se amparava em perspectivas racionais e higiênicas e a cultura física passava a ganhar um determinado papel, tanto que passou a acumular novas significações no interior da própria Escola Normal do Paraná. Porém, essa tendência médica e higiênica passaria a conviver com outros elementos educacionais, principalmente pelo crescimento de um discurso relacionado ao ideário Escola Nova que, segundo salientam Vieira (2001), Souza (2004) e Miguel e Vieira (2005), passava a circular com mais contundência no contexto paranaense do final da década de 1920.

Tanto que o próprio Lysimaco Ferreira da Costa que tinha uma base teórica herbatiana começou a se valer de ideários mais próximos aos movimentos escolanovistas, conforme pode ser visto em seu discurso de paraninfo da colação de grau da turma de 1926 da Escola Normal do Paraná:

A instrução excessiva caracteriza a escola do esforço, na sua quasi totalidade estéril, porque não desperta o interesse da criança que, neste caso, tem que lutar com os reflexos da defesa do organismo, como a fadiga, a desatenção, o enfado, etc. A disciplina escolar oferece o espectáculo de uma rigidez incompatível com a natureza da criança, embora muito conveniente como fundamento da disciplina social. Desenvolve-se a intelligencia em detrimento das demais funções psychicas, prejudicam-se as qualidades Moraes a formar e, o organismo infantil, perdendo a sua unidade, em face do desenvolvimento asymetrico depaupera-se physiologicamente (COSTA, 1926, p.470).

O trecho do discurso, apesar de colocar um grande peso e destaque nas questões médicas e higiênicas, aliadas a uma correta formação física e moral, evidenciava da mesma forma elementos mais escolanovistas que posicionavam a criança como centro do processo educacional. Tanto que na continuidade da sua fala Lysimaco Ferreira da Costa se reportou a importantes teóricos do movimento da Escola Nova:

A educação pelo excessivo esforço intellectual é moralmente funesta, porque destroe o próprio fim que tem em vista; o elevado e nobre é fazer, durante o trabalho escolar, o menino empregar expontaneamente nas suas tarefas todas as energias do corpo e do espírito. Com os ideaes de Froebel coincidem os de Decroly, na Belgica e os de Dewey, nos Estados Unidos. Estes dois últimos modernos, dão-nos os modelos das escolas capazes de satisfazer as exigências actuaes da civilização (COSTA, 1926, p.471-472).

A presença de nomes como Jean-Ovide Decroly e John Dewey evidencia que o Lysimaco Ferreira da Costa, apesar de continuar fiel as concepções de Johann Friedrich Herbart, estava tendo contato com outras concepções educacionais e que esta ampliação poderia contribuir no desenvolvimento da instrução pública no Paraná como um todo:

Cabe-nos o dever de preparar os brasileiros de amanhã para serem os mais fortes esteios da civilização humana. Este preparo só poderá ser attingido sob o influxo das doutrinas de Rousseau, Froebel, Decroly e Dewey e outros da mesma escola, convenientemente adaptadas às necessidades das primeira e segunda infâncias e adolescência; depois já me phases superiores da evolução ortogenica, se prosseguirá sob a influência da intensificação da instrução, que bastante se harmoniza com o regime herbaciano das lições. Tal preparação exige como condição de êxito a plena harmonia de ambientes educativos nos jardins de infância, nas escolas primárias, nas secundárias e superiores, sucedendo-se estes institutos em plena conexão de ideias educativas, cada um realizando o seu alto destino com amplo aproveitamento da capacidade do aluno, consoante o período de evolução ou desenvolvimento em que o receber (COSTA, 1926, p.472).

Esse conjunto de reflexões se materializaram nos assuntos concernentes aos elementos da cultura física, visto que uma ginástica racional e terapêutica e muito próxima a uma vertente sueca passou a ter companhia de outros conteúdos como os jogos. Esse elemento deveria conforme sugeria René Ledent ser adaptado, mesmo que de forma higiênica e racional, a um modelo menos fechado, monótono e enfadonho que os contidos nas práticas ginásticas. Sendo assim, o ideário da Escola Nova poderia oferecer essa condição e a que tudo indica, começou a se fazer cada vez mais presente na instrução pública paranaense, conforme foi explorado no próximo item da tese de doutorado.

5.3 PARA ALÉM DA GYMNASTICA: A PRESENÇA DOS JOGOS E DOS PRIMEIROS ESPORTES

A presença dos jogos como um elemento que poderia ser utilizado nos processos educacionais, segundo aponta Puchta (2007), era algo que já havia se mostrado presente no Paraná desde o regulamento de 1907. O autor sinaliza que a inserção dos jogos infantis como um item presente no programa de ensino paranaense era uma maneira de se ter um processo de *educação physica* mais atrativa e prazerosa. Muitas vezes, essas atividades eram realizadas, conforme indica Meurer (2018), nos espaços de recreio, onde ocorriam alguns jogos infantis. A prescrição desses “jogos de recreio” pode ser visualizada no artigo 33 do regulamento de 1907:

(...) o Diretor Geral da Instrução Publica e os Inspectores Escolares se esforçarão para que as escolas sejam installadas em prédios que tenham as dimensões e condições hygienicas necessarias, e bem assim um pateo para **jogos de recreio, no qual serão collocados aparelhos de gymnastica sempre que for isso possível** (PARANÁ, 1907, s.p. – grifos nossos).

A fonte evidencia que os jogos já eram vistos como um elemento da cultura física que poderia ser utilizado na instrução primária paranaense. Ainda mais que num cenário onde nem sempre era possível ter os aparelhos de ginástica, visto que a instrução pública paranaense apresentava uma grande carência de material e como lembra Puchta (2007), as práticas ginásticas nas escolas eram bastante afetadas por essa realidade de escassez.

Souza (2004), por sua vez, em sua tese de doutorado, coloca que o jogo como um importante elemento educativo já estava bastante presente com as noções de jardins de infância que estavam circulando no Estado do Paraná desde a primeira década do século XX, principalmente pela utilização das ideias de Friedrich Wilhelm August Fröbel (1782-1852)⁴¹. A autora inclusive lembra que os jogos tinham um papel de destaque numa pedagogia amparada na obra do educador alemão. Nesse contexto, a autora refere-se a Gabriel Compayrè, Inspetor de Instrução Pública de Paris, que afirmava que as postulações de Froebel eram uma pedagogia de ação, sendo o Jardim da Infância um espaço de jogos e de trabalhos manuais. O educador francês afirma ainda que os jogos constituíam um banho moral de extraordinária eficácia.

Tanto que é possível encontrar nos jornais curitibanos discursos que valorizavam a incorporação desse elemento da cultura física na instrução pública paranaense, conforme aponta a seguinte notícia vinculada no *Diário da Tarde* em novembro de 1909, na qual o então Diretor da Instrução Pública Jayme Reis visitou um Jardim de Infância na cidade de Curitiba:

Foi me dado hoje o grande prazer de visitar o estabelecimento <<Jardim de Infância>> dirigido com real devotamento e verdadeira intuição e compreensão de sumissão, pela exma. Maria F. Correa (...) As primeiras no nosso Estado e uma das primeiras no nosso Brasil a porem em pratica esse ensino verdadeiramente pratico, intuitivo e util para as creanças, que sem preocuparem o espírito em methodos mais ou menos complicados dos ensinos primarios antigos, se preparam, brincando, pilherando, para mais profundos estudos ulteriores, que já as encontram com largos subsidios, bem apprehendidos nos jogos e brinquedos do curso infantil (DIÁRIO DA TARDE, 18/11/ 1909, p.1).

A fonte evidencia que os jogos passaram a ser pensados como um importante elemento educativo e em vários momentos sua utilização estava relacionada aos jardins de infância e sempre era associada figura de Froebel. Uma

41 Mais detalhes sobre a entrada de Froebel e a implementação dos Jardins de Infância no Brasil consultar Kuhlman Júnior (2000).

nota assinada por Claudino dos Santos, publicada no *A República*, em agosto de 1913, exemplifica muito bem o apontamento realizado:

Froebel com seus mimosos aparelhos e utensílios, com seus jogos e brinquedos, com seus dons – como elle próprio chamava, estabeleceu a serie gradativa de occupaões e ensinamentos tendentes a manter no pequenino ser a concentração, que é base de seu methodo, de accordo tudo com a natureza estudada intelligentemente (A REPÚBLICA, 05/08/1913, p.1).

O relato publicado no importante periódico curitibano enfatizava, já em 1913, aquilo que René Ledent apontaria em seu livro de 1923. Os jogos poderiam ser utilizados nos estabelecimentos escolares destinados à criança, desde que cumprissem determinados requisitos e que tal elemento da cultura física fosse adaptado à realidade do corpo infantil.

Com a nomeação de Cesar Prieto Martinez para a Inspeção Geral do Ensino em 1920, a utilização dos jogos na instrução pública paranaense se tornou ainda mais presente, difundindo-se para além dos Jardins de Infância. Puchta (2007) indica que nos programas dos grupos escolares de 1921 esse elemento da cultura física se mostrou presente, e não mais se encontrava somente a *Gymnastica* e diversas práticas consideradas menos monótonas como os jogos, mas as danças, os pulos e as corridas também faziam parte das práticas a serem utilizadas nos estabelecimentos escolares.

Dessa forma, não é por acaso que Lysimaco Ferreira da Costa explorou tais elementos na reforma de 1923 realizada na Escola Normal do Paraná. A busca por um aporte como o contido na obra do médico belga René Ledent foi uma forma de justificar e inserir os jogos no processo de formação de professores. Esse ideário se consolidaria e se difundiria na instrução pública paranaense, posteriormente a reforma do curso normal, bem como se efetivaria em todo o Brasil no final da década de 1920 e principalmente no começo dos anos de 1930 (SCHNEIDER, 2004; LINHALES, 2009; GÓIS JÚNIOR, 2017). Ao procurar indícios na imprensa paranaense, foram encontradas inúmeras publicações que exploravam a função educativa dos jogos e a sua utilização nos ambientes escolares, por exemplo, o longo artigo escrito pelo professor Antonio Tupy Pinheiro⁴², estampado nas páginas do *Diário da Tarde* em abril de 1930:

42 Herold Júnior e Vaz (2012) indicam que Antonio Tupy Pinheiro foi diretor do Grupo Escolar Visconde de Rio Branco, localizado na cidade de Guarapuava, interior do Estado do Paraná. Os autores mostram que o referido educador era um defensor da utilização da *educação physica* nos estabelecimentos escolares.

Os jogos escolares e as sociedades infantis. Na escola moderna aprecia-se notavelmente a característica que distingue os exercícios destinados ao desenvolvimento da inteligência, de outros applicados ao aperfeiçoamento da actividade physica e da moral, embora assente a educação integral nesses três ramos que se relacionam e se completam. Esses diversos aspectos preocupam constantemente o labor do mestre que bem sabe compreender as suas responsabilidades. A escola moderna, zelando pela prática desse princípios, propõe-se à formação de um ambiente de concretisação e realidades, systematizando e methodizando pelos princípios surgidos das necessidades psycho-phisiologicas do educando, dirigindo o trabalho escolar de maneira a attender os anseios da educação moderna dentro da orbita de competência de valores das actividades infantis, desenvolvendo-as convenientemente, no mesmo tempo que indica o caminho recto pelo qual andarpa o futuro cidadão. Deixando de parte a feição puramente intellectual da questão, isto é, os exercícios destinados à transmissão de conhecimentos, obra exclusiva da instrucção, trataremos de alguns factos que se prendem à educação physica e moral. Por maior pericia e entusiasmo que assistam ao professor de gymnastica nota-se, commumente, certa indisposição dos escolares por essa disciplina, quando os movimentos que se lhes ordenam a executarem são sujeitos e dirigidos por ordens imperiosas e consecutivas, deixando de existir ahi a liberdade das crianças (DIÁRIO DA TARDE, 09/04/1930, p.8).

O manuscrito produzido pelo professor destacava o desinteresse pela *Gymnastica* por parte dos alunos, enfatizando que as crianças preferiam atividades corporais menos enfadonhas e monótonas. Posicionamento que, conforme apontam Scheneider (2004), Linhales (2009) e Linhales, Silva e Santos (2021), também circulou com contundência no restante do país durante a década de 1930. Ao seguir essa lógica, o autor na continuidade de seu artigo, publicado no *Diário da Tarde*, indicava que os jogos educativos poderiam complementar as atividades de ginástica no processo de *educação physica* das crianças paranaenses:

Não opporemos conceitos à utilização dos exercícios gymnasticos no desenvolvimento physico-logico, mas cremos que a escola quer mais do que o bem-estar physico da criança, exige que a natureza infantil seja desenvolvida em todas as suas manifestações e que os centros de actividade sejam despertados pelos interesses que, por sua vez, produzem no animo infantil; a satisfação e o bem-estar geral. Assim pensamos em relação à gymnastica, que só poderemos completal-a com a prática dos jogos educativos, onde collabora o conjunto de actividades: a intelligencia, a força e agilidade, tudo com o interesse moral; pela conquista de uma victoria sob um ambiente de alegria. Nos trabalhos manuaes a actividade physica é observada pela intellectual. Também nos jogos escolares a intelligencia observa e guia todos os movimentos physiologicos a serviço da educação (DIÁRIO DA TARDE, 09/04/1930, p.8 – grifos nossos).

Os jogos educativos, segundo a posição do professor Antonio Tupy Pinheiro, eram uma forma de educação mais atraente para as crianças, onde esse corpo infantil poderia desenvolver-se fisicamente, intelectualmente e moralmente de uma forma alegre e prazerosa.

As vantagens da pratica desses exercícios são de grande vulto e podermos apreciar-as, diariamente, como fructos vigorosos no labor escolar, fructos que nascem às vistas dos educadores que os aperfeiçoam devidamente.

Na prática dos jogos não fica a educação moral separada das energias phycho-intellectuaes. O ensino da moral feito pelo livro ou pelo verbo do mestre quase sempre é falho e sem alicerce. Os jogos e brinquedos escolares pela observância de suas regras e leis, pelas sentenças do juiz, pela competição de valores Moraes, pelos applausos, pelos factos de camaradagem, pelo respeito e auxilio mutuo, constituem uma fonte inexgottavel de recursos, de acções para se traçarem caracteres vigorosos e sadios à obtenção da conducta recta e persistente (DIÁRIO DA TARDE, 09/04/1930, p.8).

A fonte evidencia que toda uma discussão de ampliação dos elementos da cultura física, para além dos conteúdos ginásticos, sobretudo a vertente sueca, estava ocorrendo no Estado do Paraná. Os jogos e os esportes começavam a ser aceitos como práticas que poderiam ser utilizadas nos estabelecimentos escolares, desde que estivessem de acordo com uma perspectiva higiênica e racional. A cultura física paranaense tomava os rumos mais semelhantes daqueles que estavam ocorrendo na França (VIGARELLO, 2005; GLEYSE, 2021) e no Brasil como um todo (SCHNEIDER, 2004; LINHALES, 2009; GÓIS JÚNIOR, 2017; CASSANI, 2019), onde os jogos e esportes estavam se tornando elementos a serem utilizados nos processos de escolarização, ampliando aquilo que se convencionaria denominar posteriormente de Educação Física.

Dessa forma, não era de estranhar que as autoridades educacionais paranaenses comesçassem a se preocupar com a inserção de tais elementos nos cursos destinados à formação de seus professores. Novamente, a imprensa paranaense foi o *locus* onde inúmeros vestígios sobre a presença desses elementos no interior de atividades ocorridas na Escola Normal do Paraná:

É do domínio público o interesse crescente que vem impulsionando uma falange de esforçados idealistas de nossa terra, a respeito dos problemas educativos e pedagógicos. A consequência imediata foi o projecto do curso de cultura pedagógica iniciado no anno passado e que neste anno ainda continua de pé em plena victoria. Para que a licção primeira se revestisse do mesmo brilho que o anno passado, convidou a A.P.E. para falar o dr. Hostilio de Araujo, digníssimo director do Ensino. Presentes os representantes das altas autoridades civis e militares e grande numero de professores, de intellectuaes, membros componentes da A.P.E., inaugurou-se hontem às 8 horas, no Orpheão da Escola Normal, a reabertura do curso de cultura pedagógica. Sentaram-se à mesa os representantes das altas autoridades, pessoas gradas e o presidente em exercício, professor Osvaldo Pilloto, que convidou para presidir à sessão o dr. Azevedo Macedo. Este eminente professor, após expor os fins daquela reunião, outorgou a palavra ao dr. Hostilio de Araujo, illustre director do Ensino. **O brilhante orador demonstrou mais uma vez seus altos conhecimentos sobre o thema que escolheu – a Educação Physica nas escolas primárias** (A REPÚBLICA, 26/06/1929, p.1 – grifos nossos).

A passagem mostra que no interior da Escola Normal do Paraná, uma das maiores autoridades educacionais paranaenses do período, destacaria o papel que os elementos da cultura física poderiam desempenhar na instrução pública primária do Estado do Paraná. Na continuidade, a notícia de um detalhamento maior sobre a questão foi dada:

S.S. fazendo uma analyse retrospectiva do assumpto em questão, salientou a influência preponderante que ella gosou entre os gregos, os fructos benéficos que ella produzio e a importância capital que representa às gerações hodiernas. Fez ver o cuidado especial que assiste ao professor apical-a, em virtude da fraca comprehensão orgânica da infância, que merece um estduo especial. Expoz detalhadamente os diversos systemas gymnasticos, as vantagens que apresenta os jogos educativos. Em summa, mostrou-se profundo conhecedor do assumpto. Grande foi o interesse que animou todos os presentes, embora já a attenção do auditório estivesse presa pela sua palavra eloquente, quando o dr. Hostilio de Araújo asseverou tornar-se realidade a remodelação do nosso pittoresco Passeio Público, tendo o illustre prefeito de Curityba, dr. Eurides Cunha, se compromettido de fazer lá um excellente parque para a educação physica, dotado de todos os aparelhamentos concernentes a esse fim. E assim, mais uma victoria o propecto director do Ensino, com a sua brilhante oração (A REPÚBLICA. 26/06/1929, p.1).

O trecho mostra os contornos que os elementos da cultura física estavam tomando na capital dos paranaenses. A notícia evidencia que o Passeio Público, um dos principais parques de Curitiba e que desde o final do século XIX, conforme apontam Moraes e Silva, Quitzeu e Soares (2018), era utilizado também como um espaço de exercícios físicos, seria remodelado e ganharia um aparelhamento adequado para o desenvolvimento da cultura física na capital dos paranaenses. Porém, uma matéria publicada no *A República*, em outubro de 1929, revela como já era amplo o leque de atividades corporais presentes nas escolas paranaenses do final da década de 1920:

GRUPO ESCOLAR 'DR. XAVIER DA SILVA'. Os jogos são de grande necessidade na vida das crianças, apurando característicos psychologicos de summa importância e são na opinião incontestada de Claparède um impulso instintivo (...) Assim, a novel agremiação em seu Regulamento dedica grande parte de sua actividade na prática de jogos e brinquedos; Até agora teem sido praticados os seguintes: bola americana, corridas, jogos das bandeiras etc. Preparam-se mais: Voley-baal e basket baal, jogos sensoriaes, de imaginação, intellectuaes, artísticos, além dos competitivos, gymnastica sueca e respiratória, tudo debaixo das prescrições da hygiene positiva e negativa (...O Estampada hoje o clichê de uma festividade no Grupo Escolar ' Dr. Xavier da Silva', esse modelar estabelecimento de ensino de nossa capital. A essa reunião escolar compareceu o sr. Hostilio de Araújo , Director de Ensino. Como se vê, naquella casa de educação, como nas demais unidades escolares de Curityba, praticam-se efficientemente os jogos e brinquedos escolares ao par dos demais complementos de uma educação physica adequada aos nossos interesses. É notável, pois o impulso em relação aos commetimentos educativos das nossas casas de ensino público que procuram dar aos seus frequentadores o maior centro de

interesses ao consequente aperfeiçoamento da infância (A REPÚBLICA, 31/10/1929, p.12).

Aqui cabe lembrar que os esportes já eram uma realidade nas principais cidades brasileiras como Rio de Janeiro (LUCENA, 2001; MELO, 2001) e São Paulo (SEVCENKO, 1992; GÓIS JÚNIOR, 2013; MEDEIROS, 2020; MEDEIROS; QUITZAU; MORAES E SILVA, 2020). Curitiba, conforme apontam Moraes e Silva (2011; 2015), Moraes e Silva e Capraro (2015) e Moraes e Silva *et. al.* (2022), também já havia, desde o final do século XIX, procurado instalar todo um dispositivo esportivo na capital paranaense, sendo algo que já havia atraído bastante a atenção popular. Sendo assim, mesmo com todas as resistências e críticas as práticas esportivas, passaram a cada vez mais ser uma opção para educação da juventude também no espaço escolar. Apesar das críticas, pouco a pouco esses elementos passavam a ser aceitos, mesmo que algumas ressalvas, como uma opção educativa para poder ser utilizada com as crianças paranaenses:

Sob o título ‘Club Infantil de Futebol’, o redactor esportivo do ‘O Estado de São Paulo’, no numero de domingo 9, bordava com comentarios acertados sobre a participação da infância em certos jogos, comentarios, que devem ser objecto de profunda meditação por parte de paes e educadores, afim de podermos levar as crianças do nosso paiz à prática de uma educação physica racional, que prepare e garanta o futuro da nossa raça. Nada mais absurdo e mais anti-hygenico do que a prática de jogos que demandam um grande esforço, como o futebol pelas crianças. Mormente como se pratica em todos os cantos do nosso paiz, onde nem ao menos a preocupação de reduzirem as dimensões do campo, o tempo de jogo e o peso da bola, é levada em consideração, para que pudessem ellas, já que querem erradamente em pregal-as nestes jogos, fazer exercício sem desenvolver esforço desmedido, para o qual não foram preparadas e que trará, fatalmente, o seu aniquillamento physico (...) A educação sportiva e athletica só deveria ser praticada depois de feita a educação physica elementar ou prepubertaria (crianças de 4 a 13 annos) e a educação physica pubertária (dos 13 aos 18 annos), com as quaes se visa o desenvolvimento harmônico do corpo, primeiramente, depois o desenvolvimento da caixa thoraxica e o treinamento do coração, para finalmente se procurar a educação physica superior (esportiva e athletica) que é o coroamento e a conclusão das precedentes. É nesta phase que se procura manter e melhorar o funccionamento dos orgams, augmentar o poder do coração e dos vasos sanguíneos, o valor funcnional do aparelho respiratório, a precisão e a efficacia dos movimentos e, pelo conjunto destas práticas, assegurar a saúde. É esta a orientação mais segura para o encaminhamento da educação physica de nossos filhos, nossos alumnos e de nossos sócios. É por ella que devem orientar os paes, deixando, como diz o chronista, o commodismo e o desinteresse pelo desenvolvimento physico do seu rebento, para, **com um estudo acurado dos modernos processos, que também devem praticar, pela educação da manutenção da idade madura, poderem acompanhar e controlar a dos seus filhos na maioria entregue aos seus directores, ou a si si mesmo.** Felizmente surge uma nova era. (A REPÚBLICA, 15/02/1930, p.6 – grifos nossos).

A fonte mostra que determinados esportes para poderem ser praticado pelas crianças e jovens deveriam estar articulados a um moderno processo pedagógico. Para isso, era necessário, segundo aponta Linhales (2009), dar uma forma escolar aos esportes para que eles não “prejudicassem” o desenvolvimento da mocidade e contribuíssem moralmente na “energização do caráter” da juventude brasileira. Nessa linha argumentativa, encontrou-se na imprensa local um artigo, intitulado “*Esporte creador de capacidade vital*”, escrito pelo paulista Ulisses Freire, e que foi publicado no *Diário da Tarde* em junho de 1930 e explorava as diversas possibilidades que as práticas esportivas poderiam desempenhar na esfera educacional:

É facto que não comporta mais dúvida o progresso do nosso povo na educação esportiva. Todos os gêneros de esporte, mais populares, encontram entre nós, campo favorável para o seu desenvolvimento, abolindo-se por completo o critério antigo que atribuía as pugnas esportivas para o uso exclusivo dos profissionais da luta greco-romana. Hoje o futebol, o remo, a natação, o pedestrianismo, o box, o tennis, a bola ao cesto e muitos outros, que seria fastidioso enumerar, gosam de sympathias geraes que entre os esportistas que os praticam, quer entre os *habitués* que os admiram. Procurando um objecto de reorganização, temos seguido um elevado princípio de eugenia. O hábito da população deixar as quatro paredes da casa onde mora ou da officina onde trabalha toda a semana, para procurar, nos dias de folga, o ar livre e oxygenado, seja o athleta ou seja o simples torcedor, pratica, mesmo que o ignore, um acto educativo (...) O bom humor é funcção da saúde e esta não se encontra onde o esporte é desconhecido. A penúria de ethica, que se encontra em quasi as profissões liberaes que se exercitam no Brasil, póde ser attribuida em grande parte à carência de esporte. No esporte aprende-se o ‘fair play’ que é bem lançadas as contas a expressão commun da nobreza e da elegância nas relações dos homens entre si. As lacunas do nosso character são o resultado das deficiencias da nossa educação, assim moral como physica. O indivíduo que desde a infância se habitou a disciplinar os músculos e a vontade nos jogos desportivos e a pratical-os com rigorosa lealdade, tendo sempre um sorriso nos lábios que na boa quer na má fortuna, há de ser, provavelmente, quando se fizer homem, um cidadão incapaz de falcatruas nos seus negócios e, ainda menos, nos seus negócios públicos. O que até pouco nos servia de padrão de vida era a esperteza. Só para os finórios é que havia admirações. Tempo virá, e o esporte muito há de contribuir para que se apresse o seu advento, em que nossas admirações hão de correr para os enérgicos e para os fortes (...) Somente o habito da cultura physica; dotada de todos os ensinamentos de hygiene e prophylaxia elementar, poderia levar até os sertões a elevada expressão de capacidade vital desejada para todos os brasileiros (DIÁRIO DA TARDE, 30/06/1930, p.9).

O longo texto publicado no jornal curitibano destacava que as práticas esportivas poderiam desempenhar um importante papel educativo. Algo que aliaria os hábitos higiênicos com os atributos morais, configurando-se naquilo que Linhales (2009), denominou de “energização do caráter”. Cada vez os esportes chamavam a

atenção dos educadores e discursos relativos à sua utilidade pedagógica eram reproduzidos nas páginas dos jornais curitibanos:

Pode-se afirmar que a bola ao cesto é um exercício completo pertencendo à classe dos jogos recreativos e é por isso que jamais se pretendeu transformá-lo em um jogo espectacular, assim como que constituía um simples divertimento, porque produz uma série de benefícios para a vida física. **É na verdade, um jogo recomendável para os jovens, podendo ser praticado desde os 12 aos 25 annos, não só pela rapidez das jogadas, mas também pela variedade dos movimentos, riqueza de estylos e os fins educativos que produz.** No ponto de vista ethico, a bola ao cesto, como esporte são, contribue efficientemente para a formação do character, temperando-o de forma conveniente, até converter o indivíduo em um valor positivo e um elemento por causa da sua pratica, mas porque o jogo impõe certas regras que os jogadores são obrigados a respeitar e, em consequência, a dominar certos impulsos para manter esse principio de cavalheirismo de que tanto necessita o esporte. **Exerce uma influência poderosa, talvez mais do que nenhum outro esporte, pelas características que apresenta, tanto, na mente como no espirito e é, por isso, um factor eminentemente educativo** (O DIA, 15/01/1930, p.7 – grifos nossos).

A fonte relativa ao jogo de “bola ao cesto”, hoje mais conhecido como basquetebol, acionou diversas das retóricas de apologia ao esporte. Se antes, assim como sinaliza Gleyse (2021), as práticas esportivas eram criticadas e/ou aceitas com inúmeras ressalvas, aos poucos elas entravam numa fase de apologia, onde suas virtudes educativas passavam a ser cada vez mais valorizadas e exaltadas. Sendo assim, o esporte se tornava cada vez mais uma realidade a ser utilizada nos estabelecimentos escolares e por tal motivo também deveria receber um tratamento por parte das instituições de formação de professores, como a Escola Normal do Paraná. Inclusive, se extrapolarmos a delimitação temporal da presente tese de doutoramento, encontram-se inúmeros exemplos que as práticas esportivas estavam sendo incorporadas no cotidiano do curso normalista.

Um Optimo Festival – será realizado hoje na cancha da Escola Normal. O Gremio Esportivo Normalista, recém fundado na E. Normal levará à effeito 5º. Feira próxima, na cancha da Escola Normal um magnifico festival noturno com início às 20 horas. Para isso vêm os promotores do mesmo lutando com afincio para pois que é pela 1º. Vez em nosso coroadado da maior exibição possível. A quadra será profusamente illuminada por possantes reflectores gentilmente cedidos pela casa Elétro Brasil. Esperam os diretores do G.E.N. que esse festival alcance o melhor sucesso que pelo programma, pois que é pela primeira vez em nossa Capital que se realiza um festival nocturno ao ar livre. Os jogos a se realizarem são: 1º. Jogo – voleibol feminino. 2º. Jogo – Escola Normal x Coritiba F. C. (vôlei). 3º. Jogo – Athletico x Coritiba , os dois magníficos ‘fives’ de bola ao cesto que desfrutam de grande prestigio da L. A. P. Essa notícia esportiva foi organizada pelo esforçado instructor de educação physica Flavio Moleta Maurer (CORREIO DO PARANÁ, 30/09/1937, p.5 – grifos nossos).

A notícia demonstra que o esporte já era uma realidade na Escola Normal do Paraná, tanto que a instituição inclusive tinha um grêmio destinado exclusivamente às questões atléticas. O basquetebol e o voleibol, a que tudo indica, já eram atividades praticadas pelos alunos do estabelecimento e da mesma forma deveriam ser vistos como elementos a serem difundidos por toda a instrução pública paranaense. A **Figura 14** compõem a nota acima reproduzida, e destaca de forma central os cinco jovens que formavam o quinteto da equipe de basquetebol do Coritiba, um dos times mais destacados da Liga Atlética Paranaense.

FIGURA 14: EQUIPE DE BASQUETEBOL DO CORITIBA QUE ENFRENTARIA A DO ATHLETICO NA QUADRA DA ESCOLA NORMAL DO PARANÁ EM 1937



FONTE: CORREIO DO PARANÁ, 30 DE SETEMBRO DE 1937, P.5.

As práticas esportivas envolvendo os alunos da Escola Normal do Paraná não aconteciam somente dentro dos muros da instituição. Os discentes participavam

de contendas esportivas em outros espaços da cidade, por exemplo, um festival esportivo, no Clube Juventus em 1938:

Festival Volei-cesto-bolístico do Juventus. A S.E. F. Juventus vae realizar no dia 21, quinta feira próxima, às 20 horas, um festival esportivo em benefício de seus cofres sociaes (...) As competições serão realizadas nos salões da Sociedade Beneficente Rio Branco (antigo Handwerker) e que aceitaram o convite da Sociedade Educação Physica Juventus; o Tiro Rio Branco, a S. E. Jahn e Escola Normal. Será realizado um torneio entre as equipes femininas de wolley-ball da Escola Normal, Juventus e Jahn e um jogo amistoso entre o Tiroio Rio Branco e Jahn. O salão da Rio Branco será pequeno para a colossal assistência que quinta-feira aluirá para prestar homenagem aos jogadores que sabem emprestar a alma esportiva à Sociedade Juventina. A Banda de Música do 15º. B. C., abrilhantarà o festival (CORREIO DO PARANÁ, 19/07/1938, p.4).

A fonte revela que os alunos da Escola Normal do Paraná já estavam participando da cena esportiva de Curitiba. Fato que comprova a cristalização que o esporte tinha conquistado na principal instituição destinada à formação de professores do Estado do Paraná.

Como visto, as práticas esportivas já eram latentes nas ruas de Curitiba, desde o final do século XX, e que pouco a pouco as diversas modalidades começaram a serem utilizadas pelos estabelecimentos educacionais. Sendo assim, os anos 1930 foram marcantes nesse processo de institucionalização dos diversos elementos da cultura física. Tanto que por iniciativa do então interventor federal, o governador do Estado do Paraná, Manoel Ribas, por indicação de seu Diretor Geral do Ensino, foi nomeado em 1934, Francisco Matheus Albizu, como instrutor de Cultura Física do Estado do Paraná e em 1936 como Inspetor de Educação Física⁴³.

A consulta aos jornais dessa época mostrou que a indicação do nome de Francisco Albizu teria sido exaltada como uma escolha acertada do Interventor Federal porque era um “(...) nome conhecidíssimo em todo o Paraná e quiçá no Brasil todo, pelos aficcionados na pratica dos sports (...) **figura de grande projecção no cenário de Educação Physica, conhecedor profundo de todos**

43 Francisco Matheus Albizu, filho de imigrantes espanhóis, nascido em São Paulo em 1896, filiou-se a Associação Cristã de Moços (ACM) de São Paulo em 1909, e em 1914, por sugestão do Secretário Geral dessa instituição, Sr. Ivan Bordwell, rumou aos Estados Unidos para estudar Educação Física no Y.M.C.A College de Springfield e posteriormente no Y.M.C.A College de Chicago, completando três anos de treinamento como diretor físico e retornando ao Brasil em 1924. No anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, consta seu nome na lista dos bacharéis da primeira colação de grau do Curso de Pedagogia, em 1940, e na lista de alunos matriculados no Curso de Línguas e Letras Anglo-Germânicas e no Curso de Didática, ambos em 1941. Por iniciativa particular funda em 1939, a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, a qual obteria o reconhecimento do governo estadual, embora sem ônus para o Estado, em 29 de abril de 1940, tendo sido designado à Escola de Professores de Curitiba para sua sede. A autorização para funcionamento, pelo governo federal, foi obtida somente no ano de 1941 e seu reconhecimento somente em 1945.

os sports” (DIÁRIO DA TARDE, 13/04/1934, p.4 – grifos nossos). A *Gazeta do Povo* também aplaudiu a escolha de Albizu e foi ainda mais longe, ao tecer críticas sobre a forma como a cultura física era tratada especialmente nas escolas:

A cultura física, incontestavelmente, representa o principal fator da fortaleza de uma raça na palavra autorizada dos grandes entendidos na matéria. Para os praticantes de qualquer modalidade de esporte, a base mais segura está provado que é o exercício físico, razão por que hoje, todas as associações do gênero procuram impô-lo aos seus sócios. Assim sendo, é justo que tenhamos recebido com agrado o recente decreto do Sr. Interventor federal, nomeando uma pessoa para dirigir a cultura física em nossas escolas públicas. Essa nossa satisfação assume maiores proporções ainda, por sabermos que a espinhosa missão de preparar fisicamente a nossa infância foi confiada ao dr. Francisco Albizu, um dos mais indicados técnicos, aptos para desempenhá-la com precisão. Através de observações que temos feito, os exercícios físicos proporcionados aos frequentadores das nossas escolas públicas, carecem de eficiência não podendo, portanto, produzir resultados satisfatórios, já pela falta de pessoas capacitadas, já pela falta dos necessários meios. Com a recente deliberação da interventoria federal, no entanto queremos crer que esse mal será sanado. O dr. Francisco Albizu é um profundo conhecedor da cultura física, já tendo demonstrado em vezes diversas e aliando esses conhecimentos à boa vontade que por razão sempre demonstrou, interessando-se sobremodo pela grandeza do nosso povo, está em condições de dar integral desempenho à incumbência que em boa hora lhe foi confiada (GAZETA DO POVO, 18/04/1934, p.5)

Ao referir-se à Francisco Albizu como grande conhecedor da cultura física e dos “sports”, a imprensa provavelmente estaria fazendo alusão à sua formação realizada nos Estados Unidos, fato, talvez, que desse a ele reconhecimento e distinção nos assuntos relacionados à “essa matéria”, e que poderia, ainda, ter motivado a escolha do nome de Francisco Albizu por Manoel Ribas para comandar a Educação Física no Paraná. Inspeção que inicialmente se instalou dentro da Escola Normal do Paraná e que mudaria todos os rumos da área de Educação Física no Estado do Paraná na virada da década de 1930 para a de 1940.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta narrativa o leitor foi convidado a compreender o processo de incorporação dos elementos da cultura física no interior da Escola Normal do Paraná. Buscou-se a todo o momento apreender as múltiplas nuances que permearam esse processo, captando, sempre que possível, as diversas tensões e disputas em torno do processo formativo, relacionado primeiramente a *Gymnastica* e posteriormente aos outros elementos da cultura física, como os jogos e primeiras práticas esportivas.

Esta tese, que tem sua temporalidade demarcada entre os anos de 1882 e 1930, perseguiu os rastros de como a cultura física foi se inserindo no interior da instituição destinada para a formação de professores no Paraná. O ano de 1882 foi selecionado como marco inicial, porque sela a inserção da *Gymnastica* na grade de ensino da Escola Normal, já o ano de 1930 se tornou a delimitação final, por ter sido um momento de ruptura com importantes figuras do aparato governamental do Estado do Paraná, na qual novas lógicas seriam postas para a Educação Física, durante o período em que Getúlio Vargas esteve à frente do governo brasileiro (HORTA, 1994; MELO, 1996; PARADAS, 2009).

No decorrer da pesquisa, percebeu-se que a presença da *Gymnastica*, primeiro elemento da cultura física a se fazer presente no programa de formação de professores da Escola Normal do Paraná, foi marcada por inúmeros avanços e recuos, não só com relação a sua permanência no rol das disciplinas, mas também com relação aos sujeitos, tempos e espaços destinados as suas práticas no interior da referida instituição.

Ausente no Regulamento que tratava da Instrução Normal e que apresentava o primeiro Programa para a Escola Normal do Paraná, no ano de 1876, a *Gymnastica* só se faria presente a partir de 1882. Tal momento coincide, não só, com um período de alargamento de conteúdos que se dava no currículo de formação de professores, calcados na tríade spenceriana centrada em uma educação moral, intelectual e física, em acordo com o apontado pelos estudos de Villela (2005, 2007 e 2018), mas também com a incorporação das retóricas por parte daqueles que procuravam aproximar a *Gymnastica* dos discursos pedagógicos científicos e higiênicos, sintonizados que estavam com o ideário que já circulava nos principais centros europeus, e que começavam pouco a pouco a materializar-se na

constituição de novos espaços públicos destinados aos divertimentos corporais, onde outras sensibilidades começavam a ser desenhadas e sistematizadas e novos comportamentos passavam a ser valorizados.

Este estudo de doutoramento detectou que, ao ser inserida no programa de ensino da Escola Normal do Paraná, a cadeira de *Gymnastica* não compunha o rol das disciplinas que constavam na seriação do curso, mas pertencia a um conjunto de disciplinas denominadas aulas práticas. Esses saberes eram isentos da relação entre teoria e prática e da realização de exercícios práticos nas escolas anexas, denotando preocupações mais voltadas à promoção e preservação da saúde dos alunos e alunas que frequentavam a Escola Normal do Paraná.

Essa característica forneceu fortes indícios de incorporação das retóricas voltadas à formação do corpo dos indivíduos, que já circulavam na cidade de Curitiba e que de alguma maneira também estavam presentes nos preceitos contidos no “*Compêndio de gymnastica doméstica, medica e higiênica*”, de autoria do médico alemão Daniel Schreber, que já circulava na Escola Normal do Paraná, desde 1882, e que visava o desenvolvimento muscular e o fortalecimento das vitalidades gerais, para um maior equilíbrio entre todas as funções corporais, notadamente voltadas ao aperfeiçoamento dos corpos.

Contudo, a pesquisa realizada detectou que novas prescrições iriam incorporar a *Gymnastica* ao rol das disciplinas que compunham a seriação do curso de formação de professores ofertadas pela Escola Normal do Paraná em 1882. As reformulações previam a realização de exercícios práticos em uma escola pública, acompanhada pelo professor de Pedagogia. Fato que denotava uma preocupação maior com a formação do professorado para o atendimento desse elemento da cultura física em toda a instrução pública paranaense.

Nesse momento, encontrou-se um pequeno avanço na prescrição legal, bem como encontrou-se uma defesa mais contundente da *Gymnastica*, realizada em 1883, pelo presidente da Província do Paraná, Oliveira Bello. Contudo, mesmo com a deferência da maior autoridade do Paraná provincial, a disciplina seria excluída do currículo no ano de 1884, indicando o caráter inferiorizado e pouco formalizado dela frente aos demais saberes que compunham o programa de ensino para formação do professorado paranaense. A *Gymnastica* somente voltaria a fazer parte do programa de ensino da Escola Normal do Paraná com o advento do período republicano.

A narrativa utilizada destacou também que, com a instalação da República no Brasil, iniciou-se um período de uma maior valorização e uma consequente ampliação do processo de escolarização das massas no país. Afinal, o desejo de progresso e civilização tornaram-se mais latentes, e essas ideias iriam reverberar de forma mais imperativa na instrução pública brasileira. Foi nesse contexto republicano que a *Gymnastica* retornaria ao programa de ensino da Escola Normal do Paraná, amparada principalmente em um discurso ligado a tríade spenceriana da educação física, intelectual e moral.

Foi destacado também que a perspectiva de Herbert Spencer, que já circulava a mais de uma década em território brasileiro, mostrou-se presente nos jornais curitibanos como um importante lema para a formação da mocidade paranaense. Nesse cenário republicano, começou a pulular na imprensa local um maior número de notícias envolvendo esse elemento da cultura física, tornando sua presença cada vez mais constante nos assuntos relacionados à instrução pública do Paraná.

Nesse movimento de inserção da *Gymnastica* na instrução pública paranaense, notou-se uma aproximação com o que acontecia no restante do país e até mesmo em nações consideradas mais desenvolvidas. Afinal de contas, justificativas foram buscadas a todo o instante para legitimar a utilização desse tipo de conhecimento nos estabelecimentos educacionais paranaenses e a escolha realizada foi a de utilizar uma ginástica racional com forte cunho higiênico.

Se num primeiro momento essas práticas eram pouco detalhadas e se aproximaram de uma vertente de ginástica doméstica, amparadas principalmente no manual do médico alemão Daniel Schreber e do intelectual paranaense Domingos Nascimento, numa segunda etapa caminharam em direção a uma Ginástica Sueca, modelo gímnico que já circulava com contundência pelo país desde meados do século XIX e que, por esse motivo, provavelmente, tinha mais condições de ofertar uma forma educativa que pudesse contribuir com a *educação physica* dos jovens paranaenses.

No que concerne os assuntos relativos à cultura física, o presente estudo salientou ainda que a oficialização da Ginástica Sueca, talvez, tenha sido a maior novidade encontrada no Código de 1917, pois pela primeira vez na instrução pública paranaense foi encontrada uma forma escolar mais clara para a *Gymnastica*, visto que orientações como o tempo destinado para esse saber, forma de aplicação e critérios a serem seguidos são indícios de que essa disciplina escolar vinha sofrendo

alterações no sentido de uma especialização até então não encontrada nas propostas preconizadas anteriormente.

Foi apontado ainda que a instrução pública paranaense somente passaria por uma reorganização mais ampla na década de 1920, visto que Caetano Munhoz da Rocha, ao assumir o governo do Paraná, nomeou Lysimaco Ferreira da Costa para a Direção da Escola Normal do Paraná e Ginásio Paranaense, e Cesar Prieto Martinez para a Inspeção Geral de Ensino, no intuito de lançar a educação paranaense numa nova fase. Seriam esses dois intelectuais, muito marcados pelo espírito reformista existente na educação brasileira, que capitaneariam mudanças significativas na instrução pública paranaense e que possibilitariam novos caminhos para os processos de incorporação de outros elementos da cultura física, como jogos e as primeiras práticas esportivas.

Nesse contexto, emergiu como uma das principais fontes de análise da presente tese de doutoramento o documento intitulado “Bases educativas para a organização da nova escola normal secundária do Paraná”. O manuscrito publicado em 1923 possibilitou acessar as principais ideias de Lysimaco Ferreira da Costa referente à formação de professores e à reforma da Escola Normal do Paraná por ele realizada. Entretanto, no que se refere à presença da *Gymnastica* neste documento, foram encontradas prescrições muito vagas sobre ela, porém, cabe destacar que algumas contribuições para a consolidação da cultura física na instrução pública paranaense também se mostraram presentes no documento reformador.

A divisão estabelecida no currículo de formação de professores, pela reforma idealizada pelo educador paranaense, dividida em uma parte geral e outra profissional, justificada pelo forte intuito de profissionalização do professor, acabou por marcar uma distinção no tratamento dado à *Gymnastica*, com relação às outras matérias do currículo. Afinal, no curso geral os normalistas teriam como matéria a Ginástica, enquanto na parte profissional deveriam aprender a Metodologia dos Exercícios Físicos, cujo conteúdo deveria ser estabelecido pelo programa das escolas primárias, os quais à época já pareciam sofrer as influências de uma pedagogia relacionada à Escola Nova. Embora em outras manifestações Lysimaco Ferreira da Costa tivesse expressado a ideia da presença de exercícios ginásticos mais terapêuticos para serem utilizados no âmbito escolar.

Conforme demonstrado no decorrer da tese, a reforma empreendida na Escola Normal do Paraná por Lysimaco Ferreira da Costa teria sofrido influências decorrentes da aproximação do mesmo com as experiências educacionais argentinas, especialmente a partir das relações estabelecidas com Pablo Antonio Pizzurno e, no caso mais específico da *Gymnastica*, com as propostas para a formação de professores do *Instituto Nacional Superior de Educación Física (INEF)*, dirigido pelo médico Enrique Romero Brest. Nesse contexto, acredita-se que talvez o intelectual paranaense estaria buscando em terras argentinas elementos para inserir no programa de ensino da Escola Normal do Paraná uma *Gymnastica* para “chamar de sua”.

Cabe ainda destacar que o *Instituto Nacional Superior de Educación Física* não era uma escola normal tradicional e sim um estabelecimento que se destinava a formar professores especializados em Educação Física. Sendo assim, não se pode comparar a instituição argentina com a Escola Normal do Paraná, visto que eram estabelecimentos que possuíam natureza e objetivo distintos e diferenciados. O máximo que se pode indagar é que Lysimaco Ferreira da Costa parece ter buscado no instituto argentino inspiração para formular uma *Gymnastica* a ser ofertada na Escola Normal do Paraná.

Um dos principais elementos levantado na pesquisa realizada é o de que o contato com *Instituto Nacional Superior de Educación Física* possibilitou, em alguma medida, que Lysimaco Ferreira da Costa pudesse dialogar com outros conteúdos para além da Ginástica Sueca, por exemplo, os jogos e as primeiras práticas esportivas. Contudo, a vertente do país escandinavo acabou sendo a que iria prevalecer em sua proposta para a disciplina. As inovações com as quais ele teve contato em terras argentinas não foram incorporadas em sua reforma, talvez pelo papel minoritário que a *Gymnastica* ainda tinha em todo o contexto educacional paranaense e brasileiro.

Outro ponto mencionado foi o fato de que uma mudança mais contundente nos preceitos da disciplina exigiria maiores investimentos, pois precisa-se lembrar que o prédio da escola já estava construído e uma proposta mais inovadora em termos de *Gymnastica* poderia não encontrar espaço em tal edificação. Talvez a sua não aplicação tivesse um outro cunho, visto que assumir algumas inovações observadas na Argentina seria admitir que a proposta de Educação Física para as escolas primárias, que já previam outros conteúdos para além dos exercícios

ginásticos, de Cesar Prieto Martinez, posta em curso no começo da década de 1920, era de fato eficaz. Reconhecer tais questões seria valorizar as inovações trazidas pelo educador paulista que, conforme salientam Souza (2004), Abreu (2007) e Meurer (2019), havia se tornado de alguma maneira um grande desafio de Lysimaco Ferreira da Costa.

É de fundamental importância mencionar que, se no contexto argentino as condições para o estabelecimento de uma área de Educação Física ocorreram ainda no final do século XIX, isso não se mostrou possível no estado do Paraná, bem como em todo contexto brasileiro da década de 1920 (MELO, 1996; MORAES E SILVA; CAPRARO 2011; GÓIS JÚNIOR, 2017). Sendo assim, Lysimaco Ferreira da Costa acabou optando por uma proposta de *Gymnastica* mais conservadora, selecionando uma vertente mais terapêutica do que educativa, amparada sobretudo num modelo sueco. Contudo, o educador paranaense, através do diálogo realizado com a obra do médico belga René Ledent, inseriu, mesmo que timidamente a temática dos jogos nas rotinas educacionais existentes na Escola Normal do Paraná, além de ter lançado um primeiro olhar para as práticas esportivas como uma possibilidade educativa.

Essas condições de possibilidades mudariam no Brasil na década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Sendo assim, torna-se interessante mencionar que o processo de formação de professores de Educação Física no contexto sul-americano apresentou durante o século XX momentos muito distintos. Seu processo histórico foi marcado pela presença de diversas instituições, apresentando variadas influências teóricas e conceituais. Militares, médicos e educadores se interessaram sobre a questão e influenciaram o processo de formação dos professores de Educação Física em alguns países sul-americanos desde o final do século XIX (MELO, 1996; LYRA; MAZO, 2010; MORO, 2013; 2016; LEVORATTI, 2015; LEVORATTI; SCHARAGRODSKY, 2018; GÓIS JÚNIOR, 2016; 2017; GALAK, 2019).

No Brasil, os primeiros a implementarem uma formação específica em Educação Física foram os militares, e as ações pioneiras aconteceram a partir de 1902, no Batalhão de Caçadores, no Quartel da Luz na cidade de São Paulo, que oferecia uma formação em ginástica e esgrima. Em 1909, essa escola foi transformada e passou a ser chamada de Escola de Educação Física da Força Policial (MELO, 1996). Posteriormente foram fundados o Centro Militar de Educação

Física do Exército (1922) e a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) em 1933 (MELO, 1996; GÓIS JÚNIOR, 2016; 2017).

Horta (1994), Melo (1996), Parada (2009) e Moraes e Silva e Capraro (2011) salientam que uma ação mais sistemática em relação à formação de um profissional específico para lecionar os elementos da cultura física somente teriam início de forma mais global nas décadas de 1930 e 1940. Foi apenas nesse período que emergiram as primeiras escolas civis de Educação Física. Nesse contexto, surgiram as escolas de Educação Física do Espírito Santo (1932), São Paulo (1934), a Escola Nacional de Educação Física e Desportos no Rio de Janeiro (1939), Rio Grande do Sul (1941) e a do Paraná (1942).

Contudo, a presente tese evidenciou que existia no Brasil uma preocupação anterior, oriunda do meio civil em relação aos processos de formação de professores para atuarem com os elementos da cultura física, principalmente naquilo que se convencionou a se chamar de *Gymnastica*. Autores como Silva (2009), Góis Júnior e Batista (2010), Moreno, Segantini, Fernandes, Jesus (2012), Tizzot Filho (2013), Honorato (2018), Begozzi, Mazo, Pereira e Silveira (2019), Moro, Gomes e Moraes e Silva (2020) e Moro, Quitzau e Moraes e Silva (2022), assinalam que nas Escolas Normais, espaços de formação dos docentes destinados ao ensino primário no Brasil, ocorreu uma preocupação na preparação de indivíduos a atuarem com essa disciplina escolar.

Nesse sentido, as considerações realizadas pelo estudo de Silva (2009), são de fundamental importância, pois a autora ao analisar a Inspetoria de Educação Física de Minas Gerais, no final da década de 1920, coloca importantes elementos para a discussão relativa à inserção dos elementos da cultura física, sobretudo, a *Gymnastica*, nos processos de formação de professores realizados no interior das denominadas Escolas Normais:

O projeto de escolarização no qual se inscreveu as práticas da Inspetoria foi o que aproximou a educação Física de uma 'ciência pedagógica', e, nesse sentido, teve papel relevante na produção e na circulação de referências docentes baseadas no repertório dos saberes inerentes à escola. As preocupações que extrapolavam os conteúdos e, aliavam a estes, os métodos e os processos de ensino foram recorrentemente incorporados ao aperfeiçoamento do professorado produzido pela Inspetoria de Educação Física. No movimento de complexificação dos saberes de tal disciplina, este órgão formalizou a importância de um conjunto de informações inerentes à docência, o que balizou novos aspectos para a Educação Física nos estabelecimentos de ensino. A Inspetoria estabeleceu 'conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar' mais que isso, tentou criar condições que

permitissem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos (SILVA, 2009, p.24).

Se o estudo realizado por Silva (2009) aponta que foi a Inspetoria de Educação Física de Minas Gerais que possibilitou toda uma mudança no processo de preparação do professorado para a utilização dos elementos da cultura física nas escolas, no Estado do Paraná apesar de um organismo semelhante ter sido criado apenas em 1934, a pesquisa realizada evidenciou que a reforma da Escola Normal do Paraná, liderada por Lysimaco Ferreira da Costa no ano de 1923, possibilitou mudanças significativas, apesar de conservadoras, na forma de se utilizar os elementos da cultura física no processo de formação de professores paranaenses.

Por fim, a presente tese aponta como uma de suas principais conclusões o que foi considerado esse movimento reformador, ocorrido na Escola Normal do Paraná na década de 1920, e que possibilitou elementos para a consolidação de uma área de Educação Física no Estado do Paraná nos anos de 1930 e 1940. Afinal de contas, as condições proporcionadas pelo governo de Getúlio Vargas, aliadas ao espírito reformista existente no contexto paranaense, possibilitaram a disseminação dos elementos da cultura física nos estabelecimentos educacionais do Paraná, onde uma inspetoria de Cultura Física foi criada em 1934 e uma formação específica de professores de Educação Física começou a ser defendida.

Foi nesse momento que se apontou para a figura de Francisco Mateus Albizú, intelectual que seria de fundamental importância para a construção da área de Educação Física no Estado do Paraná, visto que foi o primeiro Inspetor de Cultura Física do estado e que, posteriormente, em 1942, criou a primeira instituição de formação de professores de Educação Física. Porém, tais questões são elementos para serem explorados por outros pesquisadores em estudos futuros.

No espírito reformista da década de 1920, Lysimaco Ferreira da Costa assume a direção da Escola Normal do Paraná, estabelecendo um diálogo com duas importantes figuras do cenário educativo argentino como, Pablo Antonio Pizzurno e Enrique Romero Brest, os quais deixariam marcas fundamentais na Gymnastica que iria figurar na Reforma do Ensino Normal realizada pelas mãos do educador paranaense. Neste cenário, a Ginástica Sueca irá consolidar de forma definitiva seu lugar na Escola Normal do Paraná. Mas a divisão proposta por Lysimaco no currículo de formação de professores, em parte geral e parte específica, colocaria a disciplina de Gymnastica frente a uma situação inusitada até

então, uma vez que na parte específica era previsto o contato com a Metodologia dos exercícios físicos, além de outras disciplinas que aproximariam os futuros professores de uma ciência pedagógica, extrapolando preocupações relativas ao conteúdo específico e aliando esse a métodos e processos de ensino, afirmando a gymnastica, de forma definitiva, como uma assinatura escolar voltada para a formação do professorado paranaense, com vistas a aplicação futura desse saber nas escolas, fazendo da Escola Normal o lócus de construção de uma especificidade para esta disciplina. Ainda que na parte geral do currículo, de caráter propedêutico, figurasse a Ginástica Sueca, denotando que a preocupação com a formação do corpo do professor ainda permaneceria. É nesse contexto que surgem indícios de uma possível presença de outros elementos da cultura física, para além da Gymnastica nos espaços da Escola Normal.

FONTES

Atos, Decretos, Leis e Regulamentos.

PARANÁ. Ato de instituição do ensino de Gymnastica de 30/06/1882.

_____. Ato nº24 de 16 de janeiro de 1884. Regulamento do Instituto Paranaense e Escola Normal anexa.

_____. Decreto nº31 de 29/01/1890. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná.

_____. Decreto nº3 de 18/10/1892. Manda observar o Regulamento para o Gymnazio Paranaense.

_____. Decreto nº35 de 09/02/1895. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná.

_____. Decreto nº93 de 11/03/1901. Regulamento à Instrução Pública do Estado.

_____. Decreto nº263 de 22/10/1903. Regimento Interno das Escolas Públicas do Paraná.

_____. Decreto nº479 de 10/12/1907. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná.

_____. Decreto nº510 de 15/10/1909. Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná.

_____. Decreto nº710 de 18/10/1915. Código do Ensino do Estado do Paraná.

_____. Decreto nº17 de 09/01/1917. Código do Ensino do Estado do Paraná

_____. Lei nº456 de 12/04/1876.

_____. Lei nº1236 de 02/05/1912.

_____. Lei nº 1999 de 09/04/1920.

_____. Regulamento da Instrução Pública de 16/07/1876.

_____. Regulamento do Instituto Normal e de Preparatórios da Província do Paraná de 18/01/1882.

Jornais.

A NOITE. Rio de Janeiro, 19/02/1923, p.2

A NOTÍCIA. Curitiba, 29/12/1905, p.1

A NOTÍCIA. Curitiba, 28/05/1908, p.2

A REPÚBLICA. Curitiba, 29/01/1893, p.1.

A REPÚBLICA. Curitiba, 26/02/1912, p.1.

A REPÚBLICA. Curitiba, 18/08/1893, p.2-3.

A REPÚBLICA. Curitiba, 19/08/1893, p.2.

A REPÚBLICA. Curitiba, 27/08/1893, p.3.

A REPÚBLICA. Curitiba, 29/08/1893, p.2.

A REPÚBLICA. Curitiba, 09/05/1901, p.2.

A REPÚBLICA. Curitiba, 26/06/1905, p.1

A REPÚBLICA. Curitiba, 19/03/1910, p.1

A REPÚBLICA. Curitiba, 05/08/1913, p.1

A REPÚBLICA. Curitiba, 06/08/1917, p.1

A REPÚBLICA. Curitiba, 23/04/1919, p.1

A REPÚBLICA. Curitiba, 23/12/1919, p.1

A REPÚBLICA. Curitiba, 26/04/1920, p.1

A REPÚBLICA. Curitiba, 18/05/1920, p.1

A REPÚBLICA. Curitiba, 10/08/1920, p.3

A REPÚBLICA. Curitiba, 01/12/1920, p.2

A REPÚBLICA. Curitiba, 08/10/1921, p.1

A REPÚBLICA. Curitiba, 26/06/1929, p.1

A REPÚBLICA. Curitiba, 31/10/1929, p.12

A REPÚBLICA. Curitiba, 21/12/1929, p.3.

A REPÚBLICA. Curitiba, 15/02/1930, p.6.

A TRIBUNA. Curitiba, 31/05/1895, p.1.

COMMERCIO DO PARANÁ. Curitiba, 02/03/1923, p.1.

CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, 30/09/1937, p.5.

CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, 19/07/1938, p.4.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 06/02/1919, p.6.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 30/12/1854, p.4.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 20/02/1856, p.3.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 02/03/1866, p.3-4.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 12/03/1870, p. 3.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 18/03/1871, p.3.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 22/03/1871, p. 2-3.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 22/03/1871, p.3.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 25/03/1871, p.3.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 19/04/1871, p.4.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 02/03/1872, p.1.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 24/03/1875, p.2.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 31/03/1875, p.3.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 19/06/1876, p.3.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 26/06/1876, p.3.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 02/08/1876, p.3.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 14/02/1877, p.3.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 04/02/1904, p.1.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 27/01/1905, p.1.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 12/03/1909, p.1.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 20/04/1909, p.1.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 30/06/1909, p.1.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 18/11/1909, p.1.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 28/01/1914, p.1.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 19/08/1915, p.3.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 25/08/1916, p.2.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 12/09/1916, p.1.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 18/11/1916, p.1.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 17/08/1922, p.2.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 19/09/1922, p.2.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 04/04/1923, p.1.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 09/04/1930, p.8.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 30/06/1930, p.9.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 13/04/1934, p.4.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 04/07/1924, p.2.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 06/07/1924, p.2.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 18/04/1934, p.5.

O DIA. Curitiba, 13/09/1923, p. 1.

O DIA. Curitiba, 08/12/1923, p. 2.

O DIA. Curitiba, 12/12/1923, p. 1.

O DIA. Curitiba, 27/02/1924, p. 3.

O DIA. Curitiba, 15/01/1930, p. 7.

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Curitiba, 05/05/1877, p.4.

SETE DE ABRIL. Curitiba, 03/10/1888, p.3.

Ofícios, Mensagens e Relatórios

BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná em 01/10/1883.

_____. Relatório que o Exm. Sr. Dr. Brasílio Augusto Machado de Oliveira apresentou o Exm. Sr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, ao passar-lhe a administração em 22/08/1884.

BITTENCOURT, Alba de França. Relatório dirigido ao Diretor do Grupo Escolar Modelo, sobre a metodologia de ensino das disciplinas, 1918.

BURLAMAQUI, Polidoro Cezar. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná, em 15/03/1867.

CRUZ, Arthemina de Oliveira e. Relatório dirigido ao Diretor do Grupo Escolar Modelo - Sr. Joaquim Meneleu de Almeida - sobre a metodologia de ensino das disciplinas e regimento da escola, 1918.

DANTAS FILHO, Manuel Pinto de Souza. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná em 16/02/1880.

GÓES E VASCONCELLOS, Zacarias de. Relatório do Presidente da Província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1854.

LAGOS, João Pereira. Ofício do Sr. João Pereira Lagos, Diretor da Instrução Pública, ao Governador do Estado do Paraná, 1892

MACEDO Júnior, Arthur B. Relatório encaminhado ao Grupo Escolar Modelo, relativo as aulas do terceiro ano masculino, 1919.

MARTINEZ, Cesar Prieto. Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado pelo Inspetor Geral do Ensino, 1920.

_____. Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado pelo Inspetor Geral do Ensino, 1921.

_____. Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado pelo Inspetor Geral do Ensino, 1922.

_____. Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado pelo Inspetor Geral do Ensino, 1923.

ROCHA, Caetano Munhoz da. Mensagem do Presidente do Estado do Paraná, destinada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, 1921.

Viana, Lília Cordeiro. Relatório dirigido ao Diretor do Grupo Escolar Modelo, sobre a metodologia de ensino das disciplinas para a turma do segundo ano masculino, 1918.

Produções de Lysimaco Ferreira da Costa

COSTA, Lysimaco Ferreira. Bases Educativas para a organização da Nova Escola Normal Secundária do Paraná, 1923.

_____. As novas directrizes da Instrucção no Paraná. Discurso proferido como Paraninfo da turma de normalistas do ano letivo de 1926.

Revistas

O Ensino. Curitiba. Publicação da Inspectoria Geral do Ensino do Paraná. Anno I, nº3, setembro de 1922.

REFERÊNCIAS

Abreu, Geysa Spitz Alcoforado. **A trajetória de Lysimaco Ferreira da Costa: educador, reformador e político no cenário da educação brasileira.** (Final do século XIX e primeiras décadas do século XX). 2007. 222 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Lysimaco Ferreira da Costa e o ensino secundário brasileiro. **História da Educação**, Pelotas, v.12, n.26, p.165-189, 2008.

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. **Academia Paranaense de Letras: biobibliografia / edição e revisão** Ernani Buchmann - Curitiba, PR: Posigraf, 2016.

AISENSTEIN, Ángela. La educación física en la escuela primaria (1880-1930). In: ASCOLANI, Adrián. (org.). **La Educación en Argentina: Estudios de Historia.** Rosário: Ed. del Arca, 1999. pp.145-161.

AISENSTEIN, Angela; FEIGUIN, María Andrea; MELANO, Ignacio. La formación de profesores de Educación física en Argentina: historia de un dispositivo pedagógico y político. 1870-1955. **Revista Cocar**, Belém, n. 10, p. 1-23, 2021.

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. Entre Paris e São Paulo: A internacionalização de modelos pedagógicos no início do século XX. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 51, p.77-97, 2017.

ALMEIDA, Gildênia Moura de Araújo. A história da educação brasileira em A normalista. In: SILVA, Fernanda Maria Diniz. da; SOUSA, Alexandre Vidal de; SILVA, Fernângela Diniz da; LIMA, Francisco Wellington Rodrigues de. (org.). **Percursos da literatura no Ceará.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. p.153-165.

ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná (1853-1889): A classe política. A parentela no governo.** 2014. 495 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANJOS, Juarez José Tuchinski. O arquivo como um “lugar para a história” reflexões a partir da prática de pesquisa em história da educação no oitocentos. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 12, n. 46, p. 173-189, 2012.

_____. A instrução pública na província do Paraná no século XIX: uma interpretação a partir do testemunho de três alunos. **Educação em Revista**, v. 31, p. 45-68, 2015.

_____. Pontos e contrapontos da historiografia sobre a institucionalização da escola primária na província do Paraná. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v.24, n.9, p. 153-163, set./dez. 2017.

ANJOS, Juarez José Tuchinski; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. A instrução pública primária na província do Paraná: uma interpretação a partir da atuação do inspetor Joaquim Ignacio Silveira da Mota (1856-1857). **Revista de História Regional**, v. 18, n. 1, 2013.

ANJOS, Juarez José Tuchinski; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. Memória, História e Ressentimentos na Instrução Pública Primária na Província do Paraná (Brasil, 1853-1889). **Educação**, v. 43, n. 4, p. 791-806, 2018.

ANJOS, Juarez José Tuchinski; SOUZA, Gizele. A criação e supressão de escolas no Paraná Oitocentista: o “barulho por baixo da história”. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 55, p. 225-245, 2015.

ARAÚJO, Cristina. A Reforma Antônio Carneiro Leão no final dos anos de 1920. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 9, n. 1, p. 119-136, 2009.

ARAÚJO, Silvete Aparecida Crippa de. **Professora Julia Wanderley, uma mulher-mito (1874-1918)**. Curitiba: Editora da UFPR, 2013.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatórios de Governo**. Curitiba, 2020. Disponível em:

<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>
Acesso em: 05 nov. 2020.

ASCOLANI, Adrián. (2001). La Historia de la Educación Argentina y la Formación Docente ediciones y demanda institucional. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 187-209, 2001.

AZEVEDO, Fernando. **A Transmissão da Cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

BAÍÁ, Anderson Cunha; BONIFÁCIO, Iara Marina dos Anjos; MORENO, Andrea. Tratado prático de gymnastica sueca de LG Kumlien: itinerários de um manual no Brasil (1895-1933). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019.

BAÍÁ, Anderson Cunha; MORENO, Andrea. Revista Brasileira de Educação Física: a Moderna Ginástica Sueca no Brasil (1944-1952). **Cadernos de História da Educação**, v. 19, n. 3, pp. 686-706, 2020.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **Por Terra, Por Água, Pela Leitura: as conexões dos responsáveis pela Inspeção e Instrução Pública no Paraná (1854-1890)**. 2016. 480f. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

_____. “Inspeccionar, instruir e dirigir”: a configuração da inspeção da instrução pública na província do Paraná (1854-1889). **Revista Linhas**, v. 18, n. 36, p. 152-177, 2017.

BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon; PEREIRA, Ester Liberato; SILVEIRA, Raquel da. “Gymnastica e Educação Physica”: saberes da educação física na Escola Normal Elementar e Colégio Distritais do Rio Grande do Sul, em fins do século XIX e início do século XX. **Movimento**, Porto Alegre, v.25, 2019.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Os regulamentos para a construção dos edifícios escolares públicos no Brasil: o exemplo do estado do Paraná na primeira metade do século XX. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

BERTUCCI, Liane Maria. A saúde entre a lei e o costume na escola primária paranaense, final dos anos 1910. **Educar em Revista**, p. 123-140, 2014.

_____. Limpar, medicar e educar: considerações sobre a saúde pública em Curitiba nas primeiras décadas do período republicano. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 27, n. 2, p. 49-70, 2019.

BLOCH, M. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. E-book.

BOÇÕEN, Rodrigo; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Imigração e educação nos relatórios dos presidentes da Província do Paraná. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 51, p. 81-100, 2017.

BONIFÁCIO, Iara Marina dos Anjos; BAÍA, Anderson da Cunha. Escritos de LG Kumlien e os indícios de variadas ginásticas suecas. **Educar em Revista**, v. 37, 2021.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 42, p. 94-112, 2011.

BRAGANÇA. Inês Ferreira de Souza; MOREIRA, Laélia Carmelita Portela. Formação e profissionalização docente no Brasil: instituições, práticas educativas e história. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**. Santos, v.c 05, n.09, p.43-62, jan./ jul., 2013.

BRUSCHI, Marcela. **As mulheres na escolarização da educação física no Espírito Santo**: professoras e autoras (1931-1936). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015. 204f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

CAMARA, Alexsandra. Osvaldo Pilotto das arábias e a geometria para ensinar na Escola Normal de Curitiba (década de 1920). **REMATEC**, v.15, p. 92-104, 2020.

CAPRARO, André Mendes; MORAES E SILVA, Marcelo. Um dândi nos trópicos: esporte e educação do corpo nas crônicas de Paulo Barreto (João do Rio). **Educar em Revista**, v. 37, 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Notas para reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920-1930). **Cadernos de Pesquisa**, n. 66, p. 4-12, 1988.

_____. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral, e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

_____. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 111-120, jan./mar. 2000.

_____. Reformas da instrução pública. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 224-251, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Escolas promíscuas: significado, organização e seletividade. In: **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação escolar em perspectiva histórica**. 2004.

CORREIA, Ana Paula Pupo. **“Palácios da Instrução”** - História da Educação e Arquitetura das Escolas Normais no Estado do Paraná (1904 a 1927). 2013. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013a.

_____. Escolas Normais: contribuição para a modernização do Estado do Paraná (1904-1927). **Educar em Revista**, Curitiba, n.49, p.245-273, set. 2013b.

CARDIM, Mario. “A Educação Física na Argentina e no Uruguai”. In: **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1918**. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por Ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & Cia, 1918.

CASSANI, Juliana Martins et al. “Julguemos o presente pelo passado”: coroamento da educação física pelos esportes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, p. 266-298, 2019.

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 6, n. 1 [11], p. 169-195, 2006.

_____. Escolas normais no século XIX: um estudo comparativo. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 32, p. 17-36, 2008.

_____. O processo de feminização do magistério no Brasil do século 19: coeducação ou escolas mistas. **História da Educação**, v. 19, n. 47, p. 197-212, 2015.

CORNELIS, Stella M. Reflexiones sobre la trayectoria de Enrique Romero Brest: un profesional al servicio del Estado (primeras décadas del siglo XX). **Res Gesta**, n. 57, p. 112, 2021.

COSTA, Luciene Henrique da; SANTOS, Marysol de Souza; GÓIS JUNIOR, Edivaldo. O discurso médico e a Educação Física nas escolas (Brasil, século XIX). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, p. 273-282, 2014.

COSTA, Maria José Franco Ferreira da. **Lysimaco Ferreira da Costa: a dimensão de um homem**. Curitiba: Imprensa Universitária, 1995.

COSTA DE OLIVEIRA, Ricardo. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

DALBEN, André. **Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930-1945)**. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DALBEN, Andre; DANAILOF, Kátia. Natureza urbana: parques infantis e escola ao ar livre em São Paulo (1930-1940). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n. 1, 2009.

DALBEN, André et al. Criação do departamento de educação física do estado de São Paulo (1925-1932). **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, p. 264-286, 2019.

DALBOSCO, Claudio. Uma leitura não-tradicional de Johann Friedrich Herbart: autogoverno pedagógico e posição ativa do educando. **Educação e Pesquisa**, v. 44, 2018

DE BONI, Maria Ighes Mancini. **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. Aos Quatro Ventos, 1998.

DIAS, Maria Hilsdorf. A escola normal de São Paulo: entre o nós e o outro. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008, v. 1, p. 102-115

DUTTON, Kenneth R. **The perfect body: the western ideal of Physical Education developemnt**. London: Cassel, 1996.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves e SOUZA, Maria Cecília C. C. **A memória e a sombra**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp. 117-136

_____. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

_____. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

FARIAS, Cassio de Souza. **Para colher é preciso semear**: um estudo da trajetória de Cesar Prieto Martinez e sua atuação como inspetor-geral do ensino no Paraná (1920-1924). 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2021.

FRANÇA, Franciele Ferreira; SOUZA, Gizele de. Quem ensina também aprende: a formação pela prática de professores primários na província do Paraná. **Educação e Pesquisa**, v. 44, 2017.

FRANÇA, Iara da Silva; PINTO, Neuza Bertoni. A formação matemática para o ensino dos saberes elementares em tempos de Reforma da Escola Normal do Paraná (Anos de 1920). **Perspectiva**, Florianópolis, v.34, n.1, p. 142-171, jan./abr. 2016.

FURTADO, Heitor Luiz; QUITZAU, Evelise Amgarten; MORAES E SILVA, Marcelo. Blumenau e seus imigrantes: apontamentos acerca da emergência de uma cultura física (1850-1899). **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 665-676, abr./jun. 2018.

GALAK, Eduardo Lautaro. La institucionalización del oficio de pedagogizar los cuerpos: el nacimiento de la formación profesional en Educación Física en Argentina (1897-1912). **História da Educação**, v. 23, 2019.

GLEYSE, Jacques; SOARES, Carmen Lúcia; DALBEN, André. (2014), L'œuvre de Georges Hébert au Brésil et en France dans les écrits sur l'Education physique. Deux facettes de la nature (1909-1957)?. **Sport History Review**, v. 45, n. 2, pp. 171-199.

GLEYSE, Jacques. **O verbo e a Carne**: Uma arqueologia do corpo nos manuais franceses de moral e higiene. São Paulo: LiberArs, 2021.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. O esporte e a modernidade em São Paulo: práticas corporais no fim do século XIX e início do XX. **Movimento**, v. 19, n. 4, p. 95-117, 2013.

_____. A institucionalização da educação física na imprensa: a construção da Escola Superior de Educação Physica de S. Paulo na década de 1930. **Movimento**, v. 23, n. 2, p. 701-714, 2017.

GOIS JÚNIOR, Edivaldo; BATISTA, José Carlos Freitas. A introdução da gymnastica na Escola Normal de São Paulo (1890-1908). **Movimento**, Porto Alegre, v.16, n.03, p. 71-87, jul./set., 2010.

GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Cadernos Cedes**, v. 23, p. 25-38, 2003.

GRUNENVALDT, Ana Carrilho Romero. **A educação física, as normalistas e as professoras**: a educação física na Escola Normal de Sergipe. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1999. 101f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999.

GUARNIERI, Marta Camilo da Silva; CASTANHA, André Paulo. A organização da educação no Paraná provincial (1853-1889). **Educere et Educare**, v. 1, n. 2, p. 57-71, 2006.

HAUFFE, Mirian Kormann; GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. A educação física e o funâmbulo: entre a arte circense e a ciência (século XIX e início do século XX). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, p. 547-559, 2014.

HEROLD JUNIOR, Carlos. Da instrução à educação do corpo: o caráter público da educação física e a luta pela modernização do Brasil no século XIX (1880-1915). **Educar em Revista**, n. 25, p. 237-255, 2005.

HEROLD JUNIOR, Carlos; VAZ, Alexandre Fernandez. O Grupo Escolar Visconde de Guarapuava: escotismo e escolarização das atividades corporais no interior do Paraná (1920-1930). **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 12, n. 45e, p. 3-17, 2012.

HONORATO, Tony; NERY, Ana Clara Bortoleto. A educação do corpo na formação de professores na escola Normal paulista (1890-1931). **Cadernos Cedes** [on-line], Campinas, v.38, n.104, p. 33-48, jan./abr., 2018.

IWAYA, Marilda. **Palácio da Instrução: Representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960)**. 2000. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

JUBÉ, Carolina Nascimento. (2017). **Educação, educação física e natureza na obra de Georges Hébert e sua recepção no Brasil (1915-1945)**. Tese de Doutorado em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

KIRK, David. Physical culture, Physical education and relational analysis. **Sport, Education and Society**, v.4, n.1, p.63-73, 1999.

KRÜGER, Michael; HOFMANN, Annette R. The development of Physical-Education Institutions in Europe: a short introduction. **The International Journal of the History of Sport**, v. 32, n. 6, p. 737-739, 2015.

KULESZA, Wojciech. A institucionalização da Escola Normal no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 79, n. 193, 1998.

KUHLMAN JR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista brasileira de Educação**, p. 5-18, 2000.

LAROCCA, Liliana Müller. **Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1886-1947)**. 252f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LEDENT, René. **L'Éducation Physique: basée sur la physiologie musculaire**. Paris: Librairie Octave Doin, 1923.

LEVORATTI, Alejo; SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. (2018). La formación de los educadores físicos civiles y militares en los primeros años del siglo XX en Argentina. **Educación Física y Deporte**, v. 37, n. 1, pp.53-85.

LINHALES, Meily Assbú. **A escola e o esporte: uma história de práticas culturais**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

LINHALES, Meily Assbú; SILVA, Giovanna Camila da; SANTOS, Fernanda Cristina dos. Ortopedia do corpo, eficiência dos gestos, ciência para o esporte: modelos pedagógicos na Educação Física brasileira e na formação de seus professores. **Educar em Revista**, v. 37, 2021.

LJUNGGREN, Jens. Por qué la gmnasia de Ling? El desarrollo de la gimnasia sueca durante el siglo XIX. In: SCHARAGRADSKY, Pablo (Org.). **La invención del homo Gymnasticus**. Buenos Aires: Prometo Libros, 2011, p.37- 76

LOPES, Daniel de Carvalho. **Os circenses e seus saberes sobre o corpo, suas artes e sua educação**: encontros e desencontros históricos entre circo e ginástica. 195f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2020.

LOPES, Daniel de; EHRENBURG, Mônica Caldas; SILVA, Erminia. Circo e ginástica em folhas de papel: o pequeno tratado de acrobacia e gymnastica. **Educar em Revista**, v. 37, 2021.

LOPES, Sonia de Castro; MARTINEZ, Silvia Alicia. A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX. Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campo. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 7, n. 3, p. 53-77, 2007.

LUCENA, R. **Esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados, 2001.

LYRA, Vanessa Bellani; MAZO, Janice Zarpellon. A Escola Superior de Educação Física e o campo da formação de professores no estado sul-rio-grandense: as origens da formação especializada (1869-1929). **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. esp., p. 37-60, 2010.

LYRA, Vanessa Bellani; MAZO, Janice Zarpellon; BEGOSSI, Tuany Defaveri. A educação física na educação escolar do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, no princípio do século XX. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n.3, p. 1097-1107, set./dez., 2018.

MAGALHÃES, Justino. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SAVIANI, D; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Org.). **História da educação**: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

Martiniak, Vera Lucia. A formação de professores no Paraná e as práticas de fiscalização do trabalho docente. **Revista HISTEDBR On-Line**, 11(43), p. 202-213, 2011.

_____. Educação e imigração na Província do Paraná: análise da constituição das escolas étnicas para os filhos de imigrantes. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 13, n. 52, p. 119-137, 2013.

_____. A formação de professores no Paraná na primeira república: a escola normal primária de Ponta Grossa. **História & Ensino**, v. 24, n. 1, p. 255-282, 2018.

_____. A constituição das escolas públicas e subvencionadas na Província do Paraná. **Antíteses**, v. 14, n. 27, 2021.

MARTINS, Angela Maria Souza. Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 9, n. 35, p. 173-182, 2009

MARTINS, Wilson. **A Invenção do Paraná**: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcelos. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

MASCHIO, Elaine Cátia. Experiências comunitárias na organização das escolas étnicas italianas da cidade de Curitiba. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 52, p. 177-192, abr./jun. 2014.

MASTROROSA, Adriano. **Departamento de Educação Física, Escola Superior de Educação Física e Associação dos Professores de Educação Física**: o ordenamento da Educação Física no Estado de São Paulo no início da década de 1930. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro de. Dos desafios aquáticos ao estabelecimento de recordes: aproximação e distanciamento entre práticas esportivas e os rios da cidade de São Paulo (1899-1949). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 42, 2020.

MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro; QUITZAU, Evelize Amgarten; MORAES E SILVA, Marcelo. A travessia de são paulo a nado (1924-1944) e o processo de esportivização aquática paulistana. **História: Questões & Debates**, v. 68, n. 2, p. 77-95, 2020.

MELO, Victor Andrade. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos**: uma possível história. Dissertação 221f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. **Cidade sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MELLO, Maria Beatriz de Almeida; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Reformas da Escola Normal no Paraná na República Velha (1891-1930): mensagens de governo e relatórios da instrução pública. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**. Itapetininga, v.6, n.3, p. 124-142, jul./set., 2019.

MEURER, Sidmar Santos. **A invenção do recreio escolar**: uma história de escolarização no estado do Paraná (1901-1924). Curitiba, PR: Appris, 2018.

MEURER, Sidmar dos Santos. **Definições Curriculares em Tempos de Reformas Educacionais**: Palavras-Chave de uma História da Escola Primária no Paraná (1901 –1930). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. 393f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social., Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A formação do professor e a organização social do trabalho. Curitiba: Editora UFPR, 1997.

_____. Ordem e progresso: Ideais republicanos e a educação escolar na primeira república, no Paraná. **Educere et Educare**, v.12, n.27, p.1-10, 2017.

_____. A Escola Normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: ARAUJO, José Carlos Souza; BUENO DE FREITAS, Anamaria Gonçalves; CARVALHO LOPES, Antônio de Pádua (organizadores). **As escolas normais no Brasil**: do império à república. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck Miguel; MARTIN, Sonia Dorotea. (Org.). **Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no Período de 1854 a 1889**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2004. Ebook.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck.; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira (Org.). **A educação escolar em perspectiva histórica**. Campinas, SP: 2005.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. A escola nova no Paraná: avanços e contradições. **Revista Diálogo Educacional**, v. 5, n. 14, p. 93-100, 2005.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; SAÍZ, Paula Geron. A organização da escola primária pública do Paraná: período provincial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 22, p. 39-53, 2006.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck.; KLENK, Henrique. A instrução pública na Província do Paraná: reflexões a partir dos relatórios do período de 1854 a 1874. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 4, n. 7, p. 133-145, jan./jul. 2009.

MORAES E SILVA, Marcelo. **Novos modos de olhar outras maneiras de se comportar**: a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1918). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011. 216f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

MORAES E SILVA, Marcelo. Comportamentos Urbanos e Esportes: Contribuições para a Esportivização do Turfe e da Pelota Basca em Curitiba (1899-1905). **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 18, n. 3, p. 86-115, 2015.

MORAES E SILVA, Marcelo; CAPRARO, André Mendes. O contexto de fundação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná: educando corpos para a vida urbana. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, p. 623-636, 2011.

_____. O tiro de guerra 19 Rio Branco: apontamentos acerca da institucionalização esportiva de Curitiba (1909-1910). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, p. 229-243, 2015.

MORAES E SILVA, Marcelo.; QUITZAU, Evelise Amgarten. A cultura física na cidade de Curitiba: a emergência de uma pedagogia corporal (1899-1909). **Revista de Ciencias Sociales**, v. 27, n. 40, p. 275-296, 2018.

MORAES E SILVA, Marcelo; QUITZAU, Evelise Amgarten; SOARES, Carmen Lucia. Práticas educativas e de divertimento junto à natureza: a cultura física em Curitiba (1886-1914). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e178293, 2018.

MORAES E SILVA, Marcelo; MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro; QUITZAU, Evelise Amgarten; LEVORATTI, Alejo. Similitudes y diferencias en la historiografía del deporte en Brasil y Francia: un diálogo con “Histoire du sport” de Thierry Terret. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 33, p. 8, 2020.

MORAES E SILVA, Marcelo et. al. A emergência das corridas de bicicleta em Curitiba (1895-1913): idealizando pedagogias corporais. **Pro-posições**, v.33, e20190105, 2022.

MORAIS, Ramona; MORENO, Andrea. A presença da educação física na Escola de Aperfeiçoamento: estratégia para formar o especialista (Belo Horizonte, 1927-1945). **Movimento**. Porto Alegre, v.22, n.3, p. 943-956, jul./set., 2016.

MORENO, Andrea; VAGO, Tarcísio Mauro. Nascer de novo na cidade-jardim da República: Belo Horizonte como lugar de cultivo de corpos (1891-1930). **Pro-Posições**, v. 22, n. 3, p. 67-80, 2011.

MORENO, Andrea. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 37(2), p.128-135, 2015.

MORENO, Jean Carlos. **Inventando a escola, inventando a nação**: discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928). 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

MORENO, Jean Carlos. **Intelectuais na década de 1920**: Cesar Prieto Martinez e Lysimaco Ferreira da Costa à frente da instrução pública no Paraná. in: VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964). Curitiba: Ed. UFPR, 2007, pp. 41-64.

MORO, Vera Luiza; GOMES, Leonardo do Couto; MORAES E SILVA, Marcelo. A Gymnastica na Escola Normal de Curitiba: um olhar aos documentos oficiais (1876-1923). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.42, 2020. p. 1-8.

MORO, Vera Luiza; QUITZAU, Evelise Amgarten; MORAES E SILVA, Marcelo. Gimnasia en el proceso de formación de profesores en la Escola Normal do Paraná (1917-1923). **Contextos Educativos**, n.29, p. 57-72, 2022.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

NAMAN, Maíra; FURTADO, Heitor Luiz; MORAES E SILVA, Marcelo. Entre o rio e o mar: espaços de educação do corpo na cidade de Itajaí (1895-1920). **Conexões**, v. 18, 2020.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2008.

_____. Reconstrução histórica das instituições escolares públicas do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 35, 2009.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SOUSA, Nilvan Laurindo. A Escola Normal de Curitiba e o pioneirismo de Júlia Wanderley. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 11, n. 42, p. 265-278, 2011

NUNES, Antonietta D.'Aguiar. A formação oficial de professores na Bahia imperial. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, v. 3, n. 2, 1998.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **O ensino primário na Província do Paraná (1853-1889)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1982. 389f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 1982.

_____. Organização escolar no início do século XX: o caso do Paraná. **Educar em Revista**, p. 145-155, 2001.

_____. Políticas Públicas e Reformas Curriculares: as escolas primárias no Paraná na primeira república. **Revista e-Currículum**, v. 1, n. 1, 2005.

_____. Educação e sociedade: as escolas particulares no Paraná. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 1, n. 1, p. 32-44, 2006.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. Notas para pensar a Educação Física a partir do conceito de campo. **Perspectiva**, v. 22, n. 3, p. 51-82, 2004.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 103, p. 144-161, jul. 1998.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio: Apicuri, 2009.

PAULILO, André Luiz. Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 46, p. 93-122, 2003.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PEREYRA, Ricardo Rodriguez; PEREYRA Martín. **Correspondencia Pablo Pizzurno – Enrique Romero Brest 1895-1911**. Centro de Documentacion Historica y Museo de la Educacion Fisica y el Deporte. ISEF Nº1, 2019.

PINEAU, Pablo. (2013). Apresentação. Pablo A. Pizzurno: normalismo, republicanismo y misas laicas. in: PIZZURNO, Pablo A. **Cómo se forma al ciudadano y otros escritos reunidos**. Gonnet: UNIPÉ: Editorial Universitaria.

PUCHTA, Diogo Rodrigues. **A formação do homem forte: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense (1882 – 1924)**. (2007). 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

_____. Aristóteles Xavier e o curso de ginástica ministrado em Curitiba no início da década de 1920. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, 2016.

PUCHTA, Diogo Rodrigues; TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. O livro como ferramenta pedagógica para a inserção da educação física e da ginástica no ensino público primário paranaense (fim do século XIX e início do século XX). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 3, p. 272-279, 2015.

PYKOSZ, Lausane Corrêa. **A higiene nos grupos escolares curitibanos: fragmentos da história de uma disciplina escolar (1917-1932)**. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

QUITZAU, Evelise Amgarten. Different clubs, similar purposes? Gymnastics and sports in the German Colony of São Paulo/Brazil at the Turn of the Nineteenth Century. **The International Journal of the History of Sport**, v. 30, n. 9, p. 963-975, 2013.

_____. Sport in Uruguay at the Beginning of the Twentieth Century: A Perspective from the Countryside. **The International Journal of the History of Sport**, v. 36, n. 11, p. 982-997, 2019.

RANZI, Serlei Maria Fischer; SILVA, Maclovio Corrêa. Múltiplos itinerários de um lente e diretor do Ginásio Paranaense. **Revista História da Educação**, v. 8, n. 16, p. 153-167, 2004.

REGGIANI, Andres; SCHARAGRODSKY, Pablo. Circulación, difusión y apropiación de saberes y prácticas corporales: el caso de la gimnasia 'femenina' de Ruth Schwarz de Morgenroth (1935-1945). In: SCHARAGRODSKY, Pablo (Org.). **Mujeres en movimiento: deporte, cultura física y feminidades**. Argentina, 1870-1980. Buenos Aires: Prometeo, 2016. p. 49-84.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

RENK, Valquiria Elita. Saúde escolar no Paraná em dois momentos históricos: no começo do século XX e no século XXI. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 13, n. 3, p. 662-682, 2018.

RENK, Valquíria Elita.; MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. Por uma história da escola primária no contexto de imigração. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. e106, abr. 2020.

ROCHA, Dorothy. Escola Normal secundária de Curitiba nos anos 20. In: VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. **A escola secundária: modelos e planos** (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003a.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; GONDRA, José Gonçalves. A escola e a produção de sujeitos higienizados. **Perspectiva**, v. 20, n. 2, p. 493-512, 2002

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918- 1925)**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

_____. A disciplina pedagogia e o saber filosófico sobre educação na Escola Normal de Curitiba (1900-45). **Intermeio**, Campo Grande, v.9, n.18, p. 64-77, 2003b.

RODRÍGUEZ, Laura Graciela. (2019). Cien años de normalismo en Argentina (1870-1970): Apuntes sobre una burocracia destinada a la formación de docentes. **Ciencia, docencia y tecnología**, n. 59, p. 200-235.

RODRÍGUEZ, Laura Graciela; PETITTI, Mara. (2021). **Historia de la Escuela Normal de Paraná (1871-1969)**. Buenos Aires: Teseo Press.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; DE BRITO, Silvia Helena Andrade. Historiografia sobre a Escola Normal no Brasil (1980-2001): perspectivas teóricas e metodológicas. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 22, n. 1, p. 73-94, 2020.

ROMÃO, Anna Luiza Ferreira; MORENO, Andrea. Das piruetas aos Saltos: As diferentes manifestações da Gymnastica no Rio de Janeiro da Segunda Metade do XIX. **Cadernos Cedes**, v. 38, p. 21-32, 2018.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Grupos escolares no Norte Pioneiro do Paraná (1910-1971). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 18, n. 2, p. 401-419, 2018.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Expansão e consolidação das escolas normais no Paraná: um olhar a partir do Norte pioneiro paranaense (1926-1971). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.17, n.2, p. 534-558, abr./jun. 2017.

SANTI, Denize Naiara; CASTANHA, André Paulo. A Instrução Pública na Província do Paraná–1854-1859: Reflexões a Partir dos Partícipes do Processo. **Revista Historiador**, n. 9, 2017.

_____. A atuação de Joaquim Ignacio Silveira da Mota na organização da instrução pública paranaense entre as décadas de 1850-1860. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, 2019.

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Educação**, v. 30, n. 2, p. 11-26, 2005.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. História dos cursos normais públicos de formação de professores primários no Estado do Paraná. **Educere et Educare**, v. 10, n. 19, 2016.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Livros para a escola normal do Paraná: modelos e projetos que se viabilizam. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC-PR, 2011. p. 11552-11561, 2011.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. A Escola Normal no Paraná na Reforma de Prieto Martinez (1920): a base sólida da reforma racional do ensino. In: Congresso Brasileiro da História da Educação, 6, 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: SBHE, 2011.s.p.

_____. A escola daqui com sabores da Europa: os livros didáticos na Escola Normal, no Gymnasio Paranaense e na Biblioteca Pública do Paraná nos primeiros

anos da República. In: Reunião Nacional da Anped, 37, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015. s.p.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. (2004). El padre de la Educacion Fisica Argentina: fabricando una política corporal generizada (1900-1940). **Perspectiva**, v. 22, n. Especial, pp. 83-119.

_____. Introdução. In: _____ (Org.). **Miradas médicas sobre la 'cultura física' em Argentina (1880-1970)**. Buenos Aires: Prometeo, 2014. p. 9-12.

_____. (2021). Normalismo, 'cultura física' y gimnasia en la Argentina a finales del siglo XIX. **Temas de Historia Argentina y Americana**, v.1, n.29, pp.31-43.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. GLEYSE, Jacques. (2013). El Dr. Enrique Romero Brest, las visitas a instituciones europeas de formación y el Congreso de Educación Física realizado en 1913 como indicadores de la globalización y la nacionalización de la cultura física. **Staps**, n.100, pp.89-107.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. MORENO, Andrea; VAREA, Valeria. (2021). Circulación, transmisión y apropiación de prácticas corporales. La gimnasia sueca y su traducción en la Argentina y Brasil a principios del siglo XX. **Revista de História e Historiografia da Educação**, v. 5, n.11, pp.1-15.

SCHNEIDER, Omar. Entre a correção e a eficiência: mutações no significado da Educação Física nas décadas de 1930 e 1940-um estudo a partir da revista Educação Physica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 2, 2004.

SÊGA, Rafael Augustus. **A capital Belle Époque: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Giovanna Camila da. **A partir da Inspetoria de Educação Física de Minas Gerais (1927-1937): movimentos para a escolarização da Educação Física no Estado**. (2009). 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

_____. **A Associação Cristã de moços e experiências de escolarização da Educação Física no Brasil:** sujeitos, ideias e práticas acemistas em circulação. (2017). 237f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Leonardo Mattos da Motta; GÓIS, Edivaldo. Physical education at the Brazilian Education Association: modern practices of body education in Rio de Janeiro city from 1928 to 1935. **Motriz:** Revista de Educação Física, v. 25, 2019

SOARES, Carmen Lúcia. **Imagens da educação no corpo:** estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. Apresentação do dossiê: A visibilidade do corpo. **Pró-Posições**, Campinas, v.14, n.2, p.15-19, mai./ago. 2003.

_____. **Educação Física:** raízes europeias e Brasil. Campinas: Editora Autores Associados, 2012

_____. Educação do corpo. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime.; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Dicionário crítico de Educação Física.** Ijuí: Unijuí, 2014. p. 219-225.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. Corpos robustos: hygiene e educação physica nas escolas da Cidade da Parahyba (1913-1924). **Sæculum**—Revista de História, 2011.

SOUZA, Gizele de. **Instrução, o talher para o banquete da civilização:** cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. 317f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: história, política e sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

_____. Cultura escolar material na história da instrução pública primária no Paraná: anotações de uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 7, n. 2 [14], p. 37-68, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização:** implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

_____. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). **Educação e Pesquisa**, v. 25, p. 127-143, 1999.

_____. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, v. 20, n. 51, p. 9-28, 2000.

SOUZA, Sauloéber Tarsio; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. Escolas Normais brasileiras: um importante inventário para a pesquisa histórico-educativa nacional. **Cadernos de História da Educação**, v. 8, n. 2, 2009.

STRAUBE, E. **Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná, 1896-1943**. Curitiba, PR: Fundepar. 1993.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurelio. Educando Pelo Corpo: saberes e práticas na instrução pública primária paranaense (finais do Séc. XIX, início do Séc. XX). **Revista Educativa-Revista de Educação**, v. 9, n. 2, p. 185-199, 2006.

_____. Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primária nos anos finais do século XIX. In: BENCOSTTA, M. L. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo : Cortez, 2007.

Taborda de Oliveira. Marcus Aurelio; LINHALES, Meily Assbú. Pensar a educação do corpo na e para a escola: indícios no debate educacional brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.47, p.389-408, 2011.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, ago. 2000.

TESCHE, Leomar. **O turnen, a educação e a educação física nas escolas teuto-brasileiras, no Rio Grande do Sul: 1852-1940**. Ijuí: Unijuí, 2001.

_____. **Turnen: transformações de uma cultura corporal europeia na América**. Ijuí: Unijuí, 2011.

TIZZOT FILHO, Omair Guilherme. **A Argentina como referência de instrução pública: visões da elite normalista de São Paulo (1890-1920)**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2013.

TORANZO, Verónica Andrea. El Instituto Nacional (del Caballito), 1890-1898. **A&P Continuidad**, v. 7, n. 13, p. 30-39, 2020.

VAGO, Tarcísio Mauro. A escolarização da gymnastica nas escolas normais de Minas Gerais (1883-1918). In: FERREIRA NETO, A. **Pesquisa histórica na educação física**. Vitória, ES: CEFD/UFES, 1997. v.2.

_____. **Cultura escolar, cultivo de corpos:** educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. Sobre a produção da Educação Física como disciplina escolar: apontamentos. In: VIDAL, D. G.; SCHWARTZ, C. M. (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória, ES: EDUFES, 2010.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes. **Da Natureza e Limites do Poder Moderador**. Brasília: Senado Federal, 1978.

VECCHIA, Ariclê. O plano de estudos das escolas públicas elementares na Província do Paraná: ler e escrever, para Deus e o Estado. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 7, p. 135-160, jan./jun. 2004.

_____. Formando cidadãos e líderes: o ensino secundário na Província do Paraná. **Revista HISTEDBR**, p. 54-70, 2006.

VIANA, Ieda. Do cuidado dos próprios filhos para o cuidado dos filhos dos outros: magistério público paranaense (1857-1930). **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, n.45, p. 11-27, 2012.

VIDAL, Diana Gonçalves.; RABELO, Rafaela Silva. A criação de Institutos de Educação no Brasil como parte de uma história conectada da formação de professores. **Cadernos de História da educação**, v. 18, n. 1, p. 208-220, 2019.

VIDAL, Diana Gonçalves; RABELO, Rafaela Silva. (orgs.). **Movimento Internacional da Educação Nova**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

VIEIRA, Carlos Eduardo. O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto. **Educar em Revista**, p. 53-72, 2001.

_____. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. (Org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-40.

_____. Independência, democracia e formação no discurso da Associação Brasileira de Educação: 1927-1945. **História da Educação**, v. 25, 2021.

VIEIRA, Carlos Eduardo; DANIEL, Leziany Silveira. (2015). Lysimaco Ferreira da Costa e a formação de professores no Paraná na década de 1920. in: VIEIRA, Carlos Eduardo. OSINSKI, Dulce Regina Baggio; BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Orgs.). **Intelectuais, modernidade e formação de professores no Paraná (1910-1980)**. Curitiba: Editora da UFPR, pp. 45-76.

VIGARELLO, Georges: Corrigir el cuerpo: **Historia de un poder pedagogico**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Entre o “saber fazer” e a profissionalização: a escola normal do século XIX e a constituição da cultura profissional docente.

_____. O mestre escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WACHOWICZ, Lilian Anna. **Relação professor-Estado no Paraná tradicional**. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **As escolas da imigração polonesa**. Curitiba: Editora Champagnat, 2002.

WEREBE, Maria José Garcia. **30 anos depois**: grandezas e misérias do ensino no Brasil. São Paulo: Alínea, 1994.

XAVIER, Ana Paula da Silva; SÁ, Nicanor Palhares. A escola normal de Mato Grosso no século XIX. **Série-Estudos-Periódico** do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, n. 25, p. 123-132, 2008.

ZILBERMAN, R. Literatura e história da educação: representações do professor na ficção brasileira. **Revista História da Educação**, v. 8, n. 15, p. 73-87, 2004.